

## ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - ALTO TÂMEGA



DEZEMBRO 2014

# **Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega**

DEZEMBRO 2014

IMAGEM DE CAPA:

©A Terceira Dimensão

<http://portugalfotografiaaerea.blogspot.pt/>

# ÍNDICE

<b>1. METODOLOGIA.....</b>	<b>2</b>
1.1. Introdução.....	2
1.2. A construção sobre um histórico de planeamento conjunto.....	5
1.3. Processo de mobilização regional.....	10
<b>2. DIAGNÓSTICO .....</b>	<b>21</b>
2.1. Demografia .....	21
2.2. Economia .....	27
2.3. Equipamentos.....	48
2.4. Território .....	56
2.5. Análise SWOT .....	72
2.6. Elementos-Chave para o desenvolvimento.....	75
<b>3. ESTRATÉGIA.....</b>	<b>79</b>
3.1. Introdução.....	79
3.2. Visão e Missão .....	80
3.3. Posicionamento estratégico .....	84
3.5. Eixos e Objetivos Estratégicos .....	90
3.6. EE1. Dinamizar a base económica local num contexto de especialização inteligente .....	92
3.7. EE2. Fomentar a utilização eficiente e sustentável dos recursos .....	96
3.8. EE3. Promover a coesão e inclusão sociais através da valorização e fortalecimento da resiliência da população local.....	101
3.9. EE4. Reforçar a integração, a identidade regional e a cidadania .....	107

3.10. EE5. Consolidar a coesão territorial e o sistema urbano .....	111
<b>4. MEDIDAS ESTRATÉGICAS .....</b>	<b>116</b>
4.4. Introdução.....	116
1.1. EE1. Dinamizar a base económica local num contexto de especialização inteligente .....	117
1.2. EE2. Fomentar a utilização eficiente e sustentável dos recursos .....	123
1.3. EE3. Promover a coesão e inclusão sociais através da valorização e fortalecimento da resiliência da população local.....	128
1.4. EE4. Reforçar a integração, a identidade regional e a cidadania .....	133
1.5. EE5. Consolidar a coesão territorial e o sistema urbano .....	136
<b>5. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO.....</b>	<b>140</b>
5.4. Introdução.....	140
5.5. EE1. Dinamizar a base económica local num contexto de especialização inteligente .....	142
5.6. EE2. Fomentar a utilização eficiente e sustentável dos recursos .....	155
5.7. EE3. Promover a coesão e inclusão sociais através da valorização e fortalecimento da resiliência da população local.....	170
5.8. EE4. Reforçar a integração, a identidade regional e a cidadania .....	182
5.9. EE5. Consolidar a coesão territorial e o sistema urbano .....	189
<b>6. MODELO DE GOVERNAÇÃO .....</b>	<b>201</b>
6.4. Introdução.....	201
6.5. Modelo de Gestão e Organização.....	204
6.6. Recursos e competências .....	209
6.7. Mecanismos de acompanhamento, monitorização e autoavaliação, <i>intelligence</i> e gestão de redes	211
6.8. Parceria e redes .....	213

6.9. Indicadores de resultado.....	215
------------------------------------	-----

<b>ANEXOS .....</b>	<b>220</b>
---------------------	------------

1. Síntese dos Principais Documentos Estratégicos Consultados .....	220
---	-----

2. Entidades envolvidas no âmbito do processo de reuniões.....	239
--	-----

## TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Principais momentos de envolvimento e mobilização.....	11
<b>Tabela 2:</b> População residente e densidade populacional .....	21
<b>Tabela 3:</b> Índices de envelhecimento e dependência (2011).....	23
<b>Tabela 4:</b> Alunos matriculados por nível de ensino (2011/2012). ....	25
<b>Tabela 5:</b> Taxa de abandono escolar .....	26
<b>Tabela 6:</b> Mercado de Trabalho (2011). ....	27
<b>Tabela 7:</b> Empresas por número de trabalhadores e por área (2012) .....	29
<b>Tabela 8:</b> Volume de negócios das empresas não-financeiras (milhões €).....	30
<b>Tabela 9:</b> Investimentos em projetos de entidades privadas pelo QREN (> 1M€) .....	31
<b>Tabela 10:</b> Valor dos bens importados e exportados pelas empresas (2001 e 2012) (em milhões €). ....	32
<b>Tabela 11:</b> Índice do poder de compra <i>per capita</i> . ....	33
<b>Tabela 12:</b> Superfície Agrícola Utilizada (em ha). ....	34
<b>Tabela 13:</b> Área das explorações agrícolas (% da área total) .....	34
<b>Tabela 14:</b> Produtos do Alto Tâmega de DOP e IGP .....	35
<b>Tabela 15:</b> Superfície florestal .....	37
<b>Tabela 16:</b> Consumo de energia elétrica por habitante por setor (kWh) .....	39
<b>Tabela 17:</b> Fontes renováveis de energia no Alto Tâmega por município. ....	40
<b>Tabela 18:</b> Investimentos em projetos de entidades privadas pelo QREN (> 1M€, indústria extrativa) .....	43
<b>Tabela 19:</b> Indicadores de turismo.....	45
<b>Tabela 20:</b> Projetos públicos aprovados pelo QREN (> 1M€) – Política de Cidades e Promoção de ações integradas de valorização económica dos territórios menos competitivos .....	46
<b>Tabela 21:</b> Número de estabelecimentos de ensino por nível (2014/2015). ....	48
<b>Tabela 22:</b> Distância das unidades hospitalares (em km).....	50
<b>Tabela 23:</b> Unidades Funcionais por centro de saúde .....	50
<b>Tabela 24:</b> Habitantes por indicador de saúde (2012) .....	52
<b>Tabela 25:</b> Beneficiários de subsídios estatais (%) .....	53
<b>Tabela 26:</b> Outros apoios sociais.....	53
<b>Tabela 27:</b> IPSS por Município .....	54
<b>Tabela 28:</b> Superfície do Alto Tâmega .....	56
<b>Tabela 29:</b> Área abrangida pela sub-bacia do Tâmega .....	58
<b>Tabela 30:</b> Área abrangida pela sub-bacia do Cávado.....	58
<b>Tabela 31:</b> Distribuição do território Rede Natura pelos concelhos do Alto Tâmega.....	64
<b>Tabela 32:</b> Património construído. ....	66
<b>Tabela 33:</b> Monumentos nacionais no Alto Tâmega. ....	67
<b>Tabela 34:</b> Projetos públicos aprovados pelo QREN (> 1M€) – Conetividade internacional, acessibilidades e mobilidade .....	71
<b>Tabela 35:</b> Eixos e Objetivos Estratégicos .....	90
<b>Tabela 36:</b> Alinhamento dos OT com as PI do FEDER e do Fundo de Coesão .....	156

<b>Tabela 37:</b> Entidades propostas para o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal.....	207
<b>Tabela 38:</b> Principais recursos humanos a afetar - Quadro Síntese .....	209
<b>Tabela 39:</b> Principais parceiros sub-regionais .....	213
<b>Tabela 40:</b> Principais parceiros na área do Ensino Superior .....	214
<b>Tabela 41:</b> Entidades e redes transfronteiriças .....	214
<b>Tabela 42:</b> Redes internacionais .....	214
<b>Tabela 43:</b> Indicadores de resultado por Eixo Estratégico .....	216



# FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Municípios do Alto Tâmega. <i>Fonte:</i> SPI .....	2
<b>Figura 2:</b> Representação esquemática da metodologia adotada. <i>Fonte:</i> SPI .....	3
<b>Figura 3:</b> Variação da população residente entre 2001 e 2011. <i>Fonte:</i> INE .....	22
<b>Figura 4:</b> População residente por faixa etária. <i>Fonte:</i> INE. Dados referentes a 2013 .....	23
<b>Figura 5:</b> Residentes ( $\geq 15$ anos) por nível de escolaridade completo mais elevado (%) (2011) <i>Fonte:</i> INE.....	24
<b>Figura 6:</b> Variação de residentes ( $\geq 15$ anos) por nível de escolaridade completo mais elevado (%) (2001 e 2011). <i>Fonte:</i> INE .....	25
<b>Figura 7:</b> Taxa de abandono escolar (10-15 anos, 2011). <i>Fonte:</i> Atlas da Educação, CESNova .....	26
<b>Figura 8:</b> Percentagem de população empregada por setor de atividade (2011) <i>Fonte:</i> INE.....	28
<b>Figura 9:</b> VAB das empresas por setor de atividade - Alto Tâmega, 2012 (%) <i>Fonte:</i> INE, PORDATA .....	30
<b>Figura 10:</b> Consumo total de energia elétrica por consumidor (kWh). <i>Fonte:</i> PORDATA.....	38
<b>Figura 11:</b> Fontes renováveis de energia – potência instalada por distrito do Norte. <i>Fonte:</i> APREN e INEGI .....	39
<b>Figura 12:</b> Fontes renováveis de energia – potência instalada por Município do Alto Tâmega [MW] .....	39
<b>Figura 13:</b> Distribuição das explorações extrativas no Alto Tâmega (2005). <i>Fonte:</i> CCDDR-N, PROT-TMAD.....	42
<b>Figura 14:</b> Consultas médicas nos centros de saúde por habitante ( <i>Fonte:</i> INE, PORDATA) .....	51
<b>Figura 15:</b> Valor médio anual de pensões e subsídios (€, 2012). <i>Fonte:</i> INE .....	54
<b>Figura 16:</b> Municípios do Alto Tâmega. <i>Fonte:</i> SPI .....	56
<b>Figura 17:</b> Carta hipsométrica da região Norte. <i>Fonte:</i> Instituto Geográfico e Cadastral.....	57
<b>Figura 18:</b> Sub-bacias hidrográficas do Douro. <i>Fonte:</i> Agência Portuguesa do Ambiente.....	58
<b>Figura 19:</b> Bacia Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça.....	59
<b>Figura 20:</b> Normais climatológicas – precipitação em Vila Real (1981-2010). <i>Fonte:</i> IPMA, I.P. ....	60
<b>Figura 21:</b> Normais climatológicas – temperatura em Vila Real (1981-2010). <i>Fonte:</i> IPMA, I.P. ....	60
<b>Figura 22:</b> Unidades de Paisagem. <i>Fonte:</i> DGOTDU, 2011 .....	61
<b>Figura 23:</b> Território classificado como Rede Natura 2000. <i>Fonte:</i> Natura 2000 Network Viewer.....	64
<b>Figura 24:</b> Exemplos de eventos no Alto Tâmega por Município. <i>Fonte:</i> CIM do Alto Tâmega.....	68
<b>Figura 25:</b> Modelo Territorial da Região Norte. <i>Fonte:</i> PROTN, 2009 .....	69
<b>Figura 26:</b> Mapa das principais ligações do Alto Tâmega: A7, A24 e A52.....	70
<b>Figura 27:</b> Elementos-chave para o desenvolvimento do Alto Tâmega.....	75
<b>Figura 28:</b> Níveis de definição estratégica .....	79
<b>Figura 29:</b> Modelo de gestão e organização proposto. ....	204



# 1. Metodologia



# 1. METODOLOGIA

## 1.1. Introdução

A União Europeia tem vindo a assumir que os múltiplos desafios que se colocam à Europa – económicos, ambientais e sociais – mostram a necessidade de uma abordagem integrada e territorial que permita uma resposta eficaz, adaptada às características específicas de cada território.

Deste modo, as propostas da Comissão vão no sentido de criar novas ferramentas destinadas a implementar estratégias territoriais, associando os objetivos temáticos identificados nos Contratos de Parceria e Programas Operacionais à correspondente dimensão territorial.

Enquadrada por este cenário, a recente constituição da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM AT), vem trazer novas perspetivas e desafios de desenvolvimento. Abrangendo os municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, a CIM AT apresenta uma superfície de 2 922 km<sup>2</sup> e compreende um total de 94 143 residentes.



**Figura 1:** Municípios do Alto Tâmega. *Fonte:* SPI

Com esta nova escala e com os novos mecanismos de integração e de articulação, a CIM AT pretende aumentar a eficácia e a eficiência na gestão de toda esta sub-região, favorecendo o aproveitamento de oportunidades e proporcionando a criação e implementação de novas dinâmicas.

O Alto Tâmega encontra-se assim perante novos e exigentes desafios, pretendendo por isso construir um quadro de referência estratégico próprio, que permita assegurar o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo deste território.

Considerando as novas realidades da organização do território e as prioridades adiantadas pela Comissão Europeia, considerou-se premente desencadear um processo regional de definição estratégica que, tendo em conta os esforços já levados a cabo, reflita as opções de desenvolvimento que se colocam ao Alto Tâmega.

A **Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial** aqui apresentada reflete, por isso, os esforços já levados a cabo e reflete as opções de desenvolvimento que se colocam ao Alto Tâmega, considerando as

orientações Europeias, Nacionais e Regionais, sustentadas na Estratégia Europa 2020 e no Quadro Estratégico Comum 2014-2020.

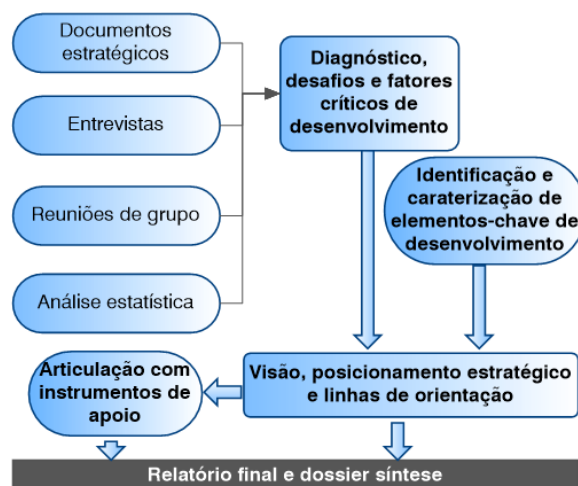
Dinamizado pela CIM AT em articulação próxima com a ADRAT, o processo de planeamento estratégico foi encarado como um caminho dinâmico de interação entre diferentes atores regionais, tendo em vista a descoberta coletiva e a construção de consensos alargados na definição de uma visão partilhada para o Alto Tâmega.

Independentemente de calendários formais para elaboração de documentos, candidaturas e estratégias, o lançamento deste processo de desenvolvimento da estratégia territorial do Alto Tâmega aconteceu com a realização do seminário de grande dimensão e projeção “**Alto Tâmega 2020 – Desafios e Oportunidades**”, em maio de 2013,

A partir daí, a metodologia adotada previu diferentes tipos de momentos, tendo em consideração a necessidade de recolha de informação e de mobilização de um conjunto alargado de atores, cobrindo as diferentes componentes da hélice quádrupla da realidade regional (empresas, entidades de ciência e tecnologia, entidades públicas e sociedade).

Foram assim consideradas as seguintes etapas fundamentais:

- ◆ Recolha e análise de documentos estratégicos relevantes;
- ◆ Mobilização de atores-chave, com relevância para o território;
- ◆ Identificação e caracterização dos elementos-chave para o desenvolvimento do Alto Tâmega;
- ◆ Definição e fundamentação fina de Visão, posicionamento estratégico e linhas de orientação para o território do Alto Tâmega;
- ◆ Articulação com prioridades estratégicas de nível regional, nacional e europeu;
- ◆ Elaboração dos documentos de suporte.



**Figura 2:** Representação esquemática da metodologia adotada. *Fonte:* SPI

Pretende-se assim que a **Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial** do Alto Tâmega, apresentada neste documento, traduza um quadro estratégico sub-regional completo e claro, devidamente articulado com a estratégia regional dinamizada pela CCDR N.

Nos pontos seguintes apresenta-se com detalhe as duas componentes metodológicas fundamentais que concorreram para a elaboração desta estratégia:

- a existência de um histórico de trabalho conjunto e de planeamento estratégico na região do Alto Tâmega;
- a dinamização de um processo participado, focado na construção de consensos e na definição de uma visão partilhada para esta sub-região.

## 1.2. A construção sobre um histórico de planeamento conjunto

Apesar da constituição da comunidade intermunicipal ser recente, os municípios e atores do Alto Tâmega apresentam um histórico de trabalho conjunto assinalável. De facto, a materialização de um conjunto de iniciativas conjuntas, revela a existência de uma forte identidade própria e de um notável espírito de interação e entreaajuda entre os atores regionais do Alto Tâmega.

Com origens remotas, onde sobressaem o Gabinete de Apoio Técnico do Alto Tâmega e o Agrupamento de Municípios do Alto Tâmega, destacam-se em seguida algumas entidades que marcaram (e marcam) de forma significativa o associativismo do Alto Tâmega nas últimas décadas e cujo trabalho realizado enriquece a base de construção da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial.

### Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT)

A Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT) é uma agência de desenvolvimento formalizada em outubro de 1990 pela dinâmica e vontade das principais instituições do Alto Tâmega.

Trata-se de uma plataforma interinstitucional representativa da região, agregando à sua volta as autarquias, associações empresariais, cooperativas agrícolas, associações de produtores e outros importantes atores do Alto Tâmega.

Através da sua rede e do conhecimento aprofundado que tem do Alto Tâmega, a ADRAT é um parceiro imprescindível para a promoção do processo de desenvolvimento social e económico da região.

A principal atividade da ADRAT passa pela promoção, coordenação e dinamização de projetos importantes para a Região. Ao longo do tempo, a ADRAT tem assumido um papel relevante na área do desenvolvimento rural e da promoção social, atuando no âmbito de diferentes tipos de programas e redes.

Recentemente, destaca-se o facto de a ADRAT ser o líder do consórcio Aqunatur, integrado nas Estratégias de Eficiência Coletiva do Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (EEC PROVERE).

### Associação de Municípios do Alto Tâmega (AMAT)

A Associação de Municípios do Alto Tâmega (AMAT) foi constituída em abril de 1992 pelos municípios de Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

A AMAT assume no seu objeto o planeamento, financiamento, gestão e execução de atividades relacionadas com a prossecução dos seguintes objetivos específicos:

- Ambiente, conservação da natureza e recursos naturais;
- Promoção do desenvolvimento regional.

A constituição da AMAT assenta sobre a experiência colaborativa já existente, materializada no Agrupamento de Municípios do Alto Tâmega, responsável pela implementação de diferentes projetos, designadamente na área da gestão municipal e dos sistemas de informação.

A atividade continuada da AMAT em prol do futuro da região foi um forte pilar de suporte à recente constituição da CIM.

### Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso (EHATB)

A sociedade “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA” é um dos exemplos mais significativos de iniciativas conjuntas municipais no território do Alto Tâmega.

A EHATB foi constituída em julho de 1989, pelas seis Câmaras Municipais que hoje constituem a CIM AT, com o objetivo de desenvolver atividades que tivessem por fim o aproveitamento de recursos naturais na Região do Alto Tâmega, designadamente a produção de energia com origem em recursos renováveis (em particular parques eólicos e aproveitamentos hidroelétricos).

No âmbito da sua missão, a EHATB tem vindo a fazer com que os lucros da empresa, que advêm da produção de energia elétrica, sejam investidos no desenvolvimento local e regional para produzir riqueza, criar emprego e prestar apoios sociais, contribuindo para o desenvolvimento rural e urbano e disponibilizando apoios financeiros a instituições e comunidades locais.

O dinamismo destas entidades fez com que ao longo dos tempos fosse sendo construída uma visão estratégica comum para o Alto Tâmega. Estas reflexões deram origem a diferentes documentos, de âmbitos e objetivos diversificados, sobre os quais foi construída a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial aqui proposta. Foi assim analisado em detalhe o seguinte conjunto de documentos, cuja síntese individual se apresenta em Anexo a este documento:

- **Pacto para o Desenvolvimento do Alto Tâmega/Plano Integrado de Desenvolvimento Económico do Alto Tâmega**
- **Pacto Agrário do Alto Tâmega**
- **Plano de Ação Intermunicipal de Serviços Coletivos e de Proximidade – Trás-os-Montes**
- **Chaves-Verín: A Eurocidade da Água – Agenda Estratégica**
- **Estratégia da Rede de Cidades Ecológicas e Inovadoras de Trás os Montes**
- **Plano de Ação para Compensação Socioeconómica e Cultural**

- **Agenda Estratégica dos Territórios da Fronteira Interior/ Transmontana**
- **Projeto Aqunattur – Programa PROVERE – Região do Alto Tâmega**
- **Avaliação da Subvenção Global e do Programa Territorial de Desenvolvimento de Trás-os-Montes**
- **Documento preliminar de Desenvolvimento Local de Base Comunitária**
- **Documento preliminar do Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Tâmega para o Período 2014-2020**

Com um carácter transversal ao Alto Tâmega, é possível destacar a relevância dos seguintes documentos:

#### **Pacto para o Desenvolvimento do Alto Tâmega/Plano Integrado de Desenvolvimento Económico do Alto Tâmega...**

Este documento serviu de base a um Acordo estabelecido entre os Municípios e os Ministérios do Planeamento e da Economia (2001), tendo sido posteriormente reformulado e homologado pelo Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente (2003) e pelo Ministério da Economia (2004). O seu principal objetivo consistia em implementar um programa de investimentos em áreas fundamentais para o desenvolvimento económico do Alto Tâmega, incluindo três principais ações: (i) acolhimento empresarial; (ii) equipamentos de apoio à atividade produtiva e (iii) dinamização económica do Alto Tâmega.

Este Pacto reconhece o carácter diferenciado do mundo rural enquanto espaço alternativo ao meio urbano e a sua atratividade crescente, mas com características particulares que devem ser protegidas de forma a garantir a sua competitividade. Nesse sentido, procura promover a melhoria da qualidade de vida das populações residentes no Alto Tâmega através de um aumento do investimento no eficiente aproveitamento dos recursos endógenos existentes, criando novos postos de trabalho e aumentando a riqueza, de forma a permitir a fixação das populações na região.

De forma a assegurar o êxito da concretização deste Pacto e do subsequente desenvolvimento económico da região, afigura-se fundamental a manutenção de uma estratégia global de intervenção devidamente sustentada localmente, mas com ambições sub-regionais; a garantia da execução rápida dos projetos estruturantes; e a implementação das diversas ações em articulação com todas as estratégias existentes localmente e na região. Concretamente, este Plano prevê um conjunto de ações que seguem os pressupostos apresentados pelo documento, realizadas no âmbito temporal do QCA 2006-2013.



### Pacto Agrário do Alto Tâmega

O Pacto Agrário do Alto Tâmega foi elaborado pela ADRAT com um triplo **objetivo**: (i) rentabilizar o que a região possui (clima e estruturas); (ii) fomentar o que tem potencialidade na região (geografia e agricultura) e (iii) desenvolver a região (território, paisagem, competitividade e potencial humano).

Esta abordagem reflete uma preocupação com o aproveitamento dos recursos e estruturas já existentes na região, ao mesmo tempo que aponta para o reforço do que foi identificado como potencialidades do Alto Tâmega. Assim, o Pacto Agrário propõe uma intervenção que construa sobre as estruturas físicas e organizativas, aproveitando as condições naturais da região. Em termos de potencialidades, são reconhecidos os benefícios do enquadramento geográfico e da produção agrícola existente cuja qualidade deve ser mantida, preservando as suas especificidades, promovendo o surgimento de novos produtos a eles associados e incentivando um incremento na quantidade da produção. O terceiro pilar consubstancia estas duas vertentes no desenvolvimento da região na gestão do território e da paisagem.

Neste sentido, o documento prevê uma série de atividades de compromisso em cada um dos níveis com o intuito de consolidar o território, promover a inovação e a competitividade, assim como a cidadania e a democraticidade na região do Alto Tâmega. Para tal, resultou desta análise e das orientações subseqüentes o *Plano de Desenvolvimento do Alto Tâmega* que detalhou esta abordagem com sugestões ainda mais concretas para a prossecução destes objetivos.

### Plano de Ação Intermunicipal de Serviços Coletivos e de Proximidade – Trás-os-Montes

Este *Plano* foi concebido tendo em vista a preparação de uma estratégia para a região de Trás-os-Montes no período de financiamento 2007-2013 e reflete a centralidade atribuída a algumas questões fundamentais, tais como a do cofinanciamento do investimento por fundos europeus e uma abordagem articulada e integrada dos vários mecanismos de financiamento à disposição das entidades tendo em vista o incremento da eficiência e eficácia em variados domínios. De acordo com o documento, emerge a necessidade da adoção, em Trás-os-Montes, de uma postura diferenciada que aposte num quadro institucional integrado no sentido de fomentar a consolidação de um ambiente atrativo e propício ao desenvolvimento da região.

Apesar de dedicado à NUTS III Alto Trás-os-Montes, e por isso mais abrangente do que o Alto Tâmega, o Plano tece alguns comentários relevantes pela sua adequação à realidade desta sub-região, nomeadamente em relação às dinâmicas demográficas, à valorização do papel dos espaços rurais como locais de bem-estar, simbolismo e qualidade ambiental e a algumas das fragilidades que afetam este território e que têm que ser enfrentadas, como a cooperação transfronteiriça.

Adicionalmente, encoraja a promoção da cultura, do património, do turismo, do ambiente e da sustentabilidade como fatores de competitividade e de coesão. A estas, acrescenta-se também a premência da requalificação urbana e da mobilidade e conectividade regional e transfronteiriça.

### Projeto Aqanattur – Programa PROVERE – Região do Alto Tâmega

O projeto *Aqanattur* resultou de uma candidatura de uma iniciativa da ADRAT ao Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos (PROVERE). A Unicer SA liderou o projeto em parceria com os municípios do Alto Tâmega e com o apoio de várias outras entidades. Este teve como base o complexo turístico para o Parque Termal de Pedras Salgadas (no concelho de Vila Pouca de Aguiar) e para o Parque Vidago (em Chaves) que procurou dinamizar o potencial hoteleiro destas duas localidades.

O objetivo do projeto incluía, assim, a reconversão dos dois parques termais referidos acima, dotando-os de infraestruturas turísticas, lúdico-termais e culturais – mas também industriais e de exploração e comercialização. Paralelamente, a implementação do *Aqanattur* procurou promover a implantação de outras atividades empresariais na região, especialmente nas áreas da saúde, do turismo, do lazer e dos produtos locais.

A concretização do *Aqanattur*, para além desta preocupação, envolveu obras de requalificação urbanística, a melhoria das redes públicas de luz e água, de estradas e de outras infraestruturas que contribuíram decisivamente não só para o melhoramento das imediações e da região das duas unidades hoteleiras, mas também para o incremento da qualidade de vida das populações.

Este projeto constitui um exemplo de sucesso de cooperação entre entidades públicas e privadas com benefícios mútuos que têm permitido a dinamização da região e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, ao mesmo tempo que revitalizam e expandem a imagem destes municípios.

### Avaliação da Subvenção Global e do Programa Territorial de Desenvolvimento de Trás-os-Montes

Esta avaliação constitui um documento especialmente relevante por apresentar um conjunto de recomendações orientadas para as estratégias de âmbito intermunicipal. Com uma análise específica às realidades do Alto Tâmega, este processo reconheceu que, findo o período de programação financeira 2007-2013, a região está perante um novo conjunto de desafios. É incentivada uma análise cuidada dos sucessos e fragilidades do anterior período, de forma a delinear estrategicamente um plano eficiente que promova o desenvolvimento integrado e sustentável da região. Um dos seus principais objetivos foi, por isso, contribuir para a definição de um novo quadro financeiro e estratégico que poderá assentar numa análise das lições do passado recente e das realidades do território.

A título de exemplo, este documento apresenta recomendações tais como:

- ◆ Aumento da relevância do exercício de planeamento estratégico.
- ◆ Incentivo à dimensão supramunicipal dos projetos apoiados.
- ◆ Fomento da implementação de projetos de cariz imaterial.
- ◆ Fomento de um envolvimento dos municípios nos processos de decisão que lhes são relevantes.
- ◆ Promoção de uma maior articulação com outros instrumentos.
- ◆ Disponibilização de um quadro regulamentar e financeiro plurianual estável.

### 1.3. Processo de mobilização regional

O processo de construção da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega foi amplamente participado, envolvendo um conjunto de atores relevantes, a nível local, regional, nacional e internacional.

Desde o seu início, a CIM AT entendeu que, mais do que documento final com a estratégia, o próprio processo de mobilização e de descoberta coletiva e a capacidade de gerar consensos e quadros estratégicos comuns seriam fundamentais para o futuro do Alto Tâmega.

O processo de planeamento estratégico foi assim encarado como um caminho dinâmico de interação entre diferentes atores regionais, constituindo uma oportunidade para a discussão aberta e para a construção de consensos na definição de uma visão partilhada e no desenhar dos mecanismos para alcançar essa visão. As sinergias criadas entre as várias entidades permitiram, efetivamente, que a reflexão sobre o território se consubstanciasse de forma coerente e integrada graças ao contributo de diferentes tipologias de atores. Assim, a título de exemplo, a seleção de medidas concretas para os vários Objetivos Estratégicos definidos foram desenvolvidas em paralelo com os avanços das discussões e perspetivas salientadas para a elaboração do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Nesse sentido, nos casos adequados, as sugestões de medidas realizadas nesta Estratégia estão devidamente alinhadas com as pretensões para o DLBC da região.

Adicionalmente, Mobilizado pela CIM AT em articulação próxima com a ADRAT, este trabalho participativo incluiu o envolvimento e mobilização de um conjunto alargado de atores, cobrindo as diferentes componentes da hélice quádrupla da realidade regional (empresas, entidades de ciência e tecnologia, entidades públicas e sociedade).

O processo de participação incluiu a definição de diferentes tipos de momentos tendo em consideração a necessidade de mobilizar os diferentes *stakeholders* regionais para o processo de desenvolvimento da estratégia e, paralelamente recolher informação relevante para esse processo.

Merece referência que, independentemente de calendários formais para elaboração de documentos, candidaturas e estratégias, a realização do seminário de grande dimensão e projeção “**Alto Tâmega 2020 – Desafios e Oportunidades**”, em maio de 2013, pode ser assumido como o momento de lançamento do desenvolvimento da estratégia territorial do Alto Tâmega.

A partir desse momento foram realizados vários eventos e promovidos diferentes momentos de reunião, individuais e de grupo, focados na recolha alargada de informação e no envolvimento dos *stakeholders* (Tabela 1).

**Tabela 1:** Principais momentos de envolvimento e mobilização

Data	Momento de envolvimento e mobilização
9 de maio de 2013	<b>Alto Tâmega 2020 – Desafios e Oportunidades</b>
30 e 31 de maio de 2013	I Conversas IN – Estratégias para o Alto Tâmega
janeiro de 2014	Reuniões de apresentação da proposta de trabalho, identificação de atores regionais, recolha de elementos.
27 de março de 2014	II Conversas IN -Oportunidades de desenvolvimento para o Alto Tâmega
abril de 2014	Reuniões de discussão e validação de diagnóstico, recolha de elementos e contributos adicionais;
4 de junho	Reunião no âmbito da 27ª Cimeira Luso-Espanhola (com identificação de prioridades)
21 de junho de 2014	Primeira Convenção Autárquica do Alto Tâmega
12 de julho de 2014	<b>Carta de Compromissos para o desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro</b>
outubro de 2014	Reuniões de discussão de opções estratégicas e identificação de potenciais medidas e ações
5 de novembro de 2014	III Conversas IN – projetos que geram valor no AT
17 a 19 de novembro 2014	Reunião no âmbito da Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças (RIET)
19 a 21 de novembro de 2014	Reuniões setoriais e temáticas: Áreas Social e Cultural; Área do Turismo; Setor Empresarial e Agricultura.
dezembro de 2014	<b>Apresentação do documento da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega</b>

Estes eventos, realizados no âmbito do processo de desenvolvimento da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, encontram-se descritos de forma sumária nos quadros apresentados nas páginas seguintes.

Assim, merece um particular destaque o facto de, ao longo do processo adotado terem sido delineadas em diferentes momentos conclusões e orientações e terem sido promovidos diferentes compromissos que marcam o caminho percorrido e estabelecem as bases da estratégia apresentada neste documento.

Estas conclusões parciais e documentos elaborados ao longo do processo foram sendo apresentados e discutidos com várias entidades e organismos responsáveis de nível regional e nacional. Para além das já mencionadas, são de destacar as diferentes reuniões tidas com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), a reunião com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Dr. Manuel Castro Almeida, sobre os Investimentos Territoriais Integrados e o acesso aos PO Temáticos (13 de março de 2014) e a reunião com o Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiars Maduro, sobre as perspetivas e desafios que se colocam no âmbito da estratégia do Alto Tâmega (3 de agosto de 2014).

**“Alto Tâmega 2020 – Desafios e Oportunidades”****Maio de 2013**

No dia 9 de maio de 2013 realizou-se em Vidago o seminário "Alto Tâmega 2020: Desafios e Oportunidades". O seminário enquadrou-se especificamente no contexto da preparação do ciclo de financiamento comunitário 2014-2020 e em particular das estratégias territoriais, tendo contado com a presença do Sr. Primeiro-ministro, Dr. Pedro Passos Coelho, do secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, Dr. Manuel Castro Almeida, do presidente da CCDR-N Dr. Carlos Neves, do Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte, Dr. Manuel Cardoso e, pela UTAD, o Dr. Luís Tibério.

O seminário foi organizado pela AMAT, que considerou ser oportuno promover a reflexão e discussão sobre os desafios e oportunidades que se colocam à região do Alto Tâmega, tendo o intuito de envolver os parceiros económicos, sociais e ambientais mais relevantes.

No seminário foram recolhidos contributos relevantes para a construção da estratégia, nomeadamente em áreas como a consolidação da atividade turística, a rentabilização das infraestruturas existentes, a valorização dos produtos endógenos, a necessidade de qualificação e inovação no tecido empresarial, ou as vantagens da colaboração intermunicipal (neste caso com a partilha do exemplo da EHATB).

O seminário contou com mais de 250 participantes, onde se incluem representantes de empresas, instituições de ensino, IPSS, administração pública que se juntaram deste modo aos esforços de mobilização despoletados no Alto Tâmega no sentido da construção da sua estratégia.

Independentemente de calendários formais para elaboração de documentos, candidaturas e estratégias, este pode ser assumido como o momento de lançamento do desenvolvimento da estratégia territorial do Alto Tâmega.



## Conversas IN

Maio 2013 - novembro 2014



No sentido de melhor preparar a estratégia territorial para o Alto Tâmega, a ADRAT promoveu um ciclo de conferências focadas na estratégia de desenvolvimento da região, denominado “ADRAT Conversas IN – Que estratégias para o futuro...” (In: Interessantes, Inteligentes, Indispensáveis, Informais, Integradas, Interativas).

Enquadrados pelo programa PRODER (Medida 3.5.2 – PACA), foram já realizados três ciclos destas conferências: **(i)** 30 e 31 de maio de 2013; **(ii)** 27 de março de 2014; **(iii)** 5 de novembro de 2014.

As sessões contaram com centenas de participantes envolvendo diferentes tipologias de atores do Alto Tâmega, destacando-se as empresas, as instituições de ensino e as entidades da administração pública. No sentido de melhor enquadrar os temas abordados, foram também envolvidas entidades relacionadas com o Alto Tâmega, onde se pode destacar a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e a CCDR-N.

As conversas in focaram um conjunto alargado de áreas relevantes para a construção da estratégia, onde se incluíram temas como: “Promover, Inovar e Empreender no Alto Tâmega”, “Oportunidades de financiamento 2020”, “A Inovação como fator de desenvolvimento”, “Alto Tâmega Digital”, “Que estratégias para o futuro?”, “Promoção de candidaturas geradoras de valor”.

Os eventos apresentaram uma forte componente de debate, procurando abranger “jovens, professores, pais, empresários e decisores”, tendo em vista a identificação das oportunidades e desafios que se colocam no Alto Tâmega, no sentido da promoção da “inovação, empreendedorismo, *networking*, responsabilidade social e cidadania”.

Os eventos contaram com a apresentação de casos práticos para partilha de experiências e com a promoção de um debate focado numa aprendizagem coletiva e na mudança de atitude no sentido de desenhar novas estratégias para o futuro do Alto Tâmega.

Entre outros assuntos, as conversas destacaram a necessidade de articulação entre o poder político, o conhecimento e as empresas no Alto Tâmega, tendo em vista a valorização dos recursos, organização dos seus produtos regionais, mobilização de pessoas, bens e conhecimentos com retorno, parcerias e custos competitivos.



## Reunião no âmbito da Cimeira Ibérica de Chaves

Junho 2014

No dia 4 de junho foi realizada em Vidago, Chaves, a 27ª Cimeira Luso-Espanhola envolvendo os líderes dos governos de Portugal e Espanha.

No âmbito da Cimeira o Presidente da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega (CIM-AT), António Cabeleira, o Primeiro Secretário da CIM, João Batista, bem como os restantes autarcas dos concelhos do Alto Tâmega, estiveram reunidos com o Primeiro-Ministro português para debater as principais preocupações dos municípios do Alto Tâmega.

Na ordem de trabalhos da reunião constaram, entre outros assuntos, as preocupações com a permanente desclassificação de serviços sendo focados individualmente diferentes aspetos, como reforma do mapa judiciário, a integração do Hospital de Chaves no centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, o encerramento de escolas, o encerramento ensino superior, a desqualificação de vários pontos da rede viária, ou o funcionamento do sistema de abastecimento de água.





## Primeira Convenção Autárquica do Alto Tâmega

Junho 2014

A Primeira Convenção Autárquica da região decorreu no dia 21 de junho 2014 em Vila Pouca de Aguiar. Nesta Convenção, foram sobretudo abordadas questões relacionadas com Saúde e Políticas Sociais, tendo sido também mencionadas preocupações quanto ao futuro encerramento de certos serviços e Instituições, nomeadamente as judiciais e as de ensino escolar, e exigida a eliminação das portagens na A24, por não serem compatíveis com os níveis de rendimento da população.

Marcaram presença os Presidentes dos Municípios do Alto Tâmega, assim como vários membros da vereação dos seis municípios e largas dezenas de representantes das forças políticas com eleitos locais do Alto Tâmega.

No decorrer desta sessão foram feitas várias intervenções por parte de alguns presentes, onde foram referidos pontos-chave comuns a todos os concelhos do Alto Tâmega, tais como o combate à desertificação do interior, a exigência de serviços públicos de qualidade, e a necessidade de uma maior coesão social e territorial, que permita dar respostas mais eficazes aos problemas sociais e económicos que a região atravessa.

Sendo uma das regiões mais envelhecidas do país, considerou-se de extrema importância apostar na promoção de emprego e na captação de investimento e dinamização da economia, fazendo proveito das potencialidades e dos recursos de que a região dispõe. Destacou-se que para que tal seja possível, é fundamental os atores regionais continuem a trabalhar em conjunto, unindo esforços para a implementação de uma estratégia comum a todos os Municípios do Alto Tâmega, de forma a conseguir-se uma maior eficácia de resultados e uma racionalização mais sustentável de custos e recursos.



## Carta de Compromissos para o desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro

Julho 2014

Numa iniciativa inédita, as principais instituições da região de Trás-os-Montes e Alto Douro uniram-se para promover um programa de desenvolvimento conjunto, dando origem à Carta de Compromissos para o desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro.

A Carta de Compromissos foi assinada no dia 12 de julho de 2014 pelas instituições de ensino superior (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e os Institutos Politécnicos de Bragança e Viseu), as Comunidades Intermunicipais (Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes) e as Associações Empresariais (ACISAT, NERVIR e NERBA). As diferentes entidades uniram-se e assinaram uma Carta de Compromissos em que se comprometem a agir conjuntamente no sentido de promover um programa de Desenvolvimento para Trás-os-Montes e Alto Douro, num trabalho articulado, colaborativo e continuado de promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

Partindo de um diagnóstico comum, em que é realçado que “apesar dos amplos recursos naturais, agrícolas e florestais, da riqueza paisagística, cultural e patrimonial, da importância da produção de energias renováveis, do excelente posicionamento ao nível da qualidade ambiental, da proximidade e crescente cooperação cultural e económica com a vizinha Espanha, da presença de instituições de ensino superior, Trás-os-Montes e Alto Douro continua a ter fortes desafios de reforço da sua competitividade e de coesão económica, social e territorial”. Designadamente, são destacados “os baixos níveis de capital humano, a dificuldade de atração e fixação de recursos qualificados e especializados, a fragilidade do tecido empresarial, a atomização institucional e fraca densidade relacional, a incipiente cooperação interempresarial e entre agentes públicos e privados, a falta de ordenamento da oferta de formação profissional, a fraca capacidade de inovação e o baixo grau de empreendedorismo”.

Tendo em conta o processo em curso de desenvolvimento de estratégias territoriais, a carta foca o compromisso em realizar “um trabalho intenso e exigente, assente numa visão amplamente partilhada e numa governação integrada, diferenciando o território pela qualificação das suas pessoas e pela qualidade de vida dos seus cidadãos e dos seus produtos e serviços”. Pretende-se assim que Trás-os-Montes e Alto Douro se assuma como uma “região feita de territórios diversos e singulares, com uma forte matriz identitária, que se articulam e complementam, que assenta a sua afirmação, atratividade, competitividade e coesão económica e social na qualidade de vida diferenciada e na valorização criativa dos seus produtos endógenos e ofertas turísticas, bem como na identificação e desenvolvimento de novas atividades suscetíveis de consolidar e expandir empresas já existentes, por via da inovação, pelo acolhimento de start-ups e pela atração de investimento externo”.

Pretende-se assim “a utilização da diversidade e singularidade dos territórios como argumento potenciador da valorização conjunta da região, nos planos nacional e internacional, e uma clara aposta na investigação, tecnologia e inovação”.

## Reunião no âmbito da Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças (RIET)

Novembro 2014

Tendo em consideração a importância das atividades transfronteiriças para o território do Alto Tâmega, a CIM participou na Reunião no âmbito da Rede Ibérica de Entidades Transfronteiriças (RIET) realizada nos dias 18 e 19 de novembro.

A RIET agrupa entidades que atuam no âmbito transfronteiriço e tem como objetivo a criação e consolidação de uma rede de cooperação transfronteiriça ao longo da fronteira luso-espanhola, promovendo uma voz única para a Europa e os Governos de Portugal e Espanha, assumindo-se como um fórum de reflexão na definição de estratégias para tratar questões transfronteiriças.

No âmbito dos trabalhos foram debatidos diversos temas, designadamente, “Desafios e oportunidades da Cooperação Territorial 2014-2020” e “RIET: do presente ao futuro”, em que se abordaram as perspetivas abertas pelos novos programas de cooperação territorial, com particular enfoque para o SUDOE e para o POCTEP.

Foram apresentados os resultados da constituição de três importantes atividades desenvolvidas ao longo deste projeto, nomeadamente, o Serviço de Estudos, em Ciudad Rodrigo, o Observatório de Fronteira, em Cáceres e, particularmente relevante para o Alto Tâmega, o Centro de Documentação, em Chaves.



## Reuniões setoriais e temáticas

## Novembro 2014

Na fase final dos trabalhos de desenvolvimento da Estratégia de Desenvolvimento Territorial, aproveitando as fortes interdependências com a estratégia de Desenvolvimento Local do Alto Tâmega, que permitirá avançar com o Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC), a ADRAT promoveu um conjunto de reuniões setoriais focadas em temas considerados pertinentes. Deste modo, foram organizados 3 dias de reuniões, com o intuito de auscultar as necessidades dos diferentes atores locais:

- Dia 19 de Novembro: Áreas Social e Cultural;
- Dia 20 de Novembro: Área do Turismo;
- Dia 21 de Novembro: Setor Empresarial e Agricultura.

As diferentes sessões mobilizaram um conjunto alargado de atores, a quem foram apresentadas as principais orientações estratégicas previstas e cujas sensibilidades e pontos de vista foram recolhidos no sentido de os analisar e incorporar nos documentos finais.



## Reuniões de envolvimento

### Janeiro a novembro 2014

Para além dos eventos pontuais de partilha e mobilização, o desenvolvimento da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial implicou a operacionalização de vários momentos de reunião com um conjunto selecionado de atores no sentido de recolher contributos e de validar as principais opções realizadas. Este processo direcionado teve lugar em diferentes momentos, com objetivos diferenciados, designadamente:

- Janeiro de 2014: apresentação da proposta de trabalho, identificação de atores regionais e recolha de elementos;
- Abril de 2014: discussão e validação de diagnóstico, recolha de elementos e contributos adicionais;
- Outubro / Novembro de 2014: discussão de opções estratégicas, identificação de potenciais medidas.

As reuniões envolveram diferentes tipologias de entidades, numa lógica de mobilização de “hélice quádrupla”, onde se incluem as entidades da administração pública (sendo neste caso de destacar as Câmaras Municipais), as instituições de ensino da região e da envolvente (destacando-se a UTAD e a Universidade de Vigo), as empresas e suas associações (incluindo a ACISAT e as maiores empresas a atuar na região), e as entidades da sociedade civil (designadamente IPSS).

A lista das entidades envolvidas neste processo é apresentada em anexo (Anexo 2).

Pretendeu-se que os trabalhos se focassem em dois objetivos complementares: por um lado pretendeu-se conhecer em detalhe cada um dos setores, principais atores e seu relacionamento; por outro lado pretendeu-se identificar e trabalhar em conjunto possíveis áreas de especialização e iniciativas relevantes a implementar no sentido de concretizar o potencial existente.



## 2. Diagnóstico





## 2. DIAGNÓSTICO

### 2.1. Demografia

#### 2.1.1. Dinâmicas demográficas

Os municípios que compõem a atual Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega englobavam, em 2011, uma população residente de 94 143 habitantes (**Tabela 2**), o que corresponde, aproximadamente, a 2,6% da população da região Norte. O Município mais populoso é o de Chaves com mais de 40 000 habitantes, seguido de Valpaços e Vila Pouca de Aguiar com 16 882 e 13 187 residentes, respetivamente. Estes valores refletem a distribuição desigual da população pelos municípios: os habitantes de Chaves representam 44% da população total do Alto Tâmega, sendo que os restantes 56% se distribuem, também de forma irregular, pelos restantes cinco municípios. Ribeira de Pena (6 544) e Boticas (5 750) são as unidades menos habitadas.

A densidade populacional média da região, de 33,2, é comparativamente mais baixa em relação à média nacional, sendo que esse valor é cinco vezes inferior ao número de habitantes por quilómetro quadrado da região Norte. A perda de população do Alto Tâmega a um ritmo superior ao da perda populacional do resto do país tem vindo a agravar este hiato.

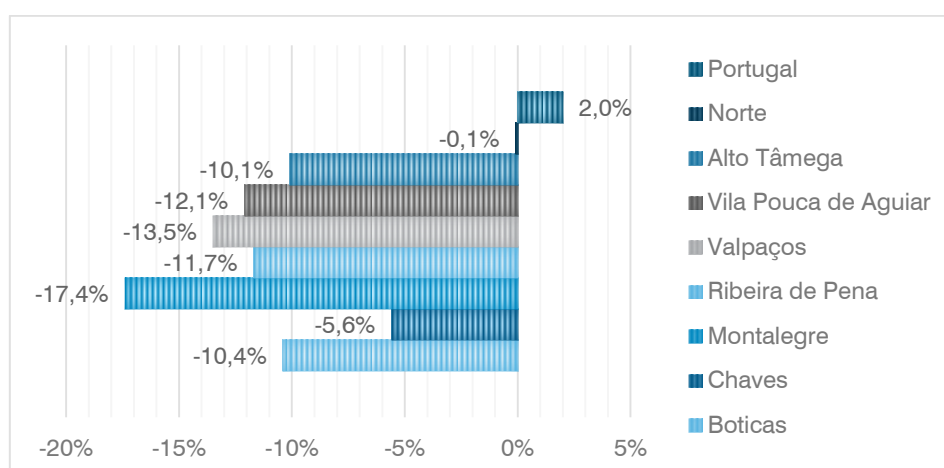
**Tabela 2:** População residente e densidade populacional

	2001	2008	2011	Densidade populacional (2011, hab/km²)
Boticas	6417	5895	5750	17,9
Chaves	43667	42113	41243	69,8
Montalegre	12762	11050	10537	13,1
Ribeira de Pena	7412	6803	6544	30,1
Valpaços	19512	17595	16882	30,8
Vila Pouca de Aguiar	14998	13648	13187	30,2
<b>Alto Tâmega</b>	<b>104768</b>	<b>97104</b>	<b>94143</b>	<b>33,2</b>
Norte	3687293	3712554	3689682	173,3
Portugal	10356117	10563014	10562178	114,5

Fonte: INE

O Alto Tâmega segue a tendência demográfica de perda populacional do resto da região Norte, como é visível na **Tabela 2** acima e ainda mais claramente na **Figura 3** abaixo. Num período de 10 anos (entre 2001 e 2011), o número de habitantes no Alto Tâmega decresceu 10%. Todavia, apesar de a tendência ocorrer também ao restante território da região Norte, a agravante do caso do Alto Tâmega encontra-se na intensidade deste decréscimo: no Norte, entre 2001 e 2011, a descida foi de 0,1%. Montalegre e Chaves representam, respetivamente, a maior (-17%) e menor (-6%) perda de habitantes do Alto Tâmega. Assim, é tangível uma dinâmica de perda de população residente nos municípios em questão, mais acentuada do que na região Norte.





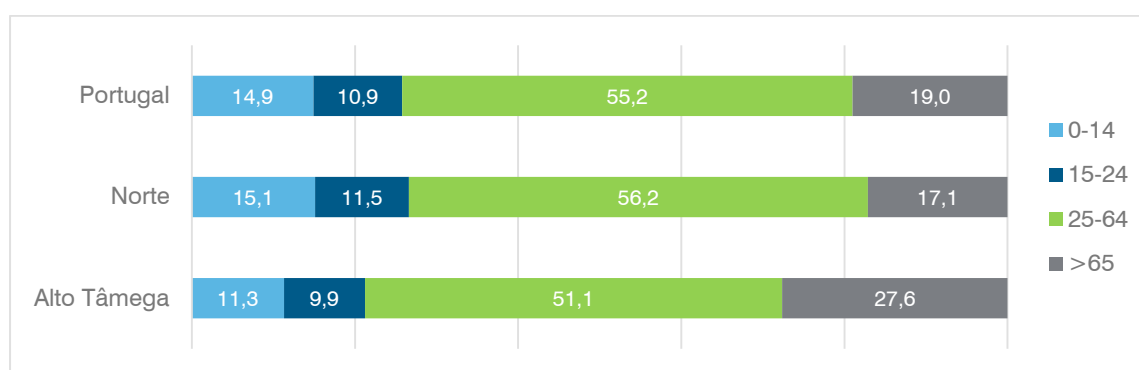
**Figura 3:** Variação da população residente entre 2001 e 2011. *Fonte:* INE

A distribuição etária dos residentes no Alto Tâmega (**Figura 4**) apresenta também diferenças significativas em relação à região Norte e a Portugal. Enquanto nestas duas unidades de análise os indivíduos dos 0 aos 24 anos constituem 27% e 26% da população total, no Alto Tâmega, esse valor ultrapassa ligeiramente os 21%. Entre os vários municípios, Montalegre destaca-se por um envelhecimento mais agravado, uma vez que não só a percentagem dos habitantes idosos é elevada, como a de jovens é reduzida: 33% dos seus habitantes têm mais de 65 anos e apenas 10% estão na faixa dos 0 aos 14 anos. Pelo contrário, Chaves é o Município com menos idosos (25%), ainda que Ribeira de Pena tenha a proporção mais elevada de jovens e jovens adultos do Alto Tâmega (23% de indivíduos dos 0 aos 24).

A diferença do Alto Tâmega em relação a Portugal e ao Norte é mais significativa na faixa etária dos indivíduos com 65 ou mais anos. A este nível, os 28% da do Alto Tâmega encontram-se quase 9 pontos percentuais acima da média nacional e 10 acima da média da região Norte.

Acumulando estas duas realidades – poucos jovens e um número considerável de idosos, o Alto Tâmega apresenta uma pirâmide demográfica envelhecida. Para este cenário, contribuem dois outros indicadores: o aumento da esperança média de vida e a redução da taxa bruta de natalidade. Segundo dados do INE referentes a 2011, Portugal tinha uma taxa bruta de 9,2‰, na região Norte era de 8,5‰ e a média do Alto Tâmega alcançava os 5,5‰. Uma comparação com os valores de 2001 revela que esta taxa decresceu cerca de 19‰ no Alto Tâmega, 16‰ em Portugal e 24‰ no Norte.

Estas dinâmicas demográficas têm implicações práticas em contextos específicos, quer seja o da capacidade produtiva dos municípios, a renovação das gerações ou mesmo das estruturas sociais necessárias para prestar assistência à população.



**Figura 4:** População residente por faixa etária. *Fonte:* INE. Dados referentes a 2013

Atendendo a esta distribuição etária da população, torna-se consequente o surgimento dos valores representados na **Tabela 3** abaixo que refletem um índice de envelhecimento<sup>1</sup> e de dependência de idosos<sup>2</sup> bastante superior ao das duas unidades em comparação. Ribeira de Pena e Chaves apresentam os valores mais baixos do índice de envelhecimento no Alto Tâmega. Contudo, a média da região, agravada com o envelhecimento, por exemplo, de Montalegre e Valpaços, é cerca do dobro da média nacional e da região Norte. Uma discrepância igualmente assinalável acontece com o índice de dependência de idosos.

Relativamente ao índice de dependência de jovens<sup>3</sup>, a média é inferior à nacional em todos os casos dos municípios analisados, sendo que apenas Ribeira de Pena se aproxima do índice da região Norte.

**Tabela 3:** Índices de envelhecimento e dependência (2011).

	Envelhecimento	Dependência de idosos	Dependência de jovens
Boticas	314,5	54,7	17,4
Chaves	200,7	38,7	19,3
Montalegre	347,1	57,5	16,6
Ribeira de Pena	213,7	44,0	20,6
Valpaços	313,7	54,9	17,5
Vila P. de Aguiar	225,5	42,3	18,7
<b>Alto Tâmega</b>	<b>269,1</b>	<b>48,7</b>	<b>18,4</b>
Norte	113,3	25,2	22,3
Portugal	127,8	28,8	22,5

*Fonte:* INE

<sup>1</sup> O índice de envelhecimento é o resultado do quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos.

<sup>2</sup> O índice de dependência de idosos calcula-se através do quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

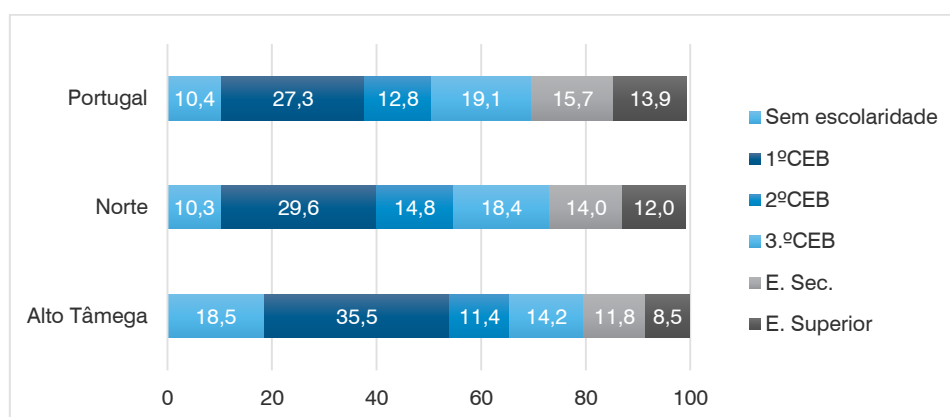
<sup>3</sup> O índice de dependência de jovens calcula-se através do quociente entre o número de pessoas 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

**EM SÍNTESE:**

O Alto Tâmega tem enfrentado, nos últimos anos, um processo de diminuição progressiva e relativamente acentuada do número de residentes nos seus seis municípios: num período de dez anos, perdeu 11% da sua população. Com o aumento da esperança média de vida, a diminuição das taxas de natalidade e uma consequente estrutura demográfica envelhecida, os índices de envelhecimento e dependência de idosos são elevados, dificultando a renovação das gerações e o dinamismo da região.

### 2.1.2. Níveis de formação

Os níveis de formação e qualificação no Alto Tâmega são comparativamente inferiores aos da média nacional e da região Norte (**Figura 5**). Apenas 9% da população do Alto Tâmega completou o Ensino Superior, cinco pontos percentuais abaixo da média nacional. O mesmo hiato existe em relação à conclusão do Ensino Secundário. Inversamente, os habitantes sem escolaridade ou com o 1º Ciclo do Ensino Básico representam 54% da população total, quando, em Portugal, este valor não atinge os 38%, refletindo os baixos níveis de qualificação nesta região.



**Figura 5:** Residentes ( $\geq 15$ anos) por nível de escolaridade completo mais elevado (%) (2011) *Fonte:* INE

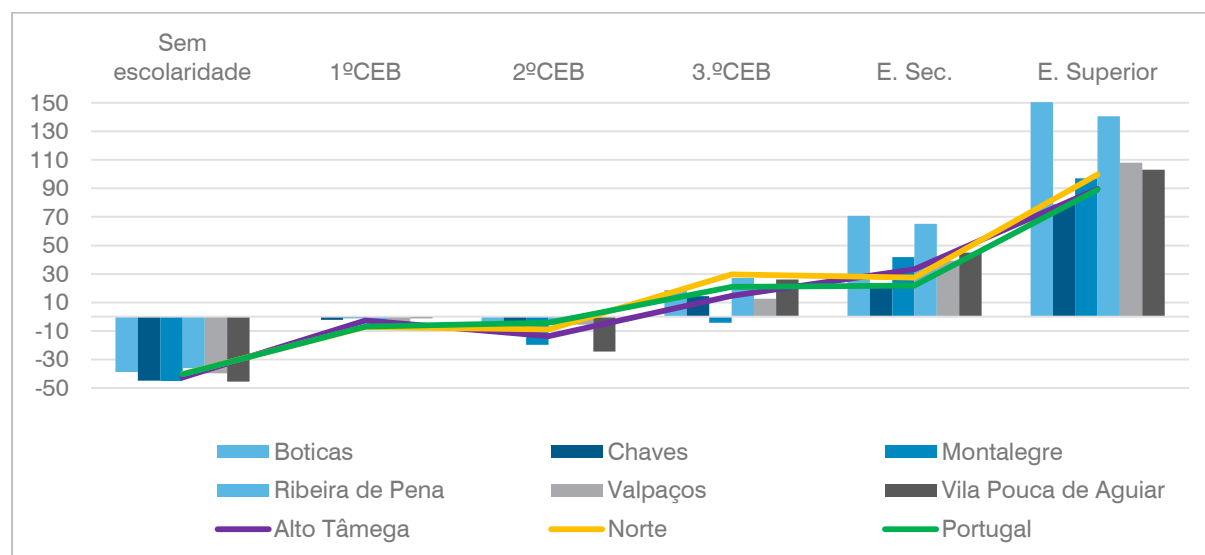
Os valores da **Tabela 4** abaixo, que refletem o número de alunos matriculados por nível de ensino por localidade do estabelecimento que frequentam, apontam para uma maior concentração de alunos em Chaves e em Valpaços. Por outro lado, Boticas e Ribeira de Pena são os municípios com menos alunos matriculados, o que se justifica pela estrutura demográfica das próprias comunidades.

**Tabela 4:** Alunos matriculados por nível de ensino (2011/2012).

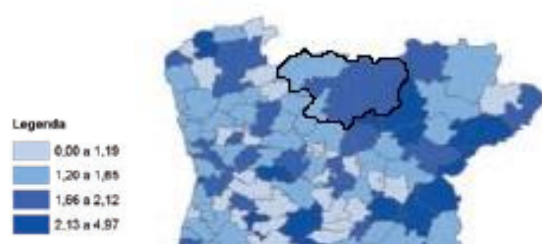
	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	E. Sec.	E. Superior
Boticas	89	179	90	150	10	0
Chaves	858	1 567	865	1 618	2 069	522
Montalegre	170	266	191	367	223	0
Ribeira de Pena	168	230	151	294	193	0
Valpaços	306	479	334	504	355	0
Vila P. de Aguiar	221	404	270	508	335	0
<b>Alto Tâmega</b>	<b>1 812</b>	<b>3 125</b>	<b>1 901</b>	<b>3 441</b>	<b>3 185</b>	<b>522</b>
Norte	94 053	155 903	95 425	163 922	151 683	123 726
Portugal	272 547	454 003	266 095	437 713	411 238	390 273

Fonte: INE

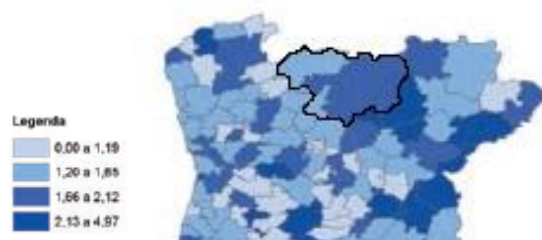
No entanto, e como o gráfico abaixo revela (**Figura 6**), o Alto Tâmega acompanha a tendência nacional de aumento dos níveis de qualificação da população. Entre 2001 e 2011, denota-se uma redução acentuada dos indivíduos sem escolaridade e com formações mais básicas. Cumulativamente, a percentagem de habitantes do Alto Tâmega com formação ao nível do 3.º Ciclo do Ensino Básico, do Ensino Secundário e do Ensino Superior – com maior destaque para este último – subiu consideravelmente: a proporção de diplomados, em média, quase que duplicou numa baliza temporal de 10 anos, refletindo uma tendência de maior qualificação da população do Alto Tâmega. As taxas mais elevadas de aumento da qualificação da população registam-se em Boticas e Ribeira de Pena.

**Figura 6:** Variação de residentes (≥15anos) por nível de escolaridade completo mais elevado (%) (2001 e 2011). Fonte: INE

Relativamente ao abandono escolar nos municípios do Alto Tâmega, como ilustram a



**Figura 7** e a **Tabela 5** abaixo, Ribeira de Pena e Montalegre registam os valores mais reduzidos: 1,2% e 1,3%, respetivamente. Pelo contrário, os restantes municípios encontram-se no escalão imediatamente superior, registando uma taxa de abandono entre 1,7% e 2,1%. Valpaços e Vila Pouca de Aguiar destacam-se pelos elevados valores de abandono escolar. Em média, o Alto Tâmega regista uma taxa (1,7%) superior à média nacional (1,6%) e à da região Norte (1,5%).



**Figura 7:** Taxa de abandono escolar (10-15 anos, 2011). *Fonte:* Atlas da Educação, CESNova

**Tabela 5:** Taxa de abandono escolar

	Taxa de abandono escolar
Boticas	1,59
Chaves	1,83
Montalegre	1,27
Ribeira de Pena	1,24
Valpaços	2,09
Vila P. de Aguiar	1,95
<b>Alto Tâmega</b>	<b>1,66</b>
Norte	1,45
Portugal	1,58

(%) *Fonte:* INE, 2001

## EM SÍNTESE:

A população do Alto Tâmega apresenta baixos níveis de formação e qualificação quando comparada com a realidade nacional: mais de metade da população não tem escolaridade ou frequentou apenas o 1º Ciclo do Ensino Básico. Adicionalmente, salientam-se níveis de abandono escolar superiores à média nacional. Todavia, regista-se uma tendência positiva de melhoria da qualificação dos residentes ao longo dos últimos anos. Este cenário reflete a incapacidade da região em fixar recursos humanos qualificados

## 2.2. Economia

O mercado de trabalho constitui um dos elementos de análise do desempenho económico de uma região. No caso do Alto Tâmega (**Tabela 6**), a população ativa atinge quase os 34 500 indivíduos, correspondendo, aproximadamente, a 37% da população total. Ao nível nacional, essa proporção ultrapassa os 47%, o que revela uma menor disponibilidade de força de trabalho no Alto Tâmega em comparação com o resto do país.

Relativamente ao desemprego, por cada 100 empregados, existem 15 pessoas sem emprego – um valor ligeiramente abaixo da média da região Norte e de Portugal. À semelhança do que acontece no resto do país, a taxa de desemprego, com exceção de Boticas, aumentou em todas os restantes municípios, com especial intensidade em Vila Pouca de Aguiar. Em 2011, Ribeira de Pena e Chaves eram os municípios com uma maior taxa de desemprego; pelo contrário, Boticas e Montalegre registaram os valores mais reduzidos de toda a região.

No que concerne o ganho médio mensal das diferentes populações, existem diferenças entre os municípios do Alto Tâmega: entre Ribeira de Pena e Boticas, que ocupam, respetivamente, o primeiro e o último lugares da tabela, há uma diferença de 117€. Quando comparada a média do conjunto de municípios com a região Norte e com a média nacional, esse desfasamento aumenta para 184,80€ e 320,20€, respetivamente.

**Tabela 6:** Mercado de Trabalho (2011).

	População ativa	População ativa (% população total)	Desempregados por 100 empregados	Taxa desemprego <sup>4</sup>		Ganho médio mensal (€)
				2001	2011	
Boticas	1 975	34,5	10,1	10,3	9,2	703,1
Chaves	16 363	39,6	16,9	10,3	14,5	819,8
Montalegre	3 485	33,2	12,5	9,6	11,1	756,5
Ribeira de Pena	2 465	37,7	18,5	11,5	15,6	820,7
Valpaços	5 329	31,7	13,7	10,0	12,1	728,3
Vila P. de Aguiar	4 847	36,9	16,0	8,3	13,8	757,3
<b>Alto Tâmega</b>	<b>34 464</b>	<b>36,7</b>	<b>14,6</b>	<b>10,0</b>	<b>12,7</b>	<b>764,3</b>
Norte	1756065	47,6	16,9	6,7	14,5	949,1
Portugal	5023367	47,6	15,2	6,8	13,2	*1084,5

\*Valor referente a Portugal Continental

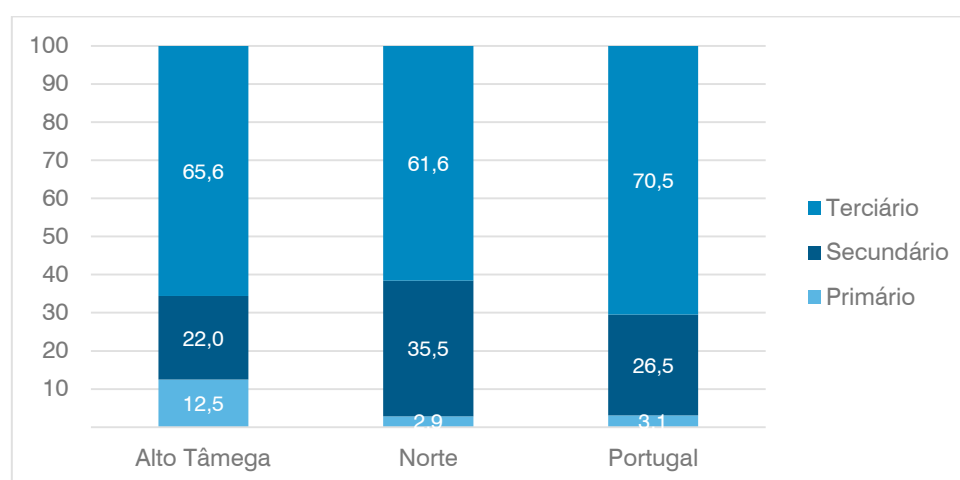
Fonte: INE

No Alto Tâmega, há 16025 indivíduos ao serviço de empresas não-financeiras, segundo dados do INE relativos a 2011. Quando analisada com mais detalhe a população empregada do Alto Tâmega e a sua distribuição por setores de atividade (**Figura 8**), reconhecem-se algumas semelhanças e algumas diferenças face às outras duas unidades em comparação. Nesse sentido, a terciarização da economia é um fenómeno presente no Alto Tâmega com aproximadamente o mesmo impacto do que no resto do país. Tal semelhança não se repercute nos outros dois setores. 22% da população do Alto Tâmega dedica-se à atividade industrial; contudo, este valor

<sup>4</sup> Relação entre a população desempregada e a população ativa.

é comparativamente menor do que o impacto que este setor tem em Portugal (27%) e ainda de forma mais considerável na região Norte (36%).

O peso do setor primário (13%), atendendo ao contexto do Alto Tâmega e à sua tradição agrícola, é consideravelmente mais expressivo do que na região Norte (3%) e em Portugal (3%). Mais especificamente, este setor ocupa 22% dos residentes de Montalegre e de Valpaços, os dois municípios com o valor mais elevado deste indicador. Pelo contrário, Chaves, com 6% da população empregada na agricultura, é o Município menos dedicado ao setor primário. Esta distribuição permite compreender o peso relativo do setor primário na economia da região.



**Figura 8:** Percentagem de população empregada por setor de atividade (2011) *Fonte:* INE

As **empresas** são atores-chave da atividade económica e do desenvolvimento regional, pois, quando sólidas e bem-sucedidas, criam postos de trabalho, dinamizam os locais onde se instalam e criam ainda efeitos multiplicadores na região.

Uma das entidades que, no Alto Tâmega, tem vindo a promover o dinamismo económico da região, nomeadamente através de um trabalho de proximidade com as empresas, é a Associação Empresarial do Alto Tâmega (ACISAT). A ACISAT, enquanto Associação Patronal sem fins lucrativos, definiu como sua missão a formação, desenvolvimento e defesa dos interesses das atividades empresarial e associativa através da dinamização de uma rede empresarial e institucional. Nesse sentido, pretende promover e contribuir para o desenvolvimento técnico, económico, social e cultural harmonioso do Alto Tâmega, pelo que desempenha, por isso, um papel de destaque na vida da região.

Relativamente às empresas, e atendendo à relevância destes atores económicos, importa considerar a sua tipologia e concentração geográfica. Existem, sediadas no Alto Tâmega, 8233 empresas (dados do INE referentes a 2011), enquanto que a região Norte perfaz mais de 360000.

Relativamente à tipologia das empresas, o Alto Tâmega aproxima-se dos padrões da média nacional (



**Tabela 7):** 98% do tecido empresarial do Alto Tâmega, 95% do do Norte e 96% do português são constituídos por microempresas. Estas unidades caracterizam-se por volumes de negócios relativamente reduzidos e por estruturas familiares, normalmente criadas para providenciar a subsistência dos proprietários e das suas famílias.

Inversamente, a percentagem de grandes empresas (com mais de 250 pessoas ao serviço) não ultrapassa os 0,1% de todo o tecido empresarial nas três unidades em análise. O peso relativo das empresas onde trabalham entre 10 a 249 funcionários é bastante inferior no Alto Tâmega (2%) quando comparado com os 5% da região Norte e os 4% da média nacional. A mesma discrepância acentuada encontra-se no indicador da densidade das empresas no território do Alto Tâmega, onde a média de 3 empresas por km<sup>2</sup> é bastante inferior à de 17 e 12 empresas no Norte e em Portugal.

Estes dados refletem o padrão micro do tecido empresarial do Alto Tâmega e da importância desta tipologia de empresas para a economia local.

**Tabela 7:** Empresas por número de trabalhadores e por área (2012)

% de empresas	< 10 pessoas ao serviço	10 a 249 pessoas ao serviço	> = 250 pessoas ao serviço	Densidade empresas (nº/km <sup>2</sup> )
Boticas	98,0	2,0	0,0	1,3
Chaves	97,2	2,8	0,0	6,5
Montalegre	98,8	1,2	0,0	1,2
Ribeira de Pena	97,4	2,6	0,0	2,2
Valpaços	98,2	1,8	0,0	2,5
Vila Pouca de Aguiar	97,3	2,6	0,1	2,7
<b>Alto Tâmega</b>	<b>97,8</b>	<b>2,2</b>	<b>0,0</b>	<b>2,7</b>
Norte	95,3	4,7	0,1	16,9
Portugal	96,1	3,9	0,1	12,1

Fonte: INE, PORDATA

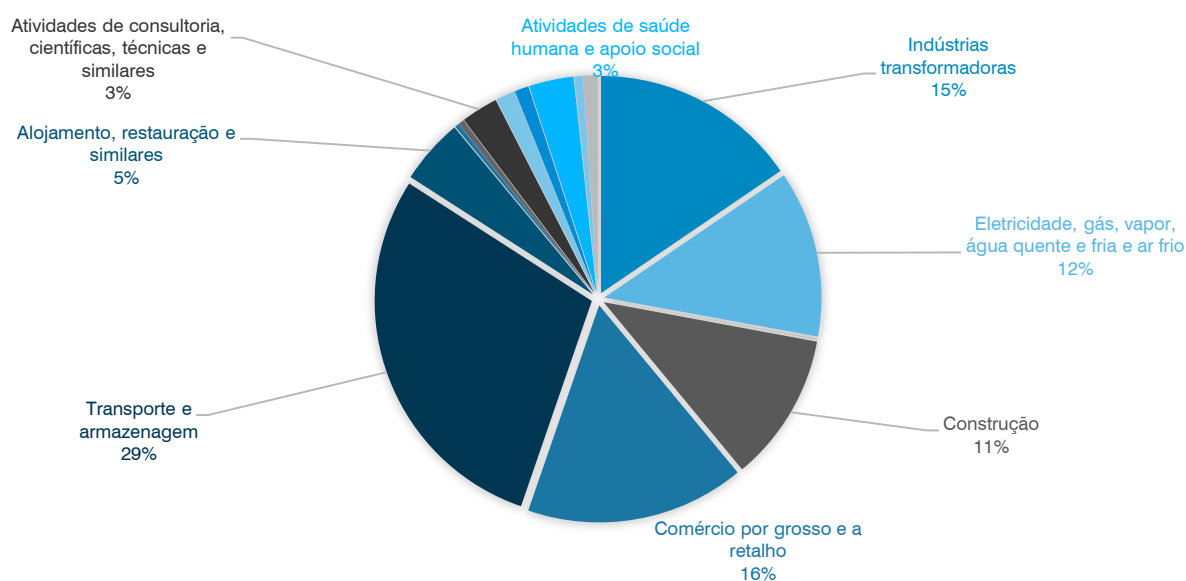
As empresas presentes no Alto Tâmega contribuem para a economia regional e nacional com um volume de negócios que rondava, em 2012, os 939 milhões de euros (Tabela 8). Este valor representa 1% do volume na zona Norte e sentiu, desde 2009, um decréscimo na ordem dos 7%. No entanto, esta tendência negativa espelha uma realidade nacional semelhante, ainda que menos intensa: o volume de negócios em Portugal recuou, de 2009 a 2012, cerca de 4%.

**Tabela 8:** Volume de negócios das empresas não-financeiras (milhões €).

	2009	2012	Taxa evolução
Boticas	42,6	43,2	1,3
Chaves	477,6	413,6	-13,4
Montalegre	73,2	62,5	-14,7
Ribeira de Pena	54,6	51,5	-5,8
Valpaços	122,3	114,3	-6,6
Vila Pouca de Aguiar	233,7	254,3	8,8
<b>Alto Tâmega</b>	<b>1004,1</b>	<b>939,2</b>	<b>-6,5</b>
Norte	92377,0	89199,2	-3,4
Portugal	340846,1	325870,3	-4,4

Fonte: INE; PORDATA

A **Figura 9** abaixo apresenta com relativo detalhe a distribuição do Valor Acrescentado Bruto (VAB) das empresas por setor de atividade. As três áreas mais significativas para a economia do Alto Tâmega são, assim, o Transporte e Armazenagem (29%); o Comércio por grosso e a retalho (16%); e as Indústrias Transformadoras (15%). Juntos, estes três setores representam 60% do valor acrescentado criado no Alto Tâmega, refletindo a sua relevância para a região.

**Figura 9:** VAB das empresas por setor de atividade - Alto Tâmega, 2012 (%) Fonte: INE, PORDATA

A NUTS II Norte e a média de Portugal apresentam uma distribuição ligeiramente diferente, uma vez que ambas são lideradas pelas indústrias transformadoras (34% e 21% respetivamente), seguidas do comércio por grosso e a retalho (19% em ambas) e da construção (11% e 8% respetivamente). No caso da média nacional, a construção equipara-se, em termos de valor acrescentado bruto, a outras áreas como a saúde e o apoio social, o transporte e a armazenagem. Cada um destes setores corresponde também a 8%.

O peso do setor industrial extrativo reflete-se também nos apoios públicos. Várias entidades neste setor beneficiaram, no contexto do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), de apoios públicos em projetos considerados fundamentais e estratégicos para a região. A **Tabela 9** abaixo sintetiza o conjunto de projetos com investimentos superiores a 1 milhão de euros apoiados no âmbito do domínio da Inovação e Renovação do Modelo Empresarial do QREN:

**Tabela 9:** Investimentos em projetos de entidades privadas pelo QREN (> 1M€)

Beneficiário	Operações	Investimento Elegível Aprovado (€)
VMPS – Águas e Turismo, SA	Revitalização do Parque de Pedras Salgadas	7 459 700
Pena Aventura - Organização de Atividades Desportivas, Lda	Empreendimento de animação Pena Aventura Park	4 921 295
Pedras Salgadas Hotel, Lda.	Implementação de estabelecimento hoteleiro - serviços ligados à vertente saúde e bem-estar	4 765 044
Stellep Produção de Pellets SA	Criação de uma nova linha de produção de Pelets Ambientais, sendo a única empresa em Portugal que os vai produzir	3 011 690
Stellep Produção de Pellets SA	Implementação de uma nova unidade industrial de pellets	2 985 018
Vértice da Primavera, Lda.	Criação de uma unidade de extração, transformação e comercialização de ardósia	2 872 349
Pastelnor - Industria e Inovação Alimentar, Lda.	Criação de unidade de pastelaria industrial, caracterizada por um elevado grau de inovação, versatilidade e capacidade de produção, afirmando-se como uma unidade de referência na Península Ibérica	2 871 933
Granitender - Granitos e Empreitadas, Lda.	Criação de empresa de extração e transformação de granito	2 830 212
Granitos da Ginjeira, Lda.	Criação de empresa de extração e transformação de granito	2 483 909
Irmãos Queirós, Lda.	Reforço da capacidade extrativa e produção de britas	2 138 887
Agroaguiar III - Indústria de Substratos, Lda	Criação de unidade de processamento de composto orgânico a partir de dejetos de coelho	1 837 083
Transgranitos- Mármore e Granitos do Alto Tâmega, Lda.	Dinamização Transgranitos	1 479 300
Soc. de Mármore Central Transmontana, Lda.	Internacionalização, modernização, inovação competitiva para introdução de novo produto	1 467 564
Estalagem de Montalegre, Turismo, Natureza e Lazer, Lda.	Desenvolvimento das capacidades de inovação	1 408 500
VMPS - Águas e Turismo, SA	Aquainov	1 350 798
<b>Total</b>		<b>43 883 281</b>

Fonte: QREN, dados de Setembro/2014

A seleção destes investimentos perfaz um total de aproximadamente 43,9 milhões de euros alocados a projetos privados. Para além da indústria extrativa, o setor do turismo (que representa 5% do valor acrescentado bruto criado na região) é também bastante beneficiado por estes investimentos, com efeitos multiplicadores para a economia local – criação direta e indireta de emprego, dinamização económica, incremento da atratividade turística da região, desenvolvimento da capacidade produtiva e tecnológica das indústrias locais, promoção da exportação, etc.

Relativamente ao comércio internacional, é de destacar dois aspetos da economia do Alto Tâmega: no período em análise na Tabela 10, o valor das importações diminuiu 2% e o das exportações, mesmo retirando do

cálculo os valores dos municípios que não dispunham de dados para 2001, representou uma subida de 152%. Este indicador segue a tendência nacional do reforço das exportações, ainda que a intensidade do aumento tenha sido mais significativa nesta região. Para o Alto Tâmega, ela representa o reconhecimento internacional do valor dos seus produtos e a aposta numa economia dirigida para o exterior.

**Tabela 10:** Valor dos bens importados e exportados pelas empresas (2001 e 2012) (em milhões €).

	Importações		Exportações	
	2001	2012	2001	2012
Boticas	n.d.	1,7	n.d.	2,3
Chaves	26,2	30,1	13,1	27,1
Montalegre	53,2	2,2	n.d.	0,9
Ribeira de Pena	n.d.	0,7	n.d.	1,2
Valpaços	9,4	0,3	0,5	12,0
Vila Pouca de Aguiar	65,8	3,7	4,8	7,2
<b>Alto Tâmega</b>	<b>39,1</b>	<b>38,3</b>	<b>18,4</b>	<b>50,6</b>
Norte	11037,1	11792,6	11798,0	16792,4
Portugal	46560,0	56374,1	27858,9	45213,0
n.d.: dados não disponíveis. Fonte: INE, PORDATA				

Quando analisados os valores das exportações de acordo com o setor de atividade económica, duas áreas destacam-se das restantes: a do comércio por grosso e a retalho e a das indústrias transformadoras, que representam, respetivamente, 38% e 31% das exportações totais em 2011, segundo dados do Portal Estatístico de Informação Empresarial do Instituto dos Registos e Notariado. O setor da construção ocupa uma parcela de 12% desse mesmo total.

Relativamente às importações, quase metade são realizadas no âmbito do comércio por grosso e a retalho; 37% da indústria transformadora e 5% dos transportes e armazenamento – de acordo com os dados da mesma fonte. Combinados, estes valores espelham a situação de *deficit* no Alto Tâmega ao nível do comércio e das indústrias transformadoras, mas, inversamente, a existência de superavit em atividades como a construção, as indústrias extrativas, a agricultura, produção animal, floresta e caça.

Tendo em consideração o tecido empresarial na região do Alto Tâmega e todos os restantes indicadores económicos apresentados acima, surge sem surpresa a diferença entre o poder de compra *per capita* do Alto Tâmega e a do restante território nacional (**Tabela 11**), ainda que consiga perceber-se uma ligeira subida em relação ao valor índice nacional. Em 2011, a média dos municípios do Alto Tâmega apresentava um poder de compra *per capita* 40% inferior ao nacional e estava a cerca de 30 pontos percentuais da média da região Norte. Deve, contudo, destacar-se a proximidade do Município de Chaves à média do Norte e, por contraposição, um distanciamento ainda mais acentuado de municípios como o de Ribeira de Pena e de Boticas que representam praticamente metade do poder de compra dos restantes cidadãos nacionais.

**Tabela 11:** Índice do poder de compra *per capita*.

	2000	2011
Boticas	35,1	52,6
Chaves	69,0	79,1
Montalegre	40,8	57,8
Ribeira de Pena	34,0	50,8
Valpaços	39,1	54,6
Vila Pouca de Aguiar	40,8	62,4
<b>Alto Tâmega</b>	<b>43,1</b>	<b>59,6</b>
Norte	86,0	89,2
Portugal	100,0	100,0

Fonte: INE; PORDATA

**EM SÍNTESE:**

O contexto económico do Alto Tâmega apresenta algumas fragilidades quando comparado com a realidade da região Norte e maiores discrepâncias ainda em relação à média nacional.

O ganho médio mensal é bastante inferior no Alto Tâmega, assim como o poder de compra. A quebra no volume de negócios é mais acentuada nesta região do que no restante território nacional. O tecido empresarial acompanha a tendência de Portugal com o predomínio de empresas de dimensões reduzidas. No Alto Tâmega predominam as empresas de reduzida intensidade tecnológica e geradoras de menor valor acrescentado, assim como a utilização de métodos tradicionais e um setor industrial pouco dinâmico.

Contudo, a taxa de desemprego é inferior à média nacional e a balança comercial da região é positiva, em especial em setores como o do comércio e o das indústrias extrativas, que, juntamente com o setor primário e o turismo, constituem as áreas-chaves do dinamismo económico da região.

**2.2.1. Agricultura, agropecuária e agroindústria**

A agricultura e as atividades a ela associadas ocupam um lugar de relevo no panorama económico do Alto Tâmega, graças à tradição agrícola das populações da região e das características do solo. Em 2011, segundo o INE, das 29832 pessoas empregadas na região, 3715 trabalhavam no setor primário. Em municípios como Montalegre e Valpaços, o setor ocupava profissionalmente quase um quarto dos habitantes. Em termos de condições físicas, destacam-se as duas veigas existentes no Alto Tâmega – a de Chaves e a de Vila Pouca de Aguiar, onde o solo é antigo e apresenta uma formação sedimentar que o torna profundo e fértil. Fora destas veigas, o solo é mais jovem, menos evoluído e profundo, predominando um pH ácido.

Mais amplamente, segundo os *Cadernos Temáticos da ADRAT*, no Alto Tâmega, existem três zonas especialmente adequadas ao exercício das atividades agrárias: (i) **zona agrária do Barroso**: localiza-se a Noroeste e faz parte desta zona Boticas e Montalegre; (ii) **zona agrária do Alto Tâmega/Alvão Padrela**:

abrange Chaves, Vila Pouca de Aguiar e Valpaços. Estas duas zonas agrárias fazem parte da Direção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes. **(iii) zona agrária de Bastos:** insere-se Ribeira de Pena com uma estrutura de explorações mais enquadrada na da região do Minho, pertencendo à Direção Regional de Agricultura de Entre Douro e Minho.

A **Tabela 12** ilustra a evolução da Superfície Agrícola Utilizada (SAU) e é visível o incremento em cerca de 17000 hectares de SAU, num período de 10 anos. É assinalável, especialmente, o aumento da superfície agrícola em Montalegre e em Ribeira de Pena, cujas SAU cresceram 60% e 128%, respetivamente. Pelo contrário, Chaves e Valpaços reduziram a superfície utilizada para fins agrícolas.

Esta subida em praticamente todos os municípios do Alto Tâmega revela a importância do setor primário na região, o que contrariou a tendência negativa registada tanto no Norte, como pela média portuguesa.

**Tabela 12:** Superfície Agrícola Utilizada (em ha).

	1999	2009
Boticas	11 031	13 847
Chaves	26 256	19 480
Montalegre	34 417	55 066
Ribeira de Pena	3 215	7 335
Valpaços	26 201	21 962
Vila Pouca de Aguiar	11 181	11 538
<b>Alto Tâmega</b>	<b>112 301</b>	<b>129 228</b>
Norte	673 555	644 027
Portugal	3 863 094	3 668 145

Fonte: PORDATA

Ainda na temática do setor primário, é de salientar que cerca de 60% das explorações agrícolas têm entre 1 e 5 hectares e 30% entre 5 e 20 hectares (**Tabela 13**). Isto significa que aproximadamente 90% das explorações são de tamanho reduzido a médio, sendo que as de maiores dimensões, superiores a 50 hectares, representam apenas 1%. Os valores são muito semelhantes à restante realidade da região Norte. A média nacional, contudo, demonstra uma tendência para explorações de relativa maior dimensão, ainda que a tradição de minifúndios de tamanho reduzido, propiciada pela própria topografia do terreno, esteja presente em todo o território nacional – o que se enquadra também com a estrutura económica essencialmente de microempresas de natureza familiar.

**Tabela 13:** Área das explorações agrícolas (% da área total)

	< 1ha		1 - <5ha		5 - <20ha		20 - <50ha		> = 50ha	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009	1999	2009	1999	2009
<b>Alto Tâmega</b>	6,5	5,3	55,6	60,1	33,8	30,8	3,3	2,8	0,5	0,8
Norte	20,3	14,7	57,2	61,0	18,9	20,3	2,8	2,9	0,6	0,8
Portugal	26,1	21,2	51,9	54,0	15,7	17,1	3,1	3,8	2,4	3,4

Fonte: PORDATA

Relativamente às atividades de **pecuária**, destacam-se duas raças autóctones de bovinos – Barrosã e Maronesa – com aptidão para a produção de carne com reconhecida qualidade, ambas dando origem a carne de excelência controlada com garantia de Denominação de Origem Protegida (DOP), sendo que os ovinos, caprinos e suínos também ocupam uma posição de relevo na produção pecuária da região. Estes últimos destacam-se adicionalmente pela consequente produção de fumeiro.

Contudo, para além dos bovinos, o Alto Tâmega é reconhecido por um conjunto de produções específicas para as quais as suas características naturais a tornam especialmente propensa. Segundo dados da Comissão Europeia, a região conta com uma longa lista de 24 produtos de DOP ou de Indicação Geográfica Protegida (IGP), tal como esquematiza a **Tabela 14** abaixo:

**Tabela 14:** Produtos do Alto Tâmega de DOP e IGP

Tipo	Produto	Área geográfica (Alto Tâmega)
DOP	Castanha da Terra Fria	Chaves, Valpaços
	Mel da Terra Quente	Valpaços
	Castanha da Padrela	Chaves, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar
	Cabrito Transmontano	Valpaços
	Carne Barrosã	Boticas e Montalegre
	Carne Maronesa	Ribeira de Pena, Vila Pouca
	Azeite de Trás-os-Montes	Valpaços
	Queijo Terrincho	Valpaços
	Borrego Terrincho	Valpaços
	Carne de Bísaro Transmontano	Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar
	Queijo de Cabra Transmontano	Valpaços
	Cordeiro Bragançano	Chaves e Valpaços
	Mel de Barroso	Boticas e Montalegre

Tipo	Produto	Área geográfica (Alto Tâmega)
IGP	Cabrito de Barroso	Boticas, Chaves, Montalegre e Vila P. Aguiar
	Presunto de Barroso	Boticas, Chaves e Montalegre
	Cordeiro de Barroso	Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar
	Sangueira de Barroso	Montalegre
	Alheira de Barroso	Montalegre
	Salpicão de Barroso	Montalegre
	Chouriça de Carne de Barroso	Montalegre
	Chouriço de Abóbora de Barroso	Montalegre
	Batata de Trás-os-Montes	Boticas, Chaves, Valpaços e Vila P. Aguiar



Tipo	Produto	Área geográfica (Alto Tâmega)
	Carne de Bovino Cruzado dos Lameiros do Barroso	Montalegre, Boticas e Chaves
	Pastel de Chaves*	Chaves

Fonte: Comissão Europeia – Agricultura e Desenvolvimento Rural

\* Pedido apresentado. Todos os restantes estão já registados.

No Alto Tâmega, há, assim, uma grande variedade de produções endógenas de destacada qualidade e procura. O **mel** é produzido tradicionalmente e, atendendo à flora e ao clima da região, com potencialidade de grande qualidade. As cooperativas agrícolas da região (como por exemplo, a MONTIMEL de Chaves, a CAPOLIB de Boticas e a Coopaguiarense de Vila Pouca de Aguiar) têm vindo a desempenhar um papel muito importante no incentivo à produção e comercialização deste produto.

A cultura da oliveira e a produção de **azeite** concentram-se essencialmente em Valpaços. É um setor de especial importância para a região, objeto de vários investimentos nos últimos anos e do reconhecimento da sua qualidade, tendo sido atribuídos já alguns prémios a azeites do Alto Tâmega.

Outros produtos de destaque da região incluem a **castanha** e a **amêndoa**: Valpaços é o maior produtor de amêndoa e castanha da região do Alto Tâmega. Apesar de muito bem recebida no mercado nacional pela sua qualidade, a produção da amêndoa de Valpaços é bastante reduzida atendendo a constrangimentos como a ausência de correção da acidez do solo e a sua adubação de fundo, a utilização de solos com declives pouco adequados à mecanização, etc. Por outro lado, a Castanha da Padrela (D.O.P.) é um produto de elevada qualidade, localizada em Chaves, Valpaços, Murça e Vila Pouca de Aguiar, muito apreciado no estrangeiro e cotado como produto de luxo.

Também a **batata** do Alto Tâmega ocupa uma posição de destaque no setor primário da região. Foi a primeira batata de semente do país a ser certificada. A batata de consumo é também bastante popular, produzida sem recurso a tratamentos químicos (ADRAT, Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, 2007).

Adicionalmente, o **fumeiro** também representa para a região, económica e simbolicamente, um setor central da atividade do Alto Tâmega. De produção fundamentalmente artesanal, estão frequentemente disponíveis salpicões, linguças, alheiras, presuntos e outros enchidos fumados – alguns dos quais estão já certificados (**Tabela 14**). As mostras gastronómicas e feiras dedicadas a estes produtos (como por exemplo as Feiras do Fumeiro) são bastante populares e ocorrem periodicamente em vários municípios do Alto Tâmega.

A produção de **cogumelos** tem vindo a destacar-se na economia da região, nomeadamente em Boticas, Chaves e em Vila Pouca de Aguiar. Este produto, com uma crescente procura no mercado nacional e internacional, baseou, por exemplo, um projeto em Chaves que pretende criar mais de 100 postos de trabalho diretos e que foi classificado, pela Câmara, como projeto de interesse municipal, atendendo aos efeitos multiplicadores da sua concretização para a região. Com um investimento global de sete milhões de euros, a internacionalização é uma das principais apostas do projeto, usufruindo da posição geográfica estratégica do município na ligação com o resto da Europa.

Os **vinhos** de qualidade produzidos nas Regiões Demarcadas de Chaves e Valpaços receberam a classificação de Vinho Regional de Trás-os-Montes, com características especiais resultantes das condições de solo e do

clima, que produzem uma bebida leve e aveludada. Chaves e Valpaços dominam a produção vinícola, também encontrada em Boticas, Montalegre, Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena. As Adeegas Cooperativas de Chaves, Valpaços e Vidago têm feito um esforço para que este setor possa competir internacionalmente.

A produção de **cereais** encontra-se de forma mais acentuada em Valpaços e Montalegre, ainda que as condições do solo e do clima não sejam as ideais e resultem em menores produções. Ao nível das horticulturas e fruticulturas, a oferta do Alto Tâmega engloba, para além de outras, a noz, a avelã, o figo, a pavia, o pimento do Cambedo, o melão carrasco da veiga de Chaves, a couve penca de Chaves e o tomate coração de boi.

Por último, convém destacar ainda o setor da **floresta** no Alto Tâmega, cujos recursos têm vindo a ser valorizados ao longo dos últimos anos, apesar de existirem ainda obstáculos à maximização das suas potencialidades. As florestas são fontes privilegiadas de madeira, lenha, resina e outros produtos essenciais para os setores primário e secundário, podendo também ser aproveitadas como locais propícios à **caça** e a zonas de lazer. Naturalmente, ameaças como os incêndios florestais e o pobre ordenamento florestal obstaculizam o aproveitamento deste recurso que pode, inclusivamente, ser uma fonte de biomassa e contribuir para a sustentabilidade da região. A este nível, segundo os dados da **Tabela 15** abaixo, praticamente um terço da superfície do solo do Alto Tâmega está ocupado para fins florestais. Este valor aproxima-se do padrão da região Norte, sendo ligeiramente inferior à ocupação florestal dos solos de Portugal Continental.

**Tabela 15:** Superfície florestal

	Área florestal ocupada (ha)	% da superfície total
Boticas	11 952	37,12
Chaves	17 830	30,16
Montalegre	18 782	23,32
Ribeira de Pena	9 690	44,56
Valpaços	15 866	28,91
Vila Pouca de Aguiar	16 876	38,61
<b>Alto Tâmega</b>	<b>90 996</b>	<b>31,14</b>
Norte	680659	31,98
Portugal Continental	3458557	37,50

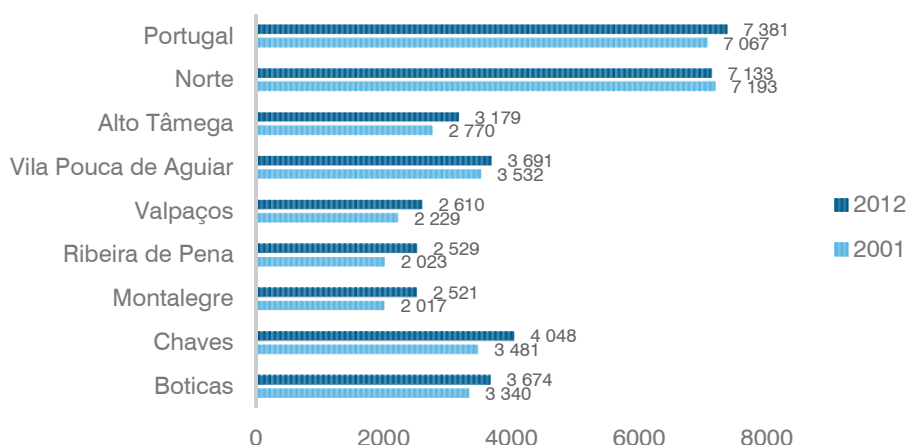
Fonte: ICNF - FloreStat (2005-2006); Autoridade Florestal Nacional

#### EM SÍNTESE:

O setor primário ocupa um lugar de relevo na economia do Alto Tâmega. Para além da tradição histórica de dedicação às atividades agrícolas, as condições físicas favorecem também a sua existência. Ao contrário do que acontece no restante país, a superfície agrícola utilizada aumentou nos últimos anos, sendo que a maioria das explorações agrícolas varia entre 1 e 5 hectares – o mesmo padrão da realidade nacional. Apesar de enfrentar algumas fragilidades em termos de produtividade e competitividade do setor, o Alto Tâmega apresenta um conjunto alargado de produtos endógenos reconhecidos pela sua especificidade e qualidade. Estes aspetos diferenciadores constituem, por isso, um vetor importante de promoção e consolidação da sua competitividade no mercado global.

## 2.2.2. Energia

O **consumo** total de energia elétrica por consumidor (**Figura 10**) no Alto Tâmega situa-se abaixo da média da região Norte e do panorama nacional – de facto, o consumo no Alto Tâmega é menos de metade do realizado no resto do país, ainda que tenha registado um ligeiro aumento entre 2001 e 2012.



**Figura 10:** Consumo total de energia elétrica por consumidor (kWh). *Fonte:* PORDATA.

Quando analisados mais de perto os padrões de consumo (Tabela 16), salienta-se o aumento do consumo em todos os setores com exceção da agricultura. Contrariamente às expectativas de um setor primário de destaque na região e com uma maior SAU, o consumo de energia elétrica para a agricultura diminuiu entre 2001 e 2011, contestando a tendência crescente a nível regional e nacional.

Relativamente ao gás natural, e por ser o único Município com as infraestruturas necessárias, Chaves é o único consumidor desta fonte de energia, tendo registado um aumento considerável num espaço de dez anos (de 59 Nm<sup>3</sup>/habitante em 2001 para 90 Nm<sup>3</sup>/habitante em 2011), fruto do alargamento da rede de fornecimento de gás natural. Ainda assim o consumo médio registado é bastante inferior ao da região Norte (366 Nm<sup>3</sup>/habitante), segundo dados do PORDATA.

A discrepância mais notória da Tabela abaixo está relacionada com a diferença de consumo ao nível do setor industrial. O valor da região Norte, por habitante, é de 1457 kWh, enquanto, no Alto Tâmega, representa apenas um consumo de 676 kWh. Esta diferença compreende-se pelo peso menos significativo da indústria na região e pela natureza da indústria existente, menos consumidora de energia do que outras atividades industriais.

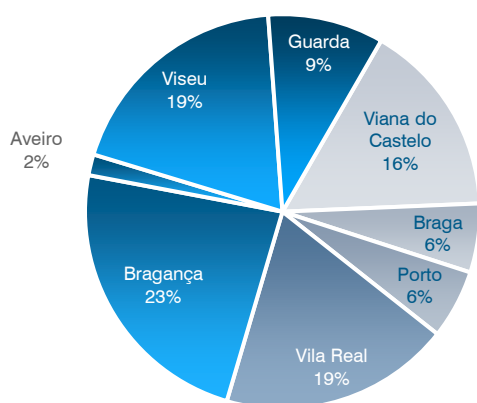
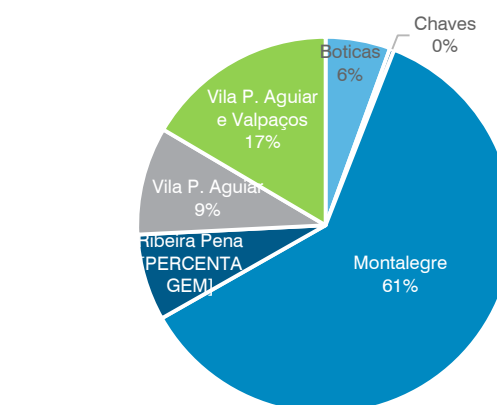
**Tabela 16:** Consumo de energia elétrica por habitante por setor (kWh)

	Doméstico		Indústria		Agricultura	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Boticas	599	928	1 135	1 457	23	13
Chaves	862	1 183	416	606	35	36
Montalegre	748	1 033	195	488	32	27
Ribeira de Pena	560	915	150	334	14	32
Valpaços	728	1 044	142	264	47	28
Vila Pouca de Aguiar	703	1 052	902	906	44	37
<b>Alto Tâmega</b>	<b>700</b>	<b>1 026</b>	<b>490</b>	<b>676</b>	<b>32</b>	<b>29</b>
Norte	1 048	1 310	1 563	1 457	32	39
Portugal	1 025	1 303	1 618	1 674	75	93

Fonte: PORDATA

Em termos de **produção energética**, os valores disponibilizados pela Base de Dados de Fontes Renováveis de Energia dinamizada pela Associação de Energias Renováveis (APREN) e pelo Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial revelam que Vila Real abrange quase 20% da potência instalada em todos os distritos da região Norte<sup>5</sup> (**Figura 11**).

Como é visível na **Figura 12** abaixo, a distribuição da potência instalada revela a preponderância de Montalegre como o Município com maior potencialidade de produção de energia usando fontes renováveis. É neste Município que se concentram os 5 projetos de Grandes Hídricas do Alto Tâmega, mas também 6 infraestruturas de aproveitamento da energia eólica (**Tabela 17**). Vila Pouca de Aguiar e Valpaços, quando congregados, representam 26% da potência instalada na região; Chaves não alcança 1% dessa potência e é a unidade administrativa com menor capacidade de aproveitamento de fontes renováveis e subsequente transformação em energia elétrica. Congregados, os municípios do Alto Tâmega representam 78% da potência instalada do distrito de Vila Real e 15% quando comparados com a capacidade da região Norte.

**Figura 11:** Fontes renováveis de energia – potência instalada por distrito do Norte. Fonte: APREN e INEGI**Figura 12:** Fontes renováveis de energia – potência instalada por Município do Alto Tâmega [MW]

<sup>5</sup> Por razões metodológicas de levantamento de dados, os valores da região Norte correspondem à totalidade da potência instalada em todos os distritos com concelhos na região Norte.

Ao todo, o Alto Tâmega (**Tabela 17**) dispõe de 24 centros electroprodutores de base eólica, 10 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) e 5 Grandes Hídricas.

**Tabela 17:** Fontes renováveis de energia no Alto Tâmega por município.

Município	Nome	Tecnologia	Potência Instalada [MW]	Potência por Município [MW]	Início de funcionamento
<b>Boticas</b>	Alto do Seixal	Eólica	1,6	<b>55,7</b>	2006
	Alturas do Barroso	Eólica	0,6		2003
	Covas do Barroso	PCH	6,6		1996
	Leiranco	Eólica	0,6		2006
	Serra do Barroso	Eólica	18		2003
	Serra do Barroso II	Eólica	12,3		2009
	Serra do Barroso III	Eólica	16		2009
<b>Chaves</b>	Mairos 1	Eólica	2,6	<b>3,8</b>	2006
	Mairos 2	Eólica	0,6		2006
	Peneda	PCH	0,6		1993
<b>Montalegre</b>	Agueira	Eólica	0,6	<b>609,9</b>	2003
	Alto Rabagão	Grande Hídrica	68		1964
	Cabeço Alto	Eólica	11,7		2000
	Frades	Grande Hídrica	191,4		2005
	Lomba da Seixa	Eólica	13		2001
	Lomba da Seixa II	Eólica	12		2004
	Lomba do Vale	Eólica	21,1		2010
	Mesa do Galo I	PCH	1,6		1996
	Mesa do Galo II	PCH	0,5		1999
	Paradela	Grande Hídrica	54		1956
	Salamonde	Grande Hídrica	42		1953
	Terra Fria	Eólica	104		2010
	Venda Nova	Grande Hídrica	90		1951
	Alvadia	PCH	10		1993
<b>Ribeira de Pena</b>	Bragadas	PCH	10,1	<b>74,5</b>	1999
	Bulgueira	Eólica	2,4		2003
	Canedo	PCH	10		2008
	Serra do Alvão	Eólica	42		2008
	Alvão	Eólica	22,8		2002
<b>Vila P. Aguiar</b>	Bragado	PCH	3,1	<b>92,9</b>	1998
	Casa da Lagoa	Eólica	0,6		2006
	Chã do Guilhado	Eólica	2		2009
	Negrelo e Guilhado	Eólica	22,3		2009
	Padrela	Eólica	7,5		2004
	Padrela	Eólica	0,6		2003
	Salgueiros-Guilhado	Eólica	12,6		2009
	Trandearas	Eólica	18,2		2003
	Vales	PCH	3,2		2009
<b>Vila P. Aguiar e Valpaços</b>	Alto da Coutada	Eólica	165,6	<b>165,6</b>	2010
<b>Total</b>			<b>1002,4</b>		

PCH: Pequena Central Hidrelétrica

Fonte: Base de dados de fontes renováveis de energia (APREN e INEGI) (2014)

O aproveitamento do vento é capaz de produzir 51% da energia elétrica de fontes renováveis do distrito e as Grandes Hídricas são responsáveis pela produção de 44% da energia. O vento e os rios surgem, então, como fontes privilegiadas de energia renovável.

O **Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico**, de 2007, previa a concretização de um conjunto de grandes projetos no Alto Tâmega. Todavia, após o lançamento do concurso, a escolha da entidade responsável pela concretização deste Complexo Hidroelétrico do Alto Tâmega e a publicação do respetivo Estudo de Impacte Ambiental, ocorreu um período de impasse. Em 2013, os novos executivos dos seis municípios promoveram encontros com o Ministro do Ambiente e da Energia e outras entidades relevantes com o intuito de se ultrapassarem os impasses existentes. No início de 2014, o Acordo de Princípios relativo ao Plano de Ação foi formalizado e o processo recuperou o seu normal desenvolvimento.

Assim, o início da construção do Complexo Hidroelétrico do Alto Tâmega, que consistirá num conjunto de 3 barragens – a de Gouvães, a do Alto Tâmega e a de Daivões, está previsto para Dezembro de 2014, terminando no primeiro semestre de 2023. Com um investimento orçado em cerca de 1600 milhões de euros, é expectável que estes projetos criem 3500 postos de trabalho diretos e 10000 indiretos. As três barragens combinadas aumentarão as bacias hidrográficas da região e contarão com uma potência instalada de 1100MW, o que significa uma duplicação da capacidade atual da região, aumentando o destaque da região a nível regional e nacional, para além dos efeitos catalisadores na economia circundante. O Plano de Ação deste Complexo incorpora projetos âncora aptos a suportar a dinamização da economia e comércio locais, a criação de emprego e a fixação de população de forma mais significativa nas zonas diretamente afetadas por estas construções.

A energia constitui, assim, um vetor central da economia do Alto Tâmega. De facto, e reconhecendo este corolário, uma das entidades que maior contributo tem prestado a este nível é a sociedade “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA” (EHATB), constituída em 1989, pelas seis Câmaras Municipais da região, com o objetivo de desenvolver atividades que tivessem por fim o aproveitamento de recursos naturais no Alto Tâmega.

Esta entidade, responsável pela gestão da produção energética, adotou um conjunto de objetivos relacionados com o desenvolvimento da própria região, tais como a promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; a renovação e reabilitação urbana e gestão do património edificado; e ainda a promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito municipal. No âmbito da sua atividade, ao longo dos últimos anos, a EHATB implementou projetos de energias renováveis, hídricas e eólicas com capitais exclusivos da empresa ou em parcerias com outras sociedades do mesmo ramo empresarial, promovendo o desenvolvimento da região e constituindo, por esse motivo, um ator fulcral da região.

#### EM SÍNTESE:

É de destacar a capacidade de produção do Alto Tâmega, através de fontes hídricas e eólicas. Os cerca de 1000MW de potência instalada representam mais de três quartos da existente no distrito de Vila Real e 15% de toda a região Norte, sendo que estas percentagens aumentarão consideravelmente aquando da concretização dos projetos de construção de novas barragens em curso.

### 2.2.3. Indústria extrativa

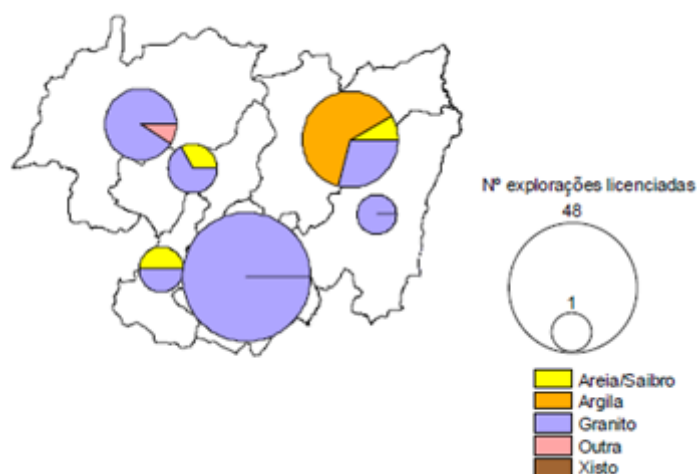
Atendendo à riqueza mineral da região, conhecida pelos granitos e pedras ornamentais, a indústria extrativa desempenha um papel de relevo na economia do Alto Tâmega; de facto, ela é responsável por 15% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) da atividade económica do Alto Tâmega.

Como ilustra a **Figura 13** abaixo, o Alto Tâmega engloba várias explorações extrativas, com especial relevo para os municípios de Vila Pouca de Aguiar, Chaves e Montalegre na extração de granitos e argilas.

O granito é essencialmente explorado com duas finalidades: como rocha ornamental e industrial. O primeiro tipo de granito apresenta diferentes características de cor e de textura, centrando-se, contudo, no granito cinzento (Pedras Salgadas), no amarelo e no cinzento porfiróide (ambos de Vila Pouca de Aguiar) (CCDR-N, PROT-TMAD).

No município de Vila Pouca de Aguiar, a produção de granito ornamental apresenta uma forte concentração: 73% das explorações de granito estão licenciadas para esta produção, segundo dados relativos a 2005. A qualidade do granito deste concelho será responsável por este dinamismo, nomeadamente os granitos cinzentos e os granitos amarelo e beges da serra da Falperra (CCDR-N, PROT-TMAD)..

No que concerne as argilas, Chaves destaca-se, não só por possuir o maior número de explorações licenciadas, como pela quantidade de recursos de que dispõe. A extração de areias e de saibros concentra-se especialmente nos municípios de Chaves, Boticas e Ribeira de Pena (CCDR-N, PROT-TMAD).



**Figura 13:** Distribuição das explorações extrativas no Alto Tâmega (2005). *Fonte:* CCDR-N, PROT-TMAD

Uma parcela considerável de projetos financiados pelo QREN na região, no domínio da Inovação e Renovação do Modelo Empresarial, foi alocada a entidades privadas da indústria extrativa e transformadora (**Tabela 18**), refletindo o reconhecimento da importância do setor para o desenvolvimento económico do Alto Tâmega.

**Tabela 18:** Investimentos em projetos de entidades privadas pelo QREN (> 1M€, indústria extrativa)

Beneficiário	Operações	Investimento Elegível Aprovado (€)
Vértice da Primavera, Lda.	Criação de uma unidade de extração, transformação e comercialização de ardósia	2 872 349
Granitender - Granitos e Empreitadas, Lda.	Criação de empresa de extração e transformação de granito	2 830 212
Granitos da Ginjeira, Lda.	Criação de empresa de extração e transformação de granito	2 483 909
Irmãos Queirós, Lda.	Reforço da capacidade extrativa e produção de britas	2 138 887
Transgranitos- Mármore e Granitos do Alto Tâmega, Lda.	Dinamização Transgranitos	1 479 300
Soc. de Mármore Central Transmontana, Lda.	Internacionalização, modernização, inovação competitiva para introdução de novo produto	1 467 564
VMPS - Águas e Turismo, SA	Aquainov	1 350 798
		<b>Total 16 102 319</b>

Fonte: QREN, dados de Setembro/2014

#### EM SÍNTESE:

As indústrias extrativas representam uma parcela importante na criação de valor acrescentado e nas exportações da região, principalmente graças à tradição e às características físicas do Alto Tâmega no âmbito dos granitos e das pedras ornamentais.

### 2.2.4. Turismo

Grças à beleza natural da região e às infraestruturas entretanto desenvolvidas, o Alto Tâmega constitui um destino aprazível para atividades turísticas. Juntamente com a aposta no setor primário, o turismo pode fornecer à região uma fonte de rendimento e de dinamização económica importante para a sustentabilidade do Alto Tâmega. Este está integrado na região turística *Porto e Norte de Portugal*, crescentemente reconhecida como um destino de excelência e de grande procura internacional bastante premiado nos últimos anos.

A região propõe, essencialmente, uma oferta de Turismo Termal e de Turismo em Espaço Rural – duas vertentes bastante procuradas como oportunidades de lazer e relaxamento. São amplamente reconhecidas as várias termas da região pelas suas características específicas, elevadas temperaturas e propriedades medicinais. No Alto Tâmega, é possível encontrar as **Termas de Chaves**, com uma longa tradição de exploração que remonta aos Romanos; as **Termas de Vidago**; as **Termas de Pedras Salgadas** com quatro nascentes com águas hipotermiais; e as **Termas de Carvalhelhos**. Estas últimas, ainda que desativadas, abrangem águas termais com propriedades medicinais e com elevada potencialidade de exploração termal.

Nos últimos anos, o setor turístico na região foi objeto de investimentos significativos que exponenciaram a diversidade e qualidade da oferta a este nível. De salientar o projeto *Aquanattur* (Projeto Industrial e Turístico de Pedras Salgadas e Vidago), com um grande investimento na requalificação desses parques, na construção de



novas unidades termais, na recuperação do Vidago Palace Hotel (com o spa termal, campo de golfe e centro de conferências) e na criação do Pedras Salgadas Spa & Nature Park, cuja primeira fase abriu em 2012.

A **Unicer** inaugurou, em 2013, um investimento de 20 milhões de euros em Pedras Salgadas, concretizado numa unidade hoteleira de 12 *eco-houses* para alojamento turístico no parque termal de **Vila Pouca de Aguiar**, o Pedras Salgadas Spa & Nature Park. Conjugando o conforto de um hotel e o contacto com a natureza, o *design* e a construção deste complexo em madeira e ardósia foi instalado adaptando-se aos espaços já existentes e evitando o abate de árvores. O investimento incluiu a recuperação do antigo balneário termal, transformado em SPA, a recuperação e reconversão do edifício do casino e de outras estruturas já existentes. A cozinha aposta nos produtos endógenos, como os enchidos, os queijos e os vinhos da região, e houve uma tentativa de aproximar o novo complexo dos residentes e comerciantes da vila, dinamizando economicamente a localidade. Em Vila Pouca de Aguiar destaca-se igualmente o complexo mineiro da Tresminas, das mais importantes em Portugal ao nível do roteiro das minas e dos pontos geológicos de interesse.

O Município de **Chaves** beneficiou também de um investimento considerável que teve em vista a recuperação de um hotel histórico e de luxo, o Vidago Palace, reconvertido num complexo de cinco estrelas, com SPA, centro de congressos, espaço cultural e um campo de golfe com dezoito buracos apto para competições internacionais. Também em Chaves, o grupo Solverde investiu cerca de 50 milhões de euros para criar o complexo turístico Hotel Casino Chaves, que criou 230 postos de trabalho diretos na região. A unidade hoteleira de quatro estrelas tem 72 quartos e seis suites, dois restaurantes, seis salas de reuniões e um business centre, *health club*, piscinas, campos de squash e futebol, circuito de manutenção e outros equipamentos que se distribuem por 340 mil metros quadrados de área ajardinada, para além do casino.

Em **Boticas**, é possível encontrar também alguma variedade na oferta hoteleira, dominada pela distinção do Boticas Hotel Art & SPA, de quatro estrelas. Ao nível turístico, encontra-se neste município o Museu Rural de Boticas, vários trilhos, o parque de campismo, moinhos, atividades de pesca no Rio Beça e o Parque Arqueológico do Vale do Terva (PAVT) desenvolvido em parceria com a Universidade do Minho. Esta infraestrutura pretende ser um parque arqueológico que integra um conjunto de valores culturais e naturais representativos das diversas paisagens do território, incorporando infraestruturas como o Centro de Interpretação e o núcleo etnológico da Casa das Memórias, circuitos interpretados e plataformas de observação dos recursos patrimoniais. Adicionalmente, o Boticas Parque Natureza e Biodiversidade oferece a possibilidade de associar biodiversidade e natureza com conhecimento e inovação, apresentando-se como um importante núcleo na promoção da conservação e preservação do meio ambiente, em estreita articulação com os cidadãos. O concelho integra ainda a Rede de Castros do Noroeste Peninsular e no Roteiro de Minas e é possível também encontrar em Boticas o Centro de Artes Nadir Afonso e um polo do Ecomuseu do Barroso (Covas do Barroso – Quinta Pedagógica).

Para além das cascatas, matas, piscinas naturais e vários locais de interesse paisagístico, em **Montalegre** dominam os hotéis rurais, destacando-se, na oferta hoteleira, o Montalegre Hotel, uma opção ecológica de quatro estrelas. É também em Montalegre que está localizado o Ecomuseu do Barroso, um projeto conjunto de Montalegre e Boticas com o objetivo de manter as tradições e as memórias coletivas da essência barrosã.

Igualmente direcionado para a natureza e o desporto, **Ribeira de Pena** dispõe de vários percursos pedestres com vários níveis de dificuldade, parques e áreas protegidas de grande valor ambiental e paisagístico,

salientando-se o Penaventura Park, com atividades lúdicas e desportos de aventura com contacto com a natureza. No plano cultural, salienta-se o Roteiro Camiliano, de grande interesse para os admiradores da vida e obra de Camilo Castelo Branco.

Finalmente, **Valpaços** é essencialmente um destino de turismo rural e de natureza, inserido no trajeto internacional Vias Augustas XVII, com uma grande variedade gastronómica baseada nos produtos da região. A Casa do Vinho e o Museu Rural da Castanha são dois exemplos da oferta cultural do município.

A juntar à oferta destas estruturas, patrimonial, arquitetónica e paisagisticamente, o Alto Tâmega oferece uma grande variedade de cenários. Para além das paisagens naturais, que incluem cursos de água, montanhas, vales e florestas, a região apresenta um conjunto de obras arquitetónicas e outras estruturas construídas de grande interesse – várias delas monumentos nacionais.

Outros pontos de interesse podem ser enumerados a título exemplificativo: a Ponte Romana, a Torre de Menagem e Zona Histórica e os Fortes de S. Francisco e S. Neutel (em Chaves), o Parque de campismo de Valtelhas e a Serra de S. Comba (em Valpaços), o Castelo de Aguiar da Pena (em Vila Pouca de Aguiar), a Barragem dos Pisões e Pitões das Júnias (em Montalegre), o Parque de Carvalhelhos e a Aldeia de Vilarinho Seco (em Boticas), a Ínsua ou Ilha dos Amores e as Aldeias de Agunchos e Limões (em Ribeira da Pena).

A **Tabela 19** abaixo congrega um conjunto de indicadores relativos à atividade turística nos municípios do Alto Tâmega, comparando-os com os totais e a média da região Norte e de todo o país. Em conjunto, o Alto Tâmega dispunha, em 2012, de 25 estabelecimentos de alojamento. Apesar de alguns dados não estarem disponíveis para todos os municípios, os valores apresentados abaixo refletem algumas das fragilidades do setor quando comparado com as médias das duas unidades em análise. Contudo, estas comparações devem ser consideradas cuidadosamente, uma vez que o tipo de turismo praticado no Alto Tâmega – pela sua natureza – não é um turismo tipicamente massificado.

**Tabela 19:** Indicadores de turismo

2012	N.º de estabelecimentos (alojamento)	Capacidade de alojamento	Total de hóspedes	N.º de noites em estabelecimento (média)	Taxa de ocupação cama (líquida)	N.º de noites de hóspedes estrangeiros (média)	Proporção de hóspedes estrangeiros
Boticas	1	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Chaves	15	1319	60791	1,8	23,1	1,7	17,5
Montalegre	3	125	6471	1,9	26,5	2,2	10,6
Ribeira de Pena	1	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
Valpaços	3	135	1761	1,7	6,4	1,2	1
Vila P. de Aguiar	2	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
<b>Alto Tâmega</b>	<b>25</b>	<b>1579</b>	<b>69023</b>	<b>1,8</b>	<b>18,7</b>	<b>1,7</b>	<b>9,7</b>
Norte	463	41831	2626472	1,7	31	2,1	39,5
Portugal	2028	296321	13845419	2,9	39,5	3,5	55,5

s.d.: sem dados

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte

Os indicadores relativos ao número de noites passadas no Alto Tâmega devem ser considerados com a merecida atenção: de facto, os valores da região são relativamente inferiores à média nacional, apontando, por isso, para a necessidade de desenvolver estratégias que garantam uma estadia mais prolongada dos turistas – tanto nacionais como estrangeiros.

Atualmente, existem em funcionamento 4 Postos de Turismo no Alto Tâmega – em Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar. Boticas possui uma Loja Interativa de Turismo. Estas unidades prestam esclarecimentos aos visitantes e dão conselhos relativamente às várias possibilidades de conhecer a região de acordo com os interesses dos turistas.

Na região, existem vários hotéis, albergarias, residenciais, casas de turismo rural, parques de campismo e pensões. Mais concretamente, o turismo no espaço rural tem vindo a crescer na região, apresentando um conjunto de atividades, serviços de alojamento e animação em empreendimentos de natureza familiar em zonas rurais.

Para além das características da paisagem e do património arquitetónico do Alto Tâmega, a **gastronomia** local é também um atrativo turístico pela utilização dos seus produtos endógenos de qualidade e pela própria tradição gastronómica da região. É possível encontrar atualmente uma Rede de Tabernas do Alto Tâmega em crescimento que promove esta vertente do turismo na região.

Paralelamente à gastronomia, há várias outras atividades que podem ser realizadas no Alto Tâmega para ocupar os tempos livres, tais como atividades de equitação, observação de cavalos de Raça Garrana selvagens no Parque Nacional da Peneda-Gerês, passeios de BTT, *rappel*, canoagem, parapente e Paraquedismo (Associação de Paraquedistas de Chaves e Associação Papaventos em Montalegre), percursos pedestres de diferentes dificuldades, praias fluviais, museus, espetáculos, feiras, mostras e festas populares. Várias práticas culturais e simbólicas têm atraído bastantes visitantes à região, como as chegadas de bois e os Cornos das Alturas, por exemplo.

Ainda relativamente à infraestrutura e à valorização económica do território, no domínio específico do turismo, a região do Alto Tâmega beneficiou de um investimento do QREN total aprovado superior a 37 milhões de euros, no âmbito da Política de Cidades e Promoção de ações integradas de valorização económica dos territórios menos competitivos. Como é visível através da leitura da **Tabela 20** abaixo, esses investimentos centraram-se em atividades turísticas e culturais, de valorização dos produtos endógenos e tradicionais e de reforço das condições turísticas para os visitantes da região.

**Tabela 20:** Projetos públicos aprovados pelo QREN (> 1M€) – Política de Cidades e Promoção de ações integradas de valorização económica dos territórios menos competitivos

Beneficiário	Operações	Investimento Elegível Aprovado (€)
Município de Boticas	Reabilitação da Antiga Residência de Estudantes para Hotel Rural	1 020 089
	Complexo mineiro antigo do Vale Superior do Rio Terva	1 087 089
Município de Chaves	Fundação Nadir Afonso (Sede)	6 370 251
	Aquae Centro de competências em turismo, termalismo, saúde e bem-estar	3 485 862
	Salvaguarda e Musealização do Património	2 089 667
	Construção de estacionamento (quarteirão da “Adega Regional Faustino”)	1 244 284

Beneficiário	Operações	Investimento Elegível Aprovado (€)
	Balneário pedagógico de investigação e desenvolvimento de práticas termais de Vidago	2 827 049
	Requalificação da envolvente do Aquanatur	1 985 500
Município de Montalegre	Regeneração urbana da sede do concelho de Montalegre	1 852 104
	Parque Ambiental do Bucheiro	1 064 923
	Rede de Unidades Museológicas Ribeira de Pena	2 000 000
Município de Ribeira de Pena	Operação Integrada de Requalificação do Centro e Envolvente Turística Ribeirinha de Cerva Fase II	1 819 820
	Operação Integrada de Requalificação do Centro, Envolvente Turística e Ribeirinha de Cerva Fase 1	1 071 429
Município de Valpaços	Casa do Vinho	1 489 144
	Regeneração e Revitalização do Centro Antigo da Cidade de Valpaços	1 850 275
Município de Vila P. de Aguiar	Reabilitação do Centro Equestre de Pedras Salgadas	2 000 000
	Parque de Campismo Aldeia Rural	2 999 960
	Programa de Valorização Paisagística de Tresminas	999 854
	Total	37 257 301

Fonte: Website do QREN, dados de Setembro/2014

Deve, contudo, destacar-se ainda dois projetos aprovados pelo QREN, não incluídos na tabela acima por integrarem um domínio diferente. Assim, no âmbito da proteção e valorização do ambiente, Boticas beneficiou de um investimento superior a três milhões de euros para o Boticas Parque – Natureza e Biodiversidade e, no âmbito do domínio da redução dos custos públicos de contexto e capacitação institucional, aproximadamente 2,2 milhões de euros foram suportados pelo QREN para a promoção da capacitação institucional e de desenvolvimento regional e local do Centro de Artes Nadir Afonso, também em Boticas.

## EM SÍNTESE:

No Alto Tâmega, destaca-se o turismo termal e em espaço rural, que se desenvolve em torno das suas características e potencialidades, nomeadamente da sua oferta termal e natural que granjearam à região importantes investimentos públicos e privados com efeitos multiplicadores na sua economia. Existe uma oferta diversificada e de qualidade, complementada com um conjunto alargado de atividades variadas. Todavia, permanecem ainda algumas fragilidades em comparação com o cenário do turismo em Portugal, tais como a média do número de noites dos hóspedes, a taxa de ocupação das unidades hoteleiras e a proporção de turistas estrangeiros.

## 2.3. Equipamentos

### 2.3.1. Educação

A capacidade de providenciar à população uma rede escolar, de educação e formação de qualidade e fácil acesso constitui um eixo estratégico essencial para promover não só a fixação da população mais jovem, mas também a preparação de futura mão-de-obra qualificada e com competências para contribuir para a competitividade da região.

No presente ano letivo de 2014/2015, os estabelecimentos de ensino dos vários municípios do Alto Tâmega encontram-se distribuído da seguinte forma (**Tabela 21**):

**Tabela 21:** Número de estabelecimentos de ensino por nível (2014/2015).

	Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	E. Sec.	E. Superior
Boticas	2	1	1	1	0	0
Chaves	18	13	3	6	3	1
Montalegre	3	4	2	2	2	0
Ribeira de Pena	3	2	2	2	1	0
Valpaços	6	4	2	2	1	0
Vila P. de Aguiar	9	3	2	2	1	0
<b>Alto Tâmega (2014/2015)</b>	<b>41</b>	<b>27</b>	<b>12</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>1</b>
<b>Alto Tâmega (2011/2012)</b>	<b>71</b>	<b>42</b>	<b>12</b>	<b>16</b>	<b>11</b>	<b>2</b>

Fonte: Municípios (2014/2015) e INE (2011/2012)

Todavia, com a reorganização da rede escolar ao longo dos últimos anos, estes valores representam um decréscimo face a anos letivos anteriores. Dados do INE relativos a 2011/2012 indicavam a existência de quase o dobro de estabelecimentos do pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico (CEB). Escolas de 2.º e 3.º ciclos mantiveram-se aproximadamente as mesmas, havendo ainda uma redução de 3 escolas secundárias e de uma instituição de ensino superior no Alto Tâmega. Ao nível do ensino superior, regista-se o encerramento do polo da Universidade de Trás-os-Montes.

Paralelamente a esta rede, é também possível encontrar outros tipos de ofertas formativas de igual relevo para a qualificação da mão-de-obra dos habitantes do Alto Tâmega.

Em Chaves, existe a Escola Profissional de Chaves, que trabalha com todos os municípios, e que oferece Cursos Profissionais de Dupla Certificação (Ensino Secundário - 12º Ano e certificação profissional - Nível IV). A oferta formativa desta entidade inclui cursos adaptados à realidade local, tais como os cursos de Técnicos de Eletrónica, Automação e Computadores, de Turismo, Termalismo, Restauração e Receção, entre outros. No ano letivo de 2014/2015, esta entidade lecionava a um conjunto de 13 turmas com 232 inscritos a frequentarem os diferentes cursos oferecidos. No mesmo Município, encontra-se também o Centro de Formação Profissional

de Chaves que oferece várias modalidades de formação para Jovens e para Adultos, sendo ainda um centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Em Vila Pouca de Aguiar, destacam-se igualmente os Cursos Profissionais (Produtores de Agropecuária, Cozinha e Operadores de Manutenção de Campos de Golfe) promovidos pelo Instituto de Emprego e formação profissional.

Estas entidades contribuem para o desenvolvimento socioeconómico local, fornecendo uma formação focada nas necessidades da região e com uma vertente prática, com benefícios em termos de atratividade para um público-alvo cujo acesso ao mercado de trabalho é, assim, facilitado por um contexto formativo prático e direcionado para esse mesmo mercado.

O município de Boticas integra a Rede Casas do Conhecimento, uma iniciativa que conta com nove entidades (oito municípios e a Universidade do Minho) e cujo principal objetivo é o de dinamizar a sociedade do conhecimento e inovação na região Norte, desenvolvendo atividades que proporcionem os seus benefícios ao maior número possível de cidadãos, promovendo simultaneamente o combate à infoexclusão e às assimetrias digitais. Esta Rede procura adotar o paradigma da inovação aberta e englobar diferentes tipologias de atores, potenciando as tecnologias digitais como ferramentas para a expressão criativa através das quais as pessoas se envolvem ativamente no processo de aprendizagem, contribuindo para combater a exclusão digital e consequentemente a exclusão social.

Ao nível da formação superior, Chaves destaca-se pela existência de uma instituição de natureza privada, a Escola Superior de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado. Apesar do decréscimo no número de inscrições nos últimos anos letivos, a instituição oferece 1 licenciatura, 5 pós-graduações e 4 especializações pós-licenciatura.

Paralelamente, existem estruturas formativas direcionadas para os idosos em quatro municípios do Alto Tâmega: Chaves, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar. Estas Universidades Sénior revestem-se de uma importância acrescida face à estrutura envelhecida das populações desta região e oferecem um conjunto bastante alargado de disciplinas e atividades extracurriculares, incluindo línguas estrangeiras, história, atividade física, atividades lúdico-expressivas, música e visitas de estudo a um público-alvo de grande dimensão nos municípios.

#### EM SÍNTESE:

No domínio dos equipamentos de educação, salienta-se a reorganização do parque escolar, com o encerramento de várias escolas de diferentes níveis de ensino. O ensino superior no Alto Tâmega ficou limitado a uma instituição – cuja procura tem vindo a decrescer, refletindo-se em carências ao nível da oferta deste nível de ensino e de atividades de IDi. Inversamente, destaca-se a importância da formação profissional direcionada às necessidades específicas da região.

### 2.3.2. Saúde

Os cuidados de saúde públicos no Alto Tâmega são essencialmente assegurados por uma rede que engloba um hospital e 7 centros de saúde. A **Unidade Hospitalar de Chaves**, que integra o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, é o único hospital no território do Alto Tâmega. Com uma lotação para 149 indivíduos e três salas de operação, esta unidade registou, em 2012, 58 334 entradas nas suas urgências, o equivalente a aproximadamente 3% dos registos de toda a região Norte, segundo dados do INE. A oferta da Unidade Hospitalar de Chaves é diversificada e engloba, para além da cirurgia e de outros serviços, mais de uma dezena de especialidades, tais como a cardiologia, obstetrícia, pediatria, psiquiatria e a endocrinologia.

Este hospital é o mais próximo, como fica patente na **Tabela 22** abaixo, de quatro dos seis municípios do Alto Tâmega. Contudo, em termos de distâncias, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar estão respetivamente mais próximas da Unidade Hospitalar de Fafe (pertencente ao Centro Hospitalar do Alto Ave) e do Hospital de Vila Real.

**Tabela 22:** Distância das unidades hospitalares (em km)

Unidades hospitalares	Chaves	Vila Real
Boticas	24	72
Chaves	-	68
Montalegre	44	93
Ribeira de Pena	56	49
Valpaços	28	74
Vila Pouca de Aguiar	41	31

Paralelamente, a prestação de cuidados de saúde mais básicos é assegurada por uma rede de sete Centros de Saúde— dois em Chaves e um em cada um dos restantes cinco municípios. De acordo com a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P. (ARSN), apenas os dois centros de Chaves e o de Montalegre prestam atualmente serviços de internamento. Cada um dos centros de saúde mencionados dispõem de extensões que cobrem, geograficamente, outras áreas, facilitando aos utentes o acesso – frequentemente, estas extensões funcionam com horário parcial (**Tabela 23**):

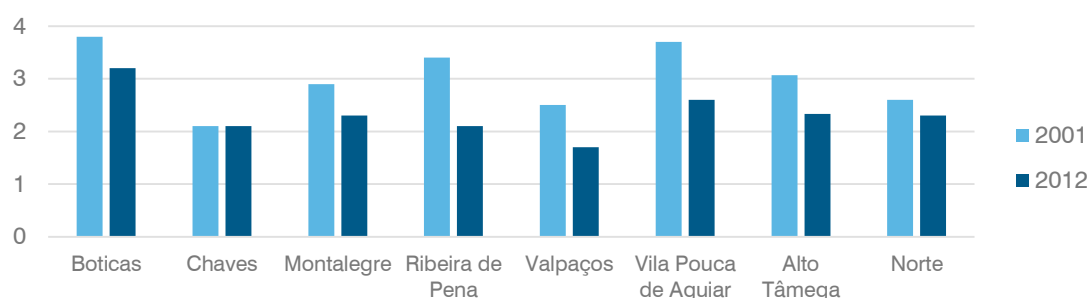
**Tabela 23:** Unidades Funcionais por centro de saúde

Centro de Saúde	Unidades Funcionais Associadas
Boticas	-
Chaves I	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Travancas Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Vidago Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados B Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados A São Neutel Unidade de Cuidados na Comunidade Chaves I
Chaves II	Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados Chaves II CDP Chaves Unidade de Cuidados na Comunidade Chaves II Unidade de Saúde Familiar Aquae Flaviae

Centro de Saúde	Unidades Funcionais Associadas
<b>Montalegre</b>	Extensão de Saúde Covelães Extensão de Saúde Ferral Extensão de Saúde Salto Extensão de Saúde Solveira Extensão de Saúde Venda Nova Extensão de Saúde Viade de Baixo Extensão de Saúde Vilar de Perdizes Extensão de Saúde Tourém Extensão de Saúde Cabril
<b>Ribeira de Pena</b>	Extensão de Saúde Cerva
<b>Valpaços</b>	Extensão de Saúde Carrazedo Montenegro Extensão de Saúde Friões Extensão de Saúde Lebução Extensão de Saúde Santa Valha Extensão de Saúde Vilarandelo
<b>Vila P. Aguiar</b>	Extensão de Saúde Campo de Jales Extensão de Saúde Pedras Salgadas

Fonte: Ministério da Saúde

A **Figura 14** abaixo representa o número de consultas médicas realizadas nos centros de saúde por habitante. Destes dados, destaca-se, para 2012, um valor médio do Alto Tâmega alinhado com a média da região Norte e uma queda, com a exceção de Chaves, no número de consultas prestadas por habitante entre 2001 e 2012.



**Figura 14:** Consultas médicas nos centros de saúde por habitante (Fonte: INE, PORDATA)

No Alto Tâmega, existem, em média, 8648 habitantes por centro de saúde, menos do que o valor médio da região Norte (**Tabela 24**). Contudo, Chaves e Valpaços destacam-se do panorama do Alto Tâmega por apresentarem uma densidade bastante superior, atendendo à sua população mais numerosa; pelo contrário, Boticas e Vila Pouca de Aguiar são os dois municípios onde existem menos habitantes por centro de saúde.

Relativamente ao número de habitantes por médico, Chaves e Valpaços surgem novamente como os municípios que apresentam melhores condições na área da saúde; em Boticas e Montalegre há menos médicos por habitante em relação a todo o Alto Tâmega. Em média, este indicador é aproximadamente três vezes superior à média nacional, o que significa que a população da região tem mais dificuldade, em comparação, no acesso aos cuidados de saúde.

O número de farmacêuticos por habitante destaca-se em Chaves e em Boticas, sendo que Ribeira de Pena apresenta os valores de maior carência destes profissionais. Em relação ao rácio de farmácias disponíveis, o



número de habitantes por estabelecimento é mais reduzido em Montalegre e mais elevado em Chaves. Em ambos os indicadores, a média de acesso dos habitantes do Alto Tâmega é inferior à disponibilidade de farmacêuticos e dos respetivos estabelecimentos na região Norte e em todo o país.

**Tabela 24:** Habitantes por indicador de saúde (2012)

	Por centro de saúde*	Por médico	Por pessoal (centros saúde)	Por farmacêutico	Por farmácia**
Boticas	5731,0	940,4	225,7	1128,5	2769,8
Chaves	20640,3	275,6	283,2	955,0	3399,0
Montalegre	1048,3	1141,7	128,4	1467,9	2009,8
Ribeira de Pena	3270,3	646,8	161,7	3234,0	3191,3
Valpaços	16815,0	435,6	285,4	2069,1	2321,7
Vila Pouca de Aguiar	4384,5	650,1	232,2	1857,5	3204,8
<b>Alto Tâmega</b>	<b>8648,2</b>	<b>681,7</b>	<b>219,4</b>	<b>1785,3</b>	<b>2816,1</b>
Norte	9535,9	254,6	365,9	1155,8	4003,5
Portugal	s.d.	239,7	362,3	957,6	3432,0

\*Valores de 2011; \*\* Valores de 2013  
PORDATA

Fonte: INE,

#### EM SÍNTESE:

No Alto Tâmega, existem várias estruturas públicas de cuidados de saúde, entre o hospital de Chaves e vários centros de saúde e respetivas extensões. Quando comparados com a região Norte, os habitantes do Alto Tâmega têm mais acesso a consultas e aos cuidados necessários, ainda que, nesta região, o número de médicos e farmacêuticos por habitante seja mais reduzido.

### 2.3.3. Indicadores sociais

No que concerne os apoios estatais para o desemprego (**Tabela 25**), destaca-se uma percentagem de atribuição destes subsídios inferior à praticada no Norte e em Portugal em todas as situações. Uma vez que a taxa de desemprego no Alto Tâmega é ligeiramente inferior àquelas duas unidades de comparação, segundo dados de 2011, isto significa que existem menos desempregados com acesso a este apoio social. Nos dados referentes a 2013, Chaves destaca-se por representar os valores mais elevados, acompanhado de perto de Boticas. Todavia, é de salientar que a evolução entre 2001 e 2013 não foi, no Alto Tâmega, tão acentuada ao nível do subsídio de desemprego como no resto do país.

**Tabela 25:** Beneficiários de subsídios estatais (%)

	Subsídio social de desemprego (% população total)		Subsídio de desemprego (% população total)		Subsídio de desemprego (% de beneficiários ativos)	
	2001	2013	2001	2013	2001	2013
Boticas	0,7	0,5	0,4	2,2	1,4	7,3
Chaves	0,5	0,7	0,4	2,3	1,2	6,9
Montalegre	0,5	0,3	0,3	1,3	1,1	4,6
Ribeira de Pena	0,6	0,3	0,3	1,5	0,9	5,2
Valpaços	0,5	0,6	0,3	1,5	0,9	5,8
Vila Pouca de Aguiar	0,7	0,5	0,4	1,8	1,0	5,7
<b>Alto Tâmega</b>	0,6	0,5	0,4	1,8	1,1	5,9
Norte	0,8	0,8	1,3	3,7	2,4	7,9
Portugal	0,8	0,8	1,3	3,5	2,4	7,5

Fonte: INE; MSSS; PORDATA

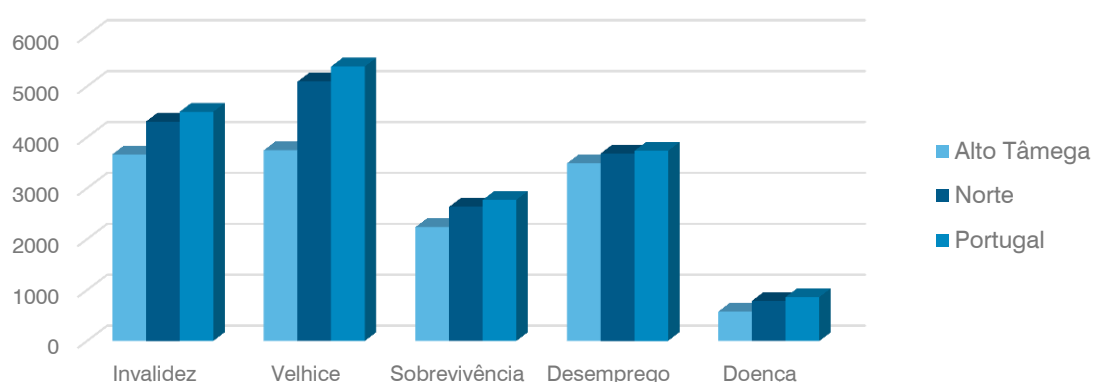
Similarmente, a percentagem de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) (**Tabela 26**) no Alto Tâmega é também ligeiramente inferior à média da região Norte, ainda que se alinhe pelos valores nacionais de cerca de 4%. Para além disso, o valor médio das rendas das habitações sociais é ligeiramente inferior no Alto Tâmega e o número total de fogos disponíveis para indivíduos carenciados é mais baixo mesmo quando considerada a população residente total; isto é, para cada 1000 habitantes, há, no Alto Tâmega, quatro habitações sociais, valor que aumenta para onze tanto na região Norte como em todo o país.

**Tabela 26:** Outros apoios sociais.

2012	Beneficiários do RSI		Habitação social	
	N.º	% dos habitantes	N.º total de fogos	Valor médio das rendas
Boticas	223	4,0	0	n.a.
Chaves	1617	4,0	260	44
Montalegre	202	2,0	22	17
Ribeira de Pena	276	4,3	40	32
Valpaços	724	4,4	41	49
Vila P. de Aguiar	573	4,4	25	65
<b>Alto Tâmega</b>	3615	3,9	388	41
Norte	168824	4,6	41391	52
Portugal	421201	4,0	118334	59

Fonte: INE

A estes indicadores, podem adicionar-se os dados esquematizados abaixo (**Figura 15**) e constatar-se que existe, no Alto Tâmega, comparativamente uma atribuição de pensões e subsídios cujos valores se situam, em todos os tipos de subvenções, abaixo das médias nacionais e da região Norte. Esta discrepância é mais visível nas pensões por velhice e invalidez.



**Figura 15:** Valor médio anual de pensões e subsídios (€, 2012). *Fonte:* INE

Face a este cenário com casos de fragilidade social, os municípios apoiam e promovem uma rede de apoio social de proximidade, em resposta aos problemas dos cidadãos, envolvendo parceiros locais, tal como as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Estas oferecem instalações e serviços em todos os municípios do Alto Tâmega, providenciando apoio através de creches e berçários, jardins-de-infância, ATL, centros de dia e lares, serviço de apoio domiciliário e centros de apoio a deficientes, entre outros. Estas estruturas contribuem para colmatar algumas lacunas dos sistemas públicos de apoio social, garantindo um maior suporte aos escalões mais frágeis da estrutura social. Abaixo estão alguns exemplos de IPSS por município (**Tabela 27**):

**Tabela 27:** IPSS por Município

Município	IPSS
Boticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ Santa Casa da Misericórdia de Boticas</li> </ul>
Chaves	<ul style="list-style-type: none"> <li>♦ As. Portug. de Direito dos Menores e da Família</li> <li>♦ G.A.T.- Grupo Português de Activistas sobre Tratamentos de VIH/SIDA</li> <li>♦ Casa de Santa Marta</li> <li>♦ Centro de Bem Estar Social de Santo Estevão</li> <li>♦ Centro Social Paroquial de Chaves</li> <li>♦ Fundação Abrigo Berta Montalvão</li> <li>♦ Patronato de São José</li> <li>♦ Santa Casa da Misericórdia de Chaves</li> <li>♦ Centro Social de Santa Clara de Sanjurge</li> <li>♦ Associação de Solidariedade de Santo António de Monforte</li> <li>♦ Centro Social e Paroquial do Senhor dos Aflitos da Freguesia de Travancas</li> <li>♦ Lar do Bom Caminho de Calvão – Associação</li> <li>♦ Centro Social Abobeleira – Valdanta</li> <li>♦ União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social - Vila Real</li> <li>♦ APEADEIRO - Associação de Tratamento de Doenças de Adição</li> <li>♦ Associação Flôr do Tâmega para Apoio a Deficientes</li> <li>♦ Centro Social Santa Bárbara de Ervededo</li> <li>♦ Associação Mãos Amigas</li> <li>♦ Centro Social e Paroquial de S. Tiago – Mairos</li> <li>♦ Associação Centro Social São João Batista de Cimo De Vila Da Castanheira</li> <li>♦ Associação Chaves Social</li> <li>♦ Centro Social de São Vicente da Raia</li> <li>♦ Centro Social de São Miguel de Nogueira da Montanha</li> <li>♦ Associação Centro Social de Santa Maria Madalena de Bustelo</li> <li>♦ Associação Particular de Solidariedade Social de Tronco</li> <li>♦ Associação Lar Nossa Senhora da Conceição de Faiões</li> <li>♦ Associação de Acção Social Santo André</li> <li>♦ Associação Lar Senhor dos Milagres de Vila Verde da Raia</li> <li>♦ Associação Lar São Sebastião - Padroeiro da Torre de Ervededo</li> <li>♦ Lar Nossa Srª Assunção de Vilela Seca</li> <li>♦ Associação Reviver</li> <li>♦ Geração Solidária - Associação Juvenil de Solidariedade Social</li> </ul>

Município	IPSS
Montalegre	<ul style="list-style-type: none"> <li>Associação Borda D'Água</li> <li>Centro Social Paroquial de Vilar de Perdizes</li> <li>Santa Casa da Misericórdia de Montalegre</li> <li>Centro Social e Paroquial de Vila da Ponte de Montalegre</li> </ul>
Ribeira de Pena	<ul style="list-style-type: none"> <li>Santa Casa da Misericórdia de Ribeira da Pena</li> </ul>
Valpaços	<ul style="list-style-type: none"> <li>Centro Social e Paroquial do Senhor do Bonfim da Freguesia de Sonim</li> <li>Associação de Solidariedade Social e Melhoramentos de Santa Maria de Émeres</li> <li>Associação de Solidariedade Social S. Bartolomeu</li> <li>Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Valpaços</li> <li>Associação Cultural Recreativa e Social do Sr. do Bom Caminho da Freguesia de Bouçoães Associação de Solidariedade Social Coração</li> </ul>
Vila P. Aguiar	<ul style="list-style-type: none"> <li>Associação Social de Santo Amaro</li> <li>Centro Social da Freguesia de Vreia de Jales</li> <li>Instituição Particular de Solidariedade Social de Terras de Cabugueira</li> <li>Associação Social Recreativa Nossa Senhora da Natividade</li> <li>Associação Cultural, Recreativa e Social do Alvão</li> </ul>

Fonte: Ministério da Solidariedade, Trabalho e Segurança Social

Concretamente, e no conjunto dos vários municípios, há diferentes tipos de ajudas providenciadas à população, incluindo incentivos à natalidade, o enxoval do bebé, bolsas de estudo para alunos do Ensino Superior e incentivos aos alunos com melhor aproveitamento escolar, apoio à habitação, cartão social, transportes escolares gratuitos para todos os alunos, refeições gratuitas para os alunos 1.º Ciclo, etc.

#### EM SÍNTESE:

No Alto Tâmega, de forma a ultrapassar algumas fragilidades sociais potenciadas por uma economia pouco dinâmica, para além dos devidos apoios e subvenções previstas pelo estado central, existe uma rede de apoio social providenciada pelos municípios. Esta rede propicia, através da cooperação de várias entidades, como as IPSS, diferentes tipos de apoio focados nas necessidades identificadas em proximidade com os cidadãos.

## 2.4. Território

### 2.4.1. Geografia

A congregação dos seis municípios que constituem o Alto Tâmega – Boticas, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar – abrange uma área de aproximadamente 2 922 km<sup>2</sup> e compreende um total de 94 143 residentes (**Figura 16**), segundo projeções do Instituto Nacional de Estatística (INE) para o ano de 2013. O Alto Tâmega constitui, assim, uma das 23 Comunidades Intermunicipais nacionais, fazendo fronteira com outras quatro Comunidades Intermunicipais (CIM) – Cávado, Ave, Douro e Terras de Trás-os-Montes – e a Norte com Espanha, o que coloca a região numa posição privilegiada tendo em vista possibilidades de promoção de relações transfronteiriças, em especial com a província vizinha de Orense.



**Figura 16:** Municípios do Alto Tâmega. *Fonte:* SPI

No que concerne o território (**Tabela 28**), o Município de Montalegre (805 km<sup>2</sup>) é o maior em termos de superfície. Ribeira de Pena é a unidade mais pequena (218km<sup>2</sup>). O Alto Tâmega ocupa cerca de 14% da superfície da NUTS II Norte e contém 8% da sua população.

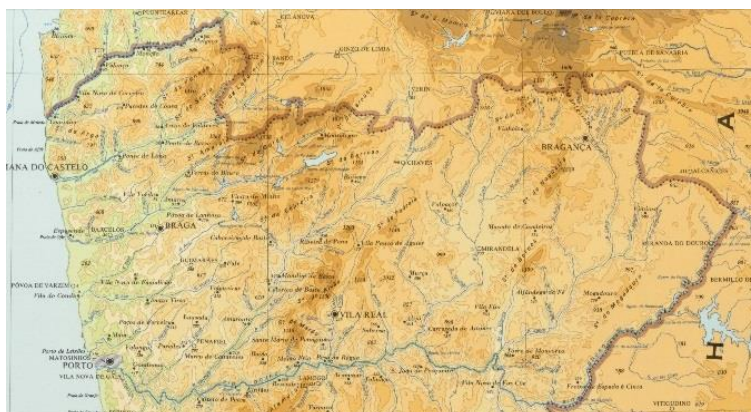
**Tabela 28:** Superfície do Alto Tâmega

	Área (km <sup>2</sup> )	Área (% face Norte)
Boticas	321,9	1,5
Chaves	591,2	2,8
Montalegre	805,5	3,8
Ribeira de Pena	217,5	1,0
Valpaços	548,7	2,6
Vila Pouca de Aguiar	437,1	2,1
<b>Alto Tâmega</b>	<b>2 921,9</b>	<b>13,7</b>

*Fonte:* INE. Dados referentes a 2013

Em termos **hipsométricos**, a altitude máxima atingida no Alto Tâmega é a 1 527 m, em Montalegre, no Pico da Nevosa, que corresponde exatamente ao ponto mais elevado de toda a região Norte. A altitude mínima da

região são os 154 m registados em Ribeira de Pena como o local de menor altitude em todos os municípios do Alto Tâmega. A geografia física, de relevo irregular, da região deixa perceber, para além da dificuldade acrescida para a produção agrícola em alta escala, a os constrangimentos nos acessos que provocam algum isolamento de determinadas povoações e que têm vindo a ser progressivamente ultrapassado com o investimento em vias de comunicação nos últimos anos (**Figura 17** abaixo).



**Figura 17:** Carta hipsométrica da região Norte. *Fonte:* Instituto Geográfico e Cadastral

Na região, é possível encontrar serras, vales e planaltos, num relevo acidentado que engloba as Serras do Larouco, do Gerês, da Cabreira, do Alvão e da Padrela. A **Serra do Larouco** é a terceira maior serra de Portugal Continental. Localiza-se em Montalegre e faz fronteira com a Galiza, pertencendo ao sistema montanhoso da Peneda-Gerês, ao qual também pertence a **Serra do Gerês**, que é a segunda maior serra de Portugal Continental, com 1546 metros, e **Serra do Barroso**, que, com 1279 metros, é a oitava mais alta serra de Portugal Continental. A **Serra do Alvão** também dá forma ao relevo do Alto Tâmega e, ainda que comparativamente mais baixa, o seu ponto mais elevado atinge os 1283 metros de altitude, tendo algumas quedas de água que figuram entre as maiores da Europa. Também no sistema montanhoso Alvão-Marão localiza-se a **Serra da Falperra** com 1134 metros de altitude. A **Serra da Padrela** não alcança os 1200 metros de altitude e divide-se entre os concelhos de Valpaços e Vila Pouca de Aguiar.

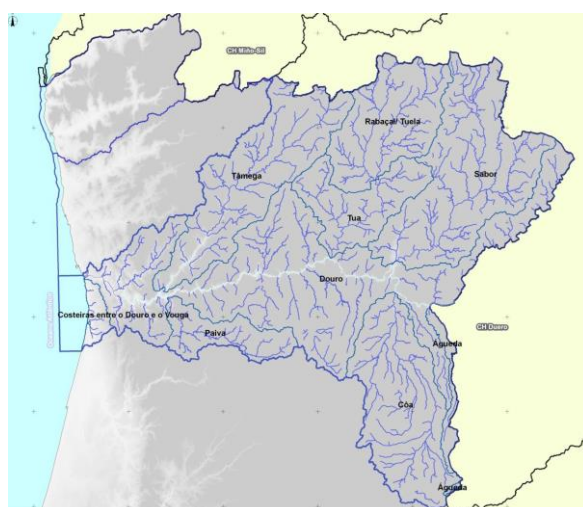
**Hidrograficamente**, o Alto Tâmega é também uma zona de recursos especialmente diversificada e abastada.

O rio Tâmega atravessa Chaves, Boticas e Vila Pouca de Aguiar e constitui uma das nove sub-bacias hidrográficas do Douro. Com uma área de 2 646 km<sup>2</sup>, esta sub-bacia abrange 18 concelhos, incluindo todos os do Alto Tâmega cujo substrato rochoso de natureza granítica tem vindo a ser objeto de um processo de erosão que eliminou parte da superfície de xisto. Em fendas existentes ao longo do seu percurso brotam nascentes termominerais de elevada temperatura. É um rio internacional que nasce na província de Ourense em Espanha e entra em Portugal pelo concelho de Chaves. Após um percurso de aproximadamente 150 km desagua no rio Douro em Entre-os-rios (Agência Portuguesa do Ambiente).

**Tabela 29:** Área abrangida pela sub-bacia do Tâmega

	Área abrangida (em%)	Área abrangida (em km <sup>2</sup> )
Boticas	94	304
Chaves	81	482
Montalegre	27	221
Ribeira de Pena	100	217
Valpaços	2	12
Vila Pouca de Aguiar	21	224
<b>Alto Tâmega</b>	52	1460

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente



**Figura 18:** Sub-bacias hidrográficas do Douro. *Fonte:* Agência Portuguesa do Ambiente.

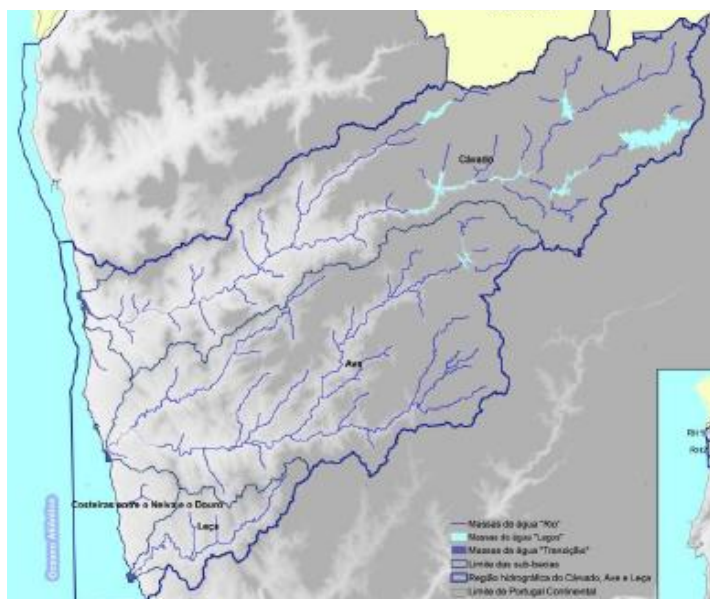
O rio Cávado nasce na Serra do Larouco e atravessa Montalegre, para além de outros concelhos fora do Alto Tâmega, até desaguar em Esposende. A região hidrográfica do Cávado, Ave e Leça tem uma área de aproximadamente 3 400 km<sup>2</sup>. A sub-bacia do Cávado tem 1 593 km<sup>2</sup> de área e abrange 14 concelhos, dois dos quais pertencem ao Alto Tâmega: Boticas e Montalegre.

**Tabela 30:** Área abrangida pela sub-bacia do Cávado

	Área abrangida (em%)	Área abrangida (em km²)
Boticas	6	18
Montalegre	70	564
<b>Alto Tâmega</b>	21	582

Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente





**Figura 19:** Bacia Hidrográfica do Cávado, Ave e Leça

*Fonte:* Agência Portuguesa do Ambiente

Ao nível das águas subterrâneas, é possível encontrar várias formações das quais se extrai água através de poços e furos, de central importância para a agricultura local. A zona mais privilegiada de rega situa-se nas áreas marginais do rio Tâmega, a Veiga de Chaves e o Vale do Corgo, em Vila Pouca de Aguiar, que permite a existência de regadios capazes de satisfazer as necessidades de algumas povoações de vários concelhos.

Estes e outros cursos de água têm potenciado a construção de várias barragens na região, tendo em vista o aproveitamento desta fonte renovável e não poluente de energia elétrica. Pela sua capacidade, destacam-se as seguintes grandes hídricas: Barragem do Alto Rabagão, Barragem de Frades, Barragem da Paradela, Barragem de Salamonde e Barragem da Venda Nova. Quando congregadas, a potência instalada destas infraestruturas ultrapassa os 445 megawatts.

O **clima** na região do Alto Tâmega é de tipo Atlântico, com elevada precipitação no Inverno e relativa humidade no Verão. Segundo dados das normais climatológicas (1981-2010) do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) relativos a Vila Real (**Figura 20**), a média da **precipitação** ao longo do ano varia entre 15,1mm (no mês de Julho) e 162,3 mm (no mês de Dezembro). O máximo desta média, em Braga, é comparativa e consideravelmente mais elevado – 220,2mm (em Dezembro).



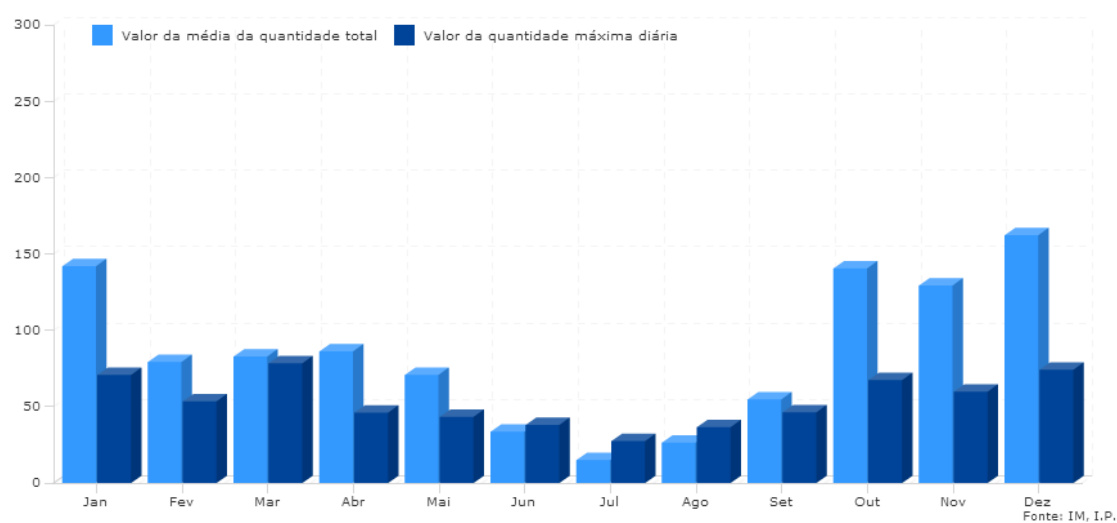


Figura 20: Normais climatológicas – precipitação em Vila Real (1981-2010). Fonte: IPMA, I.P.

A **temperatura** média registada em Vila Real varia entre os 6,3°C e os 21,7°C, sendo que há registos de mínimas de -5,7°C e máximas a ultrapassarem os 38°C. Estes valores representam taxas de amplitude térmica anual mais elevadas do que em distritos vizinhos como o de Braga, mas inferiores à amplitude registada em Bragança, a título de exemplo.

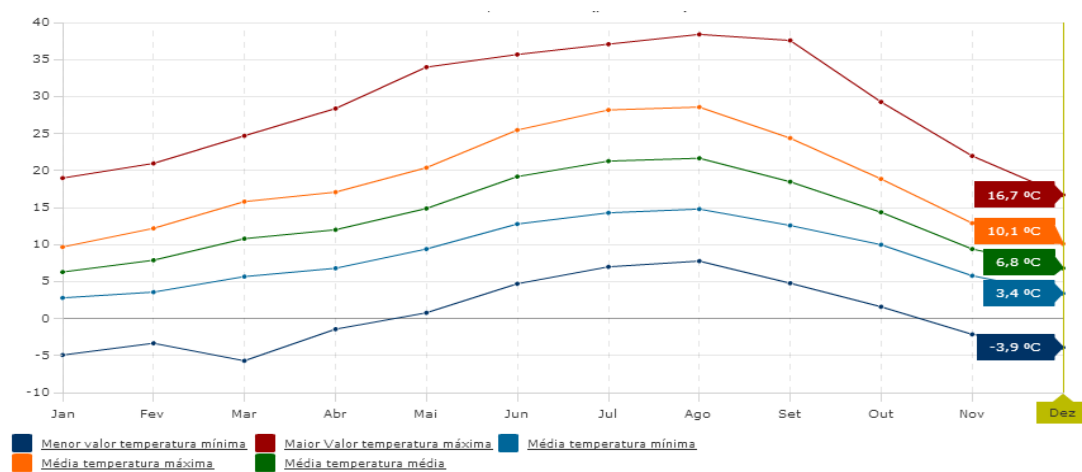


Figura 21: Normais climatológicas – temperatura em Vila Real (1981-2010). Fonte: IPMA, I.P.

**EM SÍNTESE:**

Geograficamente, o Alto Tâmega localiza-se numa situação privilegiada de comunicação com várias zonas de Portugal e de Espanha. Com um relevo acidentado de várias serras e planaltos, esta região é especialmente rica na sua biodiversidade faunística e florística, salientando-se ainda a riqueza geológica dos vários municípios em questão. Ao nível hídrico, o Alto Tâmega dispõe de uma grande abundância de recursos, incluindo os dois principais rios – Cávado e Tâmega –, as respetivas bacias hidrográficas, as fontes e os recursos termais.

### 2.4.2. Paisagem

O documento “Contributos para a identificação e caracterização da Paisagem de Portugal Continental” (DGOTDU, 2011) identifica 128 unidades de paisagem para Portugal Continental. Estas unidades de paisagem constituem *áreas com características relativamente homogêneas, no seu interior, sendo estas normalmente refletidas num padrão específico que se repete e diferencia a unidade em causa da área que a envolve. Para além deste padrão, para que se defina uma unidade, deve haver uma coerência interna e um carácter próprio, identificável do interior e do exterior e diretamente associado às representações da paisagem na identidade local e/ou regional.*

Existem 8 unidades de paisagem que incluem pelo menos dois municípios do Alto Tâmega (**Figura 22**). Pela sua abrangência, centralidade e importância para a região, destacam-se 3 unidades, mais detalhadamente apresentadas em baixo: a Serra do Larouco e Barroso; a Veiga de Chaves e o Vale do Corgo.

*Legenda:*

**A. Entre Douro e Minho**

**B. Montes entre Larouco e Marão**

13. Serra do Larouco e Barroso

14. Terras de Basto

15. Serras do Marão e Alvão

**C. Trás-os-Montes**

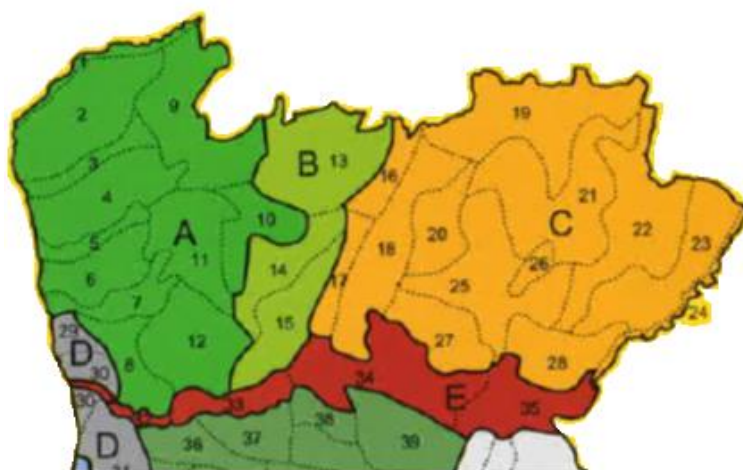
16. Veiga de Chaves

17. Vale do Corgo

18. Serra da Falperra

19. Terra Fria Transmontana

20. Baixa de Valpaços.



**Figura 22:** Unidades de Paisagem. Fonte: DGOTDU, 2011

A **Serra do Larouco e Barroso**, de acordo com a descrição da DGOTDU, abrange uma área de 1010 km<sup>2</sup> e apresenta uma *paisagem claramente serrana, mantendo-se as altitudes no geral acima dos dois mil metros.*(...)

*É uma paisagem que pode ser considerada dura, inóspita, de aspeto no geral agreste, dominada por encostas pedregosas e cobertas por matos (giesta, urzes) e matas, expostas ao rigor do clima e abertas a horizontes amplos. As formas de relevo são marcadas pelos cumes arredondados e pelas extensas encostas de declives variáveis. (...) A neve é frequente no inverno, que é longo e frio. (...) O planalto de Montalegre encontra-se muito claramente ligado a esta vila que é, juntamente com Boticas, a mais importante desta unidade de paisagem; mantém no entanto as características de pequena povoação, onde dominam os edifícios de granito e onde o contacto visual com a envolvente e com as serras mais altas a norte e oeste é muito direto.*

Com um cenário bastante distinto, a **Veiga de Chaves** estende-se por uma superfície de 260 km<sup>2</sup>, correspondendo ao fundo alargado e plano do vale, mas também as vertentes que o ladeiam e que limitam o horizonte visual da veiga. O que marca esta paisagem é a sua morfologia – a extensa largura do fundo do vale – acompanhada pela imagem de fertilidade e uso agrícola diversificados. Este mosaico variado contrasta vivamente com as vertentes circundantes, vigorosas e ocupadas sobretudo por matas e matos, por entre afloramentos rochosos. (...) O fundo do vale é ligeiramente ondulado. O rio Tâmega é já bastante largo junto a Chaves, constituindo um elemento linear importante na paisagem. (...) Chaves é o centro urbano que marca toda esta unidade de paisagem. (...) Trata-se de uma paisagem que contrasta claramente com a rudeza das áreas serranas circundantes devido à maior concentração populacional, intensidade de usos e de atividades económicas (Idem).

Finalmente, o **Vale do Corgo** apresenta-se como uma unidade de paisagem que, em 240 km<sup>2</sup>, corresponde a um vale, não muito largo, de fundo aplanado, bacia de abatimento que se estende numa direção aproximadamente norte-sul, entre as serras da Padrela e Falperra, a leste, e a serra do Alvão, a oeste. O que define esta paisagem é sobretudo o contraste entre as vertentes que ladeiam o vale e o fundo do vale com um uso predominantemente agrícola. É uma paisagem contida, em que os usos dominantes e a morfologia distinguem da paisagem envolvente. (...) Vila Pouca de Aguiar, na parte mais norte da unidade, encontra-se na divisória das águas: para norte drena o rio Avelames, pequeno afluente do Tâmega, e para sul o rio Corgo. (...) A norte esta unidade é separada da Veiga de Chaves por uma portela de baixa altitude, entre Pedras Salgadas a sul e Vidago a norte. As vertentes do vale são ocupadas maioritariamente por matas de eucaliptos e pinheiros bravos, sendo frequentes os afloramentos rochosos. (...) Surgem alguns socacos ou plataformas mais largas suportadas por muretes, permitindo criar pequenas áreas de cultivo.

Para além destas unidades de paisagem centrais, o território do Alto Tâmega estende-se por outras, como referido acima; esta região, no conjunto, abrange uma grande variedade de elementos paisagísticos e naturais, graças a um conjunto de especificidades do seu solo, dos recursos hídricos disponíveis, do clima, da fauna e da flora.

#### EM SÍNTESE:

O Alto Tâmega insere-se, de forma mais central, em três unidades de paisagem, apresentando cada uma um conjunto de características específicas que dotam a região, no seu todo, de uma grande diversidade paisagística, da fauna e da flora.

### 2.4.3. Áreas protegidas

A riqueza hidrográfica do Alto Tâmega, aliada à diversidade climática e das características físicas e geológicas dos solos, refletem-se igualmente na variedade **florística** da região, pela qual se distribuem várias composições arbóreas de carvalhos, castanheiros e pinheiros em elevadas quantidades. Nos carvalhais, é possível encontrar outras árvores e arbustos como o zangarinho, lamagueira, vidoeiro, mirtilos e arandos. Contudo, a flora do Alto Tâmega inclui também espécies como o abrunheiro, o pilriteiro e o azevinho; há inúmeras flores silvestres, musgos, líquenes, fetos e cogumelos, medronheiro, rosmaninho, esteva e outros, apreciados para variados fins, como o aproveitamento das bagas ou das folhas, por exemplo. A pereira brava alimenta várias espécies de fauna; a oliveira ocupa um local de destaque na economia local; e nas margens dos cursos de água é comum a existência de olmos, salgueiros, loureiros e aveleiras bravas. (DLBC)

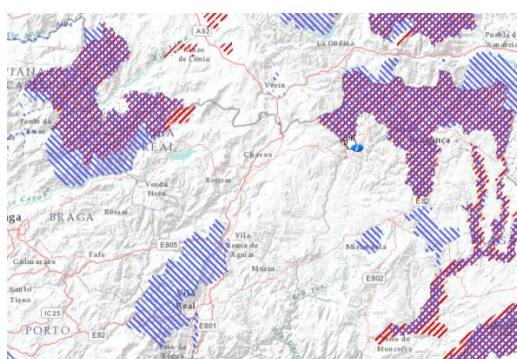
A **fauna** do Alto Tâmega apresenta uma grande biodiversidade, registando: 177 espécies de aves, 53 espécies de mamíferos, 23 de répteis, 13 de anfíbios e 15 de peixes. Estes valores representam uma parcela significativa da biodiversidade da região Norte. É de salientar que 64 das 177 espécies de aves registadas são consideradas Espécies de Interesse Comunitário, o que coloca na região do Alto Tâmega uma responsabilidade acrescida na conservação dessas – e das restantes – espécies. Todavia, as informações são relativamente reduzidas ou pouco atuais para determinadas espécies, algumas das quais também de Interesse Comunitário e de necessária proteção, tais como a osga-moura, a rã-ibérica, a lontra-europeia ou a toupeira-da-água. A tartaruga de carapaça-estriada é outro exemplo de uma espécie em perigo no Livro Vermelho dos Vertebrados em Portugal e tem sido objeto de estudo e proteção ao longo dos últimos anos.

Tendo em vista a conservação da biodiversidade do Alto Tâmega, há vários enquadramentos legais de conservação, nacionais e comunitários, que procuram assegurar que os locais identificados são efetivamente protegidos de comportamentos que comprometam a sobrevivência e proliferação das espécies faunísticas e florísticas que acolhem, para além da manutenção da própria paisagem e características naturais.

A **Rede Natura 2000** foi criada enquanto rede ecológica para o espaço comunitário da União com a finalidade de assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para impedir as ameaças à biodiversidade. Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia.

Esta rede é composta por Zonas de Proteção Especial (ZPE), que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats; e por Sítios de Importância Comunitária (SIC) que pretendem assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens, considerados ameaçados no espaço da União Europeia.

No Alto Tâmega, há dois locais identificados como ZPE (Serra do Gerês e Montesinho/Nogueira) e três como SIC (Peneda/Gerês, Montesinho/Nogueira e Alvão/Marão). A sua distribuição geográfica pode ser verificada na **Figura 23** abaixo. Como é visível, as três grandes manchas correspondem aos três locais identificados tanto como ZPE como SIC: Peneda/Gerês a Noroeste de Chaves; Montesinho/Nogueira a Nordeste e Alvão/Marão a Sul relativamente a Chaves.



**Figura 23:** Território classificado como Rede Natura 2000. *Fonte:* Natura 2000 Network Viewer

A distribuição pelos municípios da região do Alto Tâmega faz-se da seguinte forma (**Tabela 31**):

**Tabela 31:** Distribuição do território Rede Natura pelos concelhos do Alto Tâmega

	Tipologia	Área (em ha)	% do concelho classificado	% de ZPE ou SIC no concelho
Chaves	ZPE Montesinho/Nogueira	3261	6%	3%
	SIC Montesinho	3149	5%	3%
Montalegre	ZPE Gerês	15444	19%	25%
	SIC Peneda/Gerês	21014	26%	24%
Ribeira de Pena	SIC Alvão Marão	5875	27%	10%
V. Pouca Aguiar		13495	31%	23%

*Fonte:* Rede Natura 2000

Montalegre, Ribeira de Pena e Vila Pouca de Aguiar são os municípios com maiores percentagens de território classificado – em todos eles, mais de um quarto da sua superfície pertence a uma Zona de Proteção Especial ou a um Sítio de Importância Comunitária definidos pela Rede Natura 2000.

No domínio nacional, a **Rede Nacional de Áreas Protegidas**, por sua vez, reconhece o Parque Nacional da Peneda-Gerês e o Parque Natural do Alvão como as únicas zonas protegidas do Alto Tâmega.

Como é perceptível, há uma sobreposição entre os vários enquadramentos em termos territoriais. Assim, a Peneda-Gerês, o Montesinho/Nogueira e o Alvão/Marão constituem as três áreas de excelência do Alto Tâmega cobertas por redes de proteção e conservação da natureza em diferentes contextos – nacional e europeu.

A **Serra do Gerês** localiza-se na região noroeste de Portugal, estendendo-se entre os planaltos de Castro Laboreiro e Mourela e incluindo grande parte das serras da Peneda, Soajo, Amarela e Gerês, cuja altitude quase alcança os 1550 metros. A zona da Peneda/Gerês ocupa uma área de 888 km<sup>2</sup> onde se destacam o predomínio das rochas graníticas, os planaltos no extremo Nordeste, as variações climáticas acentuadas, a extensa rede hidrográfica e uma atividade dominante de agropecuária. Nesta zona, a paisagem é dominada por bosques de carvalho-alvarinho e carvalho-negral, e matos. As matas do Ramiscal, de Albercaria, do Cabril, todo o vale superior do rio Homem e a própria serra do Gerês são um tipo de paisagem muito específica da região.

Há ainda povoados pitorescos, a arquitetura dos socos e paradas de espigueiros. A agricultura e a pastorícia são exercidas essencialmente nos planaltos da região (Castro Laboreiro e Mourela) e, apesar do clima extremo, apresenta uma grande diversidade de habitats, pastagens, lameiros, carvalhais e pinhais. Por constituir uma

zona de fronteira entre as regiões Eurosiberiana e Mediterrânica, confluem vários grupos avifaunísticos de diversas espécies e origens – picanço-de-dorso-ruivo, gralha-de-bico-vermelho, narceja, etc. (Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e da Floresta – ICNF).

O Parque Nacional da Peneda-Gerês foi criado em 1971 de forma a promover a construção de um planeamento capaz de valorizar as atividades humanas e os recursos naturais da zona identificada, tendo em vista finalidades educativas, turísticas e científicas. Enquanto primeira área protegida em Portugal, e a única com o estatuto de Parque Nacional, é um dos últimos redutos do país onde se encontram ecossistemas no seu estado natural, com reduzida ou nula influência humana, integrados numa paisagem humanizada.

Na zona de **Montesinho/Nogueira** existe uma grande variedade de ecossistemas e a sua paisagem é caracterizada por um mosaico de habitats. Pratica-se uma agricultura de montanha, baseada especialmente na exploração pecuária extensiva de ovinos e bovinos, que respeita a diversidade local. À semelhança da Serra do Gerês, também no Montesinho/Nogueira existem diversas espécies de avifauna – o pisco-de-peito-azul, tartaranhão-azulado, o melro-de-água e a cotovia são três exemplos da riqueza avifaunística da região.

A grande biodiversidade do local justifica-se pelo cruzamento de elementos típicos de ecossistemas de montanha do eixo pirenaico-cantábrico, mediterrânicos, atlânticos e continentais. Pelo seu estado de conservação, é um local privilegiado para a conservação de um património natural faunísticos e florístico de grande relevo, nomeadamente em relação à proteção do lobo e de várias espécies da fauna aquática e ribeirinha.

Finalmente, na zona do **Alvão/Marão**, os vales e socacos junto aos aglomerados rurais são ocupados por pequenas explorações agrícolas. Os planaltos, quando proporcionam as condições para tal, servem as necessidades agropecuárias da região e as encostas ou são bastante escarpadas ou estão cobertas de matos ou matas. Esta região também acolhe uma grande diversidade de habitats naturais, tornando-se, por esse motivo, um local essencial para a preservação de algumas espécies de flora, como o trevo-de-quatro-folhas (extremamente ameaçado), e de fauna, sendo especialmente relevante para o lobo, a fauna aquática e ribeirinha, várias espécies de morcegos também ameaçados e de anfíbios como a salamandra-lusitânica ou de insetos como algumas borboletas e a libélula. (ICNF)

O **Parque Natural do Alvão**, criado em 1983 pelos seus valores naturais, é uma área com formações xistosas do Silúrico de grande interesse paisagístico e geológico, cujo fulcro é a queda de água do rio Olo. Salienta-se ainda o filão de andaluzite no alto de Cravelas, a zona de Muas, o caos granítico que culmina na catedral granítica de Arnal e na queda de água do moinho de Galegos da Serra. No rio Olo, rico em trutas, pode encontrar-se a lontra europeia. Ainda ao nível da fauna, a riqueza é igualmente notável, com destaque para a águia-real, o javali, o corço, o texugo, a lebre, o lagarto-de-água e a víbora cornuda. A flora e a vegetação são também ricas e diversificadas. Entre as massas rochosas emergem campos de centeio, de milho e batata, lameiros onde se cria o gado maronês e baldios em que se apascenta a cabrada.

Para além destes, é necessário destacar ainda o parque **O Invernadeiro**. Ainda que este se localize geograficamente fora do território do Alto Tâmega, acaba por integrar a fronteira Norte desta região com Orense, em Espanha. Este parque natural, que se situa nas montanhas de Villarino de Conso, estende-se por uma superfície de 57km<sup>2</sup> que varia entre os 1000 e os 1600 metros de altitude, oferecendo, à semelhança das

restantes zonas naturais, uma grande biodiversidade de fauna e flora que tornam o território especialmente importante do ponto de vista de vários ecossistemas e da conservação das espécies.

Quando analisadas estas zonas naturais em conjunto, é possível situar o Alto Tâmega no centro de uma vasta área de interesse natural. É nos limites do território desta região que se encontram estes diferentes espaços naturais: assim, o Alto Tâmega está rodeado pelo parque Invernadeiro a Norte, pela Peneda-Gerês a Noroeste, pelo Alvão-Marão a Sul e por Montesinho-Nogueira a Nordeste. No centro deste enquadramento, o Alto Tâmega consegue usufruir de um espaço de marcado carácter natural, que lhe concede uma grande variedade biológica e geológica que enriquece e diferencia esta região.

#### EM SÍNTESE:

O território do Alto Tâmega está rodeado por grandes áreas de interesse natural, conferindo-lhe um enquadramento privilegiado em termos de biodiversidade e riqueza paisagística. A região é delimitada a Noroeste pela Peneda-Gerês (Montalegre), a Sul pelo Alvão-Marão (Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena) e a Nordeste por Montesinho-Nogueira (Chaves). A importância destas zonas é reconhecida nacional e internacionalmente através do seu enquadramento em diferentes contextos de proteção e conservação da natureza, incluindo a Rede Natura 2000 e a Rede Nacional de Áreas Protegidas. A Norte, o Alto Tâmega é delimitado pelo parque Invernadeiro, em Espanha, que fecha esta limitação natural da região.

#### 2.4.4. Património cultural

Como é visível na **Tabela 32** abaixo, os municípios do Alto Tâmega dispõem de um conjunto de infraestruturas de vários tipos que enriquecem a região com um património construído que inclui 12 monumentos nacionais, 60 imóveis de interesse público e 8 de interesse municipal.

**Tabela 32:** Património construído.

	Total	Categoria dos bens imóveis			Categoria de proteção		
		Monumentos	Conjuntos	Sítios	Monumentos nacionais	Imóveis de interesse público	Imóveis de interesse municipal
Boticas	10	5	0	5	0	8	2
Chaves	24	16	2	6	6	18	0
Montalegre	9	5	1	3	4	4	1
Ribeira de Pena	3	1	0	2	0	3	0
Valpaços	17	9	3	5	0	15	2
Vila P. Aguiar	17	10	1	6	2	12	3
<b>Alto Tâmega</b>	<b>80</b>	<b>46</b>	<b>7</b>	<b>27</b>	<b>12</b>	<b>60</b>	<b>8</b>
Norte	1261	947	148	166	266	901	94
Portugal	4103	3131	511	461	799	2581	723

Fonte: INE



A riqueza patrimonial do Alto Tâmega reflete-se num conjunto alargado de monumentos nacionais, distribuídos pelos vários municípios da região, e com grande interesse turístico (**Tabela 33**).

**Tabela 33:** Monumentos nacionais no Alto Tâmega.

	Monumento nacional	Breve descrição
Vários municípios	13 marcos miliários (Série Capela) Braga a Chaves	Arquitetura de comunicações romana. Marcos miliários romanos.
Chaves	Castelo de Chaves e restos da fortificação abaluartada na cidade	Arquitetura militar, medieval e seiscentista.
	Castelo de Monforte / Castelo de Monforte de Rio Livre	Arquitetura militar, medieval. Castelo de planta retangular irregular, composto por muralha e por torre de menagem.
	Castelo de Santo Estêvão	Arquitetura residencial, medieval e gótica. Torre senhorial de planta quadrada, com fachadas de três pisos.
	Forte de São Francisco	Arquitetura militar, seiscentista. Forte de planta em estrela regular.
	Forte de São Neutel	Arquitetura militar, seiscentista. Forte de planta estrelada.
	Igreja Paroquial de Cimo de Vila de Castanheira / Igreja de São João Baptista	Arquitetura religiosa, românica.
Montalegre	Termas Mediciniais Romanas de Chaves <sup>6</sup>	O mais importante e monumental complexo termal português em funcionamento até ao último quartel do séc. IV d.C.
	Castelo de Montalegre	Arquitetura militar, medieval. Castelo de planta circular irregular.
	Igreja de São Vicente da Chã / Igreja de São Vicente	Arquitetura religiosa, românica. Igreja românica de planta longitudinal.
Ribeira Pena	Igreja e Ruínas do Mosteiro de Santa Maria das Júnias	Arquitetura religiosa, românica e gótica. Mosteiro Cisterciense com igreja.
	Ponte romana sobre o rio Poio ou Alvadia	Arquitetura de comunicações e transportes, vernácula. Ponte de arco.
Vila P. Aguiar	Antas da Serra do Alvão	Arquitetura funerária, megalítica. Complexo de antas.
	Castelo de Pena de Aguiar / Castelo de Aguiar da Pena	Arquitetura militar, românica. Castelo roqueiro românico.

Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

A preocupação da transmissão das práticas culturais da região e das suas tradições artísticas e produtivas fica patente na realização de inúmeras feiras, festivais e provas e festas populares, das quais podem listar-se as seguintes (**Figura 24**):

<sup>6</sup> Pela recente atribuição do caráter de monumento nacional às Termas Mediciniais Romanas de Chaves, estas não estão englobadas como tal na contagem da Tabela anterior com dados do INE.



<b>Boticas</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Feira Gastronómica do Porco</li> <li>• Passeio BTT</li> <li>• Festas do Concelho</li> <li>• Festival do Emigrante</li> <li>• Festival da Juventude</li> <li>• Festival de Folclore</li> </ul>	<b>Chaves</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aqua Flavie - Festa dos Povos - Mercado Romano</li> <li>• Chaves - Sabeores de Chaves</li> <li>• Feira do Fumeiro</li> <li>• Feira do Folar</li> <li>• Feira do Pastel de Chaves</li> <li>• Feira dos Santos</li> <li>• Feira do Presunto e do Vinho</li> </ul>	<b>Ribeira de Pena</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Festa da Truta do Rio Beça</li> <li>• Carnaval da Venda Nova</li> <li>• Fim-de-semana gastronómico</li> <li>• Semana Florestal</li> <li>• Festa de S. Pedro da Cerva</li> <li>• Feira do Linho</li> <li>• Festa da Castanha</li> </ul>
<b>Montalegre</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Sexta-feira 13</li> <li>• Mundial de Rally cross</li> <li>• Carrilheiras de Barroso</li> <li>• BTT</li> <li>• Congresso de Medicina Popular</li> <li>• Ecomuseums</li> </ul>	<b>Valpaços</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Feira do Folar</li> <li>• Campeonato Nacional do Enduro</li> <li>• Rali Rota do Folar</li> <li>• Carnaval de Vilarandelo</li> <li>• Feira das Atividades Económicas</li> <li>• Feira da Castanha de Carrazedo de Montenegro</li> </ul>	<b>Vila Pouca de Aguiar</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Feira do Granitoe do Concelho</li> <li>• Festas da Vila e do Concelho</li> <li>• Festa do Emigrante</li> <li>• Feira do Mel e do Artesanato</li> <li>• Festival do Ouro Romano</li> <li>• Tradicional Feira das Cebolas</li> <li>• Mostra Gastronómica</li> </ul>

**Figura 24:** Exemplos de eventos no Alto Tâmega por Município. *Fonte:* CIM do Alto Tâmega

O **artesanato** é uma das manifestações culturais da região. Apesar de ter sido inicialmente desenvolvido para fins domésticos e de utilização própria, com o tempo, passou a existir algum comércio em torno destas produções que utilizam métodos tradicionais na reprodução de peças e utensílios que refletem a cultura e a identidade das suas comunidades, como por exemplo as bilhas, cântaros, cestos e mantas. Para além do lado comercial, esta produção artística representa uma estratégia de preservação de tradições e práticas locais.

No Alto Tâmega, um dos exemplos mais ilustrativos desta preocupação da proteção destas manifestações culturais é a tentativa de certificação que a ADRAT, a Associação de Artesãos de Vilar de Nantes e a Região de Turismo e da Câmara Municipal de Chaves estão a levar a cabo para o barro preto de Vilar de Nantes (ADRAT, *Cadernos Temáticos*). A nova abordagem a este material procura modernizá-lo, nomeadamente através da introdução de *designs* apelativos.

A recuperação de fornos comunitários na região também incentivou a recuperação de uma outra tradição artesanal – a da produção do pão saloio. A aposta de uma empresa de Montalegre, a MODABARR, na dinamização da tecelagem usando materiais rústicos com *designs* modernos tem vindo a destacar-se também no campo da moda (ADRAT, *Cadernos Temáticos*).

Há outras tradições etnográficas importantes, tais como a celebração dos Santos Populares e a partilha comunitária do forno do povo, da vezeira e do Boi do Povo.

**EM SÍNTESE:**

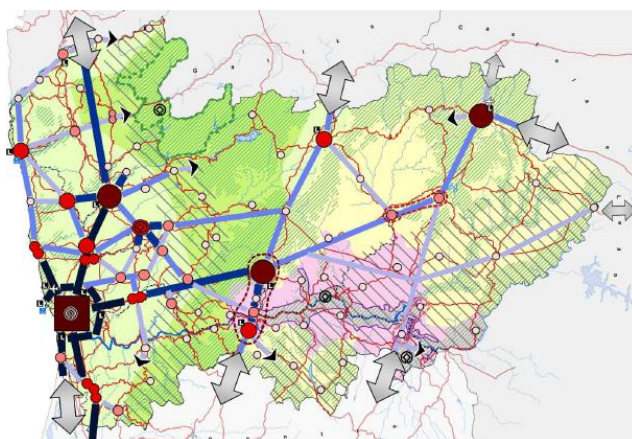
Para além da biodiversidade e dos recursos naturais, o Alto Tâmega oferece igualmente uma riqueza patrimonial reconhecida através da identificação, na região, de vários monumentos nacionais e de interesse público, resultantes de vestígios de diferentes épocas, podendo destacar-se o património pré-histórico, romano e medieval. Adicionalmente, o Alto Tâmega dispõe de uma oferta cultural que inclui uma grande variedade de festas, feiras, mostras e outros eventos que promovem a região, os seus produtos, a sua cultura e tradições junto dos seus cidadãos, mas também dos visitantes e turistas.

### 2.4.5. Sistema urbano e acessibilidades

Analisando o território do Alto Tâmega num contexto regional mais amplo, verifica-se o seu posicionamento no eixo Chaves – Vila Real – Régua – Lamego –Viseu. Trata-se de um eixo estruturante para a consolidação de uma malha urbana coesa no nordeste português, articulando o litoral e o interior transmontano.

Assumindo o seu papel como centro urbano de dimensão superior neste território, no âmbito do PROT Norte, Chaves é proposta como Cidade Regional: cidades que, possuindo capacidades de polarização de espaços territoriais alargados por via da sua dimensão física, funcional e relacional, constituem, em conjunto com as dos dois níveis anteriores, as rótulas principais da estruturação do território da Região, desempenhando funções de articulação territorial e capacidades para construir e dinamizar redes urbanas. A consolidação da polarização de Chaves faz-se sentir em particular em relação a Boticas e Montalegre, e numa menor dimensão, em relação a Valpaços, Vila Pouca de Aguiar e Ribeira de Pena.

No restante território verifica-se um processo de urbanização mais ténue, focado essencialmente nas sedes dos concelhos, fruto normalmente do despovoamento continuado das zonas rurais. Este processo tem sido insuficiente para conferir a estes polos a indispensável massa crítica e não é acompanhado pela necessária articulação e integração do sistema urbano.



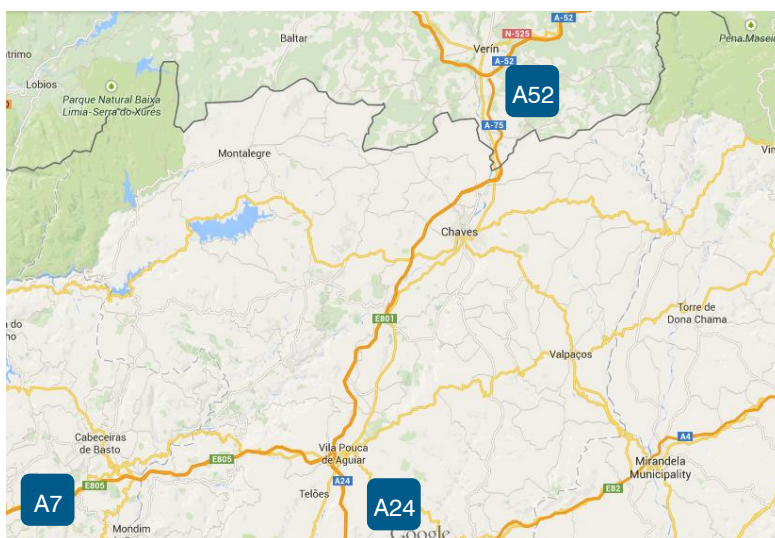
**Figura 25:** Modelo Territorial da Região Norte. *Fonte:* PROTN, 2009

No âmbito da estruturação do território, as condições de acessibilidade e mobilidade desempenham um papel fundamental. Estas, no Alto Tâmega, têm vindo a ser, ao longo dos últimos anos, objeto de intervenções de melhoria das infraestruturas rodoviárias e, por esse motivo, refletem já uma melhor qualidade, diminuindo o isolamento da região – afastada das principais cidades e dos grandes centros políticos e económicos.

O exemplo dessas ligações são as três principais autoestradas que conectam o Alto Tâmega não só com o restante território nacional, mas também com a Galiza (tal como ilustra a **Figura 26** abaixo). Assim, a **A24** faz a ligação entre a A25 (em Viseu) e Chaves, possibilitando ainda a ligação ao IP4 ou à A4 em Vila Real, à A7 ou ainda à **A52** que começa em Benavente e termina em O Porriño, em Espanha. A **A7** inicia-se na Póvoa de Varzim, na ligação com a A28 e termina em Vila Pouca de Aguiar no nó com a A24, e assume-se como a via mais relevante na ligação ao litoral, nomeadamente à Área Metropolitana do Porto através da A3 ou da já referida A28.

Estas novas ou renovadas vias de comunicação promoverem novas dinâmicas de desenvolvimento local e empresarial, pese embora o facto de a comunicação entre aldeias e localidades intra-municipais seja ainda deficitária.

Em termos portuários e aeroportuários, a região do Alto Tâmega está mais próxima destas estruturas através do Porto – Leixões e Aeroporto Sá Carneiro. Atualmente, o percurso entre Chaves e o Porto demora cerca de 1 hora e 30 minutos para percorrer os 150km que distam entre as duas cidades.



**Figura 26:** Mapa das principais ligações do Alto Tâmega: A7, A24 e A52.

**Fonte:** Google Maps

Analisando os processos recentes, procurou-se identificar os maiores projetos aprovados pelo QREN na área da “Conectividade internacional, acessibilidades e mobilidade” no Alto Tâmega. Verifica-se que, com o intuito de reforçar as acessibilidades e a mobilidade da região, foram aprovados seis projetos pelo QREN, superiores a 1 milhão de euros de investimento (**Tabela 34**). Estes projetos centraram-se em operações ao nível rodoviário e totalizaram um investimento de quase 10 milhões de euros.

**Tabela 34:** Projetos públicos aprovados pelo QREN (> 1M€) – Conetividade internacional, acessibilidades e mobilidade

Beneficiário	Operações	Investimento Elegível Aprovado (€)
Município de Chaves	Rodovia de Acesso Prioritário A24 Hospital (Fase 1)	3 500 268
Município de Vila P. de Aguiar	Rede Viária Municipal Fase VI	1 928 068
Município de Montalegre	Beneficiação da Rede Viária Municipal I e II	1 200 179
Município de Boticas	Beneficiação da rede viária municipal. Fase II	1 199 429
Município de Montalegre	Beneficiação de três Estradas do Concelho de Montalegre	1 121 958
Município de Valpaços	Nó de Rio Torto na Var. EN 213 liga Valpaços o IP4, incl. pavimentação CM de Rio Torto a Mirandeses	1 046 354
<b>Total</b>		<b>9 996 255</b>

Fonte: Website do QREN, dados de Setembro/2014

Adicionalmente, assinala-se que o Alto Tâmega dispõe da **Plataforma Logística de Chaves**, desenhada em função da estratégia da rede logística nacional/internacional e beneficiando das relações estabelecidas no Noroeste Peninsular em função da acessibilidade potenciada pela A24. Esta estrutura abrange uma área de terreno de aproximadamente 99000 m<sup>2</sup> e desenvolve-se em diferentes setores com objetivos distintos, concretizando-se em armazéns e atividades logísticas; edifícios de serviços e comércio; áreas verdes; e infraestruturas comuns. Mais especificamente, a Plataforma engloba os seguintes setores:

- ♦ Parque Logístico Multifuncional
- ♦ Centro de Transportes de Mercadorias
- ♦ Centro de Transferência Modal (porto seco)
- ♦ Zona de Serviços e Apoio
- ♦ Parque de Estacionamento de Pesados e Ligeiros.

Fonte: Município de Chaves

A Plataforma procura promover o desenvolvimento empresarial integrado da região e localiza-se estrategicamente numa zona de fronteira (a 12 km da A52 – Autovia das Rias Baixas/Verin) e junto ao nó da autoestrada A24, facilitando não só a ligação a Espanha, mas também a toda a rede de rodoviária portuguesa.

É ainda de salientar a existência, também em Chaves, de um **aeródromo** a 2 km a sudeste da cidade. A pista desta infraestrutura tem 857 metros de comprimento, 23 de largura, um declive de 1,2% e comporta aeronaves ligeiras.

#### EM SÍNTESE:

No Alto Tâmega, o Município de Chaves é reconhecido como a polo regional que contribui ativamente para a estruturação do território. Chaves assume-se enquanto centro urbano estruturante com uma significativa influência regional, polarizador de uma oferta diversificada de equipamentos e serviços.

Notou-se, nos últimos anos, o reforço do investimento das vias de comunicação no Alto Tâmega, que melhoraram consideravelmente a conetividade da região com Espanha e com o restante país.

## 2.5. Análise SWOT

Atendendo ao diagnóstico desenhado no capítulo anterior, é possível inferir um conjunto de pontos fortes e de aspetos a melhorar que o Alto Tâmega apresenta nos vários setores analisados anteriormente. A reflexão sobre essas áreas de melhoria e dos casos de sucesso deve cruzar-se com as oportunidades e as ameaças que o contexto geral regional, nacional e europeu propiciam ao Alto Tâmega.

### PONTOS FORTES

- ♦ **Presença do setor primário:** O setor primário apresenta no Alto-Tâmega uma forte presença, mostrando ter resiliência e capacidade de regeneração e crescimento, disponibilizando uma oferta alargada de produtos de qualidade reconhecida;
- ♦ **Dinâmica da indústria extrativa, em particular da rocha ornamental:** Com destaque para o concelho de Vila Pouca de Aguiar, “Capital do Granito”, o setor extrativo, particular os granitos, tem um peso significativo na economia da região, tendo realizado investimentos importantes nos últimos anos;
- ♦ **Oferta turística reconhecida, em particular na área do termalismo:** O Alto-Tâmega tem uma tradição de termalismo notável, verificando-se nos últimos anos a ocorrência de fortes investimentos nesta área, sendo de destacar os casos de Chaves, Vidago e Pedras Salgadas;
- ♦ **Proximidade da região espanhola da Galiza:** A proximidade da fronteira abre um conjunto de oportunidades significativas para o Alto-Tâmega, sendo já possível identificar um histórico de iniciativas de colaboração, de onde se poderá destacar o caso da Eurocidade Chaves-Verin;
- ♦ **Qualidade das acessibilidades rodoviárias recentes:** Nos últimos anos, o Alto Tâmega assistiu a uma verdadeira evolução assinalável ao nível das acessibilidades rodoviárias. A conclusão da A7, da A24 e da A52 do lado espanhol facilitaram de forma notável o acesso de pessoas e bens. Note-se que, no caso português, a imposição da cobrança das portagens é apontada transversalmente como um entrave ao desenvolvimento da região;
- ♦ **Diversidade e valor do património natural e cultural:** Com uma grande diversidade de serras e cursos fluviais, o território do Alto Tâmega apresenta uma grande diversidade de espaços naturais classificados. Ao longo dos anos o território foi sendo ocupado pelo Homem, sendo assinaláveis vestígios de diferentes épocas, podendo destacar-se por exemplo o património pré-histórico, romano ou medieval;
- ♦ **Capacidade de geração de energia de fontes renováveis:** As características geográficas do território do Alto Tâmega têm permitido a exploração de energias de fontes renováveis, designadamente através de parques eólicos e aproveitamentos hidroelétricos. Nestas áreas existem investimentos significativos previstos e em curso que deverão ser considerados;
- ♦ **Rede de apoio social providenciada pelos municípios:** Num território com diferentes fenómenos de exclusão e dinâmicas sociais negativas, é assinalável a capacidade da rede social dinamizada pelos municípios na resposta aos problemas dos cidadãos, envolvendo diferentes parceiros locais, designadamente IPSS em objetivos comuns;
- ♦ **Existência de um histórico de trabalho conjunto:** Apesar de a constituição da Comunidade Intermunicipal ser uma realidade recente, os municípios do Alto Tâmega apresentam um histórico de trabalho conjunto significativo, consolidado através de instituições como a AMAT ou a ADRAT que têm focado a sua ação no desenvolvimento integrado de todo o Alto Tâmega;
- ♦ **Existência de uma polaridade urbana reconhecida:** No Alto Tâmega, o Município de Chaves é reconhecido como a polo regional que contribui ativamente para a estruturação do território. Chaves assume-se enquanto centro urbano estruturante com uma significativa influência regional, polarizador de uma oferta diversificada de equipamentos e serviços.

## ÁREAS DE MELHORIA

- ♦ **Diminuição e envelhecimento da população residente:** O Alto Tâmega tem vindo a demonstrar dificuldades na sua capacidade de fixação de população, com consequências assinaláveis no decréscimo e envelhecimento populacional;
- ♦ **Baixos níveis de formação e qualificação:** O nível de formação da população do Alto Tâmega é de um modo geral, inferior à média do País e da Região Norte, refletindo a incapacidade da região em fixar recursos humanos qualificados. Salienta-se que mais de metade (54%) dos habitantes não tem escolaridade ou apenas frequentaram o 1º Ciclo do Ensino Básico;
- ♦ **Distanciamento dos principais centros de decisão política:** A sua localização, distante dos centros de decisão, a nível nacional e mesmo regional, aliada à inexistência de uma entidade administrativa forte (Distrito, CIM, ...) tem sido referenciada como uma dificuldade acrescida ao desenvolvimento do território do Alto Tâmega;
- ♦ **Baixos índices de atividade e de competitividade empresarial:** No Alto Tâmega predominam as empresas de reduzida intensidade tecnológica e geradoras de menor valor acrescentado, quando comparadas com a realidade envolvente. Assinala-se a concentração acima da média no setor primário, aliada ao uso de processos e métodos tradicionais e a reduzida presença de um setor industrial dinâmico;
- ♦ **Carências ao nível da oferta de ensino superior e de IDI:** O Alto Tâmega apresenta uma oferta diminuta ao nível do ensino superior, assinalando-se hoje em dia apenas a Escola Superior de Enfermagem em Chaves. Este cenário tem efeitos nefastos a diferentes níveis, destacando-se a capacidade de fixação de população qualificada e o apoio especializado ao tecido empresarial;
- ♦ **Reduzida visibilidade externa da sub-região:** Apesar da presença de entidades de referência, nomeadamente a nível turístico, a visibilidade externa do Alto Tâmega é reduzida, assim como o é o reconhecimento externo da sua identidade territorial.

## OPORTUNIDADES

- ♦ **Constituição de uma nova unidade administrativa:** A constituição do Alto Tâmega significa, para a região, a consolidação de uma abordagem integrada, supramunicipal e próxima da realidade dos vários Municípios que partilham entre si aspetos identitários, culturais, económicos e outros;
- ♦ **Quadro comunitário de apoio 2014-2020:** A disponibilidade de apoios financeiros para no quadro dos diferentes Programas Operacionais Nacionais, Regionais e Temáticos, e de programas geridos a diretamente nível europeu, deverá ser encarada como uma oportunidade no Alto Tâmega, devendo ser estimulado o seu aproveitamento pelas diferentes entidades do território, públicas e privadas. Destaque-se as prioridades atribuídas a aspetos como a inovação, a sustentabilidade ou a inclusão social, que são temáticas particularmente relevantes para o Alto Tâmega;
- ♦ **Potencial para colaboração transfronteiriça:** A proximidade à fronteira beneficia o Alto Tâmega em termos de possibilidades de promoção de cooperações transfronteiriças, podendo funcionar como um interface de projetos inovadores entre os dois países;
- ♦ **Contexto favorável ao investimento em estratégias de sustentabilidade energética:** Numa altura de valorização das questões de sustentabilidade energética e ambiental – tanto nas estratégias regionais e nacionais como nas europeias –, a potencialidade do Alto Tâmega para desenvolver-se a estes níveis deve ser encarada como uma oportunidade a explorar;



## OPORTUNIDADES

- ♦ **Tendências internacionais na área do turismo cultural e de natureza:** O Alto Tâmega, apresenta um notável património cultural e natural que poderá ser explorado na ótica do turismo. As tendências internacionais na área do turismo têm vindo a demonstrar o crescimento precisamente das áreas do turismo de natureza e do turismo cultural, que importa aproveitar.

## AMEAÇAS

- ♦ **Contexto económico geral de restrições orçamental:** O contexto atual é pouco favorável a uma maior disponibilidade orçamental e à realização de investimentos mais significativos, com consequências também ao nível da capacidade de consumo dos cidadãos. Acresce que esta perspetiva negativa é partilhada do lado Espanhol da fronteira;
- ♦ **Esvaziamento de serviços públicos:** Atendendo à redefinição dos serviços públicos no território nacional e à baixa densidade da populacional do Alto Tâmega, é possível que estes serviços prossigam o processo de deslocalizados seguido nos últimos anos;
- ♦ **Atratividade de outras regiões e da Europa:** num mundo globalizado e de comunicações facilitadas, movimentos demográficos como o êxodo para outras regiões mais desenvolvidas ou ainda para outros países mais atrativos do ponto de vista das condições económicas, por exemplo, constituem uma ameaça real que deve ser encarada pelo Alto Tâmega.

## 2.6. Elementos-Chave para o desenvolvimento

Uma reflexão sobre a realidade do Alto Tâmega, refletida no Diagnóstico realizado e na inferência da respetiva SWOT, permitiu salientar um conjunto de oito elementos-chave, elencados abaixo, percecionados como desafios e fatores críticos de sucesso da região cuja consideração será tida em conta na elaboração da Estratégia de Desenvolvimento do Alto Tâmega.



Figura 27: Elementos-chave para o desenvolvimento do Alto Tâmega



O recurso **Água** surge como transversal à maioria das temáticas exploradas no âmbito do diagnóstico. Salienta-se designadamente a sua relação com a produção agrícola, com a geração de energia, com a atividade turístico-termal e com a própria imagem externa do território.

Importa que a estratégia preconizada reconheça esta transversalidade, reforçando o papel do recurso água como um dos principais agregadores do território do Alto-Tâmega.



Nas últimas décadas, o Alto Tâmega tem sofrido um processo de decréscimo e envelhecimento populacional assinalável.

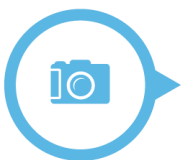
Mostra-se fundamental estancar e inverter esta dinâmica, adotando medidas que contribuam para a atração e fixação de **população**, nomeadamente de população mais jovem e qualificada.





O **setor primário** apresenta um peso considerável no Alto Tâmega, refletido em indicadores como a população empregada ou o VAB gerado. Apresentando um conjunto alargado de produtos de qualidade certificada, denota-se ainda uma forte presença da produção de subsistência, mais tradicional e com pouco valor acrescentado.

Importará por isso aproveitar os produtos e recursos existentes (nomeadamente os recursos humanos), apoiando de forma integrada o aumento da competitividade do setor agrícola, promovendo aspetos como a sua organização, a capacidade transformadora e a operacionalidade logística, numa lógica criação de fileiras e de reforço das relações de cluster.



O **Turismo** é uma atividade que apresenta uma forte relação com o território e com as populações locais. Com uma riqueza notável de património natural e cultural e com uma longa tradição ligada ao termalismo, o Alto Tâmega tem vindo a atrair nos últimos anos investimentos assinaláveis ao nível da oferta hoteleira.

Acompanhando as tendências atuais na área do turismo, nomeadamente do turismo de bem-estar, de natureza e cultural, o Alto Tâmega deverá criar condições para apresentar e promover uma oferta integrada e consolidada que lhe permita maximizar o aproveitamento socioeconómico das mais-valias decorrentes desta atividade.



De forma genérica, o tecido empresarial do Alto Tâmega é genericamente caracterizado por uma reduzida intensidade tecnológica, com consequências ao nível da sua competitividade externa. Destaca-se, contudo, a relevância da indústria extrativa na economia da região. Além disso, sobressai a inexistência local de estruturas de apoio na área da ciência, tecnologia e inovação que possam contribuir para inverter este cenário.

Assim sendo, importa identificar formas que permitam a captação e desenvolvimento de **competências** adaptadas às necessidades locais, assim como facilitar a promoção da **inovação** em áreas relevantes para o desenvolvimento do Alto Tâmega, num contexto seletividade e de especialização inteligente (Água, Indústria extrativa e transformadora, Agroalimentar, Turismo, Energias Renováveis, ...).



No Alto Tâmega, os municípios, em complementaridade com as IPSS, apresentam um conjunto notável de **serviços** orientados para o apoio a diferentes segmentos da população (combate à pobreza e à exclusão social, promoção do desenvolvimento social local, apoio a crianças, famílias e idosos, entre outros).

Importará aproveitar o novo enquadramento intermunicipal potenciado pela criação da CIM AT no sentido de aprofundar e otimizar a prestação destes serviços numa lógica de rede.



O Alto Tâmega é um território de fronteira, com um histórico relevante de cooperação transfronteiriça com diferentes atores do lado espanhol da fronteira.

Num contexto europeu de fomento da cooperação e da internacionalização, estas relações deverão ser aprofundadas, nomeadamente em áreas que contribuam para a materialização da estratégia preconizada.



No Alto Tâmega, o Município de Chaves é reconhecido como polo regional de dimensão superior, com uma oferta diversificada de equipamentos e serviços.

Com base nesta realidade, importa consolidar um sistema urbano coeso que, assumindo essa polaridade, garanta a articulação em rede dos diferentes municípios, tendo em vista o desenvolvimento do território de uma forma coesa e integrada.

## 3. Estratégia



## 3. ESTRATÉGIA

### 3.1. Introdução

Atendendo às realidades e dinâmicas do Alto Tâmega, inferidas através do diagnóstico realizado, e ao seu cruzamento com as prioridades e diretrizes regionais, nacionais e europeias, justifica-se o desenvolvimento de uma estratégia delineada para este território com vista à preparação para o período 2014-2020.

Nesse sentido, esta estratégia engloba um conjunto de níveis distintos que permitirão a construção de um plano sólido, próximo da realidade e exequível, que incluirão a identificação e definição da **Visão**, da **Missão**, de **Eixos Estratégicos** e dos respetivos **Objetivos Estratégicos** para a região (Figura 28).

Assim, a elaboração da estratégia para o Alto Tâmega teve sempre em consideração uma abordagem que privilegiasse um processo abrangente e participado, envolvendo ativamente os atores mais relevantes do território em causa e que proporcionasse um impacto positivo na região.

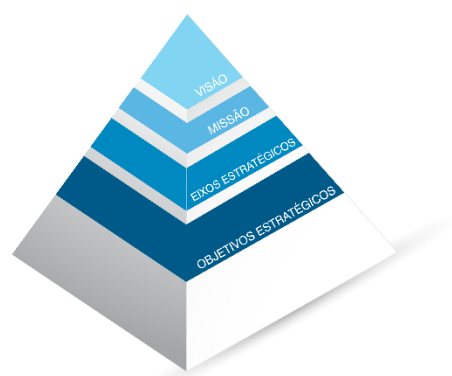


Figura 28: Níveis de definição estratégica

Em resultado desse processo aprofundado e mobilizador de reflexão e debate, a definição da estratégia para o Alto Tâmega construi-se em torno de dois aspetos centrais: **(i)** a consideração da realidade local e a identificação dos pontos fortes e das fragilidades da região através de um trabalho de diagnóstico ponderado e consciente da realidade envolvente; e **(ii)** as orientações estratégicas mais amplas, ao nível regional, nacional e europeu, e as respetivas definições de prioridades para o próximo período de financiamento.

A **Visão** consiste na formulação de um cenário prospetivo que, enquanto quadro de referência estratégico de longo prazo, identifique a imagem pretendida para o Alto Tâmega no futuro. A sua definição permite orientar a elaboração dos seguintes níveis estratégicos.

A identificação da **Missão** relaciona-se com o propósito da estratégia e constitui uma orientação mais concreta para a ação. Ela define o que os atores devem fazer de forma a materializar a Visão.

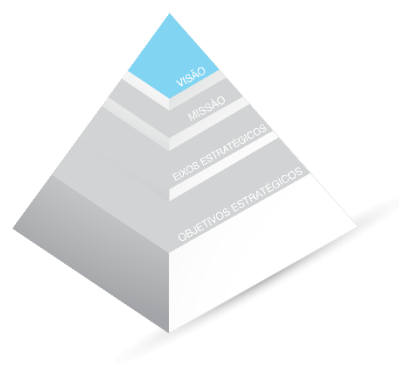
Por seu lado, os **Eixos Estratégicos** identificam as áreas prioritárias que concretizam a missão, e os **Objetivos Estratégicos** apontam para as finalidades a atingir com a implementação da estratégia, encaminhando já para as ações concretas que materializarão cada um dos eixos.

## 3.2. Visão e Missão

### Visão

Considerando e refletindo sobre as possíveis interações entre as realidades da região e as orientações estratégicas regionais, nacionais e europeias, é possível delinear uma **Visão** para o Alto Tâmega.

A **Visão** constitui um enquadramento de referência que baseará as intervenções a concretizar. Por esse motivo, consiste num cenário de longo prazo que, tendo em conta a realidade existente e as potencialidades da região, permitirá perspetivar um conjunto de novas iniciativas que contribuam para alcançar essa mesma **Visão**.



VISÃO	
<p>Até 2020, o Alto Tâmega será um <b>território integrado</b>, que conseguirá inverter as tendências demográficas atuais, através da <b>promoção da coesão social</b> e da <b>dinamização da economia local</b>, tendo por base o <b>aproveitamento da localização de fronteira</b> e a <b>valorização dos recursos endógenos</b>, especialmente a <b>água</b>.</p>	

A elaboração desta **Visão** para o Alto Tâmega inclui, assim, um conjunto de indicações deliberadas sobre o caminho a percorrer nos próximos anos pela região, desencadeando a necessidade de se refletir, de forma ponderada e consciente, na definição da estratégia. É, então, possível isolar os seguintes elementos constitutivos da Visão:

“Até 2020...”	O enquadramento temporal da Estratégia apresentada coincide com os limites cronológicos do quadro de financiamento comunitário e nacional de apoio.
“...o Alto Tâmega...”	Atendendo à constituição da Comunidade Intermunicipal e à proximidade, a vários níveis, entre os municípios que a constituem, a unidade do Alto Tâmega emergiu deliberadamente como limite territorial de abrangência desta Estratégia.

<p><b>“... será um território integrado”</b></p>	<p>Apesar de constituir uma entidade institucional relativamente recente, o Alto Tâmega tem já um historial sólido de cooperação e interação. A visão para a região antevê, assim, o reforço da integração territorial das várias unidades, fortalecendo a sua coerência e coesão internas e, conseqüentemente, da sua imagem externa.</p>
<p><b>“...que conseguirá inverter as tendências demográficas atuais...”</b></p>	<p>Face à realidade demográfica identificada de perda populacional e de envelhecimento acentuado, a visão pretende orientar a ação para iniciativas que recuperem o dinamismo demográfico do Alto Tâmega, contrariando as tendências negativas registadas atualmente e cujas consequências afetam várias dimensões da região, com especial ênfase para a sua economia.</p>
<p><b>“...através da promoção da coesão social...”</b></p>	<p>Pretende-se que o modelo de desenvolvimento do Alto Tâmega considere as orientações europeias de coesão social, promovendo uma estratégia que reforce o bem-estar dos cidadãos através da inclusão social e da mitigação dos potenciais efeitos negativos resultantes das transformações sociais e económicas nos grupos socialmente mais desprotegidos.</p>
<p><b>“...e da dinamização da economia local...”</b></p>	<p>O desenvolvimento do Alto Tâmega implica necessariamente, e face à situação corrente, um reforço da dinamização da economia local, nomeadamente através da promoção do emprego, da inovação e do empreendedorismo.</p>
<p><b>“...tendo por base o aproveitamento da localização de fronteira...”</b></p>	<p>O posicionamento geográfico do alto Tâmega num enquadramento de fronteira constitui uma oportunidade para a sua dinamização económica, ainda que não se limite a esta. A visão antevê, por isso, o aproveitamento desta vantagem comparativa como fundamental para o reforço das relações comerciais (assim como culturais e outras) com Espanha e conseqüente reforço da posição estratégica da região no contexto nacional.</p>
<p><b>“... e a valorização dos recursos endógenos...”</b></p>	<p>O desenvolvimento económico do Alto Tâmega beneficiará da riqueza da região ao nível dos seus produtos endógenos, cuja valorização contribuirá para incrementar a sua dinamização e capacidade de atração de investimento, emprego e população.</p>
<p><b>“... especialmente a água.”</b></p>	<p>Considerando a riqueza hídrica do Alto Tâmega e as potencialidades associadas a este recurso ao nível industrial, turístico e da sustentabilidade ambiental, assim como à importância que lhe é conferida pelos enquadramentos nacionais e comunitários, a água surge como vetor essencial do desenvolvimento económico da região.</p>

## Missão

No sentido de concretizar o cenário prospetivo de longo prazo desenhado pela Visão, torna-se necessário elaborar um próximo nível da estratégia – a **Missão**.

A identificação da **Missão** está realcionada com o propósito da estratégia e constitui uma orientação mais concreta para a ação. Ela define o que os atores devem fazer de forma a materializar a **Visão** e, por isso motivo, constitui mais um passo na direção da concretização da estratégia. À semelhança do nível anterior, também a **Missão** tem em consideração a realidade da região e procura interceder-la com o enquadramento mais alargado das diretivas regionais, nacionais e europeias.

Assim, propõe-se a seguinte **Missão** para o Alto Tâmega.



### MISSÃO

Os atores regionais do Alto Tâmega irão mobilizar-se de forma articulada e em rede na dinamização de iniciativas que permitam a materialização da Visão proposta, tendo em atenção a eficácia dos resultados e a racionalização do uso dos recursos.



Um dos aspetos centrais da Missão é o envolvimento dos atores regionais do Alto Tâmega. A este nível, adota-se a estratégia da *hélice quádrupla* da realidade regional; isto é, serão envolvidos neste processo atores pertencentes a quatro tipologias distintas que, quando congregadas, representam a totalidade das entidades e dos indivíduos diretamente relacionados ao desenvolvimento da região. São essas quatro tipologias:

- ♦ **Empresas e Associações Empresariais**

No Alto Tâmega existe um conjunto de entidades empresariais de diferentes dimensões e em vários setores – designadamente do agrícola e agroindustrial, do turismo e das indústrias extrativas e transformadoras. Todas elas, contudo, contribuem para o dinamismo económico da região e desempenham um papel chave através da criação e manutenção do emprego e da criação de riqueza que importa conservar e potenciar. As associações empresariais, nomeadamente a ACISAT com o seu longo historial de cooperação e conhecimento da região, enquadram-se igualmente nesta tipologia e constituem partes importantes do processo.

- ♦ **Entidades do Sistema Científico e Tecnológico**

Apesar de não existirem atualmente entidades do Sistema Científico e Tecnológico no Alto Tâmega, poderão ser envolvidos nos processo representantes desta tipologia das regiões limítrofes, incluindo, a título de exemplo, a Universidade de Vigo e a Universidade de Trás-os-Montes. Através da

colaboração com estas instituições, será possível integrar os seus contributos ao nível da investigação, desenvolvimento e inovação, fulcrais para o desenvolvimento de qualquer região.

♦ **Entidades da Administração Pública**

As Câmaras Municipais dos seis concelhos que compõem o Alto Tâmega, juntamente com outras entidades de natureza pública, como a ADRAT e a AMAT, possuem uma experiência e perspetiva que importam integrar no desenvolvimento e integração da estratégia de desenvolvimento da região. O seu contributo é, por isso, bastante valioso.

♦ **Entidades da Sociedade Civil**

Os representantes da sociedade civil, incorporados em Associações de várias naturezas e IPSS, por exemplo, constituem o quarto vetor desta hélice. Enquanto reflexo das vontades, preocupações e visões dos cidadãos do Alto Tâmega, estas entidades desempenham também um papel importante na região e importa, por isso, envolver no processo. É através destas que se consegue uma implementação real e próxima dos principais destinatários e interessados em todo o processo – os cidadãos – incrementando as possibilidades de sucesso de um plano que lhes é dirigido.

O envolvimento de todos estes atores é condição *sine qua non* para a concretização de uma estratégia de desenvolvimento com potencial de sucesso, uma vez que não só têm estas entidades um conhecimento empírico e real da região, como serão diretamente afetados e beneficiados pela definição e consequente implementação da estratégia. Partindo desta premissa, o presente documento incluiu, enquanto abordagem metodológica, um processo participativo de envolvimento e proximidade com os atores da região.

Esta opção reflete uma preocupação com a necessidade de funcionamento de todos os atores em articulação, interagindo num contexto de rede que ultrapasse uma lógica mais individualista e favoreça uma abordagem holística e integrada capaz de gerar benefícios para todas as partes. Essa articulação permitirá concretizar a intenção da missão de salientar a necessidade de prestar a devida atenção à eficácia dos processos e resultados e à racionalização da utilização dos recursos.



### 3.3. Posicionamento estratégico

A nova realidade administrativa do Alto Tâmega deverá permitir à sub-região apresentar um posicionamento diferenciado a nível local, regional, nacional e europeu. O Alto Tâmega deverá aproveitar as oportunidades e potencialidades decorrentes da sua constituição enquanto Comunidade Intermunicipal, afirmando-se de forma autónoma com base nos seus recursos endógenos e potencialidades próprias. Este posicionamento deverá ser um processo crescente, em que o Alto Tâmega progrida e consolide a sua afirmação e diferenciação desde o âmbito local (intrarregional) até ao âmbito europeu (transfronteiriço, transnacional e inter-regional), incluindo os âmbitos regional (Norte) e nacional (Portugal).

O desdobramento deste posicionamento do Alto Tâmega como uma nova realidade administrativa em cada um dos âmbitos acima referidos será abordado seguidamente.

Antes de se avançar para a descrição deste desdobramento, contudo, importa referir alguns pressupostos nos quais este posicionamento estratégico do Alto Tâmega assenta:

- ♦ **Mobilização de atores locais** – o posicionamento desejado para este território será alcançado com o envolvimento ativo e a participação construtiva dos principais atores do Alto Tâmega, públicos e privados, numa lógica de hélice quádrupla (administração pública, setor empresarial, instituições de ensino e sociedade). Atribui-se particular destaque às instituições agregadoras de todo o território, com um histórico de colaboração, tais como a ACISAT, AMAT, EHATB e ADRAT. Esta mobilização será particularmente relevante no âmbito intrarregional, contribuindo para a consolidação de articulações policêntricas, multisetoriais e multifuncionais dentro do território do Alto Tâmega.
- ♦ **Valorização dos fatores endógenos de competitividade** – a afirmação do Alto Tâmega assenta nos seus principais recursos distintivos, que lhe permitirão desempenhar um papel competitivo e diferenciado nos variados âmbitos em que o território atuará. Entre os recursos, merece particular a água como elemento agregador e diferenciador do Alto Tâmega.
- ♦ **Aproveitamento da localização territorial:** o Alto Tâmega deverá posicionar-se de forma a tirar partido do seu posicionamento como território de fronteira entre Portugal e Espanha e de articulador entre o litoral e o interior da Região Norte.
- ♦ **Alinhamento estratégias e objetivos a nível regional, nacional e internacional** – o posicionamento a atingir pelo Alto Tâmega (bem como os eixos, objetivos e medidas propostos para a sua consecução) refletem as prioridades estratégicas estabelecidas para a promoção da coesão e cooperação territoriais a nível regional (Norte 2020), nacional (PO Temáticos, Programa Nacional de Reformas, etc.) e europeu (Europa 2020, Iniciativas Emblemáticas, PO de Cooperação, etc.).

Estes pressupostos permitem ao Alto Tâmega realizar um percurso **consciente, coerente e consistente** na consecução do seu posicionamento. Consciente porque é fruto de reflexão estratégica e da mobilização de atores locais; coerente porque assente nas potencialidades do território; e consistente porque fundamentado em abordagens e ações adaptadas a cada âmbito territorial em que o Alto Tâmega se insere.

### 3.4.1. Posicionamento intrarregional

O posicionamento intrarregional refere-se à articulação interna do próprio território do Alto Tâmega.

#### ► Alto Tâmega, um território inteligente, com instituições sólidas e integradas

Enquanto nova realidade administrativa, e no sentido de se afirmar como um todo autónomo e diferenciado, o Alto Tâmega deverá primeiramente consolidar as principais instituições subregionais, os seus principais atores e que intervêm no território e as suas ligações.

Apesar da recente constituição da CIM, destaca-se que a região já dispõe de um conjunto relevante de instituições agregadoras, que atuam há bastante tempo ao nível da região do Alto Tâmega como um todo, como a ACISAT, a ADRAT ou a AMAT. O papel, funções, responsabilidades e relevância destas instituições deverão ser fortalecidos, atendendo ao facto de que o Alto Tâmega é, agora, uma realidade administrativa própria. Antecipa-se assim o reforço do trabalho em rede e da articulação entre as diferentes instituições, numa ótica de rentabilização de recursos, promovendo o Alto Tâmega como um território inteligente.

Este processo de fortalecimento deverá ser promovido pela CIM-AT, enquanto “rosto visível” desta nova realidade administrativa. Entende-se que deste modo será possível ao Alto Tâmega avançar num processo progressivo de afirmação.

#### ► Alto Tâmega, um território articulado, coeso e policêntrico

O Alto Tâmega deverá igualmente assumir-se, a nível intrarregional, como uma região territorialmente coesa e com um sistema urbano de natureza policêntrica, concretizando, a nível local, algumas das principais prioridades da Agenda Territorial Europeia. Esta coesão territorial implicará a consolidação de Chaves como Cidade Regional (conforme terminologia do PROT Norte) e, consequentemente, enquanto principal centro urbano do Alto Tâmega (agregador da oferta de serviços e equipamentos públicos); pela densificação do sistema urbano, através de uma maior articulação entre as sedes dos Concelhos de Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar; e pelo fortalecimento das dinâmicas de interface entre o meio urbano e rural.

A consolidação do Alto Tâmega como um território articulado, coeso e policêntrico permitir-lhe-á posicionar-se como um “espaço de dupla charneira” no âmbito regional e nacional, conforme explicado na seção seguinte.

### 3.4.2. Posicionamento regional e nacional

O posicionamento regional consiste na articulação funcional do Alto Tâmega no contexto da Região Norte e de Portugal como um todo.

#### ► Alto Tâmega, “território da água”

A água é o recurso agregador do Alto Tâmega, transversal a todo o território e aos mais variados âmbitos – tais como a sustentabilidade (qualidade da água, sua proteção e conservação), paisagismo (a beleza da composição de cenários proporcionada por rios e quedas d’água), o turismo (principalmente o termalismo e outras atividades aquáticas), a energia (fundamentalmente tendo em conta a utilização da água como fonte renovável), ou a agricultura (considerando a sua importante relevância no suporte às atividades agrícolas e às culturas do Alto Tâmega).

Considerando as atuais prioridades de especialização inteligente, de diferenciação e de seletividade nos investimentos, a focalização no recurso “água” apresenta vantagens significativas para o Alto Tâmega.

O Alto Tâmega pretende, portanto, rentabilizar este seu potencial endógeno como um fator de diferenciação competitiva a nível regional e nacional, de modo a aumentar a sua visibilidade e reconhecimento externos, a promover a qualidade de vida que proporciona à população local e a atrair investimentos para toda a cadeia de valor dos recursos hídricos (proteção, investigação, rentabilização turística, eficiência na distribuição e consumo, etc.).

#### ► Alto Tâmega, “região de articulação territorial”

O posicionamento territorial do Alto Tâmega no contexto da Região Norte, de Portugal Continental e da Península Ibérica permite-lhe afirmar-se como um espaço de “dupla charneira” e, consequentemente, como elo de ligação no eixo horizontal (litoral/interior) e vertical (Viseu – Vila Real – Espanha). Este papel tem vindo a ser reforçado nos últimos anos com a melhoria das condições de acessibilidade do território. Esta afirmação deverá ser acompanhada por um reforço das articulações e ligações internas (envolvendo, por exemplo, a valorização da Plataforma Logística de Chaves e a melhoria de processos de escoamento de produção local) e uma maior rentabilização das ligações do Alto Tâmega como um todo com as suas regiões vizinhas (Douro, Trás-os-Montes, Ave, Cávado, Ourense, etc.).

#### ► Alto Tâmega, “laboratório demográfico inteligente”

Enquanto território particularmente afetado pelas tendências de envelhecimento e perda populacionais, o Alto Tâmega deverá transformar esta situação de vulnerabilidade numa oportunidade de diferenciação a nível regional e nacional, afirmando-se como experiência-piloto de sucesso no combate ao processo de inverno demográfico. Esta afirmação deverá assentar na experimentação e teste de estratégias e políticas multidimensionais de abordagem à questão demográfica, (isto é, que envolvam medidas do ponto de vista económico, social, ambiental, cultural e institucional voltadas para a inversão de processos de decréscimo populacional e de envelhecimento), bem como a oferta estruturada, partilhada e em rede de serviços públicos, principalmente de serviços sociais de interesse geral.

#### ► Alto Tâmega, “sénior por excelência”

Assumindo que a inversão das tendências demográficas é um processo de longo prazo e condicionado por uma série de variáveis externas, o Alto Tâmega poderá e deverá afirmar-se e promover-se continuamente como território com níveis de excelência de qualidade de vida para a população sénior. Esta afirmação deverá basear-se na consolidação da oferta integrada de serviços especializados para esta população e na (re)qualificação de equipamentos voltados especificamente para as necessidades e interesses deste grupo etário mais vulnerável.

### 3.4.3. Posicionamento europeu

Este posicionamento procura identificar o papel do Alto Tâmega ao nível da cooperação territorial, em particular nas suas relações transfronteiriças com Espanha (Ourense / Galiza), nas suas relações no contexto de outras regiões Europeias em que o Alto Tâmega se encontra inserido (Sudoeste Europeu e Espaço Atlântico) e nas suas relações de integração no âmbito do espaço europeu.

#### ► Integração funcional transfronteiriça

No contexto específico das relações com Espanha, o Alto Tâmega deverá buscar, por um lado, uma maior cooperação institucional entre entidades homólogas de ambos os lados da fronteira – CIM-AT, Câmaras Municipais, Diputación de Ourense e respetivos ayuntamientos. Esta intensificação da cooperação institucional deverá assumir novas formas jurídicas ou reforçar as já existentes, incluindo hipóteses como a criação e desenvolvimento de um novo Agrupamento Europeu de Cooperação

### ► Integração funcional transfronteiriça

Territorial (AECT) entre Alto Tâmega e Ourense e o fortalecimento e consolidação da Eurocidade Chaves/Verín. Por outro lado, o Alto Tâmega deverá procurar uma maior integração de serviços e funcionalidades a nível transfronteiriço, contemplando principalmente a partilha e gestão conjunta de serviços, em particular na área da saúde, atendendo a objetivos de racionalização e eficiência na intervenção da administração pública. Note-se que esta integração funcional deverá dar relevância à componente empresarial, numa lógica de clusterização de atividades, envolvendo ambos os lados da fronteira.

### ► Cooperação temática transnacional

Nas relações a estabelecer com instituições e região da Espanha, França, Reino Unido e Irlanda, o Alto Tâmega deverá promover a cooperação em áreas-chave para a sua afirmação e diferenciação, nomeadamente aquelas relacionadas aos seus fatores endógenos de competitividade ou que lhe colocam desafios relevantes do ponto de vista da coesão e desenvolvimento territorial – como a água (e todas as suas vertentes, como a energia, o turismo em geral e o termalismo de modo específico), as questões demográficas (perda populacional, envelhecimento ativo e saudável) e o sistema urbano (articulação policêntrica, articulação urbano-rural, transição transfronteiriça e litoral/interior). O fomento desta cooperação deverá implicar a celebração de parcerias estratégicas, o desenvolvimento de projetos conjuntos de IDi e de cooperação e articulação para efeitos de promoção conjunta e atração de investimentos, entre outros aspetos.

### ► Intercâmbio institucional inter-regional

Enquanto nova realidade administrativa, o Alto Tâmega deve afirmar-se enquanto tal no contexto europeu, apresentando-se com voz própria, com autonomia representativa e com uma estratégia específica de atuação para a cooperação inter-regional. Nesse sentido, o Alto Tâmega deverá procurar relacionar-se com outras regiões europeias, com outras instâncias representativas à escala intermunicipal (ou ao nível de NUTS III) e com entidades como os AECT, de modo a estimular o intercâmbio de conhecimentos, competências e experiências em matéria de representação institucional e gestão intermunicipal, permitindo a realização de um verdadeiro benchmarking que proporcione ao Alto Tâmega um conjunto de boas práticas que possam ser replicadas no seu contexto territorial.

O fomento desta partilha e intercâmbio deverá assentar na mobilização efetiva de atores locais e regionais (Câmaras Municipais, associações e CIM-AT) para uma participação ativa em projetos de cooperação inter-regional, no contexto de programas como INTERREG EUROPE, ESPON ou URBACT.

**► Intercâmbio institucional inter-regional**

Enquanto nova realidade administrativa, o Alto Tâmega deve afirmar-se enquanto tal no contexto europeu, apresentando-se com voz própria, com autonomia representativa e com uma estratégia específica de atuação para a cooperação inter-regional. Nesse sentido, o Alto Tâmega deverá procurar relacionar-se com outras regiões europeias, com outras instâncias representativas à escala intermunicipal (ou ao nível de NUTS III) e com entidades como os AECT, de modo a estimular o intercâmbio de conhecimentos, competências e experiências em matéria de representação institucional e gestão intermunicipal, permitindo a realização de um verdadeiro benchmarking que proporcione ao Alto Tâmega um conjunto de boas práticas que possam ser replicadas no seu contexto territorial.

O fomento desta partilha e intercâmbio deverá assentar na mobilização efetiva de atores locais e regionais (Câmaras Municipais, associações e CIM-AT) para uma participação ativa em projetos de cooperação inter-regional, no contexto de programas como INTERREG EUROPE, ESPON ou URBACT.

### 3.5. Eixos e Objetivos Estratégicos

No sentido de concretizar a **Visão** e a **Missão** concebidas para a região do Alto Tâmega, o nível dos **Eixos Estratégicos** propõe um passo adicional para a concretização dessas orientações mais genéricas. A sua elaboração tem em conta não só estas linhas orientadoras, mas o conhecimento sobre a realidade local, o envolvimento dos atores e um cruzamento destes aspetos com as diretrizes regionais, nacionais e europeias. Assim, foram estabelecidos cinco **Eixos Estratégicos** que identificam as áreas prioritárias que concretizam a **Visão** e **Missão** apresentadas anteriormente.

A identificação de **Objetivos Estratégicos** prossegue o objetivo de incrementar a concretização dos níveis anteriores. Eles constituem um passo adicional para a concretização dessas orientações mais genéricas, sendo distribuídos pelos respetivos **Eixos Estratégicos**. A sua elaboração tem em conta as orientações da **Visão**, **Missão** e **Eixos**, assim como uma preocupação com a proximidade à realidade local, o envolvimento dos atores e um cruzamento destes aspetos com as diretrizes regionais, nacionais e europeias. Assim, foram propostos os seguintes **Objetivos Estratégicos** que apontam para as finalidades a atingir com a implementação da estratégia, encaminhando já para as ações concretas que materializarão cada um dos eixos.



**Tabela 35:** Eixos e Objetivos Estratégicos

EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	
<b>1. EE1. Dinamizar a base económica local num contexto de especialização inteligente</b>	<p>▶ OE1 Valorização dos produtos e recursos endógenos com base no conhecimento, na investigação e na inovação</p>
	<p>▶ OE2. Contribuir para a organização de setores específicos numa lógica de criação de fileiras e de reforço das relações de cluster</p>
	<p>▶ OE3. Promover o empreendedorismo tendo em vista a maximização do aproveitamento dos recursos locais</p>
<b>2. EE2. Fomentar a utilização eficiente e sustentável dos recursos</b>	
	<p>▶ OE4. Proteger, promover e rentabilizar o património natural e</p>




## EIXOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

cultural como elemento distintivo

- ▶ OE5. Investir na cadeia de valor da energia enquanto vantagem competitiva do território
- ▶ OE6. Reforçar a proteção e o uso eficiente da água ao longo da sua cadeia de valor

**3. EE3. Promover a coesão e inclusão sociais através da valorização e fortalecimento da resiliência da população local**

- ▶ OE7. Apoiar a qualificação dos recursos humanos, fomentando o ajustamento das ofertas formativas às características territoriais e demográficas
  - ▶ OE8. Fortalecer os serviços sociais de proximidade às comunidades locais, facilitando o seu acesso e o seu funcionamento em rede
  - ▶ OE9. Promover abordagens inovadoras na geração de emprego, nomeadamente emprego qualificado
- 



#### 4. EE4. Reforçar a integração, a identidade regional e a cidadania

- ▶ OE10. Estimular a articulação de competências e a gestão partilhada de serviços públicos
- ▶ OE11. Promover a capacidade e eficiência da administração pública
- ▶ OE12. Fomentar a cooperação territorial estratégica e competitiva

**5. EE5. Consolidar a coesão territorial e o sistema urbano**

- ▶ OE13. Estruturar o sistema urbano, contribuindo para a consolidação de um polo estruturante regional
- ▶ OE14. Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território
- ▶ OE15. Melhorar a mobilidade regional e garantir a acessibilidade e a conectividade



### 3.6. EE1. Dinamizar a base económica local num contexto de especialização inteligente

A definição do Eixo Estratégico 1 “Dinamizar a base económica local num contexto de especialização inteligente” encontra-se particularmente alinhada com a prioridade UE2020 de Crescimento Inteligente, de desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação.

Considerando o enquadramento do Alto Tâmega, e as particulares preocupações deste território com as questões demográficas e de coesão, este Eixo Estratégico, reconhece o papel fundamental que as empresas e o setor privado em geral têm na criação de valor, na geração de emprego e no desenvolvimento de oportunidades de negócio, criando as condições necessárias para a fixação e atração de população e, consequentemente, para uma maior coesão social.

Este Eixo relaciona-se assim com a criação de condições para a promoção no Alto Tâmega de um tecido empresarial mais dinâmico, mais competitivo, mais inovador, mais tecnológico e mais internacionalizado.

Tendo em conta o panorama geral de limitação de recursos considerou-se que este Eixo Estratégico deveria considerar uma lógica de especialização inteligente, que permitisse ao Alto Tâmega focar os seus investimentos inovadores num conjunto limitado de opções, tendo em atenção as vantagens competitivas endógenas e a capacidade de especialização a nível regional, nacional e internacional.

Mostrou-se por isso relevante de identificar as características e os ativos exclusivos do Alto Tâmega, realçar as respetivas vantagens competitivas e mobilizar as partes interessadas e os recursos em torno de uma visão de futuro orientada para a excelência. Deste modo, no âmbito dos trabalhos de diagnóstico foram evidenciadas as áreas do agroflorestal (considerando a agricultura, a floresta a pecuária e as agroindústrias), da energia, da indústria extrativa e rocha ornamental e do turismo (nomeadamente o turismo de saúde e bem estar, mas não só), como possíveis áreas de especialização.

No entanto, os trabalhos desenvolvidos permitiram evidenciar também a predominância de modelos empresariais tradicionais e de baixos índices de inovação, de dinamismo e de competitividade empresarial que importa contrariar.

Deste modo, propõe-se que este Eixo Estratégico encaminhe para a consecução dos seguintes Objetivos Estratégicos:

**OE1.** Valorização dos produtos e recursos endógenos com base no conhecimento, na investigação e na inovação;

**OE2.** Contribuir para a organização de setores específicos numa lógica de criação de fileiras e de reforço das relações de cluster;

**OE3.** Promover o empreendedorismo tendo em vista a maximização do aproveitamento dos recursos locais.

### 3.6.1. OE1. Valorização dos produtos e recursos endógenos com base no conhecimento, na investigação e na inovação

Conforme é possível evidenciar, no Alto Tâmega predominam as empresas de reduzida intensidade tecnológica e geradoras de menor valor acrescentado, quando comparadas com a realidade envolvente. Este cenário é agravado pela prevalência de uma população com baixos índices de formação e pela inexistência de centros de competências e entidades locais na área da ciência e tecnologia que possam assumir-se como prestadores próximos de serviços qualificados às empresas.

A estratégia preconizada pretende criar condições para a inversão deste cenário, procurando a adoção pelas empresas de práticas inovadoras para a valorização dos recursos e produtos endógenos do Alto Tâmega. Considera-se por isso relevante o trabalho de proximidade com as empresas da região, no sentido de prover as suas atividades de IDi, facilitando o apoio especializado e a sua articulação com entidades regionais de SCT. Procura-se assim estimular a inovação (e em particular a ecoinovação), assim como a captação e desenvolvimento de conhecimento e de tecnologia relevante para as suas atividades, tendo em vista acrescentar valor à atividade produtiva realizada no território.

Naturalmente, esta aposta na inovação deverá ser acompanhada pelo fomento da adoção de novos modelos empresariais, capacitando as empresas e qualificando os seus recursos humanos de forma a facilitar a gestão dos necessários processos de adaptação e mudança (organizacional, processual, tecnológica, ...).

A articulação com entidades do SCT pressupõe uma colaboração com instituições como universidades, politécnicos e centros de investigação em áreas relevantes para o Alto Tâmega. Podendo-se destacar as principais entidades regionais, como as Universidades de Trás os Montes e Alto Douro, Minho ou Porto e o Politécnico de Bragança, não deverá ser esquecido o lado espanhol da fronteira, onde recentemente a Universidade de Vigo focalizou as suas atividades em Ourense na temática da água, criando o “Campus da Auga”. Sendo a água uma temática prioritária para o Alto Tâmega, esta será uma relação a aprofundar, tendo já sido realizados contactos preliminares nesse sentido no âmbito da elaboração da presente estratégia.

Preferencialmente, as atividades promovidas com entidades de SCT, serão tendentes à criação no território do Alto Tâmega de estruturas e centros de competências próprios que, em rede e articulação com as instituições existentes, permitam otimizar a referida transferência de tecnologia e conhecimento e facilitar a inovação nas empresas.

### 3.6.2. OE2. Contribuir para a organização de setores específicos numa lógica de criação de fileiras e de reforço das relações de cluster

Apesar das reconhecidas dificuldades associadas à pequena escala das empresas do Alto Tâmega, são raras as ações integradas e coordenadas entre diferentes atores, predominando uma cultura empresarial individualista e atomizada.

Assim, considera-se relevante que no Alto Tâmega seja possível avançar para novos modelos organizativos que promovam a participação de diferentes atores em processos coletivos de desenvolvimento, numa lógica de criação e integração em clusters.

Hoje em dia, os clusters, entendidos como concentrações de empresas e instituições interdependentes num determinado setor, são encarados como atores fundamentais nos processos de inovação e de desenvolvimento económico, estando no cerne de diferentes políticas públicas. A territorialização dos clusters, materializada na sua concentração geográfica, apresenta vantagens reconhecidas ao nível do conhecimento mútuo entre os diferentes atores envolvidos e da maior facilidade no estabelecimento de relações e interações.

Podem aqui destacar-se mais uma vez as áreas de maior dominância para o Alto Tâmega como a água, a energia, a rocha ornamental, o agroalimentar ou as florestas, fortemente alicerçadas nos recursos endógenos do território. Estas serão seguramente áreas prioritárias para a definição de estratégia coletivas e para proposta de novos modelos que permitam reforçar o tecido económico local.

Com o devido enquadramento, estes novos modelos, que implicam a adoção de estratégias fortemente colaborativas, têm um elevado potencial para o ganho de escala e de massa crítica necessário para a implementação de projetos em áreas relevantes como a internacionalização, a capacitação, a transferência de tecnologia, a inovação, entre outras.

No caso do Alto Tâmega, a mobilização dos atores e a definição de estratégias integradas setoriais poderá também assumir particular relevância na criação ou captação de empresas na área da transformação ou dos serviços, que permitam, numa lógica de fileira, aumentar o valor acrescentado das produções locais.

Neste caso, as iniciativas colaborativas devem ter em vista a possibilidade de criação de mecanismos para que as empresas e entidades do Alto Tâmega se integrem em redes alargadas, de fora da região, por forma integrarem de forma ativa as cadeias de valor dos respetivos produtos e serviços, a nível nacional e internacional.

Assim, merecerá um particular destaque a proximidade à Galiza e a oportunidade acrescida de aprofundamento das relações económicas transfronteiriças, numa lógica de reforço da integração do tecido económico do Alto Tâmega com os clusters particularmente dinâmicos do lado espanhol da fronteira, onde o agroalimentar, a floresta e a água são também temáticas recorrentes.

### 3.6.3. OE3. Promover o empreendedorismo tendo em vista a maximização do aproveitamento dos recursos locais

O empreendedorismo pode ser definido como qualquer tentativa de criação de um novo negócio ou nova iniciativa, tal como emprego próprio, uma nova organização empresarial ou a expansão de um negócio existente, por parte de um indivíduo, de uma equipa de indivíduos, ou de negócios estabelecidos<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> Definição de acordo com o *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), o maior estudo mundial na área do empreendedorismo.

Hoje em dia, o fomento do empreendedorismo à escala local, quando focado nas características específicas dos territórios, é encarado como uma das formas mais eficazes de aproveitamento dos recursos endógenos disponíveis.

Conforme tem vindo a ser referenciado, no Alto Tâmega existe um conjunto de setores que se destacam, apresentando condições particularmente favoráveis à ocorrência de iniciativas empreendedoras. Neste caso, podem salientar-se desde logo as áreas alargadas do Turismo e do Agroflorestal. Estes setores têm sobressaído no âmbito das iniciativas e experiências recentes na área do empreendedorismo, onde se poderá destacar o Plano de Ação Territorial para a Promoção do Empreendedorismo no Alto Tâmega ou o projeto Erasmus+ Incub Training, promovidos pela ADRAT, assim como as diversas iniciativas individuais dos diferentes municípios.

Para consolidar o tecido empresarial do Alto Tâmega, importa prosseguir estes esforços, agindo de forma concertada nos diferentes domínios estruturantes do ecossistema do empreendedorismo no sentido de fomentar a atividade empreendedora no território, aproveitando os recursos locais no sentido de maximizar os resultados socioeconómicos daí decorrentes.

Note-se que, por ecossistema de empreendedorismo se considera todo o conjunto de fatores e atores relevantes para o empreendedorismo e as relações entre estes.<sup>8</sup> Assim sendo, aspetos como os recursos humanos disponíveis, a estrutura empresarial existente, a disponibilidade de apoio financeiro, a cultura empreendedora e as normas sociais vigentes, o envolvimento das entidades públicas, ou as infraestruturas e serviços de apoio existentes (onde se incluem as incubadoras ou viveiros de empresas) serão seguramente áreas que merecerão a realização de iniciativas específicas no sentido da promoção do empreendedorismo no Alto Tâmega.

Será por isso relevante mobilizar os diferentes atores regionais, onde se incluem as autarquias locais, as escolas, as empresas e suas associações e a sociedade civil, para intervir nos seus diferentes domínios de atuação para fomentar a atividade empreendedora no Alto Tâmega, numa lógica construtiva e de proximidade.

Merece uma nota final que, tendo em consideração o facto de nalguns dos setores indicados, em particular nos relacionados com a atividade agrícola, o universo dos stakeholders ser constituído por uma população envelhecida e pouco qualificada, deverá ser dada uma particular atenção às questões do empreendedorismo sénior e à criação de capacidades e competências no sentido de contribuir para a alteração do panorama vigente.

<sup>8</sup>“Babson Entrepreneurial Ecosystem Project - BEEP”, 2010

### 3.7. EE2. Fomentar a utilização eficiente e sustentável dos recursos

O presente Eixo relaciona-se com a promoção de condições propícias à implementação de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, tendo por base a aposta numa utilização consciente, eficiente e sustentável dos recursos da região. Esta abordagem está alinhada com a Estratégia Europa 2020 que pretende alcançar um crescimento sustentável baseado numa economia verde, competitiva e mais eficaz na gestão dos seus recursos. A iniciativa *Resource-efficient Europe* concretiza esta dimensão reforçando a necessidade da manutenção da competitividade da economia europeia e da sua segurança energética sem descuidar uma gestão de recursos ambientalmente sustentável e a redução das emissões de carbono.

Adicionalmente, a União Europeia, através de vários documentos oficiais, com especial destaque para a *Strategy for Sustainable Development* e para a *Strategy on the Sustainable Use of Natural Resources*, alerta para os efeitos de uma utilização desregulada dos recursos naturais e promove um conjunto de mecanismos que pretendem funcionar como catalisadores da mudança de mentalidades e comportamentos em relação à utilização de recursos de forma a conseguir conjugar as necessidades atuais sem comprometer as necessidades das gerações vindouras. Para este efeito, é necessário o envolvimento dos vários atores, incluindo entidades privadas, parceiros sociais, decisores políticos e, naturalmente, os próprios cidadãos.

Também considerando estas orientações, os programas quadro de financiamentos regionais e nacionais preveem apoios para a concretização de iniciativas de transição para uma economia de baixo teor de carbono, de proteção do ambiente e da promoção da utilização eficiente dos recursos.

Face a este contexto europeu e à realidade do Alto Tâmega, e tendo em vista a maximização da valorização dos recursos da região sem pôr em risco a sua existência no futuro, a sustentabilidade emerge como uma escolha necessária e desejável. Esta aposta visa fomentar a proteção dos recursos existentes através de uma utilização racional, da produção de alternativas, nomeadamente energéticas, mais limpas e sustentáveis, e da transformação do património cultural e natural em elementos distintivos da região, atrativos para a população e os seus visitantes, consciencializando-os para a importância das práticas de conservação de recursos que são limitados.

No Alto Tâmega, a riqueza natural e a grande biodiversidade e abundância de recursos centrais como a água, juntamente com a relevância que esta temática tem aos vários níveis apresentados anteriormente, justificam a existência deste Eixo Estratégico. A produção de energia utilizando fontes limpas ou renováveis, como a água e o vento, representa uma parcela considerável da potência instalada em toda a região Norte. Com os projetos em implementação, essa proporção será reforçada.

Relativamente à diversidade natural da região, destacam-se as várias áreas protegidas em enquadramentos nacionais e comunitários que circundam toda a região, incluindo a Peneda-Gerês, o Alvão-Marão, Montesinho-Nogueira e o Invernadeiro, e que proporcionam não só uma importante fonte de recursos naturais de destacado valor ambiental, mas também um contexto paisagístico atrativo para visitantes e turistas amantes da natureza.

Ao longo dos últimos anos, o Alto Tâmega tem vindo a investir numa tipologia de turismo ecológico e de natureza, aproveitando os recursos endógenos de forma sustentável, fomentando a sua valorização e a capacidade de atração da região. São exemplos desta realidade as reconhecidas qualidades da água para o turismo termal e a construção de complexos turísticos que se enquadram na paisagem e que usufruem das suas propriedades com respeito pelo meio ambiente.

Assim, e no contexto deste Objetivo Estratégico, importa investir na continuação do reforço desta abordagem ecológica e sustentável, nomeadamente através de iniciativas que, aliadas à oferta da região, consigam promover uma consciencialização dos seus visitantes para as questões sensíveis e fundamentais ao desenvolvimento da conservação e proteção da natureza sob uma perspetiva de sustentabilidade e aliada ao crescimento económico. Adicionalmente, seria desejável o reforço da valorização dos espaços naturais do Alto Tâmega, agregado a um conjunto de outras políticas de sustentabilidade, nomeadamente energética.

Assim, este Eixo Estratégico representa, pelas características da região, assim como pelas suas potencialidades e oportunidades, um vetor essencial do desenvolvimento do Alto Tâmega, que não só respeita as suas características físicas naturais, como as valoriza em setores especialmente relevantes para a região. Nesse sentido, e tendo em conta esta contextualização e as prioridades regionais, nacionais e comunitárias, este Eixo engloba os seguintes Objetivos Estratégicos (OE):

**OE4.** Proteger, promover e rentabilizar o património natural e cultural como elemento distintivo

**OE5.** Investir na cadeia de valor da energia enquanto vantagem competitiva do território

**OE6.** Reforçar a proteção e o uso eficiente da água ao longo da sua cadeia de valor

### 3.7.1. OE4. Proteger, promover e rentabilizar o património natural e cultural como elemento distintivo

A riqueza patrimonial do Alto Tâmega constitui um dos pontos fortes da região. Ao nível do património natural, a vasta disponibilidade de paisagens e de biodiversidade proporcionam enquadramentos paisagísticos e uma abundância de pontos de interesse de grande destaque. Material e imaterialmente, os vários monumentos de reconhecido valor arquitetónico e histórico, assim como as tradições e as práticas artesanais, conferem ao Alto Tâmega um valor acrescido para aqueles que o visitam.

Nesse sentido, este Objetivo pretende **proteger, promover e rentabilizar** o património da região, estando alinhado com a visão da Estratégia da Europa 2020 que, como referido, procura aliar desenvolvimento económico a sustentabilidade. Neste caso, trata-se de apresentar medidas que permitam estas duas dinâmicas aplicadas ao património natural e cultural.

A consecução deste objetivo estratégico pode traduzir-se na continuação do apoio à **proteção** das zonas identificadas como de interesse natural e turístico. Essas ações deverão ter em consideração a proteção do ambiente, nomeadamente através da sensibilização daqueles que a visitam. Poderão ser criadas (ou reforçadas) as áreas de interesse, criados percursos que respeitem a fauna e a flora local, assim como incentivada a recuperação tanto de tradições imateriais como do próprio edificado patrimonial. De forma mais

abrangente, esta questão da proteção pode ainda estender-se à prevenção e gestão de riscos naturais, tecnológicos e mistos, tais como incêndios florestais, ondas de calor, vagas de frio, secas, cheias, acidentes com substâncias perigosas e roturas de barragens, entre outros. A forma mais eficaz de lidar com estas ameaças passar por uma prevenção e planeamento adequados de forma a proteger as populações e o património. No Alto Tâmega, por exemplo, os incêndios florestais merecem especial atenção e exigem, a par dos restantes riscos uma estratégia e respetivas ações que envolvam várias entidades, nomeadamente a proteção civil.

Relativamente à **promoção** do património, o investimento na recuperação de edifícios de interesse turístico e cultural poderão aliar-se à criação de condições mais atrativas para os visitantes, nomeadamente através de lojas interativas de turismo, da criação de uma imagem turística forte que, integrada no Turismo do Porto e Norte de Portugal, usufrua da visibilidade da região no estrangeiro e atraia visitantes de variadas proveniências. O reforço da imagem turística poderá ser acompanhado por uma oferta cultural mais frequente e diversificada, por exemplo de roteiros arquitetónicos e naturais que percorram os vários municípios – integrando e articulando algumas das ofertas já existentes. A implementação de ciclovias e de percursos e rotas pedestres servem também esse propósito mais turístico de respeito e valorização dos recursos.

Através destas ações, torna-se consequente a **rentabilização** da disponibilidade cultural e natural da região. Os vários complexos turísticos instalados, juntamente com a melhoria das condições de acesso e da disponibilidade de infraestruturas que promovam uma maior estadia na região, contribuirão decisivamente para a dinamização economia do Alto Tâmega. Os recursos endógenos são também um vetor de desenvolvimento e atratividade – o artesanato, as águas, a floresta, produtos certificados como o mel, a castanha, as carnes e o fumeiro constituem exemplos de elevado potencial de comercialização, atendendo à sua qualidade e carácter distintivo, mas também como mote para a criação de eventos que, para além de promoverem o próprio produto, promovem a região como um todo, aumentando a sua visibilidade e rentabilizando as suas características. A este nível, destaca-se a importância da água como vetor central do turismo termal e de bem-estar que atrai para a região uma tipologia muito concreta de turistas. Acontece, assim, uma articulação entre o turismo e a saúde centrada num dos produtos endógenos de maior capacidade de exploração – a água.

No conjunto, este objetivo pretende desenvolver, para o Alto Tâmega, uma estratégia que torne a região uma marca distintiva pela qualidade, disponibilidade e valor-acrescentado do seu património. Esse percurso consolidará, consequentemente, a imagem da região no resto do país e no mundo, através da enfatização das características próprias da região.

### 3.7.2. OE5. Investir na cadeia de valor da energia enquanto vantagem competitiva do território

A produção de energia – tanto através das fontes hídricas como das eólicas – ocupa uma posição de relevo na economia do Alto Tâmega ao representar uma parcela considerável e em crescimento da produção energética da região Norte tendo por base fontes limpas e renováveis. Este domínio alinha-se com as políticas da União Europeia dirigidas ao crescimento sustentável e constituem uma opção estratégica de grande importância para a região, capaz de lhe atribuir um carácter diferenciador e distintivo face a outras regiões.

Perante este contexto, o presente objetivo pretende encorajar a continuação dos investimentos na valorização do aproveitamento das potencialidades energéticas do Alto Tâmega tendo em consideração toda a extensão da sua cadeia de valor, incluindo a produção (e o respetivo impacto ambiental), manutenção das infraestruturas, armazenamento, comercialização, etc.

Ilustrativamente, podem ser concedidos benefícios para o reforço da rede de aproveitamento da energia eólica e aproveitados os projetos das grandes hídricas a decorrer no período de financiamento em consideração através da adoção de medidas capazes de potenciar estes investimentos, tal como a melhoria das imediações e a promoção de espaços de lazer que ajudem a assegurar um impacto positivo destas infraestruturas no território.

Ao nível energético, incentiva-se a renovação das infraestruturas públicas no plano da eficiência energética, assim como a consciencialização para a importância da implementação de medidas de incremento da eficiência energética. Poderão ser criados incentivos para cidadãos e empresas com vista ao reforço dessa eficiência em edifícios privados ou realizadas intervenções no domínio da iluminação pública ou de edifícios públicos, por exemplo.

### 3.7.3. OE6. Reforçar a proteção e o uso eficiente da água ao longo da sua cadeia de valor

Uma das condições essenciais ao desenvolvimento do Alto Tâmega é a dinamização económica da região, conseguida, entre outros, através da valorização económica dos recursos endógenos. Estes, pelo seu carácter diferenciador, abundância e qualidade, serão capazes de introduzir, quando devidamente aproveitados, a necessária vivacidade ao tecido económico da região.

Contudo, esta exploração dos recursos, com especial enfoque na água, deverá ser precedida por uma preocupação especial em termos de sustentabilidade: será necessária uma utilização eficiente desses recursos que não comprometa a sua disponibilidade para gerações futuras. A União Europeia adotou, em 2011, uma Iniciativa sobre a utilização inteligente dos recursos naturais, proteção do ambiente e estímulo do crescimento económico.

Assim, num contexto de sustentabilidade, alinhado pelas diretrizes europeias que visam contribuir para os objetivos estabelecidos em matéria de alterações climáticas, energia, transportes, matérias-primas, agricultura, pesca, biodiversidade e desenvolvimento regional, aconselha-se à adoção de medidas que incentivem uma utilização mais racional, que evite o desperdício, destes recursos, em especial da água, quer nas atividades económicas quer no consumo doméstico.

A grande disponibilidade e abundância de recursos hídricos no Alto Tâmega confere à água um papel fundamental na economia da região a este nível. Este elemento do património natural da região engloba uma transversalidade que percorre vários setores de atividade, desde a indústria ao comércio, à produção energética e ao turismo. Por este motivo, é necessário desenvolver-se uma estratégia mais abrangente e integrada que invista na “cadeia de valor da água” tendo em consideração estas diferentes vertentes.



Relativamente à sua gestão, poderia ser promovida uma mais estreita colaboração com o *Cluster Português da Água*, de forma a valorizar este recurso em diferentes planos, nomeadamente incrementando o investimento na assessoria à implementação de projetos, a elaboração de planos diretores para os recursos hídricos, a hidroeletricidade, a gestão patrimonial das infraestruturas existentes, etc. Atendendo ao relvô da água, justificava-se igualmente uma aposta na investigação neste domínio, assim como a maximização do aproveitamento dos rios.

Nesse sentido, devem ser realizados investimentos ou concedidos apoios para melhorias ao nível das infraestruturas, equipamentos ou sistemas que permitam a utilização sustentável, por exemplo, da água, na indústria e na agricultura. Maquinaria com menos desperdício e sistemas de rega mais eficientes ilustram algumas das possíveis medidas a este nível. A introdução de materiais alternativos, fontes de energia mais limpas e a reutilização ou reciclagem dos desperdícios são exemplos de medidas a ser suportadas através, nomeadamente, da promoção da investigação e da introdução da inovação nas empresas.

Por outro lado, relativamente ao consumo doméstico, a aposta deverá centrar-se na sensibilização da população através de campanhas de consciencialização para a importância dos recursos, do seu caráter limitado e da urgência da adoção de comportamentos mais amigos do ambiente que, para além de conservarem a natureza, podem ajudar a reduzir as despesas familiares. Podem ainda ser distribuídas pequenos dispositivos que reduzam o caudal da água das torneiras ou providenciados incentivos para equipamentos de aquecimento da água que evitem o desperdício. Adicionalmente podem ser incentivadas medidas de armazenamento e aproveitamento das águas pluviais ou dados apoios para a instalação de painéis solares.

Interessa, por isso, promover um desenvolvimento do território não dissociado das preocupações ambientais e da sustentabilidade na gestão, conservação, proteção e utilização dos seus recursos sem lhes retirar viabilidade económica uma vez que constituem, especialmente no caso da água, um vetor estruturante do Alto Tâmega.

### 3.8. EE3. Promover a coesão e inclusão sociais através da valorização e fortalecimento da resiliência da população local

Este Eixo Estratégico encontra-se alinhado com a vertente inclusiva da estratégia de crescimento para a União Europeia (UE) propugnada no documento Europa 2020. Nesse sentido, reflete igualmente as prioridades e diretrizes estabelecidas nas duas iniciativas emblemáticas da União Europeia subordinadas ao crescimento inclusivo: (i) *Agenda Novas Competências para Novos Empregos* que, entre outros aspetos, pretende ajudar os cidadãos a adaptarem-se a um mercado de trabalho em mutação através da aquisição de novas competências; (ii) *Plataforma Europeia contra a Pobreza e a Exclusão Social*, que propugna por uma intervenção transversal a diferentes domínios de políticas públicas (educação, saúde, habitação, rendimento mínimo, etc.) com o intuito de reduzir os níveis de pobreza e de exclusão social.

O atual contexto do Alto Tâmega apresenta inúmeros desafios socioeconómicos, que ameaçam a coesão social do território e amplificam o risco de exclusão social de grupos específicos da sua população.

Conforme evidenciado nos trabalhos de diagnóstico, este território caracteriza-se por um cenário demográfico particularmente desfavorável, marcado pelo acentuado processo de perda populacional e de envelhecimento; e pelo baixo nível de qualificação da população local – com mais de metade dos habitantes da região sem escolaridade ou com apenas com a frequência do primeiro ciclo do Ensino Básico. Estes fatores implicam, por sua vez, estrangulamentos ao nível do emprego – limitando o percentual da população ativa e o nível médio de remuneração da força de trabalho da região – processo que é intensificado pela relativa debilidade das dinâmicas económicas locais – assentes em atividades de pequena escala, tradicionais (como o setor primário) e pouco qualificadas.

Diante deste cenário, a promoção do crescimento inclusivo no território do Alto Tâmega – em linha com as orientações definidas pela Estratégia Europa 2020 – deve assentar na valorização da população local. Com efeito, a população de um território – ainda mais num território tão fustigado do ponto de vista demográfico como o Alto Tâmega – deve constituir o vetor central do desenvolvimento socioeconómico local sustentável. Esta valorização da população local deve, portanto, assumir-se como elemento transversal, pedra angular e força motriz de todas as orientações estratégicas, políticas públicas e projetos que pretendam fomentar a coesão social, adaptando-se às necessidades territoriais e demográficas específicas da região. A valorização da população local do Alto Tâmega traduz-se, entre outros aspetos, na valorização das suas potencialidades; das suas competências e habilidades; da sua cultura, tradição, modos e estilos de vida e produção; e dos papéis sociais que os seus diferentes grupos demográficos desempenham nas dinâmicas sociais do território.

Para fazer frente aos desafios socioeconómicos experimentados pelo Alto Tâmega e promover o crescimento inclusivo – e de modo complementar ao processo de valorização da população local – é preciso ainda fortalecer a capacidade de resiliência dessa mesma população local.<sup>9</sup> Neste contexto, as orientações estratégicas, políticas públicas e projetos devem orientar-se e preocupar-se em mitigar, neutralizar, reverter ou

<sup>9</sup> Entende-se por resiliência a capacidade de um determinado território ou região em antecipar efeitos decorrentes de um determinado processo de transformação socioeconómica e em adaptar-se a estes efeitos ou em mitigá-los, tornando-se menos vulneráveis às externalidades negativas decorrentes deste processo de transformação. Para mais informações sobre o conceito consultar <http://www.apdr.pt/siterper/numeros/RPER20/20.3.pdf>; e [http://siteresources.worldbank.org/ENVIRONMENT/Resources/2012\\_ENV\\_Strategy\\_Portuguese.pdf](http://siteresources.worldbank.org/ENVIRONMENT/Resources/2012_ENV_Strategy_Portuguese.pdf)

mesmo antecipar os efeitos negativos da atual situação socioeconómica do Alto Tâmega, prevendo medidas específicas que promovam e protejam os grupos e comunidades em situação de vulnerabilidade social e/ou em risco de exclusão social – em especial os idosos, diferentes categorias de desempregados (de longa duração, jovens, pouco qualificados, acima dos 50 anos, etc.), jovens (que não estudam nem trabalham, licenciados desempregados, em risco de abandono escolar, etc.) e diferentes tipologias de famílias (monoparentais, casais jovens e famílias com filhos pequenos).

Neste processo de fortalecimento da capacidade de resiliência da população local do Alto Tâmega, a estratégia proposta terá particular consideração pela rentabilização dos equipamentos, infraestruturas, instituições e recursos humanos afetos ao setor social da região. Conforme evidenciado nos trabalhos de diagnóstico, o Alto Tâmega dispõe de um nível razoável de cobertura na educação, saúde e proteção social, em que o poder local desempenha um papel relevante para colmatar lacunas e complementar o apoio prestado pelas estruturas da administração central.

Neste contexto, a estratégia para o crescimento inclusivo do Alto Tâmega deve privilegiar uma lógica de funcionamento em rede entre os atores-chave da área social na região, fomentando a partilha de competências, a gestão conjunta de equipamentos e serviços e a cooperação interinstitucional; e de proximidade dos serviços prestados junto dos públicos-alvo prioritários de intervenção. Em última instância, pretende-se que esta lógica de funcionamento em rede e de proximidade contribua para facilitar o acesso da população local aos serviços, equipamentos, infraestruturas e recursos humanos do setor social no Alto Tâmega e, consequentemente, para uma melhoria sensível na qualidade de vida desta mesma população. Propõem-se, assim, os seguintes Objetivos Estratégicos:

**OE7.** Apoiar a qualificação dos recursos humanos, fomentando o ajustamento das ofertas formativas às características territoriais e demográficas

**OE8.** Fortalecer os serviços sociais de proximidade às comunidades locais, facilitando o seu acesso e o seu funcionamento em rede

**OE9.** Promover abordagens inovadoras na geração de emprego, nomeadamente emprego qualificado

### 3.8.1. OE7. Apoiar a qualificação dos recursos humanos, fomentando o ajustamento das ofertas formativas às características territoriais e demográficas

Este objetivo pretende, por um lado, valorizar a população local do Alto Tâmega através da valorização e melhoria das qualificações - potencialidades, competências e habilidades; por outro, pretende fortalecer a capacidade de resiliência da população local face às ameaças da baixa qualificação profissional, do desemprego e do emprego pouco qualificado, contribuindo para um ajustamento das ofertas formativas às reais necessidades da mão-de-obra local e de um mercado (local, regional, nacional e internacional) cada vez mais exigente e dinâmico e às especificidades territoriais e demográficas do Alto Tâmega.

A consecução deste objetivo estratégico pode traduzir-se na ampliação da oferta formativa de natureza técnica e profissional, a partir de uma parceria alargada entre os principais atores-chave do território nesta área – Escola Profissional de Chaves, Centro de Formação Profissional de Chaves e IEFP – e da articulação com atores emergentes neste âmbito, como os Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) e as próprias Universidades Séniores. Esta oferta formativa deve estar articulada de modo a incidir fundamentalmente sobre áreas relacionadas aos principais recursos endógenos e/ou atividades económicas do território, em especial a agricultura, a indústria extrativa, o turismo, a água e o termalismo. Deste modo, pode-se alcançar uma melhoria real e viável das qualificações da mão-de-obra local, contribuindo-se para um impacto efetivo e positivo na economia local.

A consecução deste objetivo estratégico pode igualmente contemplar a introdução do ensino tecnológico na região do Alto Tâmega, através da criação de uma infraestrutura dedicada para o efeito e complementar à oferta formativa técnica e profissional, igualmente centrada nas áreas económicas prioritárias para o território. Deste modo, pretende-se tornar a melhoria na qualificação dos recursos humanos como uma ferramenta para a introdução de valor acrescentado à produção económica local.

Atendendo à necessidade de minimizar os efeitos na população local decorrentes de um mercado de trabalho em constante mudança e tendencialmente dinâmico e exigente (fomento da capacidade de resiliência), a oferta formativa no Alto Tâmega deve contemplar de modo especial a temática da gestão da mudança e a capacitação dos trabalhadores, empresas e empresários para fazer frente à mudança.

Considerando-se a atual realidade demográfica e social do Alto Tâmega e tendo em vista a coesão e inclusão sociais que este objetivo pretende alcançar, a oferta formativa do território deve contemplar abordagens específicas, orientadas particularmente para grupos socialmente desfavorecidos, vulneráveis, excluídos ou em risco de exclusão. Nesse sentido, do ponto de vista temático, deve-se contemplar a introdução e/ou reforço da formação nas áreas do envelhecimento ativo e saudável, da geriatria e da gerontologia (em eventual articulação com a **Escola Superior de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado**); do ponto de vista metodológico, deve-se privilegiar a flexibilização dos percursos de aprendizagem, reforçando-se os mecanismos de validação de competências adquiridas em contextos não-formais e informais (particularmente útil para trabalhadores adultos pouco qualificados, em especial aqueles que se encontram desempregados) e os sistemas duais de aprendizagem (que facilitam a integração dos jovens no mundo do trabalho).

### 3.8.2. OE8. Fortalecer os serviços sociais de proximidade às comunidades locais, facilitando o seu acesso e o seu funcionamento em rede

Valorizar a população local do Alto Tâmega traduz-se, entre outras iniciativas, na promoção da qualidade de vida desta mesma **população; e promover esta qualidade de vida implica, entre outros aspetos, criar, aperfeiçoar e fortalecer os serviços** sociais de interesse geral<sup>10</sup> prestados a esta população – tornando-os mais funcionais e eficazes (porque desenvolvidos e implementados em parceria e articulação) e, em consequência, aproximando-os e facilitando o seu acesso a quem deles mais necessita. Ao prover a população

<sup>10</sup> Conforme definição da Comissão Europeia, incluem: segurança social, emprego, formação, habitação social, cuidados infantis, cuidados prolongados e assistência social. <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=794&langId=en>.

socialmente mais desfavorecida do Alto Tâmega de mais e melhores serviços, reforça-se a sua resiliência e, por extensão, melhora-se o nível de coesão social do território e reduz-se o risco de exclusão social. Em linhas gerais, é a isto que se propõe este objetivo estratégico.

A consecução deste objetivo tem como elementos transversais o estabelecimento de parcerias estruturadas e alargadas entre o poder público local e a sociedade civil, através das suas instituições mais representativas (nomeadamente as IPSS), de modo a ampliar a abrangência das intervenções realizadas por estes serviços e construir pontes e laços duradouros e estáveis com a população atendida, num contexto de concertação entre atores públicos e privados; implica, ainda, promover a inovação social, possibilitando o desenvolvimento e implementação novas abordagens e novas formas de prestação destes serviços.

Neste contexto – e atendendo ao inverno demográfico experimentado pela região do Alto Tâmega e a todos os desafios dele decorrente – a consecução deste objetivo estratégico poderá orientar-se primordialmente para atender a população sénior, em particular em áreas relacionadas aos cuidados prolongados de saúde e medicina preventiva e reabilitativa<sup>11</sup>, com particular destaque para a expansão e consolidação de uma rede intermunicipal de cuidadores “formais” e a capacitação de cuidadores “informais” (isto é, familiares)<sup>12</sup> ou o uso de instrumentos de telemedicina e e-saúde no atendimento à distância dos idosos<sup>13</sup>

Além disso, a prestação dos serviços sociais deverá contemplar a integração horizontal dos diferentes intervenientes junto do público-alvo, nas áreas de educação, saúde e proteção social. Neste âmbito destaca-se a possível criação de equipas multidisciplinares de acompanhamento ou de *one-stop-shops* sociais, englobando profissionais de distintas áreas (médico de família, psiquiatra/psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, técnico de emprego, etc.), que propiciem um atendimento coordenado e articulado a indivíduos ou grupos socialmente vulneráveis (idosos carenciados, crianças em situação de pobreza ou exclusão social, desempregados de longa duração, etc.), em função de um plano de ação personalizado para as reais necessidades da pessoa em causa.<sup>14</sup>

Outras iniciativas de funcionamento em rede dos serviços sociais no Alto Tâmega, com foco na coordenação institucional, poderão incluir a implementação de mecanismos de aprendizagem mútua e de *peer review* de serviços sociais homólogos prestados à escala municipal, a criação da figura de um Provedor Intermunicipal ou mesmo de um Conselho Económico e Social Intermunicipal.

<sup>11</sup> Um exemplo inspirador a este nível é o Modelo Fredericia, programa dinamarquês de acompanhamento dos idosos recém-saídos do hospital, através de atendimento domiciliário de terapeutas ocupacionais e fisioterapeutas para prevenção e reabilitação. Mais informações em <http://www.fredericia.dk/Sider/Default.aspx>

<sup>12</sup> Um bom exemplo desta última medida é o programa sueco ACTION (Assisting Carers using Telematics Interventions to meet Older people's Needs), cujo objetivo é facilitar o acesso de cuidadores, familiares e do próprio idoso a uma rede *online* de serviços de apoio *on demand*, permitindo a consulta à distância a profissionais qualificados nas áreas de saúde, educação e proteção social. Mais informações estão disponíveis em <http://www.actioncaring.se/Eng/EngDefault.htm>.

<sup>13</sup> Pode-se tomar como referência, neste âmbito, o programa Telecare, da Escócia, que consiste na disponibilização de um conjunto alargado de dispositivos e serviços para monitorização e segurança dos idosos e que inclui, por exemplo, dispositivos de alertas para um *call centre* no caso de quedas ou de riscos específicos, como nível de água na banheira ou cheiro a gás. Mais informações em <http://www.scotland.gov.uk/Publications/2010/10/27154413/6>.

<sup>14</sup> Um exemplo concreto desta medida é o Modelo Buurtzorg, implementado na Holanda. Trata-se de uma abordagem organizacional de integração dos serviços de saúde e proteção social, que contempla a criação de uma equipa multidisciplinar e autogerida de 12 profissionais. Esta equipa realiza um diagnóstico abrangente das necessidades pessoais, de saúde e sociais da pessoa atendida, que dá origem a um plano de individual de cuidados e que prevê as medidas a implementar (muitas das quais à distância, com recurso às TIC) bem como a responsabilidade e profissional envolvido na sua execução. O Modelo Buurtzorg é uma das boas práticas identificadas pela União Europeia no âmbito dos cuidados prolongados de saúde. Comissão Europeia, 2014. *Adequate social protection for long-term care needs in an ageing society*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

### 3.8.3. OE9. Promover abordagens inovadoras na geração de emprego, nomeadamente emprego qualificado

O território do Alto Tâmega caracteriza-se por uma baixa taxa de população ativa (36%, aproximadamente), bastante distante da meta estabelecida no âmbito da Estratégia Europa 2020 de 75%, o que reflete o elevado nível de desemprego na região e, principalmente, o envelhecimento demográfico e o baixo dinamismo económico experimentado no território.

Para contrariar este cenário é necessário promover a criação de oportunidades de emprego. Parte deste investimento é realizado, de modo indireto, através da qualificação da população local (primeiro objetivo estratégico deste Eixo). Contudo, importa também intervir diretamente no processo de geração de emprego, concentrando esforços no acompanhamento dos desempregados – desde que perdem o seu posto de trabalho até encontrarem nova oportunidade. Esta intervenção direta deve caracterizar-se pela sua natureza inovadora, que transcenda os mecanismos tradicionais de procura de emprego, que se adequem às características demográficas, socioeconómicas e territoriais do Alto Tâmega e que contribua ativamente para a geração de emprego, preferencialmente sustentável (não precário) e qualificado.

Este objetivo estratégico traduz-se, por exemplo, num acompanhamento mais próximo e constante do percurso profissional e pessoal do desempregado – em especial daqueles em situação de maior vulnerabilidade, como os de longa duração, os pouco qualificados, os jovens qualificados e os adultos acima de 50 anos. Este acompanhamento deverá ser complementar, na esfera local, aos serviços prestados pela Segurança Social e pelo IEFP. Neste contexto, poderá envolver, entre outras medidas, a estruturação de um serviço intermunicipal de orientação profissional, ou a criação e implementação de uma rede intermunicipal de mentores e tutores. Com o apoio destes serviços e redes de proximidade, será possível o desempregado reavaliar o seu percurso profissional, ponderar sobre a sua (re)qualificação e eventualmente enveredar por novos percursos profissionais, que poderão incluir o empreendedorismo ou a criação do próprio emprego.

Em consonância com os objetivos do Plano de Ação para a Promoção do Empreendedorismo no Alto Tâmega 2014-2020, deve-se igualmente buscar a estruturação, consolidação e coesão de uma rede intermunicipal de apoio ao empreendedorismo de base local. Esta rede atuará em concertação com os serviços e redes de proximidade referidos no parágrafo anterior e englobará a sensibilização, capacitação e formação de técnicos dos municípios para este apoio, bem como o apoio técnico e especializado a potenciais empreendedores no âmbito do desenvolvimento empresarial (planos de negócios, planos de marketing, vendas, candidaturas a apoios e financiamentos, etc.).

Outras medidas inovadoras de apoio à geração de emprego poderão consistir na introdução de “cláusulas sociais” em concursos públicos (ponderação positiva de candidaturas de empresas que incluam o compromisso de integração de desempregados em suas equipas de projeto), estimulando a contratação pelo setor privado de pessoas em situação de vulnerabilidade social.<sup>15</sup>

<sup>15</sup> A Cidade de Nantes já adota esta política há muitos anos, através das chamadas *Entreprise d'insertion*, empresas sociais privadas que preparam desempregados de longa duração para a integração em empresas no âmbito destas cláusulas

Também a facilitação do acesso ao financiamento à geração de oportunidades de emprego poderá ser uma medida adotar, nomeadamente numa perspetiva de concessão de microfinanciamento a empresas sociais, ao empreendedorismo social e, de modo mais abrangente, a instituições ligadas à economia social,<sup>16</sup> em particular no âmbito de temáticas e atividades relevantes para o território do Alto Tâmega, como o envelhecimento ativo e saudável, agricultura, turismo, termalismo e indústria extrativa. Deverá aproveitar-se programas e apoios existentes para o efeito a nível europeu, como o JASMINE (*Joint Action to Support Microfinance Institutions in Europe*).

---

sociais. Este exemplo é apontado pela Comissão Europeia como uma boa prática em matéria de inovação social. Comissão Europeia, 2013. *Guide to Social Innovation*. DG Regional and Urban Policy.

<sup>16</sup> Para uma compreensão sobre a diferenciação entre economia social, empreendedorismo social e empresas sociais, consultar Comissão Europeia, 2013. *Guide to Social Innovation*. DG Regional and Urban Policy, pp.15-16.

### 3.9. EE4. Reforçar a integração, a identidade regional e a cidadania

Institucionalmente, a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega é uma entidade recente. Todavia, os vários municípios que a compõem apresentam já um longo historial de cooperação, partilhando vários traços comuns a nível económico, demográfico e cultural. Há, por isso, uma identidade latente partilhada que unifica este território.

No entanto, as identidades, assim como a imagem de uma qualquer entidade, demoram algum tempo a consolidar-se. Nesse sentido, este Eixo Estratégico pretende reforçar a integração territorial do Alto Tâmega, a sua identidade regional e a cidadania. Isto consegue-se através da promoção, junto da população, de uma identidade e imagem comuns que vão progressivamente integrando o quotidiano das populações, enfatizando as memórias coletivas e os elementos que partilham e que as unem.

Este Eixo alinha-se com a *Agenda Territorial 2020* da União Europeia, que revela uma preocupação especial com a coesão económica e social dos vários territórios da União, assegurando uma maior e mais eficaz coordenação entre os financiamentos e as políticas ao nível europeu e regional.

Seguindo as indicações da UE nesse âmbito, o Alto Tâmega procura maximizar as potencialidades da região, melhorando as ligações e interações territoriais, dando coerência e coesão à região e reforçando a identidade e o sentimento de cidadania partilhada. Para além disso, todos municípios podem beneficiar de uma maior articulação entre os serviços disponibilizados pelos restantes concelhos numa lógica de partilha e de acesso mais facilitado a estes mesmos serviços.

Ao nível da cooperação externa, interessa a consolidação de uma imagem reconhecida no exterior e o incremento das relações com outras unidades territoriais tanto em Portugal como em Espanha. O exemplo da Eurocidade Chaves-Verin ilustra as vantagens de uma cooperação desta natureza e a posição geográfica estratégica do Alto Tâmega permite que este desempenhe um papel de relevo enquanto interposto ou intermediário entre Espanha e o restante território nacional. Estas interações contribuem decisivamente para aumentar o dinamismo da região a vários níveis – nomeadamente culturais e económicos – através da maximização das redes de serviços e de acessos que beneficiam com a estreita colaboração com outras regiões limítrofes.

Neste sentido, foram definidos os seguintes objetivos estratégicos:

**OE10.** Estimular a articulação de competências e a gestão partilhada de serviços públicos.

**OE11.** Promover a capacidade e eficiência da administração pública.

**OE12.** Fomentar a cooperação territorial estratégica e competitiva.



### 3.9.1. OE10. Estimular a articulação de competências e a gestão partilhada de serviços públicos

Num contexto de constrangimentos financeiros, a reorganização da rede de serviços é uma realidade que afeta várias regiões do país, incluindo o Alto Tâmega. A fragilidade demográfica desta região agrava as consequências desta reorganização, diminuindo a capacidade de acesso dos cidadãos a serviços de educação, saúde, justiça ou segurança social. Uma das possíveis estratégias, prevista nas orientações europeias de reforço da coesão territorial, passa por criar redes de serviços partilhados que, no âmbito de uma unidade territorial mais alargada, como uma Comunidade Intermunicipal, possa ultrapassar em parte os constrangimentos no acesso a estes serviços, beneficiando os cidadãos.

Assim, incentiva-se o investimento no reforço da articulação da rede de serviços e numa gestão partilhada e eficiente que destaque as capacidades e competências de cada município. Adicionalmente, a promoção de uma rede eficaz de transportes inteligentes que permita uma deslocação mais acessível para os cidadãos, poderá contribuir para um maior usufruto desses serviços, ao mesmo tempo que reforça a ligação à região do Alto Tâmega.

Uma vez que existem, em vários casos, serviços de apoio em diferentes domínios (saúde, educação, justiça) promovidos por municípios diversos ou mesmo por outras entidades como as IPSS (no caso do apoio social), trata-se de investir na articulação da prestação destes serviços, evitando replicações, racionalizando os custos e maximizando os benefícios para as populações. Ilustrativamente, e face à diminuição do número de estabelecimentos de ensino no Alto Tâmega, pode ser incentivado o investimento numa rede de transportes escolares mais articulada entre os vários municípios que ultrapasse as carências a este nível e permita o acesso de todos à educação.

Pode ainda existir a disponibilização de gabinetes especializados em questões jurídicas ou relativas à segurança social que funcionem alternadamente nos vários municípios, prestando o auxílio que uma população envelhecida e pouco escolarizada necessita. No que concerne a formação académica, seria também positiva a implementação de uma rede de cursos profissionais que captasse as competências e o *know-how* de cada região e as oferecesse aos interessados nessas formações.

Assim, torna-se necessário reforçar a articulação na oferta de serviços aos cidadãos do Alto Tâmega, racionalizando os recursos, mas garantindo-lhes o conforto e a acessibilidade na utilização dos mesmos, simultaneamente fortalecendo os sentimentos de pertença à região.

### 3.9.2. OE11. Promover a capacidade e eficiência da administração pública

A União Europeia reconhece a importância da administração pública para assegurar a competitividade dos Estados Membro da UE. Para tal, ela tem que ser moderna, inovadora e eficiente. Atualmente, a União conduz uma avaliação à administração pública integrada no *Member States' Competitiveness Report* que aponta para as melhorias neste setor como necessárias para promover o crescimento e a prosperidade.

A nível nacional e regional, existem também objetivos que identificam o reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e da eficiência da administração pública como metas fundamentais ao desenvolvimento através de uma governação mais eficaz e com melhores resultados.

É, por isso, exigido também ao Alto Tâmega que promova a capacidade e a eficiência da sua administração pública, de forma a evitar que este setor constitua um obstáculo ao desenvolvimento da região, nomeadamente graças a uma excessiva complexidade burocrática ou à falta de formação dos seus recursos humanos.

Assim, e no sentido de concretizar este objetivo estratégico, urge investir na formação e qualificação dos funcionários da administração pública, garantindo um desempenho mais eficiente e competente, ao mesmo tempo que se melhoram os processos de gestão dos recursos humanos no que concerne o recrutamento, incentivos, progressão na carreira, entre outros.

É também necessário apoiar a diminuição dos entraves burocráticos em todos os processos que envolvem este tipo de entidades, por exemplo, ao nível da simplificação dos enquadramentos e exigências regulamentares na área dos negócios e das atividades económicas, que desincentivam, quando em excesso, o investimento e o dinamismo económico.

Adicionalmente, esta simplificação burocrática deve ser acompanhada de procedimentos claros e transparentes e, preferencialmente, da desmaterialização dos processos administrativos, reforçando a disponibilidade do tratamento de questões através de meios eletrónicos – o *e-governance*. A reformulação dos serviços tendo em vista a diminuição dos prazos de pagamento e uma diversificação através da cooperação com outras entidades, possivelmente não-governamentais ou de natureza intermunicipal, contribuirão certamente para uma facilitação dos processos e um maior incentivo para investir e habitar na região.

Enquanto parte integrante do Alto Tâmega com responsabilidades acrescidas, uma administração pública mais eficaz e preparada será um elemento essencial no sucesso da implementação das reformas e dos apoios à redinamização económica e social da região.

### 3.9.3. OE12. Fomentar a cooperação territorial estratégica e competitiva

A Agenda Territorial da União Europeia para 2020 procura não só a integração territorial das regiões ou sub-regiões da Europa, mas também a promoção das interações e da cooperação entre elas. A Cooperação Territorial Europeia é, assim, um dos objetivos da política de coesão e constitui um enquadramento para a execução de ações políticas conjuntas e intercâmbios entre os vários intervenientes. Com o intuito de fazer face a desafios de cariz cada vez mais transnacional e transfronteiriço, a Cooperação Territorial Europeia direciona-se para a promoção de soluções mais eficazes para os problemas transfronteiriços, de forma a evitar custos desproporcionados.

Uma proporção bastante considerável dos limites do Alto Tâmega faz fronteira com território espanhol. Por esse motivo, esta região enquadra-se nesta política de cooperação e poderá beneficiar das medidas e incentivos propostos por ela. Assim, e dando continuidade ao historial de relações com a região de Orense, nomeadamente através da Eurocidade Chaves-Verín, importa promover a interligação entre estas duas regiões, o que trará benefícios mútuos para ambas.

Esta cooperação pode concretizar-se de várias formas. Ilustrativamente, através da criação de mecanismos efetivos para a partilha e divulgação de boas práticas e conhecimentos, por exemplo na melhoria da competitividade. Com uma maior disponibilização de massa crítica e condições resultantes da junção de recursos, a inovação e a investigação podem ser fomentadas, nomeadamente através de *clusters* partilhados que reforçarão as capacidades, competências e competitividade das regiões em causa.

A cooperação pode também focar-se num problema específico que, aumentando a escala da intervenção, seja mais facilmente solucionado, como no caso do meio ambiente, onde uma abordagem mais abrangente e integrada de gestão ambiental, que se sobreponha às delimitações artificiais criadas pelas fronteiras territoriais, poderá originar resultados mais significativos a este nível e ter efeitos multiplicadores nos indicadores ambientais das zonas de interesse natural partilhadas por várias regiões.

Por outro lado, o fomento de novas estruturas como as redes de cidades, através de modelos inovadores e policêntricos, podem efetivamente potenciar um desenvolvimento mais sólido e ambicioso resultante de novas formas de parceria e de governança territorial entre zonas urbanas e rurais, por exemplo.

O incremento da coordenação das políticas setoriais, das ações e dos investimentos realizados à escala transfronteiriça pode significar o aumento da qualidade da governança e estas relações mais próximas podem igualmente resultar numa consolidação da segurança e da estabilidade. A outro nível, podem igualmente encontrar-se benefícios desta cooperação relativos ao reforço das estruturas e práticas culturais com valor-acrescentado para a região, objeto de uma divulgação mais impactante junto de uma maior audiência. Os próprios recursos endógenos, pela sua especificidade e qualidade, podem ser mais facilmente divulgados, aceder a diferentes mercados e os intercâmbios culturais e económicos são, neste contexto, facilitados e promovidos.

Assim, a promoção da cooperação transfronteiriça tem um grande potencial de consolidar relações mutuamente benéficas em vários domínios. Esta maior proximidade pode maximizar os pontos fortes das regiões envolvidas, assim como contribuir para ultrapassar algumas das suas fragilidades, constituindo, por esse motivo, um vetor essencial ao desenvolvimento do Alto Tâmega, em cooperação com outras regiões.

### 3.10. EE5. Consolidar a coesão territorial e o sistema urbano

As estratégias nacionais e europeias sublinham a importância das respetivas dimensões territoriais e do seu papel aglutinador das políticas setoriais. Os territórios são assim encarados como recursos essenciais para o desenvolvimento e para o crescimento económico.

O território do Alto Tâmega posiciona-se como um espaço de “dupla charneira” que articula, por um lado, o litoral com o interior transmontano e, por outro lado, assume a sua posição de fronteira, na ligação do Norte de Portugal à Galiza. Num contexto regional mais amplo, verifica-se o seu posicionamento no eixo Chaves – Vila Real – Régua – Lamego – Viseu, identificado como estruturante para a consolidação de uma malha urbana coesa no nordeste português (PROT Norte).

Em linha com as prioridades nacionais e regionais (PNPOT e PROT Norte) e no sentido de consolidar este território e tirar partido do posicionamento referido, a estratégia preconizada considera fundamental consolidar Chaves como Cidade Regional, reforçando as suas funções, de forma a destacar-se numa escala regional mais ampla, posicionando-se no âmbito da Região Norte como um dos núcleos de uma rede urbana policêntrica.

Complementarmente, deverá ser consolidada uma rede urbana assente nas sedes dos concelhos de Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar, encarados como elementos de densificação do sistema urbano e interface privilegiados entre o espaço urbano e o território rural.

Este sistema urbano será a verdadeira espinha dorsal estruturante do território do Alto Tâmega.

Complementarmente, assumido o território como o principal fator de diferenciação e de afirmação regional e atendendo à prioridade atribuída a setores com uma forte relação com o território, como o turismo, a agricultura, ou a energia, importará ter em consideração de forma transversal a melhoria da qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território, de uma forma integrada, sendo de destacar neste caso a importância da qualificação dos núcleos rurais.

Com o território como pano de fundo, e tendo identificado os nós do sistema urbano, considerou-se relevante analisar as ligações existentes, não só entre os núcleos do Alto Tâmega, mas também destes com o exterior. Assim sendo, verifica-se que apesar das melhorias assinaláveis nas acessibilidades externas da região, persistem ainda dificuldades nas ligações internas que importará debelar. Importará por isso considerar um sistema de mobilidade, que envolva soluções de mobilidade inovadoras e sustentáveis e que permita melhorar as ligações internas e externas do Alto Tâmega.

Deste modo, propõe-se que este Eixo Estratégico encaminhe para a consecução dos seguintes Objetivos Estratégicos:

**OE13.** Estruturar o sistema urbano, contribuindo para a consolidação de um polo estruturante regional.

**OE14.** Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território.

**OE15.** Melhorar a mobilidade regional e garantir a acessibilidade e a conectividade.

### 3.10.1. OE13. Estruturar o sistema urbano, contribuindo para a consolidação de um polo estruturante regional

No sentido de fazer com que o Alto Tâmega assuma um papel de destaque no sistema urbano policêntrico delineado para a Região Norte importa criar condições para que o seu principal centro urbano, a Cidade de Chaves, se assuma como elemento polarizador de toda a sub-região.

Em linha com o proposto no PROT Norte<sup>17</sup> mostra-se relevante reforçar as capacidades de Chaves para a polarização do espaço territorial alargado envolvente, por via da sua dimensão física, funcional e relacional. Chaves deverá assumir-se como rótula da estruturação do território de todo o Alto Tâmega, desempenhando funções de articulação territorial, com capacidades para construir e dinamizar uma rede urbana em seu redor.

Esta polarização será conseguida através da centralização de funções e da oferta de equipamentos e serviços de nível superior, que diferenciem a cidade em relação à envolvente. O facto de Chaves nunca ter assumido o papel de Capital de Distrito, assim como as tendências acentuadas de esvaziamento de serviços públicos, são desafios relevantes que terão de ser seguramente enfrentados no âmbito da implementação desta estratégia.

O reforço de Chaves como centro urbano estruturante deverá ser encarado também incluindo o lado galego da fronteira. Sendo a maior cidade num raio de muitos quilómetros, a polarização de Chaves deverá ter abrangência a uma escala transfronteiriça. A experiência recente da EuroCidade da Água Chaves-Verin converge nesse sentido, tendo facilitado a realização de um conjunto alargado de iniciativas conjuntas.

A consolidação da polarização de Chaves deverá fazer-se não descurando a necessidade de articulação com os restantes centros urbanos do território. Numa outra escala, as sedes dos concelhos de Boticas, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar deverão ver reforçado o seu papel como elementos relevantes na densificação do sistema urbano, assumindo uma função de interface entre o espaço urbano e o território rural. Deverá assim procurar-se conferir a estes polos a indispensável massa crítica, contribuindo paralelamente para a necessária articulação e integração do sistema urbano sub-regional.

Deste modo, mostra-se relevante intervir ao nível da melhoria da qualidade urbanística e ambiental dos centros urbanos do Alto Tâmega ao nível da regeneração de espaços degradados e do parque habitacional, da qualificação das infraestruturas e dos equipamentos, da mobilidade sustentável e de outros aspetos relevantes, tendo em vista a melhoria da sua atratividade e o aumento da qualidade de vida dos cidadãos.

### 3.10.2. OE14. Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território

Com elementos geográficos notáveis, onde coexistem extensas serranias e importantes cursos fluviais, o território do Alto Tâmega assume-se como o seu principal fator de diferenciação e de afirmação regional.

<sup>17</sup> O PROT-Norte propõe Chaves como “Cidade Regional”

Com o polo de Chaves e as restantes sedes concelhias a assumirem o papel de nós da rede urbana, importará ter em consideração todo o território do Alto Tâmega, como base de suporte das atividades humanas e das ações a implementar.

Considerando as áreas e setores identificados como prioritários para o Alto Tâmega, onde se destacam a agricultura e pecuária, o turismo, a energia, ou a indústria extrativa, verifica-se que todas elas têm uma forte presença territorial. Importará por isso garantir que as ações a desenvolver contribuam positivamente para melhoria da qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território, de uma forma integrada.

Assim, importa destacar que o Alto Tâmega é um território predominantemente rural, as aldeias e espaços rurais deverão ser por isso foco de uma particular atenção, numa perspetiva de qualificação das vivências das populações e do aumento das oportunidades económicas.

Pretende-se assim adotar uma perspetiva integrada de desenvolvimento com uma forte articulação urbano-rural, em que o ordenamento do território e o desenvolvimento rural são fatores fundamentais para a estratégia preconizada para o Alto Tâmega. Neste campo, a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território, serão os principais pilares deste Objetivo Estratégico.

É de salientar que as intervenções de qualificação do território deverão sempre ter em consideração as dinâmicas que nele se verificam, nomeadamente através da participação e mobilização dos agentes presentes.

### 3.10.3. OE15. Melhorar a mobilidade regional e garantir a acessibilidade e a conectividade

Nos últimos anos as acessibilidades do Alto Tâmega têm vindo a ser significativamente melhoradas. A ligação da A24 desde a fronteira com a Galiza até à A25, em Viseu, assim como a ligação da A7 de Vila Pouca de Aguiar ao litoral, permitiram uma maior aproximação da região a outros centros e a mercados de maior dimensão, contribuindo para a ocorrência de novas dinâmicas de desenvolvimento local e empresarial.

No entanto, ao nível interno, as acessibilidades carecem ainda de melhorias, nomeadamente no que concerne à rede de articulação entre as sedes concelhias que não se encontram próximo das Auto Estradas. O caso mais paradigmático será o da ligação entre Valpaços e Montalegre que, cujos cerca de 70 quilómetros entre eles, levam cerca de 1 hora e meia a percorrer.

A um nível intraconcelhio, considerando a ligação das sedes de concelho às diferentes localidades, o panorama é diferenciado, existindo casos em que as acessibilidades rodoviárias são recentes e em bom estado, e outros em que persistem necessidades de requalificação.

No sentido de contribuir para a consolidação do sistema urbano do Alto Tâmega, considera-se relevante assegurar uma rede rodoviária coerente e hierarquizada que permita, por um lado, garantir a ligação do Alto Tâmega ao exterior, e por outro, garantir a articulação facilitada entre os diferentes núcleos urbanos, considerando Chaves como o polo estruturante regional.

Complementarmente, acompanhando as prioridades atuais, será importante garantir a existência de uma rede de transportes sub-regional integrada e inteligente, com base em veículos de última geração, que contribua para uma mobilidade sustentável e para a consequente diminuição das emissões de carbono.

Neste caso, importará destacar a importância da escala supramunicipal para a otimização da gestão logística e operacional da mobilidade, e a oportunidade de introdução de sistemas inteligentes de gestão da procura, de integração de diferentes modos (incluindo o transporte escolar), e os sistemas de informação, monitorização e controlo.

No âmbito deste Objetivo Estratégico merecerá uma última nota a relevância de criar condições para o fomento da utilização de modos suaves de mobilidade, nomeadamente vias pedonais e cicláveis que, para além de contribuírem para a mobilidade interna do Alto Tâmega, poderão ser atrativos significativos relacionados com a atratividade turística do território.

## 4. Medidas estratégicas





## 4. MEDIDAS ESTRATÉGICAS

### 4.1. Introdução

A construção da Estratégia Integrada do Alto Tâmega inclui a definição de uma Visão e da respetiva Missão para o território. A estas formulações foram agregados Eixos e Objetivos Estratégicos que procuram consubstanciar as intenções existentes para o desenvolvimento da região entre 2014 e 2020.

Durante o processo de preparação desta mesma Estratégia, foram vários os atores locais, regionais, nacionais e internacionais relevantes envolvidos. Esta participação baseou-se num pressuposto da CIM AT que percecionava o processo de mobilização e de descoberta coletiva, e a capacidade de gerar consensos e quadros estratégicos comuns, como fundamentais para o futuro do Alto Tâmega. Este dinamismo, refletido em várias discussões abertas e interações de variada ordem, originou um conjunto alargado de ideias e sugestões para a concretização de uma Estratégia para o território.

Deste processo, resultaram igualmente indicações de possíveis medidas concretas a adotar. Paralelamente, essa definição ocorreu em estreita colaboração com a elaboração do documento do Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). As sinergias criadas entre os processos de elaboração dos dois documentos estratégicos refletiram-se, portanto, numa abordagem metodológica integrada e coerente e, consequentemente, nos Objetivos Estratégicos e nas diferentes medidas propostas a nível operacional.

Assim, baseando-se nas necessidades dos atores da região, são preliminarmente propostas abaixo medidas estratégicas, enquadradas pela Estratégia Integrada apresentada e alinhadas por Objetivo Estratégico, de forma a assegurar a sua relevância e impacto para a sociedade do Alto Tâmega. O seu aprofundamento acontecerá em fases posteriores do processo, nomeadamente aquando da elaboração dos documentos do Investimento Territorial Integrado (ITI) e do DLBC.

Esquemáticamente apresentadas em baixo, encontram-se as cerca de 80 medidas que pretendem dotar o Alto Tâmega das condições necessárias a um desenvolvimento sólido e sustentado que concretize a Visão delineada para a região.

## 4.2. EE1. Dinamizar a base económica local num contexto de especialização inteligente

### OE1. Valorização dos produtos e recursos endógenos com base no conhecimento, na investigação e na inovação

#### ► Medida 1.1. Criação uma plataforma para a promoção e comercialização coordenada dos produtos endógenos do Alto Tâmega

► Criação de uma estrutura que permita a coordenação em rede dos diferentes produtores e cooperativas do Alto Tâmega no sentido de facilitar o ganho de escala e a organização da oferta. A plataforma proposta terá um papel relevante na identificação de canais de distribuição adequados e na definição da cadeia logística necessária ao escoamento dos produtos. Complementarmente, esta estrutura poderá ter um papel relevante no conhecimento existente sobre os produtos endógenos, a recolha de informação sobre produtos, produtores e produções.

#### ► Medida 1.2. Criação de rede descentralizada de centros de competências específicos de produtos endógenos do Alto Tâmega

► Criação de centros de competências focados em produtos endógenos específicos do Alto Tâmega (Fumeiro / Carnes / Recria de Gado / Batata de Semente / Apicultura / ...), que permitam recolher e desenvolver conhecimento relacionado com os mesmos. Estes centros deverão ser articulados com instituições de ensino e de ciência e tecnologia regionais numa ótica de otimização de recursos. Os centros devem ter uma escala local, realizando a sua ação em proximidade com os produtores, no sentido de os capacitar e da melhoria continuada dos seus produtos e produções.

#### ► Medida 1.3. Criação de um “Centro de Desenvolvimento Agrícola Sustentável” focado nas temáticas específicas do Alto Tâmega

► A criação dos centros de competências referida na medida anterior poderá ser articulada com a criação de um Centro de Desenvolvimento Agrícola Sustentável, que possa articular os diferentes núcleos e coordenar as ações, procurando ganhos de eficiência e de escala. Também neste caso será fundamental a articulação com as instituições de ensino e de ciência e tecnologia regionais.

**► Medida 1.4. Criação de marca própria, associada à certificação da qualidade dos produtos**

► Criação de uma marca própria que se possa associar à certificação dos produtos endógenos do Alto Tâmega. Esta marca deverá ser associada a um processo de certificação que permita garantir a origem e a qualidade dos produtos a que se associa.

**► Medida 1.5. Dinamização de programa de capacitação de produtores e valorização da atividade agrícola**

► Dinamização de programas de proximidade que permita capacitar os produtores no sentido da valorização económica das suas explorações e da utilização sustentável dos recursos. Estes programas, orientados para produtos e fileiras identificados como relevantes para o território, poderão ser focadas áreas como a utilização racional de recursos (água, terra, energia,...), a certificação dos produtos e produtores, ou mesmo áreas relacionadas com a gestão.

**► Medida 1.6. Elaboração de estratégia de valorização económica dos produtos florestais**

► A considerável extensão de área florestal do Alto Tâmega justifica a elaboração de uma estratégia específica que fomente a valorização económica dos produtos relacionados com este setor. Nesse sentido, este documento procurará fazer um levantamento e ordenamento florestal da região, assim como congregar e sistematizar uma abordagem que envolva os vários atores do território e utilize estes recursos como potenciadores do desenvolvimento regional ao nível da sua exploração económica. Tendo sempre por base princípios de sustentabilidade ambiental e socioeconómica para o Alto Tâmega, esta estratégia integrará as várias vertentes da floresta, incluindo setores como a silvicultura e capacidade de produção energética através de fontes renováveis.

---

**OE2. Contribuir para a organização de setores específicos numa lógica de criação de fileiras e de reforço das relações de cluster**


---

**► Medida 2.1. Criação de rede regional que permita a gestão integrada de infraestruturas e serviços de apoio e a harmonização de procedimentos (Via Verde para o investidor)**

► Atendendo à diversidade de infraestruturas no Alto Tâmega propõe-se a sua articulação em rede numa ótica de gestão integrada dos recursos. Complementarmente, tendo em conta os diferentes serviços de apoio disponibilizados pelos municípios e associações empresariais, esta medida contempla a harmonização de procedimentos, com vista à criação de uma verdadeira “Via Verde” para o investidor.

**► Medida 2.2. Dinamização de programa de apoio ao acesso a fundos comunitários**

► Dinamização de um conjunto de ações de proximidade destinado a informar e apoiar diretamente o tecido empresarial local no acesso a programas de apoio existentes, nomeadamente de nível nacional, mas também europeu, procurando aumentar os benefícios para o Alto Tâmega deste tipo de programas, com a apresentação de candidaturas bem sucedidas.

**► Medida 2.3. Elaboração e implementação de estratégia de marketing territorial, focada na atração de investimento**

► Elaboração de uma estratégia e implementação das respetivas ações destinadas à apresentação externa da sub-região do Alto Tâmega, tendo em vista a captação de investimento e a atração de empresas. A estratégia deverá permitir tirar partido das vantagens comparativas do Alto Tâmega e apoiar a definição de um conjunto de incentivos relevantes. Deverá ser dada uma atenção relevante ao potencial do lado espanhol da fronteira.

**► Medida 2.4. Elaboração de planos estratégicos para a organização de setores específicos numa lógica de criação de fileiras e de reforço das relações de cluster**

► Atendendo à concentração empresarial em setores específicos que ocorre no Alto Tâmega (agricultura, extração de granito, turismo de saúde e bem estar, ...), considera-se relevante elaborar planos estratégicos que permitam a sua organização, numa lógica de criação de fileiras e de reforço das relações de cluster, identificando um conjunto de ações prioritárias a realizar em cada setor. Também neste caso deverá ser dada uma atenção relevante ao potencial do lado espanhol da fronteira, procurando ligações e interações relevantes.

**► Medida 2.5. Constituição de um Centro Tecnológico focado na indústria extrativa e transformadora dos granitos**

► Tratando-se de um setor com forte implantação no Alto Tâmega, em particular em Vila Pouca de Aguiar, a constituição de um Centro Tecnológico terá por objetivo aumentar as mais-valias decorrentes desta atividade. O Centro poderá focar áreas como a formação e capacitação, I&D de novos produtos e processos, serviços de apoio, ensaios, promoção externa, entre outras). O Centro Tecnológico deverá ter um papel relevante na articulação com o Sistema Científico e Tecnológico e entidades como o Cluster da Pedra Natural, ou o CEVALOR, centro tecnológico da pedra natural.

► **Medida 2.6. Dinamização de fóruns setoriais que promovam a colaboração entre atores e facilitem a criação de novos modelos organizativos e estratégias coletivas**

► Com um panorama empresarial marcado pelo individualismo e pela atomização, considera-se relevante a realização de ações tendentes à definição de estratégias e ações coletivas. Preferencialmente, estas ações coletivas deverão implicar a ocorrência de novos modelos organizativos que permitam ganhar a escala necessária para alcançar novos mercados.

► **Medida 2.7. Dinamização de programa de formação-ação focado em temáticas estratégicas transversais como a inovação ou a internacionalização**

► Considerando as realidades empresariais do Alto Tâmega e as prioridades atribuídas a nível europeu (e, em particular, no Portugal 2020) às temáticas da inovação e a internacionalização, considera-se relevante realização de um programa de formação-ação, que permita, com uma elevada proximidade ao tecido empresarial, melhorar a performance das empresas nestas áreas e maximizar o aproveitamento das oportunidades existentes.

► **Medida 2.8. Estabelecimento de protocolos com entidades do SCT que facilitem o apoio especializado ao tecido económico local**

► Com vista a colmatar as debilidades existentes ao nível da IDi no Alto Tâmega, considera-se pertinente aprofundar a relação da sub-região com diferentes entidades do Sistema Científico e Tecnológico, no sentido de facilitar o apoio especializado ao tecido económico local.

► **Medida 2.9. Promoção de uma agenda regional de eventos relacionados com a dinamização empresarial**

► Hoje em dia, existem diferentes eventos promovidos pelos municípios tendo em vista a dinamização do tecido económico. Considera-se relevante articular estas ações no sentido de apresentar uma agenda sub-regional comum, que possa ser disseminada e promovida de forma conjunta, de forma a promover mais eficazmente um conjunto alargado de eventos, tais como feiras, mostras ou outros eventos temáticos de divulgação dos produtos endógenos.

### OE3 Promover o empreendedorismo tendo em vista a maximização do aproveitamento dos recursos locais

#### ► Medida 3.1. Criação de uma rede regional de incubadoras de empresas e espaços de coworking e aceleração empresarial

► Tirando partido de um conjunto de espaços já existentes e de outros a criar, propõe-se a criação de rede regional de incubadoras de empresas e espaços de coworking e aceleração empresarial, que possa ser gerida de forma integrada, disponibilizando um conjunto de serviços comuns.

#### ► Medida 3.2. Disponibilização em rede de um conjunto alargado de serviços de apoio qualificados

► De uma forma complementar aos espaços apresentados na medida anterior, deverá ser disponibilizado um conjunto alargado de serviços de apoio qualificados, procurando-se para tal a articulação com entidades relevantes, da sub-região ou da envolvente. Incluem-se nestes serviços o apoio no acesso a financiamento, designadamente microcrédito, capital de risco ou *business angels*.

#### ► Medida 3.3. Dinamização de programas de formação-ação na área do empreendedorismo

► Dinamização de programas de formação-ação na área do empreendedorismo, orientadas para setores específicos. Pode-se considerar áreas como o empreendedorismo qualificado, ou orientado para uma população com menores níveis de formação, mas também outros tipos de segmentação como o empreendedorismo senior ou o empreendedorismo feminino. Importa que, para além da componente formativa, os programas tenham um forte enfoque no acompanhamento ao empreendedor, não só até à criação do negócio, mas também nos primeiros tempos de atividade.

#### ► Medida 3.4. Dinamização de programa de atração de empreendedores qualificados

► Para além de continuar a desenvolver esforços no sentido de qualificar a população e de estimular entre ela uma cultura de empreendedorismo, importa desenvolver no Alto Tâmega uma estratégia integrada que permita atrair empreendedores qualificados, oriundos de outras regiões. Este programa passará pela definição de um conjunto de incentivos adequado e pela sua devida divulgação.

**► Medida 3.5. Dinamização de programa de fomento da cultura empreendedora**

► No sentido de alterar uma cultura de aversão ao risco, transversal a toda a sociedade, que se constitui como um dos principais inibidores da atividade empreendedora, importará incluir no processo educativo componentes conducentes à familiarização com a atividade empreendedora que permita contrariar os códigos sociais vigentes de aversão ao risco e à iniciativa privada e fomentar uma cultura de criatividade e inovação.

### 4.3. EE2. Fomentar a utilização eficiente e sustentável dos recursos

#### OE 4: Proteger, promover e rentabilizar o património natural e cultural como elemento distintivo

##### ► Medida 4.1. Criação da marca e da estratégia turística para o território

► Enquanto unidade territorial integrada, o Alto Tâmega carece de uma marca turística que favoreça a sua promoção ao nível nacional e internacional enquanto destino turístico com um conjunto de valências e elementos patrimoniais que o distinguem de outras sub-regiões. Nesse sentido, é necessário criar essa marca através da preparação de uma estratégia turística que contemple as potencialidades do território e seja capaz de organizar a sua oferta e promoção da consequente marca junto dos vários mercados. O objetivo desta estratégia passa, por isso, pela dinamização turística do Alto Tâmega de forma integrada e articulada.

##### ► Medida 4.2. Gestão integrada das áreas protegidas

► A gestão integrada das áreas naturais protegidas surge da necessidade do Alto Tâmega assegurar a maximização das potencialidades das várias (e vastas) áreas enquadradas por esquemas de proteção ambientais nacionais e europeus. Tendo em consideração a extensão e biodiversidade abarcadas, o território beneficiará da criação de um organismo responsável por concretizar uma gestão integrada destas áreas através de ações que facilitem a sua valorização económica e ambiental de forma alinhada com outras estratégias, nomeadamente a turística.

##### ► Medida 4.3. Gestão integrada do património cultural

► À semelhança do património natural do Alto Tâmega, esta região apresenta também uma grande riqueza e variedade ao nível do património cultural – construído e imaterial. Neste contexto, o objetivo da presente medida passa pela promoção de uma gestão deste mesmo património de forma articulada entre todos os municípios, no sentido de maximizar as suas potencialidades de forma transversal. Esta gestão deverá considerar igualmente a estratégia turística delineada para o território, de forma a promover o a proteção e disseminação do valor patrimonial da região junto dos habitantes e de potenciais visitantes.



#### ► Medida 4.4. Criação de rotas turísticas de valorização patrimonial

► Enquadrada na estratégia turística do Alto Tâmega, prevê-se a criação de rotas turísticas que ofereçam diferentes possibilidades de percursos para vários grupos-alvo com interesses distintos, de forma a interligar os diversos pontos de interesse e valor patrimonial do Alto Tâmega. As rotas da água, do romano, das minas, das fortalezas e da gastronomia serão prioridades a considerar. Estas rotas, desenvolvidas tendo por base um conceito de sustentabilidade ambiental, constituirão num conjunto de pontos especialmente interessantes para os visitantes e podem passar pela reorganização de rotas existentes, assim como pela criação de novas e pela dotação de estratégias atrativas. As rotas deverão incluir elementos de reforçado interesse, tais como centros interpretativos ou pequenos núcleos museológicos que orientem o visitante numa lógica atual de “museu-território”.

#### ► Medida 4.5. Dinamização de programa de rede de núcleos rurais, articulando a vertente turística com a promoção socioeconómica local

► A existência de diferentes aldeias com interesse turístico no Alto Tâmega propicia a qualificação de redes interligadas de aldeias, agrupadas segundo uma lógica de partilha de características que as permitam constituir um conjunto coeso de locais de interesse para visita. Adicionalmente, estas redes, que podem integrar algumas das rotas turísticas, serão dotadas de estruturas que permitam aos visitantes o conhecimento da sua história e das suas características e peculiaridades, numa interação dinâmica com as populações locais que permitirá também dinamizar a economia local através da promoção dos produtos endógenos e artesanais, assim como da oferta cultural e gastronómica disponível.

#### ► Medida 4.6. Valorização turística de infraestruturas existentes

► Num contexto de desertificação demográfica, existem, no Alto Tâmega, várias infraestruturas subaproveitadas e sem utilização que poderão ser direcionadas para fins turísticos. As intervenções de reestruturação, que deverão manter os traços característicos e peculiares das estruturas, visam conseguir atrair visitantes e acolher diferentes tipos de iniciativas e eventos em espaços com qualidade e conforto, rentabilizando o edificado e nomeadamente providenciando formas alternativas de alojamento.

#### ► Medida 4.7. Criação de aplicações móveis para fins turísticos

► As novas tecnologias têm ganho um número crescente de utilizadores nos mais variados contextos. Com o intuito de inovar na sua oferta turística, o Alto Tâmega promoverá a criação de aplicações móveis com informações úteis para os seus visitantes. Assim, será possível através destas aplicações em *smartphones* e *tablets* ficar a par de eventos de interesse, pontos de informação sobre os diferentes

**► Medida 4.7. Criação de aplicações móveis para fins turísticos**

trilhos e percursos naturais, as rotas existentes e todo um conjunto de dados a eles associados como a distância dos percursos, os níveis de dificuldade e as características do terreno. Para além da possível partilha com as populares redes sociais – um mecanismo privilegiado de divulgação – será ainda possível interagir com *QR codes* em diferentes pontos que darão acesso a mais conteúdos interativos de interesse.

**OE 5: Investir na cadeia de valor da energia enquanto vantagem competitiva do território****► Medida 5.1. Incremento da eficiência energética nos equipamentos e infraestruturas públicas**

► No seguimento das indicações e diretivas europeias relativas à sustentabilidade, o Alto Tâmega adotará um conjunto de ações que terão como objetivo aumentar a eficiência energética dos equipamentos e infraestruturas públicas. A título de exemplo, poderão ser implementadas medidas ao nível da iluminação pública, do aquecimento dos edifícios e do seu isolamento térmico, de substituição de equipamentos, de adoção de mecanismos de monitorização de consumos, entre outros. Para além de reforçar a vertente ecológica e sustentável do território, a adoção destas iniciativas contribuirá para a redução das despesas energéticas através da redução do consumo.

**► Medida 5.2. Incremento da eficiência energética nos equipamentos sociais**

► A redução nos custos do consumo energético será também promovida ao nível dos equipamentos públicos sociais. Ao incentivar a substituição de equipamentos e ao reforçar a qualidade das estruturas com impacto na eficiência energética dos edifícios de carácter social, estará a contribuir-se, simultaneamente, para uma maior sustentabilidade ambiental e para a diminuição dos encargos com a energia para famílias socialmente mais fragilizadas, contribuindo ainda para aumentar o seu conforto.

**► Medida 5.3. Incentivos à microprodução energética**

► Para além da capacidade produtiva energética do Alto Tâmega através das grandes hídricas, das pequenas centrais hidrelétricas e de fontes eólicas, o território pode igualmente beneficiar de um incentivo ao nível dos cidadãos à microprodução de energia. Nesse sentido, poderão ser prestados auxílios ou incentivos fiscais à aquisição de painéis solares e de equipamentos para o aproveitamento da energia geotérmica. Esta medida, para além de promover a diminuição dos custos energéticos para os cidadãos abrangidos, contribuirá para a geração de energia a partir de fontes limpas e renováveis, reduzindo ainda a necessidade energética da região.

► **Medida 5.4. Sensibilização para questões de eficiência energética e de racionalização dos consumos**

► A divulgação do conhecimento acerca das vantagens inerentes às práticas de eficiência energética e racionalização dos consumos deve ser incentivada através de ações que a concretizem, como, por exemplo, através de formações pontuais, workshops e campanhas publicitárias de sensibilização adequadas a diferentes audiências – podem ser introduzidas em contexto escolar, no âmbito das atividades das universidades sénior ou para a população em geral através de distribuição de brochuras e outdoors.

**OE 6. Reforçar a proteção e o uso eficiente da água ao longo da sua cadeia de valor**

► **Medida 6.1 – Criação de um centro de investigação transdisciplinar de excelência dedicado à água**

► Criação de um “Campus da água” que assuma o papel de centro de investigação transdisciplinar de excelência dedicado à água. Este campus deverá assumir 3 vertentes fundamentais de atuação: investigação, transferência de conhecimento para as empresas e formação profissional. Atendendo à temática da água, serão particularmente focadas áreas como o termalismo ou as aplicações da água na agricultura. Deverão ser estabelecidas relações de colaboração com entidades do sistema científico e tecnológico, merecendo referência o potencial de colaboração com o “Campus da Água” da Universidade de Vigo, em Ourense.

► **Medida 6.2 – Criação do Museu Regional da Água**

► O museu regional da água terá um papel estruturante na visibilidade externa do Alto Tâmega como região cujo elemento diferenciador é a água. Assim, o museu deve considerar as suas diferentes valências, destacando o termalismo, a produção de energia, a agricultura, ou o seu valor no ambiente. O museu deverá considerar polos nos diferentes municípios, onde se evidenciará o valor da água em cada um deles. Deste modo, articulados por uma rota que percorre o Alto Tâmega em proximidade com barragens, rios, cascatas, termas, fontes, etc. o Museu Regional da Água assumir-se-á como verdadeiro “museu-território”.

► **Medida 6.3 – Consolidação da valorização do potencial termal do território**

► Desenvolvimento de um plano de ação específico para a promoção da oferta termal existente, a nível

nacional e internacional. Deverão ser concebidas estratégias e definidos planos de ação conjuntos que mobilizem os diferentes atores, podendo envolver intervenções de capacitação e até requalificação de património. A promoção externa deverá ser focalizada, aumentando o reconhecimento externo da região e a sua associação ao termalismo. Para tal, deverá ser feito um estudo cuidadoso dos mercados alvo (ex. Norte da Europa) no sentido de focalizar as ações e otimizar o uso de recursos.

#### ► Medida 6.4 – Qualificação e monitorização da rede de saneamento

► Assumindo a água como elemento diferenciador, importa assegurar a sua qualidade de forma transversal em todo o território do Alto Tâmega. Nesse sentido esta medida contempla a qualificação da rede de saneamento e a implementação de sistemas que permitam a monitorização a qualidade da água de uma forma abrangente.

#### ► Medida 6.5 – Valorização e requalificação das linhas de água

► A variedade de linhas de água existentes no Alto Tâmega justifica a elaboração de um plano estratégico que valorize e requalifique estes cursos de água, assim como os sistemas a eles associados (nomeadamente os de rega). Essa requalificação pode incluir a limpeza de margens e leitos das linhas de água e outras intervenções que contribuam igualmente para melhorar a qualidade deste recurso, ao mesmo tempo que incrementa a prevenção e proteção contra riscos naturais, como as inundações.

#### 4.4. EE3. Promover a coesão e inclusão sociais através da valorização e fortalecimento da resiliência da população local

**OE7: Apoiar a qualificação dos recursos humanos, fomentando o ajustamento das ofertas formativas às características territoriais e demográficas**

##### ► Medida 7.1. Criação de uma Escola Profissional Agrícola no Alto Tâmega

► Criação de uma infraestrutura educacional voltada para a formação profissional associada à cadeia de valor da agropecuária (cultivo, produção, colheita, pós-colheita, reprodução, abate, etc.), com uma forte vertente prática (larga utilização de quintas experimentais) e potencialmente centrada em produtos endógenos relevantes para o Alto Tâmega (mel, azeite, castanha, batata, fumeiro, entre outros).

##### ► Medida 7.2. Criação de uma Escola Tecnológica do Alto Tâmega

► Criação de uma infraestrutura educacional voltada para a formação tecnológica, com uma oferta de Cursos de Especialização Tecnológica (ISCED nível 4), organizada em função das necessidades do mercado do trabalho.

##### ► Medida 7.3. Parcerias para sistemas duais de aprendizagem no Alto Tâmega

► Celebração de acordos de cooperação com empresas industriais, agro-industriais e cooperativas do Alto Tâmega, permitindo a introdução de métodos de ensino/aprendizagem em duplo contexto de sala de aula e de ambiente de trabalho, utilizando-se as instalações, infraestruturas, máquinas e equipamentos das empresas parceiras para a componente prática.

##### ► Medida 7.4. Programa de Parcerias Estratégicas e Mobilidade para o Ensino Secundário

► Promoção do envolvimento das Escolas Secundárias do Alto Tâmega no Programa Erasmus +, principalmente nas iniciativas de Parcerias Estratégicas (ação 2) e de Mobilidade (ação 1), voltadas para o desenvolvimento de projetos conjuntos (principalmente de âmbito tecnológico e profissionalizante) e para o intercâmbio de experiência e de pessoal (discente ou docente), incluindo a possibilidade de capitalização de iniciativas implementadas com sucesso no Programa anterior (Comenius).

#### ► Medida 7.5. Programa de Alianças de Competências Setoriais

► Criação de parcerias entre instituições de ensino e formação profissional, empresas e autoridades públicas/decisores políticos, que permitam a criação e a implantação de programas de formação profissional e metodologias de ensino e formação adequadas às necessidades específicas do mercado de trabalho e da estrutura económica do Alto Tâmega, potencialmente centrada em temas como a água, a agropecuária, o turismo, a gerontologia, o envelhecimento ativo e saudável, entre outros).

#### ► Medida 7.6. Estruturação da Rede Intermunicipal de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências

► Articulação e funcionamento em rede dos Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) do Alto Tâmega, privilegiando a implementação de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas em contextos informais e não formais de aprendizagem, sobretudo junto de grupos sociais vulneráveis e/ou em risco de exclusão social – como desempregados de longa duração, trabalhadores pouco qualificados (empregados ou desempregados), jovens que não estudam nem trabalham, entre outros.

### OE8: Fortalecer os serviços sociais de proximidade às comunidades locais, facilitando o seu acesso e o seu funcionamento em rede

#### ► Medida 8.1. Criação de task forces de intervenção social multidisciplinar

► Criação de equipas de acompanhamento de grupos socialmente vulneráveis – principalmente idosos carenciados, crianças em situação de pobreza, desempregados de longa duração – que integrem variadas valências e competências (médico de família, psiquiatra/psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, técnico de emprego, etc.), que combinem métodos presenciais e virtuais (online) de intervenção junto do público-alvo e que promovam um acompanhamento personalizado, de carácter preventivo ou paliativo, adequado às reais necessidades da pessoa em causa.

### ► Medida 8.2. Criação de one stop shops sociais

► Estabelecimento de “balcões únicos” que integrem valências de diferentes serviços sociais de interesse geral – tais como IEFP, Segurança Social, assistência social e habitação social, por exemplo – e que, assente numa lógica de simplificação de procedimentos e de desmaterialização dos processos – promova uma resposta social mais eficaz e efetiva a grupos socialmente vulneráveis (idosos, principalmente os carenciados; desempregados, em especial os de longa duração; crianças e jovens, particularmente as que padecem de capacidades físicas e/ou mentais reduzidas, famílias de acolhimento, etc.).

### ► Medida 8.3. Estruturação e capacitação da Rede Intermunicipal de cuidadores formais e informais

► Criação de uma rede de profissionais prestadores de cuidados prolongados de saúde no Alto Tâmega e desenvolvimento e implementação de oferta formativa adequada para estes profissionais, com particular incidência em temáticas como senior-sitting, cuidados paliativos, gerontologia, medicina preventiva e reabilitativa. Esta rede integrará e será estendida a pessoas que prestam cuidados a familiares idosos, disponibilizando-lhes igualmente a oferta formativa e o acesso a ferramentas de assistência remota (conforme a próxima medida).

### ► Medida 8.4. Programa Intermunicipal de Assistência Remota

► Disseminação em larga escala no Alto Tâmega de instrumentos de telemedicina e teleassistência a idosos, em articulação com as Unidades de Saúde Familiar, Unidades de Cuidados na Comunidade e Extensões de Saúde, que permita alertar os profissionais de saúde em caso de riscos ou acidentes com a população sénior (quedas, incêndios acidentais, etc.), orientar remotamente familiares e vizinhos em casos urgentes e prestar assistência on demand.

### ► Medida 8.5. Implantação da Rede de Cidades Amigas dos Idosos no Alto Tâmega

► Adequação de infraestruturas e equipamentos das cidades e vilas do Alto Tâmega aos requisitos da Organização Mundial da Saúde (OMS) para que sejam formalmente reconhecidas como Cidades e Vilas Amigas dos Idosos e passem a integrar oficialmente esta rede internacional. A checklist da OMS inclui aspetos como acessibilidade da população sénior a prédios públicos, acesso a valências como transporte, habitação e saúde, participação cívica e apoio comunitário, nível de emprego e de inclusão social, entre outros.

#### ► Medida 8.6. Criação do Conselho Económico e Social Intermunicipal e do Provedor Intermunicipal

► Estabelecimento de um mecanismo permanente e institucionalizado de diálogo entre entidades públicas (CIM-AT e Câmaras Municipais) e diferentes entidades representativas da sociedade civil (associações empresariais, cooperativas, Misericórdias, Centros Sociais, Culturais e Paroquiais, associações sociais, associações culturais e recreativas, etc.), que permita a participação ativa, construtiva e abrangente dos stakeholders na identificação de problemas, desafios e oportunidades para o território, bem como na proposição de estratégias e ações concretas para debelá-los (problemas), enfrentá-los (desafios) e aproveitá-las (oportunidades).

#### ► Medida 8.7. Programa de Voluntariado Jovem e Sénior

► Instituição de um mecanismo que estimule os jovens e as pessoas idosas a disporem gratuitamente do seu tempo para atividades de natureza socioeducativa, recreativa, lúdica ou desportiva, partilhando saberes, conhecimentos e competências com grupos sociais específicos, como pessoas com capacidades físicas e mentais reduzidas, crianças institucionalizadas, idosos em lares, idosos acamados ou em cuidados paliativos, etc. Este Programa poderá funcionar numa lógica de intercâmbio, nos moldes de um “banco de tempo”.

### OE9: Promover abordagens inovadoras na geração de emprego, nomeadamente emprego qualificado

#### ► Medida 9.1. Estruturação de um serviço intermunicipal de orientação profissional

► Articulação e funcionamento em rede dos serviços que, à escola local e municipal, direta ou indiretamente, auxiliem as pessoas na concretização da sua vocação profissional e na sua procura por emprego – desde o serviço de orientação vocacional proporcionado nas Escolas Secundárias até aos Gabinetes de Apoio ao Empreendedorismo nas Câmaras Municipais, incluindo também os Gabinetes de Inserção Profissional (GIP). Em conjunto, estes serviços deverão proporcionar uma resposta integrada às necessidades do público-alvo e acompanhar a sua evolução profissional ao longo das diferentes fases da vida (escolha do curso superior, profissional, tecnológico, etc.; procura pelo primeiro emprego; apoio ao desempregado; abertura do próprio negócio, etc.).

#### ► Medida 9.2. Criação de uma rede intermunicipal de mentores e tutores

► Estabelecimento de uma bolsa de profissionais com elevada reputação e grande experiência no mundo do trabalho, que disponibilizem, gratuitamente ou mediante contrapartida financeira, o seu tempo, conhecimento e competências em favor de pessoas que tenham uma ideia de negócio fundamentada e consolidada e que necessitem de orientação e acompanhamento na sua concretização. Poderá ser



**► Medida 9.2. Criação de uma rede intermunicipal de mentores e tutores**

atribuída preferência ao acompanhamento de projetos idealizados por grupos sociais específicos, como jovens qualificados, idosos e desempregados de longa duração, entre outros.

**► Medida 9.3. Estruturação de Alianças Intermunicipais de Empregadores**

► Fomento e formalização de parcerias estratégicas entre empregadores no Alto Tâmega, de modo a permitir a partilha de recursos humanos e dos custos laborais inerentes à sua contratação e manutenção, bem como a disponibilização mútua de recursos e capacidades, que permitam às empresas do território, de modo articulado e em colaboração, fazer frente a situações de sazonalidade, picos de produção, forças-tarefa (para o desenvolvimento de novos produtos, por exemplo).

**► Medida 9.4. Programa de Microfinanciamento à Economia Social**

► Criação de um mecanismo de concessão de micro empréstimos a pessoas singulares, microempresas, cooperativas sem fins lucrativos e diferentes tipologias de associações, que permitam o financiamento de atividades inovadoras do ponto de vista social, o desenvolvimento de novos projetos (e a consolidação dos já existentes) em empresas sociais e o estímulo ao empreendedorismo social.

**► Medida 9.5. Implantação de um sistema sustentável de aquisições públicas (procurement) no Alto Tâmega**

► Definição de parâmetros de referência e de critérios de seleção que sejam introduzidos em cadernos de encargos relacionados com concursos públicos da CIM-AT e das Câmaras Municipais do Alto Tâmega. Estes parâmetros e critérios deverão permitir uma avaliação holística e abrangente das propostas apresentadas, transcendendo a análise exclusivamente financeira e incorporando aspetos qualitativos relacionados com a chamada triple bottom line (impactos ambientais, sociais e económicos das atividades propostas pelas empresas/consórcios candidatos).

**► Medida 9.6. Criação de uma Rede Intermunicipal de Apoio ao Empreendedorismo de Base Local**

► Definição e implementação de uma rede articulada entre os diferentes serviços municipais de apoio ao empresário/empreendedor/empreendedorismo, que estimule o empreendedorismo de base local (associado aos recursos endógenos do Alto Tâmega) através de ações de sensibilização; que proveja orientação adequada ao potencial empreendedor, através da qualificação dos técnicos municipais e da sua intervenção e acompanhamento ativos e personalizados junto do empreendedor; e que facilite o seu acesso a oportunidades de financiamento, através do contato direto e privilegiado proporcionado junto de instituições financeiras e entidades de apoio ao empreendedorismo.

## 4.5. EE4. Reforçar a integração, a identidade regional e a cidadania

### OE10: Estimular a articulação de competências e a gestão partilhada de serviços públicos

#### ► Medida 10.1. Iniciativas-piloto de partilha de equipamentos culturais e desportivos

► Promoção da gestão inteligente de pavilhões gimnodesportivos, piscinas, campos de futebol, museus e teatros, entre outras tipologias, com o intuito de partilhar custos de manutenção e de rentabilizar a sua utilização e capacidade, facilitando o acesso integrado e amplo à população local, através de mecanismos como “bilhete único”, “voucher” ou “passaporte desportivo-cultural”..

#### ► Medida 10.2. Implantação de cuidados transfronteiriços de saúde

► Desenvolvimento e implantação de um modelo organizacional que facilite a cooperação, gestão conjunta e partilha de serviços e funcionalidades entre hospitais, centros hospitalares e unidades de cuidados de saúde em Portugal (Alto Tâmega) e Espanha (Ourense), concretizando a finalidade da Diretiva sobre Cuidados Transfronteiriços de Saúde (Diretiva 24/2011, internalizada em Portugal pela Lei 52/2014) através da definição de Zonas Organizadas de Acesso aos Cuidados Transfronteiriços, da partilha de serviços de emergência, do intercâmbio de médicos especialistas, entre outras iniciativas..

#### ► Medida 10.3. Programa de Intercâmbio e Mobilidade na Gestão Pública

► Criação de um mecanismo de estágios de curto prazo para funcionários públicos das Câmaras Municipais do Alto Tâmega e da CIM-AT em outros concelhos do território, da região Norte, do país e da União Europeia, com o objetivo de complementar a qualificação dos profissionais da administração pública e aperfeiçoar as suas competências através da partilha de experiências e conhecimentos com profissionais homólogos de outros locais.

**OE11: Estimular a articulação de competências e a gestão partilhada de serviços públicos****► Medida 11.1. Programa de Formação Avançada na Administração Pública**

► Estímulo à participação de funcionários autárquicos em cursos de formação (incluindo pós-graduação e MBA) orientados para temáticas relacionadas com a administração pública e estruturação de uma oferta formativa personalizada para as necessidades específicas do conjunto de funcionários públicos que atuam no Alto Tâmega, incluindo temáticas como: acesso a fundos comunitários e preparação de candidaturas; planeamento territorial; desenvolvimento regional sustentável; inglês e espanhol técnico, entre outras.

**► Medida 11.2. Implantação de serviços coletivos digitais e serviços públicos eletrónicos**

► Criação de balcões únicos eletrónicos de serviços, que centralizem a disponibilização de diferentes valências e funcionalidades para o cidadão através de uma plataforma única, contribuindo para a desmaterialização de processos e simplificação regulamentar de procedimentos, nos moldes do “balcão da empresa” ou de uma “loja do cidadão virtual”. Esta medida complementa-se com a institucionalização e disseminação do sistema de compras públicas eletrónicas na administração local.

**► Medida 11.3. Sistema de Gestão Estratégica Orientada para os Resultados na Administração Pública do Alto Tâmega**

► Desenvolvimento e implantação, na CIM-AT e nas Câmaras Municipais do Alto Tâmega, de um sistema de acompanhamento e avaliação do progresso da implementação das diferentes ações e projetos promovidos por estas entidades, que forneça informação útil aos decisores políticos quanto ao impacto real e concreto destas medidas e quanto à necessidade de readequar as estratégias que as enquadram no sentido de se obterem resultados mais efetivos e abrangentes.

---

**OE12: Fomentar a cooperação territorial estratégica e competitiva**


---

**► Medida 12.1. Programa de fomento a projetos de cooperação territorial**

► Estímulo ao envolvimento ativo e participação construtiva de entidades públicas, empresas e associações em projetos financiados no âmbito dos Programas Operacionais (PO) de Cooperação Territorial em que a região do Alto Tâmega é elegível, em particular no PO de Cooperação Transfronteiriça com Espanha (POCTEP), através da inserção em consórcios e parcerias e da coordenação e gestão de projetos..

**► Medida 12.2. Rede de parcerias estratégicas internacionais para a CIM-AT**

► Fomento da internacionalização da CIM-AT a nível europeu e consequente promoção externa do território do Alto Tâmega, através da celebração de acordos de cooperação, do intercâmbio de experiências e boas práticas e da partilha de informações e conhecimentos com outras regiões a nível europeu e, preferencialmente no contexto de projetos de Cooperação Territorial (transfronteiriça, transnacional ou inter-regional) e de Programas europeus especificamente orientados para esta finalidade, com o URBACT.

**► Medida 12.3. Benchmarking europeu em gestão pública**

► Recolha e análise de informação pertinente e relevante sobre boas práticas, casos de sucesso e exemplos inspiradores, existentes a nível europeu, em matéria de administração pública local, desenvolvimento regional, planeamento territorial, promoção e atração de investimentos, geração de emprego, entre outras temáticas. Esta análise pretende identificar lições aprendidas que possam ser replicadas no contexto do território do Alto Tâmega, podendo ser aprofundadas e complementadas com visitas de *benchmarking* e missões institucionais às regiões em estudo.

**► Medida 12.4. Estruturação jurídico-institucional da cooperação transfronteiriça Alto Tâmega/Ourense**

► Avaliação e proposição de modelos organizacionais formais que estimulem a cooperação entre entidades públicas e privadas da região do Alto Tâmega e da Província de Ourense, contemplando a hipótese de alargamento do atual Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) Chaves/Verín para todo o território transfronteiriço em causa ou a própria criação de um novo AECT.

## 4.6. EE5. Consolidar a coesão territorial e o sistema urbano

### OE13. Estruturar o sistema urbano, contribuindo para a consolidação de um polo estruturante regional

#### ► Medida 13.1. Promoção da regeneração urbana nos principais núcleos

- Promoção de ações materiais e imateriais de regeneração e revitalização urbana dos centros dos principais núcleos urbanos do Alto Tâmega, designadamente das sedes de concelho, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e o reforço das suas condições de atratividade.

#### ► Medida 13.2. Qualificação de equipamentos e atração de novas funções urbanas

- Qualificação e beneficiação de equipamentos e atração de novas funções urbanas (culturais, sociais, económicas, desportivas, ...) que permitam assegurar a diferenciação à escala regional e reforçar a capacidade de fixação e atração de população.

#### ► Medida 13.3. Desenvolvimento e teste de sistemas inteligentes para gestão do “ecossistema da cidade” em áreas como a energia, água, transportes ou telecomunicações

- Criação das condições que permitam aos cidadãos tomadas de decisão em tempo real sobre a utilização de bens e serviços prestados pelo ecossistema da cidade, através de redes inteligentes de energia, água, transportes e telecomunicações, fazendo do Alto Tâmega um território inteligente e um verdadeiro laboratório de experimentação de soluções inovadoras.

#### ► Medida 13.4. Criação de rede intermunicipal de apoio ao comércio local

- Criação de rede focada na criação de condições para que o comércio local propicie aos seus visitantes uma experiência completa, aprazível e confortável. A rede poderá focar aspetos relacionados com a promoção integrada e a realização de ações conjuntas, mas também aspetos relacionados com o apoio à modernização da gestão, a realização de compras conjuntas, ou a candidatura a programas de incentivo.

**OE14. Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território****► Medida 14.1. Valorização dos centros cívicos dos núcleos rurais**

► Valorização dos centros cívicos dos núcleos rurais, considerando aspetos de espaço público e do património edificado, promovendo a qualificação das vivências proporcionadas, tendo em atenção as necessidades específicas das populações locais.

**► Medida 14.2. Requalificação paisagística de antigas minas e pedreiras**

► Atendendo às características específicas do Alto Tâmega e à forte presença histórica da indústria extrativa, importa adotar medidas que permitam a requalificação paisagística de antigas minas e pedreiras, recuperando passivos ambientais significativos e contribuindo para a qualidade ambiental e paisagística do território.

**► Medida 14.3. Beneficiação de caminhos agrícolas e florestais**

► Beneficiação de caminhos agrícolas e florestais, considerando a limpeza e desmatização de terrenos e caminhos tendo em vista a melhoria de acessibilidades a terrenos agrícolas, a sua possível utilização turística e a ação preventiva dos fogos florestais.

**► Medida 14.4. Inventariação e qualificação do património**

► Atendendo ao seu papel identitário e na preservação da memória coletiva, esta medida relaciona-se com a inventariação do património do Alto Tâmega, dando particular atenção àquele de cariz vernacular como moinhos, fornos, fontes, tanques, relógios de sol, sistemas de rega... Esta inventariação deverá ser tendente à sua preservação, proteção e, onde necessário às obras de restauro e requalificação.

**► Medida 14.5. Criação de rede de praias fluviais e espaços de lazer qualificados.**

► Tirando partido da abundância do recurso “água” e da presença de rios e albufeiras no Alto Tâmega propõe-se a criação de uma rede de praias fluviais e espaços de lazer que inclua a qualificação de espaços existentes e a criação de novos, na criação de uma oferta diferenciada de qualidade reconhecida que possa ser apresentada e promovida externamente.

► **Medida 14.6. Articulação em rede das vias pedestres e cicláveis**

► Articulação em rede das vias pedestres e cicláveis do Alto Tâmega, tendo em vista o fomento da utilização de modos suaves de mobilidade e a atratividade turística do território. Naturalmente, esta medida terá uma forte componente de promoção da qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território do Alto Tâmega.

**OE15. Melhorar a mobilidade regional e garantir a acessibilidade e a conectividade**

► **Medida 15.1. Melhoria das ligações rodoviárias interconcelhias**

► Melhoria das ligações rodoviárias interconcelhias, que permitam uma ligação rápida e segura entre as sedes de concelho do Alto Tâmega, com particular destaque a ligação Chaves-Montalegre

► **Medida 15.2. Melhoria da rede rodoviária secundária**

► Melhoria da rede rodoviária secundária, na ligação das sedes de concelho às diferentes localidades subconcelhias. Esta medida inclui a melhoria das ligações às autoestradas da região, designadamente à A7e à A24 no sentido de facilitar a acessibilidade externa do Alto Tâmega, facilitando a integração do território em cadeias logísticas.

► **Medida 15.3. Elaboração de um plano de mobilidade à escala intermunicipal**

► Elaboração de um plano de mobilidade à escala intermunicipal, tendo em vista a criação de uma rede de transportes sub-regional otimizada e inteligente, que permita a integração de diferentes vertentes (incluindo o transporte escolar).

► **Medida 15.4. Reformulação das frotas de veículos**

► Reformulação das frotas de veículos (transportes públicos, frotas municipais, bombeiros, ...), tendo em vista à mobilidade sustentável e consequente diminuição das emissões de carbono. Será dada prioridade a veículos de baixas emissões como sendo elétricos, híbridos ou similares.

► **Medida 15.5. Introdução de sistemas inteligentes de gestão**

► Introdução de sistemas inteligentes de gestão da procura e de sistemas de informação, monitorização e controlo. Atendendo às características do Alto Tâmega será dada particular atenção aos mecanismos que permitam o acesso a transportes públicos pelas populações de zonas de baixa densidade populacional.

## 5. Alinhamento estratégico





## 5. ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

### 5.1. Introdução

A avaliação da coerência da estratégia proposta para o Alto Tâmega tomou como ponto de partida o processo de programação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)<sup>18</sup>, em particular dos fundos que executam, do ponto de vista financeiro, a política europeia de coesão.<sup>19</sup>

No contexto da Estratégia Europa 2020 – documento do qual emana as premissas estratégicas fundamentais para a programação dos FEEI – e dos seus desdobramentos, em particular do Quadro Estratégico Comum, foram definidos um conjunto de 11 Objetivos Temáticos (OT) e um portfólio de Prioridades de Investimento (PI) associadas a cada um destes OT. Estes OT, que direta ou indiretamente refletem as três vertentes do crescimento propugnado pela Estratégia Europa 2020 – inteligente, sustentável e inclusivo – constituem a pedra angular de programação estratégica e financeira para aplicação dos FEEI a nível local/regional, nacional e europeu.

Em outras palavras, todo e qualquer Programa Operacional (PO) – seja ele regional, temático/nacional ou de cooperação territorial – deverá selecionar um conjunto de OT e de PI, estruturando-os sob a forma de Eixos Prioritários (EP) e Objetivos Específicos (OE) que, por sua vez, irão orientar os investimentos e projetos a apoiar no contexto da aplicação dos FEEI.

Neste contexto, o processo de alinhamento da estratégia propugnada para o Alto Tâmega com as estratégias regionais, nacionais e europeias iniciou-se com a identificação dos OT e respetivas PI mais relevantes para cada um dos 5 eixos estratégicos propostos. Este processo de identificação levou em consideração as nuances e especificidades, ao nível das PI, existentes para cada um dos FEEI da política europeia de coesão / FEDER, FSE e FC.

A partir desta seleção, foram então analisados os diferentes PO – a nível regional, nacional e europeu – que contemplam o Alto Tâmega como região elegível, identificando-se possíveis enquadramentos e pontos comuns entre os eixos estratégicos e os OT e PI (conforme o tratamento dado ao nível dos EP e respetivos OE). Neste contexto, foram analisados os seguintes documentos

*A nível regional:*

- ◆ Programa Operacional Regional do Norte “Norte 2020”

*A nível nacional:*

- ◆ Programa Operacional de Competitividade e Internacionalização (POCI)
- ◆ Programa Operacional de Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos (PO SEUR)
- ◆ Programa Operacional de Capital Humano (POCH)
- ◆ Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (POISE)

<sup>18</sup> Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER); Fundo Social Europeu (FSE); Fundo de Coesão (FC); Fundo Europeu Agrícola e de Desenvolvimento Rural (FEADER); Fundo Europeu para os Assuntos Marítimos e Pescas (FEAMP).

<sup>19</sup> FEDER, FSE e FC.

*A nível europeu:*

- ♦ Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha/Portugal (POCTEP)
- ♦ Programa Operacional de Cooperação Transnacional do Espaço do Sudoeste Europeu (SUDOE)
- ♦ Programa Operacional do Espaço Atlântico (Espaço Atlântico)

## 5.2. EE1. Dinamizar a base económica local num contexto de especialização inteligente

Este eixo estratégico reflete a vertente inteligente do crescimento proposto pela Estratégia Europa 2020. Neste contexto, encontra-se plenamente alinhado com os seguintes OT:

- ♦ **OT1** - Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação;
- ♦ **OT3** - Reforço da competitividade das PME;
- ♦ **OT8** - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores;

A partir deste alinhamento genérico com estes 3 OT, é possível identificar as PI específicas, ao nível do FEDER e FSE, com as quais este eixo estratégico encontra-se alinhado. A tabela apresentada a seguir sintetiza esta identificação e consequente alinhamento:

Objetivo Temático	Prioridade FEDER	Prioridade FSE	Breve justificativa do alinhamento com o eixo estratégico
OT 1	PI 1.1 - O reforço da infraestrutura de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu.		Criação de infraestruturas de promoção da IDI no território do Alto Tâmega (Centros Tecnológicos, Centros de Competências).
	PI 1.2 - promoção do investimento das empresas na I&D, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de investigação e desenvolvimento e o setor do ensino superior, em especial a promoção do investimento no desenvolvimento de produtos e serviços, na transferência de tecnologia, na inovação social, na ecoinovação, em aplicações de interesse público, no estímulo da procura, em redes, clusters e na inovação aberta através de especialização inteligente, e o apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas-piloto, ações de validação precoce dos produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção, em especial no que toca às tecnologias facilitadoras essenciais, e à difusão de tecnologias de interesse geral.		Necessidade de envolver as empresas do Alto Tâmega nos processos de inovação, fortalecendo as relações de cooperação entre estas e o sistema científico e tecnológico, promovendo o investimento empresarial em IDI e a transferência de tecnologia e conhecimento para o contexto empresarial.  Aperfeiçoamento da organização produtiva, assente em práticas colaborativas e de rede (clusterização, por exemplo) e orientada para setores de potencial estratégico no território do Alto Tâmega (água, turismo, energia, agricultura), numa lógica de especialização inteligente.
OT 3	PI 3.1 - A promoção do espírito empresarial, nomeadamente facilitando a exploração económica de ideias novas e incentivando a criação de novas empresas, designadamente através de viveiros de empresas.		Fortalecimento do dinamismo económico no Alto Tâmega, através do apoio ao empreendedorismo e a empresas nascentes e às estruturas de suporte ao desenvolvimento destes novos negócios (como incubadoras).

Objetivo Temático	Prioridade FEDER	Prioridade FSE	Breve justificativa do alinhamento com o eixo estratégico
	<p>PI 3.2 - O desenvolvimento e a aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização.</p> <hr/> <p>PI 3.3 - A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços.</p>		<p>Fomento da internacionalização da economia do Alto Tâmega (em particular no contexto transfronteiriço), promovendo a cooperação interempresarial como instrumento para a redução de custos de contexto, conhecimento e abordagem de novos mercados.</p> <hr/> <p>Promoção da ligação entre inovação e competitividade, estimulando o desenvolvimento de produtos e serviços (rentabilizando o potencial endógeno) que proporcionem uma maior e melhor integração das empresas do Alto Tâmega nas cadeias de valor a nível nacional e internacional.</p>
OT 8	<p>PI 8.2 - A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade.</p> <hr/>	<p>PI 8.3 - Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras.</p> <hr/> <p>PI 8.5 - Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança.</p>	<p>Promoção do empreendedorismo, assente em abordagens inovadoras e, principalmente, na maximização do aproveitamento dos recursos locais e do potencial endógeno do Alto Tâmega.</p> <hr/> <p>Contribuição para o dinamismo económico do Alto Tâmega, aperfeiçoando a resiliência das empresas ao mercado, profissionalizando a gestão e fomentando a competitividade, coopetição e internacionalização.</p>
OT9	<p>PI 9.4 - Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária</p>	<p>PI 9.6 - Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária.</p>	<p>Fomento do desenvolvimento económico e empresarial a partir do potencial endógeno e dos recursos locais do território do Alto Tâmega.</p>

Esta tabela reflete aquilo que constitui o alinhamento mais direto, relevante e imediato entre o eixo estratégico para o crescimento inclusivo do Alto Tâmega e as prioridades de investimento selecionadas a nível regional, nacional e europeu. Portanto, existem outros possíveis alinhamentos, de natureza secundária e incidental que, por uma questão de foco, não são explicitamente abordados nesta seção.<sup>20</sup>

### 5.2.1. Norte 2020

Atendendo aos OT e PI identificados anteriormente, o eixo estratégico para o crescimento inteligente do Alto Tâmega encontra-se alinhado com 4 Eixos Prioritários (EP) do Programa Operacional Regional do Norte entre 2014 e 2020 (Norte 2020), identificados a seguir:

- **EP 1: Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (OT1)**
- **EP 2: Competitividade das Pequenas e Médias Empresas (OT3)**
- **EP 6: Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores (OT8)**
- **EP 7: Inclusão Social e Pobreza (OT9)**

Genericamente, é possível estabelecer a seguinte correlação entre os objetivos estratégicos propostos para o crescimento inteligente do Alto Tâmega e estes EP. Nesse sentido, denota-se uma ligação primordial com o EP 1 (para o primeiro e segundo objetivos estratégicos) e com o EP 2 (para o segundo e terceiro objetivos), havendo igualmente um alinhamento subsidiário com os EP 6 e EP 7 para o primeiro e terceiro objetivos estratégicos, em virtude da forte componente de territorialização que ambos propugnam:

Objetivo estratégico	Alinhamento com EP
Promover a inovação empresarial e a investigação orientada para a valorização dos produtos e recursos endógenos	EP 1 + (EP 6 + EP 7)
Contribuir para a organização de setores específicos numa lógica de criação de fileiras e de reforço das relações de cluster;	EP 2 + EPI 1
Promover o empreendedorismo tendo em vista a maximização do aproveitamento dos recursos locais	EP 2 + (EP 6 + EP 7)

Considerando-se o primeiro objetivo estratégico proposto, identifica-se um alinhamento direto e imediato com os objetivos específicos (OE) do EP 1 que estimulam a cooperação/funcionamento em rede na promoção da IDI, por um lado e, por outro, a participação das empresas em processos e investimentos de IDI:

<sup>20</sup> Um exemplo concreto refere-se às PI relacionadas à promoção do empreendedorismo social, das empresas sociais e da economia social no âmbito do OT 8 – PI 8.3 (FSE) e PI 8.1 e 8.2 (FEDER) – e do OT 9 – PI 9.5 (FSE) e PI 9.3 (FEDER).

**OE 3 (PI FEDER 1.1)** - Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo uma maior eficácia no Sistema Regional de Inovação e a criação de valor.

**OE 1 (PI FEDER 1.2)** - Aumentar o investimento empresarial em I&D, reforçando a ligação entre as empresas e as entidades regionais do SCT e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada na inovação.

**OE 2 (PI FEDER 1.2)** - Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação que visem o reforço da inovação e da internacionalização de empresas e cadeias de valor, promovendo a especialização inteligente regional.

**OE 3 (PI FEDER 1.2)** - Aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, promovendo o aumento da produção transacionável e internacionalizável e a progressão na cadeia de valor.

Entre as tipologias de ação previstas para a consecução de cada um destes OE e que são relevantes para a materialização do objetivo estratégico proposto, destacam-se:

- ◆ Fomento do investimento em IDI orientado para os domínios prioritários da especialização inteligente;
- ◆ Promoção de centros regionais de competência de interesse estratégico;
- ◆ Fomento da cooperação entre empresas e instituições do sistema científico e tecnológico (e de redes e cooperação em inovação de um modo geral), a nível nacional e internacional, com o intuito de estimular o investimento empresarial em IDI, acrescentar valor e conhecimento à produção, melhorar o desempenho em inovação e explorar o potencial de internacionalização das empresas;
- ◆ Estimular a inovação nas empresas, aumentando a produção de bens transacionáveis e com potencial de internacionalização, contribuindo para a progressão na cadeia de valor e à inserção das empresas locais nessas mesmas cadeias;
- ◆ Capacitação das empresas na área da inovação, incluindo a criação e dinamização de redes de inovação, a sensibilização e difusão de informação, em particular associada aos domínios prioritários da especialização inteligente.

Além disso, em virtude da componente de valorização dos produtos e recursos endógenos, este primeiro objetivo estratégico consubstancia a finalidade dos seguintes OE dos EP 6 e EP 7:

**EP 6 - OE 1 (PI FEDER 8.2)** – Assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, através da dinamização de estratégias específicas de promoção da competitividade territorial.

**EP 7 – OE 1 (PI FSE 9.6)** - Dinamizar a criação de estratégias de desenvolvimento socioeconómico de base local lideradas pelas respetivas comunidades.

No contexto de ambos os OE privilegia-se – em consonância com primeiro objetivo estratégico para o crescimento inteligente do Alto Tâmega – a valorização e gestão de sistemas produtivos locais, incluindo a aplicação de processos de certificação e inovação social e tecnológica e a qualificação e promoção da inovação no desenvolvimento de produtos do setor primário.

Já o segundo objetivo estratégico para o crescimento inteligente do Alto Tâmega – organização setorial numa lógica de fileiras e de clusterização – encontra-se fundamentalmente alinhado com os seguintes OE do EP 2 e EP 1 do Norte 2020:

**EP 1 - OE 3 (PI FEDER 1.1)** - Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo uma maior eficácia no Sistema Regional de Inovação e a criação de valor.

**EP 1 - OE 1 (PI FEDER 1.2)** - Aumentar o investimento empresarial em I& D& I, reforçando a ligação entre as empresas e as entidades regionais do SCT e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada na inovação.

**EP 2 - OE 1 (PI FEDER 3.2)** –Reforçar a capacitação empresarial necessária ao desenvolvimento de novos modelos de negócios e de novos modelos empresariais, bem como à aposta na internacionalização, visando-se assim o aumento da competitividade das empresas, com impacto positivo nas exportações e a visibilidade da Região do Norte enquanto região NUTS II com maior orientação exportadora do país.

**EP 2 – OE 1 (PI FEDER 3.3)** - Reforçar a capacitação empresarial das PME da Região do Norte para o desenvolvimento de produtos e serviços.

As principais tipologias de ação associadas a estes OE e, alinhadas com o propósito do segundo objetivo estratégico para o crescimento inteligente do Alto Tâmega, contemplam fundamentalmente a vertente de modelos organizacionais e de formas colaborativas entre as empresas, entre instituições do sistema científico e tecnológico e entre estas e aquelas, destacando-se as seguintes:

- ♦ Interação e transferência de conhecimento, através da inserção em redes internacionais e nacionais de conhecimento e de clusterização relacionadas a domínios de especialização inteligente;
- ♦ Clusterização da inovação, em domínios de especialização inteligente, fomentando a eficiência e eficácia da capacidade competitiva internacional das empresas;
- ♦ Cooperação empresarial e desenvolvimento de projetos conjuntos na área de acesso a mercados, incluindo a participação e inserção em redes internacionais, processos colaborativos de internacionalização, cooperação interempresarial para o desenvolvimento e aplicação de novos modelos de negócio;
- ♦ Ações coletivas e projetos conjuntos para desenvolvimento de produtos e serviços e para a assistência empresarial.

De modo subsidiário, este segundo objetivo estratégico também atende ao propósito do EP 6, em particular do seu OE 1 (Assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, através da dinamização de estratégias territoriais específicas), ao propugnar por modalidades colaborativas de produção local, incluindo o desenvolvimento cooperativo e a mutualização de equipamentos.



Finalmente, o terceiro objetivo estratégico para o crescimento inteligente do Alto Tâmega – promoção do empreendedorismo e maximização do aproveitamento dos recursos locais – enquadra-se de modo transversal nos EP 2, EP 6 e EP 7, ao alinhar-se com as distintas PI que tratam da temática do empreendedorismo e da valorização dos recursos locais, materializadas nos seguintes OE:

**EP 2 - OE 1 (PI FEDER 3.1)** - Promover o empreendedorismo qualificado e criativo.

**EP 6 - OE 1 (PI FSE 8.3)** - Incentivar a criação de emprego por conta própria e de empresas por desempregados e outras pessoas desfavorecidas ou inativas

**EP 6 - OE 1 (PI FEDER 8.2)** – Assegurar a valorização económica de recursos endógenos em espaços de baixa densidade, através da dinamização de estratégias territoriais específicas.

**EP 7 - OE 1 (PI FSE 9.6)** – Dinamizar a criação de estratégias de desenvolvimento socioeconómico de base local lideradas pelas respetivas comunidades.

**EP 7 - OE 1 (PI FEDER 9.4)** – Dinamizar a criação de estratégias de desenvolvimento socioeconómico de base local lideradas pelas respetivas comunidades.

No contexto destes OE, destacam-se as seguintes tipologias de ação relevantes para a consecução do terceiro objetivo estratégico para o crescimento inteligente do Alto Tâmega:

- ◆ Criação e dinamização de redes de infraestruturas de suporte ao empreendedorismo, tais como incubadoras e áreas de acolhimento empresarial;
- ◆ Criação e desenvolvimento de *start-ups* e *spin offs*;
- ◆ Apoio direto a empreendedores/empresas nascentes em domínios de especialização inteligente;
- ◆ Utilização do sistema de microcrédito para fomento do empreendedorismo e criação do próprio emprego;
- ◆ Valorização dos sistemas produtivos locais;
- ◆ Valorização de atividades económicas específicas, relacionadas à promoção da competitividade do território, tais como agricultura, artesanato e turismo.

### 5.2.2. PO Temáticos

Atendendo às temáticas fundamentais abrangidas pelo eixo estratégico de crescimento inteligente do Alto Tâmega – inovação, competitividade empresarial, internacionalização, clusterização, empreendedorismo, aproveitamento dos recursos locais, entre outros – e aos OT a elas associadas (OT 1, OT 3, OT 8 e OT 9), verifica-se que este eixo encontra-se alinhado principalmente com o **PO Competitividade e Internacionalização (POCI)**<sup>21</sup>.

No âmbito do POCI, o eixo estratégico para o crescimento inteligente do Alto Tâmega alinha-se com os 3 primeiros EP e respetivos OE, refletindo o alinhamento existente com a estratégia regional (Norte 2020)<sup>22</sup>.

<sup>21</sup> Conforme versão de trabalho do PO de agosto de 2014.

<sup>22</sup> A exceção refere-se ao OE 6, orientado para aumentar o investimento empresarial em atividades inovadoras, que, no contexto do POCI, destina-se exclusivamente a grandes empresas.

**EP 1** – Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação (OT 1).

**OE 3** – Reforçar a transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial, promovendo uma maior eficácia no Sistema de I&I e a criação de valor (PI FEDER 1.1).

**OE 4** - Aumentar o investimento empresarial em I&I, reforçando a ligação entre as empresas e as restantes entidades do Sistema de I&I e promovendo o aumento das atividades económicas intensivas em conhecimento e a criação de valor baseada na inovação (PI FEDER 1.2).

**OE 5** - Reforçar as redes e outras formas de parceria e cooperação, que visem a inovação e a internacionalização de empresas e das cadeias de valor (PI FEDER 1.2).

Em termos de tipologias de ação contempladas pelo POCTI neste EP 1 e que sejam relevantes para a consecução do objetivo estratégico para o crescimento inteligente do Alto Tâmega, destacam-se, na vertente do fomento da participação empresarial em processos de inovação (mais diretamente relacionado aos OE 3 e OE 4):

- ◆ Disseminação de conhecimento junto do tecido económico, reforçando ações de divulgação, atividades de rede ou de promoção nacional e internacional e de *benchmarking* de desenvolvimento tecnológico;
- ◆ Desenvolvimento de novos produtos e serviços, em especial em atividades de maior intensidade tecnológica e de conhecimento;
- ◆ Projetos empresariais de IDI que procuram reforçar a produtividade, competitividade e internacionalização das empresas.
- ◆ Já na vertente das redes, parceria e cooperação, verifica-se um conjunto mais abrangente de tipologias de ação em linha com as medidas propostas no eixo estratégico para o crescimento inteligente do Alto Tâmega, com particular relevo para as iniciativas relacionadas à clusterização e à sua aplicação à inovação:
- ◆ Reforço das iniciativas de clusterização e da sua eficácia e eficiência em termos de inovação e capacidade competitiva internacional, com a finalidade de aumentar a eficiência coletiva e o aumento de escala das empresas, incluindo ações de capacitação, ações de internacionalização de cadeias de valor/fileiras alvo, ações de disseminação de conhecimento e transferência de tecnologia;
- ◆ Reforço da inserção de clusters em redes internacionais de conhecimento e colaboração com entidades congéneres, incluindo a inserção em plataformas internacionais de conhecimento e inovação, participação em iniciativas europeias de colaboração e troca de experiências entre Estados-membro sobre clusterização e plataformas tecnológicas;
- ◆ Reforço das ações estruturantes e demonstradoras em domínios inovadores no âmbito das cadeias de valor/ fileiras alvo da clusterização.

**EP 2** – Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto (OT 3)

**OE 1** – Promover o empreendedorismo qualificado e criativo (PI FEDER 3.1).

**OE 2** – Reforçar a capacitação empresarial para a Internacionalização, promovendo o aumento das exportações e a visibilidade internacional de Portugal (PI FEDER 3.2).

**OE 3** – Reforçar a capacitação empresarial das PME para o desenvolvimento de bens e serviços (PI FEDER 3.3).

No contexto do EP 2 destacam-se as seguintes tipologias de ação relevantes para a consecução do eixo estratégico para o crescimento inteligente do Alto Tâmega:

- ◆ Reforço das redes de suporte e apoio aos empreendedores e aos processos de internacionalização, incluindo apoio técnico especializado e criação de capacidades;
- ◆ Desenvolvimento da capacidade de gestão e expansão do ecossistema do empreendedorismo;
- ◆ Desenvolvimento de estratégias de inovação e crescimento em empresas nascentes, através do envolvimento de redes de *Business Angels*;
- ◆ Iniciativas de tutoria/*coaching* para empresas nascentes;
- ◆ Reforço da cooperação interempresarial e de processos colaborativos, incluindo a coopetição, visando o aumento de escala e a partilha de conhecimento e de capacitação nos domínios da internacionalização e do desenvolvimento de novos produtos e serviços orientados para os setores prioritários de especialização inteligente;
- ◆ Reforço das capacidades estratégicas e de gestão competitiva da empresa, incluindo a profissionalização da sua gestão;
- ◆ Estímulo ao investimento em redes modernas de distribuição e colocação de bens e serviços.

**EP 3** – Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego (OT8)

**OE 1** - Intensificar a formação dos empresários e gestores para a reorganização e melhoria das capacidades de gestão, assim como dos trabalhadores das empresas (PI FSE 8.5)

No contexto deste EP, destacam-se as seguintes tipologias de ação com relevância para o eixo estratégico para o crescimento inteligente do Alto Tâmega:

- ◆ Promoção de ações de dinamização e sensibilização para a mudança e intercâmbio de boas práticas;
- ◆ Iniciativas de *coaching* e de formação-ação.

**5.2.3. PO Cooperação Territorial**

Os PO de Cooperação Territorial – sejam de natureza transfronteiriça ou transnacional – que abrangem o território do Alto Tâmega – POCTEP, SUDOE e Espaço Atlântico – enquadram todos os objetivos estratégicos propostos para o crescimento inteligente do território. De modo transversal, todos focam primordialmente nas questões relacionadas à inovação e competitividade de empresas e, de modo

incidental, nas temáticas de internacionalização e empreendedorismo, abrangendo somente os OT 1 e OT3.

### **POCTEP**

Este eixo estratégico do Alto Tâmega – Dinamização da base económica local num contexto de especialização inteligente – coaduna-se com os seguintes EP e OE do POCTEP:

**EP 1** – Crescimento inteligente através da cooperação transfronteiriça para a promoção da Inovação

**OE 1.A** - Melhorar a excelência científica do Espaço de Cooperação transfronteiriço nas linhas de investigação com potencial para serem competitivas internacionalmente (PI FEDER 1.1).

**OE 1.B** - Melhorar a participação do tecido empresarial nos processos de inovação e na realização de atividades de I&D+i mais próximas do mercado (PI FEDER 1.2).

**EP 2** – Crescimento inclusivo através da cooperação transfronteiriça para a competitividade empresarial

**OE 3.A** - Melhorar as condições necessárias e propícias para o surgimento de novas iniciativas empresariais. (PI FEDER 3.1).

**OE 3.B** - Promover a competitividade nos setores em que o Espaço de Cooperação apresente vantagens competitivas. (PI FEDER 3.2)

No contexto do primeiro EP, ressalta-se a importância da inovação em regiões menos desenvolvida ou com um perfil inovador mais moderado (como é o caso do Alto Tâmega), fomentando-se, neste contexto, a partilha de equipamentos, o financiamento conjunto de infraestruturas de IDI e a facilitação do acesso ao conhecimento, reduzindo-se os riscos de *lock-in*. No âmbito deste EP, destacam-se, entre outras tipologias de ação aplicáveis e relevantes para o contexto do Alto Tâmega, as seguintes:

- ◆ Promoção das capacidades de IDI para a resolução das necessidades dos setores económicos tradicionais que dominam o tecido produtivo do espaço, com o objetivo de melhorar a competitividade dos mesmos;
- ◆ Promoção de áreas de conhecimento respondem aos grandes desafios sociais enfrentados pelo território em causa – tais como envelhecimento populacional, desertificação demográfica, entre outros;
- ◆ Promoção da cooperação em IDI entre empresas, centros de investigação e administração pública;
- ◆ Assessoria às empresas nos processos de inovação, difusão de informação sobre inovações, campanhas de sensibilização ou encontros entre empresas e grupos de investigação e de consultoria;
- ◆ Apoio a polos de competitividade centrados em áreas de inovação.

Já no âmbito do EP 2 a tónica das tipologias de ação propostas incide sobre a cooperação entre empresas a nível transfronteiriço, com o intuito de atuarem de forma conjunta e, desta forma, ganharem escala e resolverem problemas comuns de forma colaborativa (promoção, comercialização, distribuição, etc.). Neste contexto – e em linha com o propugnado no âmbito do eixo estratégico para o crescimento

inteligente do Alto Tâmega – ganha relevância a clusterização das atividades económicas. Assim, destacam-se, entre outras tipologias de ação aplicáveis ao contexto do Alto Tâmega, as seguintes:

- ◆ Promoção da cultura empreendedora, em particular para grupos sociais específicos (desempregados, jovens), incluindo projetos-piloto de tutoria para empreendedores;
- ◆ Criação, modernização e desenvolvimento de clusters transfronteiriços e nichos de carácter estratégico, incluindo iniciativas que promovam a cooperação entre clusters empresariais e a sua consolidação, em particular antevendo a sua possível integração e cooperação com redes internacionais e associações europeias;
- ◆ Reindustrialização de setores produtivos tradicionais;
- ◆ Intercâmbio de oportunidades de negócio a nível transfronteiriço;
- ◆ Ações conjuntas de promoção e marketing empresarial, captação de investimentos, missões empresariais internacionais e internacionalização de empresas;
- ◆ Promoção e implementação de plataformas de comercialização conjunta.

### **SUDOE**

Replicando a situação verificada face ao POCTEP; também o alinhamento do eixo estratégico para o crescimento inteligente do Alto Tâmega incide sobre os EP relacionados aos OT 1 e OT 3 e, consequentemente, sobre as temáticas da inovação, competitividade, empreendedorismo e internacionalização. A tabela abaixo sintetiza os EP e OE do SUDOE nos quais é possível enquadrar objetivos estratégicos e medidas da estratégia propugnada para o Alto Tâmega.

**EP 1** – Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação

**OE 1.B.1** - Funcionamento sinérgico e em rede da Investigação e Inovação a nível transnacional a partir da especialização inteligente (PI FEDER 1.2).

**EP 2** – Reforçar a competitividade e internacionalização das PME do sudoeste europeu

**OE 3.A.1** - Desenvolvimento de capacidades para o apoio das PME do espaço SUDOE (PI FEDER 3.1).

**OE 3.B.1** - Favorecimento de condições para a internacionalização das PME (PI FEDER 3.2).

De ressaltar que, para ambos os EP, o SUDOE estabelece um conjunto de setores-chave, relevantes do ponto de vista socioeconómico para o território, sobre os quais incidirão prioritariamente as operações apoiadas pelo PO. Alguns destes setores são também de particular importância para o Alto Tâmega:

- Recursos hídricos (processamento, uso e fornecimento);
- Serviços ambientais (gestão e proteção de riscos e da biodiversidade) e energia (tecnologias de produção, distribuição e armazenamento a partir de fontes renováveis);
- Turismo;
- Agronegócio e indústria madeireira.

O OE 1.B.1 do EP 1 do SUDOE enfatiza a participação empresarial em processos de inovação, através do fomento da cooperação entre o setor privado e o sistema científico e tecnológico, tendo como pano de fundo a orientação das atividades de IDI para os domínios prioritários de especialização inteligente

comuns ao território do Sudoeste Europeu, de modo a rentabilizar os recursos endógenos e as vantagens competitivas do território. Neste contexto, destacam-se, entre outras tipologias de ação relevantes para o Alto Tâmega, a criação e/ou desenvolvimento de plataformas colaborativas – que incluem clusters de IDI, campus de excelência e/ou polos de competitividade; e a coordenação entre as estratégias regionais de especialização inteligente.

Já no contexto do EP 2 do SUDOE pretende-se fomentar as condições de base para o desenvolvimento empresarial, trabalhando-se a criação de capacidades junto das instituições e serviços relacionados à melhoria da competitividade e internacionalização das empresas, em particular das PME. Entre outras tipologias de ação relevantes para o Alto Tâmega, destacam-se as seguintes:

- ◆ Fortalecimento das instituições de apoio às empresas – incluindo certificação, qualificação de recursos humanos, estágios para gestores e benchmarking;
- ◆ Desenvolvimento de novos serviços e serviços inovadores para o desenvolvimento empresarial – incluindo vigilância tecnológica, redes de apoio transnacional ao empreendedorismo, aceleradoras ou incubadoras de empresas;
- ◆ Promoção do empreendedorismo nos setores económicos prioritários para o SUDOE;
- ◆ Criação e consolidação de redes e serviços de apoio à internacionalização;
- ◆ Apoio ao desenvolvimento e internacionalização de modelos de cooperação empresarial.

### Espaço Atlântico

No contexto do Espaço Atlântico, as temáticas da inovação e competitividade são trabalhadas em conjunto, no contexto do EP 1. Dois dos seus OE, apresentados abaixo, privilegiam a cooperação, a inovação empresarial e a transferência de conhecimento e, por esta razão, enquadram o eixo estratégico para o crescimento inteligente do Alto Tâmega:

#### **EP 1 – Promover a inovação e a competitividade**

**OE 1.1** – Reforçar a capacidade de inovação através da cooperação para fomentar a competitividade (PI FEDER 1.2).

**OE 1.2** – Promover a transferência de resultados de inovação para facilitar a criação de novos produtos, serviços e processos (PI FEDER 1.2).

No contexto destes objetivos estratégicos destacam-se as seguintes tipologias de ação relevantes para a consecução das medidas propugnadas para o Alto Tâmega no contexto do crescimento inteligente:

- ◆ Estabelecimento e reforço das redes de inovação transnacionais, redes de PME e clusters, apoiando ainda a sua internacionalização;
- ◆ Desenvolvimento de ferramentas de inteligência e apoio estratégico a parcerias de inovação transnacionais;
- ◆ Desenvolvimento de quadros de cooperação que contribuam para apoiar a organização e reforço das relações entre centros de recursos científicos, incubadoras de empresas, clusters, redes de empresas, infraestruturas de investigação e inovação e polos de excelência regionais;
- ◆ Desenvolvimento de cadeias de inovação regionais;

- ♦ Melhorar a cooperação intersetorial e as relações internas entre cadeias de produção para o lançamento de iniciativas de inovação;
- ♦ Desenvolvimento de iniciativas de transferência de tecnologia e de transferência de conhecimento e de resultados de IDI para o setor empresarial;
- ♦ Desenvolvimento de mecanismos, plataformas, redes e de meios de informação e conhecimento facilitadores da criação e internacionalização das empresas e da sua cooperação;
- ♦ Desenvolvimento de sistemas de informação e de intercâmbio de dados sobre o funcionamento dos mercados.

### Quadro-síntese

Alinhamento estratégico		Regional	Nacional		Europeu	
Objetivo Temático	Prioridade de Investimento	Norte 2020	POCI	POCTEP	SUDOE	Espaço Atlântico
OT 1	PI FEDER 1.1	✓ (EP 1)	✓ (EP 1)	✓ (EP 1)		
	PI FEDER 1.2	✓ (EP 1)	✓ (EP 1)	✓ (EP 1)	✓ (EP 1)	✓ (EP 1)
OT 3	PI FEDER 3.1		✓ (EP 2)	✓ (EP 2)	✓ (EP 2)	
	PI FEDER 3.2	✓ (EP 2)	✓ (EP 2)	✓ (EP 2)	✓ (EP 2)	
	PI FEDER 3.3	✓ (EP 2)	✓ (EP 2)			
OT 8	PI FEDER 8.2	✓ (EP 6)				
	PI FSE 8.3	✓ (EP 6)				
	PI FSE 8.5		✓ (EP 3)			
OT 9	PI FEDER 9.4	✓ (EP 7)				
	PI FSE 9.6	✓ (EP 7)				

## 5.3. EE2. Fomentar a utilização eficiente e sustentável dos recursos

O presente Eixo Estratégico enquadra-se, como referido, na política de crescimento sustentável da União Europeia, enfatizando a necessidade de um desenvolvimento económico associado a preocupações de sustentabilidade dos recursos. A esse nível, está alinhado com os seguintes Objetivos Temáticos:

- ◆ **OT4** – Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os sectores
- ◆ **OT5** - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
- ◆ **OT6** - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos

Tendo por base este enquadramento nos OT mencionados, identificam-se em baixo as Prioridades de Investimento específicas ao nível do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e do Fundo de Coesão (FC), ambas alinhadas com este Eixo Estratégico e sintetizadas na **Tabela 36** da página seguinte. Assinala-se, contudo, a semelhança entre estes dois Fundos no que concerne as questões de sustentabilidade, frequentemente sobrepondo-se em termos de prioridades de investimento.



**Tabela 36:** Alinhamento dos OT com as PI do FEDER e do Fundo de Coesão

Objetivo Temático	Prioridade FEDER	Prioridade Fundo de Coesão	Justificação do alinhamento com o Eixo Estratégico
OT4	PI 4.1. A promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis.		Promoção da continuação dos investimentos no reforço da capacidade de produção energética com base em fontes renováveis, atendendo às características adequadas do Alto Tâmega para este efeito.
	PI 4.2. A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas.		Numa lógica de promoção da sustentabilidade energética, interessa reforçar a eficiência na gestão destes recursos nas diferentes atividades económicas do Alto Tâmega, readaptando as empresas, nomeadamente as industriais, para práticas mais eficientes e amigas do ambiente, assim como as infraestruturas públicas, na maximização do usufruto destas potencialidades.
	PI 4.3. A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação.		
OT5	PI 5.1. A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas.		Interessa, ao Alto Tâmega, reforçar a sua resiliência às alterações climáticas, nomeadamente atendendo à sua riqueza natural e biodiversidade que destacam a região do restante território. Baseando-se na importância da prevenção, gestão e mitigação de efeitos dos riscos naturais e tecnológicos, o Alto Tâmega
	PI 5.2. A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes.		

Objetivo Temático	Prioridade FEDER	Prioridade Fundo de Coesão	Justificação do alinhamento com o Eixo Estratégico
			deve reforçar a sua capacidade a este nível e envolver diversos atores em estratégias capazes de fazerem face, de forma articulada, a estas ameaças, entre as quais pode elencar-se os impactos ambientais dos projetos das barragens
OT6	<b>PI6.2.</b> Investimentos no setor da água para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos.		Enquanto vetor central do desenvolvimento da região, importa reforçar os investimentos que garantam uma utilização eficiente do recurso água, aproveitando as suas potencialidades e garantindo a sua sustentabilidade
	<b>PI6.3.</b> A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural.		Promoção da importância turística, ambiental e patrimonial do Alto Tâmega através do reforço das intervenções que visem a conservação, proteção e promoção do seu património natural e cultural.
	<b>PI6.4.</b> A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes.	<b>PI6.4.</b> A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e à promoção de serviços ligados a ecossistemas, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes.	Com uma extensa superfície de zonas naturais protegidas, interessa ao Alto Tâmega reforçar a proteção e reabilitação da biodiversidade desses espaços, incrementando a riqueza natural e a oferta de serviços ecológicos da região.

Objetivo Temático	Prioridade FEDER	Prioridade Fundo de Coesão	Justificação do alinhamento com o Eixo Estratégico
	<b>PI6.5.</b> A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão), a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.	<b>PI6.5.</b> A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão), a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.	Atendendo à tradição e ao peso da indústria extrativa no Alto Tâmega, justifica-se a necessidade de contemplar investimentos no reforço da sustentabilidade ambiental desta atividade económica, mitigando os seus efeitos negativos para a região.
	<b>PI6.6.</b> A promoção de tecnologias inovadoras para melhorar a proteção ambiental e a utilização eficiente dos recursos nos setores dos resíduos, da água e no que respeita aos solos, e para reduzir a poluição atmosférica.		Com uma grande disponibilidade de recursos, nomeadamente dos solos e da água, que colocam o território num posicionamento colectivo ao nível regional e nacional, o Alto Tâmega beneficiaria de investimentos dirigidos a tecnologias inovadoras que contribuíssem, a esse nível, para a proteção do meio ambiente e para a utilização eficiente desses mesmos recursos. Nesse sentido, por exemplo, importaria promover a transição do setor industrial extrativo e transformador para uma indústria ecologicamente sustentável, através da introdução da ecoinovação e da gestão do desempenho ambiental, sem afetar a sua viabilidade económica.
	<b>PI6.7.</b> A concessão de apoio à transição industrial para uma economia eficiente em termos de recursos, promovendo o crescimento ecológico, a ecoinovação e a gestão dos indicadores de desempenho ambiental nos setores público e privado		

Esta síntese representa um alinhamento direto e imediato entre o Eixo Estratégico relativo à sustentabilidade dos recursos e as prioridades de investimento selecionadas a nível regional, nacional e europeu que, não se esgotando no modelo apresentado acima, constituem as possibilidades mais viáveis e adequadas à realidade do Alto Tâmega. Existem, contudo, outros alinhamentos possíveis, mais indiretos e secundários, não mencionados nesta secção.

### 5.3.1. Norte 2020

Tendo por base os OT e as PI identificadas anteriormente, o Eixo Estratégico 2 – *Fomentar a utilização eficiente e sustentável dos recursos* – alinha-se essencialmente com dois Eixos Prioritários (EP) do Programa Operacional Regional do Norte (Norte 2020):

- ◆ EP 3 – Economia de Baixo Teor de Carbono (OT4)
- ◆ EP 4 – Qualidade Ambiental (OT6)

É, então, possível interligar estes EP com os Objetivos Estratégicos identificados para este Eixo. Nesse sentido, o OE2.1. *Proteger, promover e rentabilizar o património natural e cultural como elemento distintivo*, está diretamente relacionado com o EP4, uma vez que este prevê a implementação de medidas que visem valorizar o património e a qualidade e diferenciação dos territórios de baixa densidade, como é o caso do Alto Tâmega.

**OE 1 (Norte2020)** – Promover a valorização da excelência do património cultural e natural no contexto de estratégias regionais distintivas de desenvolvimento turístico. (PI FEDER 6.3)

Segundo o texto do Norte 2020, o OE1 deve partir dos sucessos alcançados pela Região Norte ao nível da variedade e qualidade da oferta patrimonial e do aumento do fluxo turístico e aproveitar as novas tendências do mercado, nomeadamente nos segmentos do “turismo de saúde e bem-estar” e “turismo de natureza”, que se enquadram especificamente nas características e capacidade de oferta do Alto Tâmega. Pretende-se, assim, qualificar e valorizar os ativos naturais e histórico-culturais com vocação turística, contribuindo para o enriquecimento da oferta turística regional e, particularmente, para os segmentos identificados. Em termos globais, o documento define como objetivo de especial relevo o incremento dos fluxos turísticos para a Região e do período de permanência, reforçando a notoriedade da oferta da região e os produtos turísticos prioritários nos mercados nacionais e internacionais.

Exemplos de tipologias de ação mencionadas pelo Norte2020 incluem, por exemplo, a valorização e promoção de bens histórico-culturais com elevado interesse turístico, a capacitação dos agentes de gestão de bens culturais e naturais para a valorização económica desses mesmos bens e a organização e promoção de eventos culturais com impacto internacional que reforcem a notoriedade da Região além fronteiras e impulsionem o incremento dos fluxos turísticos.

**OE 2 (Norte2020)** – Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística dos territórios de baixa densidade e ocupação dispersa enquanto fator de diferenciação e afirmação regional. (PI FEDER/FC 6.5)

O segundo OE foca-se na importância estratégica dos centros urbanos para a coesão territorial e para a competitividade, reconhecendo a necessidade de adoção de medidas de qualificação do ambiente urbano pelo seu impacto na melhoria da qualidade de vida das pessoas e no reforço da atratividade e da competitividade das cidades. Neste contexto, procura-se, entre outros, a qualificação urbanística e ambiental dos espaços urbanos e a criação de novas dinâmicas de desenvolvimento urbano que valorizem os principais ativos. Consequentemente, pretende alcançar-se melhorias no bem-estar das populações, na atenuação dos contrastes sociais e territoriais das cidades, na promoção de condições para um desenvolvimento urbano sustentável, com implicações ao nível da capacidade de atração e fixação de atividades e de emprego qualificado. Ainda que este OE se alinhe de forma mais integrada e abrangente com o Eixo Estratégico 5 (Consolidar a coesão territorial e o sistema urbano), a sua referência às questões ambientais justifica também a sua inclusão no enquadramento deste Eixo Estratégico.

O OE2.2. *Investir na cadeia de valor da energia enquanto vantagem competitiva do território* alinha-se pela valorização do papel das fontes ecológicas de energia no desenvolvimento económico da região, com EP3 que se centraliza em preocupações de eficiência energética e de racionalização dos consumos.

**OE 1 (Norte2020)** – Aumentar a eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas integradas de promoção da eficiência energética e racionalizando os consumos. (PI FEDER/FC 4.2)

**OE 2 (Norte2020)** – Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas da administração sub-regional e local, apoiando a implementação de medidas integradas de promoção da eficiência energética e racionalizando os consumos. (PI FEDER/FC 4.3)

**OE 3 (Norte2020)** – Aumentar a eficiência energética no setor habitação social, apoiando a implementação de medidas integradas de promoção da eficiência energética e racionalizando os consumos. (PI FEDER/FC 4.2)

Tal como expõe o documento do Norte 2020, o aumento da eficiência energética é fundamental para a alteração dos padrões de consumo de energia em Portugal. Esta intervenção deve, por esse motivo, focar-se em diferentes domínios. Os três objetivos mencionados acima apontam, assim, para a necessidade de

melhorias ao nível da eficiência energética **(i)** nas empresas, **(ii)** na administração pública e **(iii)** na habitação social.

**(i)** O setor empresarial no Alto Tâmega beneficiaria de incentivos que contribuíssem para a sua dinamização económica, em vários aspetos, incluindo o da racionalidade dos consumos e da eficiência energética que contribuirão não só para uma postura de maior responsabilidade social num contexto de promoção da sustentabilidade ecológica, mas também como forma de reduzir despesas com energia. Este desafio constitui uma oportunidade para o aumento da competitividade do tecido empresarial e para a melhoria da sustentabilidade ambiental, nomeadamente através de tecnologias e equipamentos energeticamente mais eficientes. Para além da redução da despesa com energia, conseguir-se-ia ainda uma diminuição das emissões de gases com efeito de estufa e uma contribuição para a mudança do comportamento.

Exemplos de tipologias de ação mencionadas pelo Norte 2020 incluem, por exemplo, a implementação de projetos de eficiência e diversificação energéticas no âmbito dos processos produtivos, no setor dos serviços com equipamentos mais ecológicos, no isolamento dos edifícios, na realização de auditorias energéticas, etc.

**(ii)** Ao nível da administração, a adoção de medidas de promoção da eficiência energética destinam-se à reabilitação dos edifícios públicos com vista à melhoria do seu desempenho energético e ambiental. Os resultados esperados pelo Norte 2020 incluem a alteração dos padrões de consumo energético, o aumento da eficiência energética e consequente redução da despesa associada, e o uso mais eficiente de recursos, a redução de emissões dos gases com efeito de estufa e a alteração comportamental dos agentes envolvidos.

Mais especificamente, são encorajadas iniciativas relacionadas com a iluminação pública (responsável por percentagens consideráveis das despesas dos municípios com energia) através da concretização de soluções e tecnologias adequadas, com a criação de redes urbanas de energia térmica dirigidas aos edifícios de serviços maiores consumidores de calor e de frio e com a difusão de boas práticas quanto ao desempenho energético-ambiental dos edifícios.

Também de acordo com o texto do Norte 2020, este objetivo específico está em convergência com a implementação do Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP) que tem a ambição de promover a eficiência energética na Administração Pública, por via da redução da fatura energética em 30% até 2020.

**(iii)** Finalmente, o setor da habitação social é igualmente contemplado no Norte 2020 em termos de eficiência energética, especialmente relevante na região do país com o maior rácio de fogos de habitação social por edifício. À semelhança dos objetivos específicos anteriores, as medidas sugeridas a este nível centram-se na reabilitação dos edifícios tendo em vista um impacto significativo na alteração dos padrões de consumo energético, aumentando a eficiência energética e reduzindo a despesa associada. Adicionalmente, promove-se ainda uma melhoria significativa dos padrões de qualidade da habitação social e um aumento do bem-estar de setores da população relativamente mais fragilizados.

Serão, por isso, apoiadas medidas de melhoria de eficiência energética e do recurso crescente à utilização de energias renováveis, tais como a realização de auditorias energéticas e apoio à elaboração de Planos de

Racionalização dos Consumos de Energia (PREN); ou a criação de programas de apoio à reabilitação urbana com vista à melhoria do desempenho energético-ambiental dos edifícios e equipamentos.

No que concerne o *OE2.3. Reforçar a proteção e o uso eficiente da água ao longo da sua cadeia de valor*, existem essencialmente dois Objetivos Específicos no EP3 do Norte 2020 que se adequam a este vetor.

**OE 1 (Norte 2020)** – Promover a valorização da excelência do património cultural e natural no contexto de estratégias regionais distintivas de desenvolvimento turístico. (PI FEDER 6.3)

A água é um elemento fundamental do património natural do Alto Tâmega. Atendendo à sua relevância enquanto vetor estruturante da região, deve ser protegida e conservada, de forma a garantir a sua sustentabilidade e o seu valor enquanto bem fundamental em vários domínios ou fases da sua cadeia de valor, não esquecendo a componente turística que ela representa para o Alto Tâmega. Nesse sentido, este objetivo específico propõe a qualificação e valorização dos ativos naturais com vocação turística nomeadamente do “turismo de saúde e bem-estar” que é um setor consolidado da região e com grandes potencialidades de crescimento, graças à qualidade da água.

**OE 2 (Norte 2020)** – Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística dos territórios de baixa densidade e ocupação dispersa enquanto fator de diferenciação e afirmação regional. (PI FEDER/FC 6.5)

A qualidade ambiental do território do Alto Tâmega está necessariamente associada à qualidade da água e, como tal, importa ser promovida, em todas as fases da sua cadeia de valor, implicando uma abordagem que garanta a sua proteção e conservação, nomeadamente de ameaças de poluição ou de utilização excessiva que ponham em causa não só a sua qualidade mas também a sua disponibilidade para gerações futuras.

Nesse sentido, o recurso água poderia beneficiar de iniciativas previstas pelo Norte 2020, no âmbito deste objetivo específico, tais como a recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas, o incremento do controlo e da informação ambiental e do desenvolvimento de experiências inovadoras e de ações-piloto no âmbito do desenvolvimento urbano sustentável.

### 5.3.2. PO Temáticos

Considerando as temáticas centrais englobadas no Eixo Estratégico em análise – *EE2. Fomentar a utilização eficiente e sustentável dos recursos* – e os OT identificados (OT4, OT5 e OT6), é possível enquadrar este eixo em algumas das diretrizes e prioridades estratégicas estabelecidas, a nível nacional, no âmbito do **Programa**

**Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos** (POSEUR)<sup>23</sup>. Este Programa constitui um dos textos mais relevantes e com uma maior proximidade em termos de alinhamentos face à temática abordada no Eixo Estratégico referente à sustentabilidade.

Neste sentido, existem 3 Eixos Prioritários cujos objetivos temáticos e respetivas prioridades de investimento estão particularmente alinhados com a estratégia de sustentabilidade para a região do Alto Tâmega.

A tabela abaixo sintetiza os EP e OE do POSEUR nos quais se enquadram o Eixo Estratégico para o crescimento sustentável do Alto Tâmega e os respetivos objetivos estratégicos, apresentando igualmente uma breve descrição de iniciativas a apoiar no âmbito dos OE e que são pertinentes e relevantes porque se alinham com as medidas apresentadas na descrição do eixo estratégico:

Eixo prioritário	Objetivo específico	Exemplos de iniciativas pertinentes
<b>EP 1</b> – Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores (PI FEDER/FC 4.1 PI FEDER/FC 4.3)	<b>OE 1</b> - Diversificação das fontes de abastecimento energético de origem renovável, aproveitando o potencial energético endógeno, garantindo a ligação das instalações produtoras à rede, reduzindo assim a dependência energética (PI FEDER/FC 4.1).	Desenvolvimento e teste de tecnologias para a produção e armazenamento de energias renováveis; projetos-piloto para o desenvolvimento de novas tecnologias; aumento da capacidade de interligação com outros países; capacitação da rede de distribuição de forma a contribuir para a integração de projetos de renováveis na rede.
	<b>OE 1</b> - Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas no âmbito da administração central do estado, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de renováveis nos edifícios públicos (PI FEDER/FC 4.3).	Apoio à promoção dos contratos de gestão de eficiência energética em equipamentos públicos (modelo ESCO), nomeadamente edifícios; realização de estudos prévios necessários à elaboração dos cadernos de encargos e programas de procedimentos; apoio às Empresas de Serviços Energéticos enquanto veículos promotores da eficiência energética na Administração Pública.
	<b>OE 2</b> - Aumento da eficiência energética no setor habitacional, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção renovável na habitação (PI FEDER/FC 4.3).	Promoção da adoção de sistemas passivos e do uso de equipamentos mais eficientes; promoção da produção renovável descentralizada para autoconsumo – equipamentos, iluminação, janela e isolamento mais eficientes; eficiência energética nos edifícios de habitação e solar térmico residencial.
<b>EP 2</b> – Promover a adaptação às alterações climáticas e a Prevenção e gestão de riscos (PI FEDER/FC 5.1)	<b>OE 1</b> - Reforço das capacidades de adaptação às alterações climáticas, através da adoção e articulação de medidas transversais e sectoriais. (PI FEDER/FC 5.1)	Elaboração de estudos e instrumentos de planeamento; execução de medidas que resultem de planos, estudos e projetos que visem a adaptação às alterações climáticas; desenvolvimento de ferramentas de apoio à decisão, incluindo sistemas de informação, modelação e cenarização em alterações climáticas; redes de monitorização; ações de divulgação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas; ações para prevenção de riscos no domínio da saúde pública.
	<b>OE 2</b> - Reforço da gestão face aos riscos, numa perspetiva de resiliência, capacitando as	Equipamentos operacionais e viaturas de proteção e socorro; meios aéreos próprios para missões de Proteção Civil; prevenção de riscos de incêndio

<sup>23</sup> Analisada versão de trabalho do PO apresentada à Comissão Europeia em fevereiro de 2014.



Eixo prioritário	Objetivo específico	Exemplos de iniciativas pertinentes
	instituições envolvidas (PI FEDER/FC 5.2).	florestal; prevenção e gestão de riscos de cheias e inundações; instrumentos de planeamento, apoio à decisão, monitorização e comunicação.
<b>EP 3 – Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos</b> (PI FEDER 6.2 PI FEDER 6.3 PI FEDER/FC 6.4 PI FEDER 6.5)	<b>OE 1 -</b> Otimização e gestão eficiente dos recursos hídricos numa ótica de utilização, proteção e valorização garantindo a melhoria da qualidade das massas de águas (PI FEDER 6.2)	Realização de estudos e ações para estabelecimento de caudais ecológicos; ações tendo em vista o reforço da monitorização e o desenvolvimento e aplicação de modelos de gestão dos recursos hídricos; operações de reabilitação e renaturalização de rios; redução da poluição urbana nas massas de água e o aumento da acessibilidade física ao serviço de saneamento de águas residuais
	<b>OE 2 -</b> Otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do ciclo urbano da água (PI FEDER 6.2).	Otimização da utilização da capacidade instalada e da adesão ao serviço, a reabilitação dos sistemas públicos de distribuição e transporte de água e de saneamento de águas residuais; minimização de perdas de água; operacionalização de sistemas adequados de gestão de lamas de ETAR e ETA; equipamentos para melhoria da monitorização de consumos e sistemas tecnológicos; investimentos com vista à melhoria da qualidade e sustentabilidade dos serviços prestados aos utilizadores; investimentos de apoio à inovação no sector urbano da água.
	<b>OE1 -</b> Gestão, ordenamento e promoção do conhecimento da biodiversidade, dos ecossistemas e dos recursos geológicos (PI FEDER 6.4)	Elaboração de Planos de Gestão dos sítios da Rede Natura 2000; avaliação, revisão e execução dos Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas; consolidação do Sistema de Informação do Património Natural e desenvolvimento do Cadastro Nacional dos Valores Naturais Classificados e da Cartografia de habitats naturais; avaliação do estado das componentes da biodiversidade; promoção da proteção e do ordenamento dos recursos geológicos e das águas minerais; demarcação de áreas de interesse geológico e respetiva classificação legal; apoio a novas atividades vocacionadas para a valorização dos recursos; avaliação ambiental estratégica e acompanhamento ambiental de planos e programas.
	<b>OE 2 -</b> Valorização e promoção dos espaços naturais (PI FEDER 6.4)	Divulgação, dinamização e utilização da marca de âmbito regional (já existente, a Natural.pt) Investimento em atividades económicas e produtos regionais associados às áreas classificadas, valorizando os produtos e os destinos e procurando a excelência dos bens e serviços produzidos; apoio ao investimento na reabilitação e adaptação de equipamentos e infraestruturas, nas áreas classificadas; investimentos alavancados por fundos públicos que permitam posterior exploração por privados.

Eixo prioritário	Objetivo específico	Exemplos de iniciativas pertinentes
	<b>OE 1</b> - Recuperação de passivos ambientais localizados em antigas unidades industriais, mitigando os seus efeitos sobre o ambiente (PI FEDER 6.5)	Estudos, projetos e ações de reabilitação de locais contaminados e de zonas mineiras; monitorização dos solos e das águas superficiais e subterrâneas; reabilitação ambiental de áreas degradadas afetadas à indústria extrativa; gestão de resíduos; gestão de recursos hídricos; reabilitação de locais de deposição de resíduos; intervenções de gestão ou remediação de solos contaminados, recuperação paisagística.

### 5.3.3. PO Cooperação Territorial

O Alto Tâmega é abrangido por três PO de Cooperação Territorial de natureza transfronteiriça ou transnacional: Programa de Cooperação Transfronteiriça Interreg Espanha-Portugal 2014-2020 (POCTEP), Programa De Cooperação Sudoeste Europeu (SUDOE) e Espaço Atlântico. Estes documentos enquadram os objetivos estratégicos propostos para o crescimento sustentável do território.

#### POCTEP

O presente Eixo Estratégico – Fomentar a utilização eficiente e sustentável dos recursos – alinha-se com o Eixo Prioritário 3: Crescimento sustentável através da cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e melhor gestão dos recursos naturais e, de forma mais específica, com os seguintes OE dentro deste mesmo Eixo:

**EP 3** – Crescimento sustentável através da cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e melhor gestão dos recursos naturais

**OE 5.B** - Promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resiliência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes.

**OE 6.C** - Proteção, promoção e desenvolvimento do património natural e cultural

**OE 6.D** - Proteção e reabilitação da biodiversidade, proteção dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes.

**OE 6.E** - Ação para melhorar o ambiente urbano, a reabilitação de zonas industriais e a redução da poluição do ar.

**OE 6.F** - Promoção das tecnologias inovadoras para a melhoria da proteção ambiental e da eficiência dos recursos no setor dos resíduos, no setor da água, na proteção do solo e para reduzir a poluição atmosférica.

O Alto Tâmega possui um património natural e cultural de grande relevo e, por esse motivo, justifica-se o alinhamento com o POCTEP que reconhece a necessidade de existirem soluções conjuntas de carácter transfronteiriço aos perigos e riscos que afetam precisamente esses fatores de riqueza.

- ◆ Promoção da gestão conjunta dos recursos humanos e materiais em situações de desastres naturais
- ◆ Melhoria da segurança e a prevenção de riscos hídricos
- ◆ Desenvolvimento de ferramentas de monitorização para melhorar a gestão dos recursos naturais e para fortalecer a observação e a capacidade de previsão do comportamento de água
- ◆ Criação de redes de espaços naturais e culturais, assim como a estruturação de redes, físicas e imateriais
- ◆ Proteção e valoração das diversas vertentes do património histórico e cultural
- ◆ Gestão coordenada dos recursos e itinerários turísticos baseados nos recursos ambientais e culturais comuns e a promoção conjunta da fronteira do espaço
- ◆ Valorização do turismo ambiental e a criação de redes internacionais especializadas no setor
- ◆ Promoção e sensibilização do património cultural e do uso de novas tecnologias aplicadas ao turismo
- ◆ Criação de marcas turísticas convertendo em oportunidades as componentes identitárias da fronteira
- ◆ Promoção de produtos tradicionais e usos culturais em áreas ambientalmente protegidas
- ◆ Planeamento coordenado dos espaços naturais da fronteira, rios, barragens e albufeiras
- ◆ Promoção da avaliação dos serviços proporcionados pelos ecossistemas e o seu valor económico
- ◆ Sinalização e interpretação de áreas naturais e rotas com valor ambiental, e de preparação de material interpretativo dos recursos naturais comuns (espaços naturais, aves, lince, ...), do espaço rural
- ◆ Desenvolvimento de modelos urbanos sustentáveis que promovam a eficiência no uso de recursos e serviços, desenvolvendo a autossuficiência energética e economia de baixo carbono através de modelo de cidade inteligente.
- ◆ Planeamento e gestão coordenada de tratamento de água, em área de fronteira, das bacias hidrográficas partilhadas, assim como outras medidas que contribuam para melhorar a integração, a eficácia e a eficiência dos sistemas de gestão de água.
- ◆ Estudos, planos e iniciativas com o objetivo de desenvolver modelos e abordagens inovadoras para um uso sustentável e eficiente do uso da água no setor agrícola assim como boas práticas agrícolas e florestais.

## SUDOE

O SUDOE definiu um conjunto de três Eixos Prioritários que se enquadram no EE relativo à sustentabilidade e aos recursos. A tabela abaixo sintetiza os EP e OE do SUDOE nos quais é possível enquadrar objetivos estratégicos e medidas da estratégia elaborada para o Alto Tâmega.

<p><b>EP 3</b> – Contribuir para o aumento da eficiência energética</p> <p><b>OE 4.C.1</b> Melhoria da eficácia das políticas de eficiência energética e de uso de fontes de energia renováveis nos edifícios públicos e habitações graças à cooperação transnacional</p>
<p><b>EP 4</b> – Prevenir e gerir riscos de forma mais eficaz</p> <p><b>OE 5.B.1</b> - Preparação de planos de prevenção, de emergência e de gestão de catástrofes e regeneração de zonas danificadas pelas mesmas</p>
<p><b>EP 5</b> – Proteger o ambiente e promover a eficiência dos Recursos</p> <p><b>OE 6.C.1.</b> - Melhoria da proteção e valorização do património natural e cultural comum numa lógica de desenvolvimento sustentável</p> <p><b>OE 6.D.1.</b> - Preservar e restaurar a biodiversidade de sítios naturais do espaço SUDOE, com o objetivo de manter a qualidade ecológica dos espaços, o bem-estar e a qualidade de vida</p>

Como é perceptível pela definição dos objetivos, o SUDOE tem em consideração, individualmente, temáticas centrais para o Eixo Estratégico da Sustentabilidade, tais como a eficiência energética, a prevenção e gestão de riscos, e a proteção do ambiente e valorização dos recursos.

Entre outras tipologias de ação relevantes para o Alto Tâmega no âmbito do EP 3, destacam-se as seguintes:

- ◆ Transferência de inovação, a sua valorização e aplicação
- ◆ Mudança de comportamento dos decisores, agentes económicos e do público em geral
- ◆ Ferramentas de observação e análise
- ◆ Projetos de economia energética em edifícios públicos e habitações
- ◆ Melhoria da utilização de energias renováveis em edifícios e habitações.

Relativamente ao EP4, direcionado para a prevenção e gestão de riscos, salientam-se as seguintes tipologias de ação previstas pelo SUDOE:

- ◆ Planos de emergência
- ◆ Sistemas de alerta antecipado
- ◆ Ferramentas de gestão de risco
- ◆ Ferramentas de apoio aos sistemas de observação, medição e prevenção que sejam transferíveis
- ◆ Ferramentas e metodologias de regeneração do solo afetado por catástrofes naturais

Finalmente, o EP 5, relativo à proteção ambiental e à eficiência dos recursos, prevê as seguintes tipologias de ação:

- ◆ Estratégias de desenvolvimento sustentável e mitigação do impacto ambiental em áreas turísticas e na exploração económica de áreas naturais
- ◆ Melhoria do conhecimento do património cultural e natural comum e do potencial económico de áreas naturais
- ◆ Criação e promoção do património natural e cultural reconhecido internacionalmente
- ◆ Valorização económica dos produtos florestais e dos recursos naturais.

### **Espaço Atlântico**

No contexto do Espaço Atlântico, as temáticas da sustentabilidade e dos recursos são, à semelhança do SUDOE, focadas em três EP, diferentemente divididos em eficiência dos recursos, resiliência a riscos e biodiversidade e ativos naturais e culturais, tal como refletido na tabela abaixo.

#### **EP 2** – Promover a eficiência dos recursos

**OE 2.1.** Promover as energias renováveis e a eficiência energética

**OE 2.2.** – Promover o crescimento verde, a ecoinovação e a eficiência ambiental

#### **EP 3** – Fortalecer sistemas de gestão de riscos

**OE 3.1** – Fortalecer sistemas de gestão de riscos

#### **EP 4** – Valorizar a biodiversidade e os ativos naturais e culturais

**OE 4.1.** – Melhorar a proteção da biodiversidade e dinamizar os serviços de ecossistemas

**OE 4.2.** – Valorizar os ativos naturais e culturais para estimular o desenvolvimento económico

Entre outras tipologias de ação relevantes para o Alto Tâmega no âmbito do EP 2, destacam-se as seguintes:

- ◆ Soluções tecnológicas, jurídicas, educacionais, financeiras e organizacionais no domínio das energias renováveis
- ◆ Identificação da cadeia de valor existente e potencial e dos principais elementos diferenciadores na fileira das energias renováveis
- ◆ Desenvolvimento da cooperação entre os atores privados, públicos e da investigação em toda a cadeia de valor relacionada com a energia
- ◆ Melhoria da gestão espacial no sentido de aumentar a utilização de energias renováveis offshore e onshore
- ◆ Campanhas de informação, comunicação e sensibilização para aumentar a aceitação social das energias renováveis
- ◆ Capacitação dos consumidores e das comunidades locais (micro geração, contadores inteligentes, etc.)
- ◆ Desenvolvimento de políticas locais e de instrumentos de promoção de edifícios de muito baixo consumo de energia, da poupança energética e de equipamentos supereficientes.

- ◆ Políticas, estratégias e planos de sensibilização promovendo um comportamento positivo de ecoinovação
- ◆ Desenvolvimento de uma economia circular baseada no princípio cradle to cradle
- ◆ Desenvolvimento de mecanismos para reduzir a quantidade de recursos (e.g. terra, água, minerais) usados nos processos industriais

Relativamente ao EP3, salientam-se as seguintes tipologias de ação previstas pelo Espaço Atlântico:

- ◆ Coordenação do uso de GMES e sistemas de vigilância no sentido de apoiar as respostas às ameaças e situações de emergência
- ◆ Desenvolvimento de instrumentos de sensibilização relacionados com a prevenção e a gestão de riscos
- ◆ Envolvimento da comunidade local nas ações de prevenção dos riscos e ações de recuperação e regeneração

Finalmente, o EP 5, relativo à biodiversidade e aos ativos naturais e culturais, prevê as seguintes tipologias de ação:

- ◆ Procedimentos de gestão concertados relativamente a espécies emblemáticas ou espécies de elevado valor económico
- ◆ Ações piloto para testar novas soluções e métodos associados à preservação e reparação dos danos causados à biodiversidade
- ◆ Métodos de controlo de qualidade e melhoria das águas costeiras e interiores
- ◆ Ações de recolha e divulgação de dados sobre o ambiente

#### 5.3.4. Quadro-síntese

Alinhamento estratégico		Regional	Nacional	Europeu		
Objetivo Temático	Prioridade de Investimento	Norte 2020	PO SEUR	POCTEP	SUDOE	Eixo Atlântico
OT 4	PI FEDER/FC 4.1		✓ (EP 1)			✓ (EP 2)
	PI FEDER/FC 4.2	✓ (EP 3)				✓ (EP 2)
	PI FEDER/FC 4.3	✓ (EP 3)	✓ (EP 1)		✓ (EP 3)	
OT 5	PI FEDER/FC 5.1		✓ (EP 2)			
	PI FEDER/FC 5.2		✓ (EP 2)	✓ (EP 5)	✓ (EP 4)	✓ (EP 3)
OT 6	PI FEDER 6.2		✓ (EP 3)			
	PI FEDER 6.3	✓ (EP 3; EP 4)	✓ (EP 3)	✓ (EP 6)	✓ (EP 5)	✓ (EP 4)
	PI FEDER/FC 6.4		✓ (EP 3)	✓ (EP 6)	✓ (EP 5)	✓ (EP 4)
	PI FEDER 6.5		✓ (EP 3)	✓ (EP 6)		✓ (EP 2)
	PI FEDER 6.6			✓ (EP 6)		✓ (EP 2)

## 5.4. EE3. Promover a coesão e inclusão sociais através da valorização e fortalecimento da resiliência da população local

Conforme referido anteriormente, este eixo estratégico reflete a vertente inclusiva do crescimento proposto pela Estratégia Europa 2020. Neste contexto, encontra-se plenamente alinhado com os seguintes OT:

- ♦ **OT8** - Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores;
- ♦ **OT9** - Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação;
- ♦ **OT10** - Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida.

Para além disso, este eixo estratégico encontra-se igualmente alinhado com o **OT11** - reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública. Isto decorre da natureza público-institucional dos objetivos estratégicos e medidas associadas a este eixo – relacionadas, por exemplo, com a rentabilização de equipamentos e infraestruturas públicas e com a racionalização e eficiência dos serviços públicos (funcionamento em rede e numa lógica de proximidade).

A partir deste alinhamento genérico com estes 4 OT, é possível identificar as PI específicas, ao nível do FEDER e FSE, com as quais este eixo estratégico encontra-se alinhado. A tabela apresentada a seguir sintetiza esta identificação e consequente alinhamento:

Objetivo Temático	Prioridade FEDER	Prioridade FSE	Breve justificativa do alinhamento com o eixo estratégico
OT 8		<b>PI 8.1</b> – acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores.	Promoção da inclusão ativa no Alto Tâmega, orientada para públicos-alvo relevantes no território, como desempregados de longa duração, pouco qualificados ou acima dos 50 anos.
		<b>PI 8.5</b> – Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança.	Conformar a qualificação e competências da população do Alto Tâmega às necessidades de um mercado de trabalho cada vez mais exigente e dinâmico.
		<b>PI 8.6</b> – Envelhecimento ativo e saudável.	Devido ao declínio demográfico do Alto Tâmega, a população sénior assume uma preponderância cada vez maior no território, importando promover a sua inclusão ativa e a sua qualidade de vida.
		<b>PI 8.7</b> - Modernização do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores, inclusive através de regimes de mobilidade e melhor cooperação entre as instituições e as partes relevantes.	Fomentar uma lógica de proximidade e de funcionamento em rede também para os serviços de emprego do Alto Tâmega, facilitando o seu acesso à população socialmente mais vulnerável.



Objetivo Temático	Prioridade FEDER	Prioridade FSE	Breve justificativa do alinhamento com o eixo estratégico
OT 9	<b>PI 9.1</b> – Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.	<p><b>PI 9.1</b> – Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade.</p> <p><b>PI 9.4</b> - Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral</p>	Implementar uma abordagem multidimensional e territorializada da intervenção social no Alto Tâmega, adequando a resposta dos serviços sociais às necessidades específicas da população local, principalmente nas áreas da saúde, emprego e proteção social, e encarando estas respostas como uma ferramenta adicional de combate ao risco de exclusão social.
OT 10	<b>PI 10</b> – Investimentos na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas.	<b>PI 10.3</b> - Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida, para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas.	Dado o baixo nível de qualificação da população do Alto Tâmega, importa reconhecer (e validar) as competências adquiridas em contextos informais e não formais, orientar a oferta formativa de acordo com as necessidades do território, reforçando o ensino profissionalizante e a aprendizagem em contexto de trabalho.

Objetivo Temático	Prioridade FEDER	Prioridade FSE	Breve justificativa do alinhamento com o eixo estratégico
		<p><b>PI 10.4</b> - melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem.</p>	
OT 11	<p><b>PI 11</b> - Reforçar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública</p>	<p><b>PI 11.1</b> – Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem.</p> <p><b>PI 11.2</b> – Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível regional, regional e local.</p>	<p>Melhorar a eficiência e eficácia dos serviços sociais prestados no Alto Tâmega, assente na cooperação institucional, oferecendo uma resposta social mais adequada ao território e à sua população, por ser uma resposta mais próxima, integrada e inovadora.</p>

Esta tabela reflete aquilo que constitui o alinhamento mais direto, relevante e imediato entre o eixo estratégico para o crescimento inclusivo do Alto Tâmega e as prioridades de investimento selecionadas a nível regional, nacional e europeu. Portanto, existem outros possíveis alinhamentos, de natureza secundária e incidental que, por uma questão de foco, não são explicitamente abordados nesta seção.<sup>24</sup>

#### 5.4.1. Norte 2020

Atendendo aos OT e PI identificados anteriormente, o eixo estratégico para o crescimento inclusivo do Alto Tâmega encontra-se alinhado com 4 Eixos Prioritários (EP) do Programa Operacional Regional do Norte entre 2014 e 2020 (Norte 2020), identificados a seguir:

- ◆ **EP 6 – Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores (OT8);**
- ◆ **EP 7 – Inclusão Social e Pobreza (OT9);**
- ◆ **EP 8 – Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida (OT10);**
- ◆ **EP 9 – Capacitação Institucional e TIC (OT2 e OT11).**

O primeiro objetivo estratégico do eixo de crescimento inclusivo do Alto Tâmega - Apoiar a qualificação dos recursos humanos, fomentando o ajustamento das ofertas formativas às características territoriais e demográficas – está associado ao EP 8 do Norte 2020. Ao privilegiar as ligações entre o ensino/educação e o mercado de trabalho, bem como a vertente profissionalizante da aprendizagem, este objetivo estratégico encontra-se particularmente alinhado com os seguintes objetivos específicos (OE) deste EP:

**OE 5** - Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de formação pós-secundária e de cariz profissionalizante, reforçando a oferta de técnicos especializados que o desenvolvimento da economia requer, favorecendo a transição qualificada da escola para a vida ativa e promovendo a melhoria e a eficiência do sistema de educação e formação (PI FSE 10.4).

**OE 6** – Prosseguir a requalificação/modernização das instalações da educação pré-escolar, dos ensinos básico, secundário e superior e dos equipamentos de formação profissional, colmatando situações deficitárias e melhorando as condições para a educação, o ensino e a formação profissional, em complemento das ações de melhoria da qualidade do sistema (PI FEDER 10).

Além disso, este objetivo estratégico, na medida em que contempla a temática da gestão da mudança junto dos trabalhadores, encontra-se alinhado com o EP 6 do Norte 2020 e, de modo mais concreto, com o seguinte OE:

**OE 3 (EP 6)** – Intensificar a formação dos empresários para a reorganização e a melhoria das capacidades de gestão, assim como a formação dos ativos das empresas apoiadas em temáticas associadas à inovação e à mudança (PI FSE 8.5).

<sup>24</sup> Um exemplo concreto refere-se às PI relacionadas à promoção do empreendedorismo social, das empresas sociais e da economia social no âmbito do OT 8 – PI 8.3 (FSE) e PI 8.1 e 8.2 (FEDER) – e do OT 9 – PI 9.5 (FSE) e PI 9.3 (FEDER).

Os resultados esperados e tipologias de ação associadas a estes OE do Norte 2020<sup>25</sup> preveem um conjunto de situações que se coadunam as medidas propugnadas no âmbito deste objetivo estratégico, tais como o desenvolvimento de novas competências e habilidades em resposta às necessidades do mercado de trabalho (adaptação do trabalhador à mudança), a expansão dos Cursos de Especialização Tecnológica e o reforço das respetivas infraestruturas associadas, a formação em contexto de trabalho, a coordenação da oferta educativa e a articulação entre instituições (nomeadamente entre entidades de formação e entidades empregadoras).

O segundo objetivo estratégico deste eixo de crescimento inclusivo para o Alto Tâmega - Fortalecer os serviços sociais de proximidade às comunidades locais, facilitando o seu acesso e o seu funcionamento em rede – pela ênfase atribuída a populações socialmente vulneráveis e/ou em risco de exclusão social e pela componente público-institucional que lhe é associada, está associada aos EP 7 e EP 9 do Norte 2020. Ao propugnar pelo fortalecimento dos serviços sociais, numa lógica de proximidade e de rede, assente na coordenação institucional e em parcerias alargadas e voltados para as necessidades específicas de determinados grupos sociais, acaba por materializar os seguintes objetivos específicos (OE) dos EP em causa:

**OE 1 (EP 7)** – promover iniciativas de inclusão social, potenciando parcerias de carácter inovador e/ou experimental que envolvam uma ampla gama de entidades (PI FSE 9.1).

**OE 3 (EP 7)** – qualificar e adequar a atual rede de serviços e equipamentos sociais e de saúde à satisfação das necessidades da população (PI FEDER 9.1).

**OE 1 (EP 9)** – Qualificar a prestação do serviço público, através da capacitação dos serviços e da formação dos trabalhadores, promovendo a redução de contexto e criando um ambiente favorável ao desenvolvimento regional e local (PI FSE 11.1)

**OE 2 (EP 9)** – Reforçar capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial nos domínios da educação, do emprego e empreendedorismo, da aprendizagem ao longo da vida, da formação e das políticas sociais (PI FSE 11.2).

Em conjunto, estes OE propõem tipologias de ação que enquadram as medidas sugeridas na descrição do objetivo estratégico em análise, relacionadas com a territorialização da intervenção e a otimização das respostas, adaptando-as às tendências sociais e demográficas do espaço que abrangem; com a sustentabilidade e qualificação dos serviços públicos, prestados à escala local ou intermunicipal, numa lógica de reengenharia funcional e territorial que permita aumentarem a eficiência e eficácia na gestão destes mesmos serviços; e com a descentralização da prestação de serviços, reforçando-se o funcionamento em rede, a partilha e as capacidades técnica e de gestão conjuntas, entre outros aspetos.

O terceiro objetivo estratégico deste eixo de crescimento inclusivo do Alto Tâmega - Promover abordagens inovadoras na geração de emprego, nomeadamente emprego qualificado – encontra-se transversalmente alinhado com os EP 6, EP 7 e EP 9 do Norte 2020. Ao intervir diretamente no processo de procura e geração de emprego por e para os desempregados (inclusão ativa), este objetivo estratégico enquadra-se no EP 6; contudo, ao orientar esta intervenção para atender em especial determinados grupos socialmente vulneráveis (como os desempregados de longa duração, acima dos 50 anos, os poucos qualificados ou os jovens

<sup>25</sup> Conforme versão de trabalho do PO de fevereiro de 2014.

qualificados) e ao propugnar pelo desenvolvimento e implementação de abordagens inovadoras para o efeito, este objetivo estratégico também se interliga ao EP 7; finalmente, ao promover medidas associadas aos serviços prestados aos desempregados (orientação profissional, tutoria/mentoria, rede de apoio ao empreendedorismo, capacitação dos funcionários públicos para o atendimento dos desempregados), este objetivo estratégico agrega uma dimensão público-institucional às suas iniciativas e, consequentemente, acaba por também ficar abrangido pelo EP 9. Concretamente, este objetivo estratégico enquadra-se no âmbito de intervenção dos seguintes OE do Norte 2020:

**OE 1 (EP 6)** – A inserção de inativos e de desempregados no mercado de trabalho (PI FSE 8.1).

**OE 1 (EP 7)** – promover iniciativas de inclusão social, potenciando parcerias de carácter inovador e/ou experimental que envolvam uma ampla gama de entidades (PI FSE 9.1).

**OE 2 (EP 9)** – Reforçar capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial nos domínios da educação, do emprego e empreendedorismo, da aprendizagem ao longo da vida, da formação e das políticas sociais (PI FSE 11.2).

Entre outras tipologias de ação referidas pelo Norte 2020 no âmbito destes OE e que se conciliam com as medidas referidas na descrição do terceiro objetivo estratégico para o crescimento inclusivo do Alto Tâmega destacam-se abordagens inovadoras para a inserção de desempregados em projetos relacionados com a administração pública (via “cláusulas sociais” em contratos públicos), a generalização do sistema de microcrédito como ferramenta de apoio à criação de emprego, o fomento da formação técnica especializada para a promoção do empreendedorismo e para a gestão de projetos empresariais (através da criação da rede de apoio ao empreendedorismo de base local, por exemplo), entre outras.

#### 5.4.2. PO Temáticos

Atendendo às temáticas fundamentais abrangidas pelo eixo estratégico de crescimento inclusivo do Alto Tâmega – qualificação, inclusão social, emprego, serviços públicos – e aos OT a elas associadas (OT 8, OT 9, OT 10 e OT 11), verifica-se que este eixo encontra-se alinhado com algumas das diretrizes e prioridades estratégicas estabelecidas, a nível nacional, no âmbito dos seguintes PO Temáticos:

- *PO Capital Humano (POCH)*;<sup>26</sup>
- *PO Inclusão Social e Emprego (POISE)*<sup>27</sup>

Considerando o **POCH**, o eixo estratégico para o crescimento inclusivo do Alto Tâmega está particularmente alinhado com os seguintes EP e respetivos OE:

**EP 1** – Promoção do sucesso educativo, combate ao abandono escolar precoce e qualificação de jovens (PI FSE 10.4).

**OE 1** - Aumentar o número de jovens diplomados em modalidades de ensino e formação

<sup>26</sup> Conforme versão de trabalho do PO apresentada à Comissão Europeia em fevereiro de 2014.

<sup>27</sup> Idem.

profissional, com reforço da formação em contexto de trabalho.

**EP 3** – Aprendizagem ao longo da vida (PI FSE 10.3)

**OE 1** - Elevar o nível de qualificação da população adulta, empregada ou desempregada, através de processos de RVCC ou da conclusão de percursos de formação escolar e/ou de dupla certificação, tendo em vista a aquisição de uma certificação ISCED 2 e 3.

Ao valorizar o ensino profissionalizante, o ensino dual e, de um modo geral, a adaptação da oferta formativa às necessidades específicas do mercado de trabalho e da realidade socioeconómica local do Alto Tâmega, o eixo estratégico para o crescimento inclusivo coaduna-se com o EP 1/OE 1 do POCH. Este OE do POCH – tal como o eixo estratégico para o crescimento inclusivo do Alto Tâmega – propugna por uma maior articulação e cooperação entre as escolas, centros de formação profissional e empresas, no sentido de diversificar a oferta formativa e adequá-la aos interesses e necessidades dos jovens e das entidades empregadoras, com destaque para a expansão do Ensino Profissional de Dupla Certificação e dos Cursos de Aprendizagem Dual. Tal como enunciado na descrição do eixo estratégico, também o POCH reconhece a relevância da qualificação dos recursos humanos e a promoção do emprego (em particular jovem) para o próprio desenvolvimento das comunidades locais, através da articulação das escolas e entidades formadoras com entidades municipais e associações empresariais locais.

O eixo de crescimento inclusivo da estratégia do Alto Tâmega encontra-se também alinhado com o EP 3 do POCH, que valoriza a aprendizagem em contextos não formais e informais, a orientação profissional e a validação de competências. O alinhamento é particularmente estreito com o OE 1 deste EP, na medida em que orienta as ações para a população desempregada e/ou com poucas qualificações, entre outros grupos, em particular para os jovens adultos entre os 18 e os 30 anos sem ensino secundário completo e os adultos entre os 30 e os 55 anos e sem o ensino básico ou secundário completos. Além disso, as tipologias de ação contempladas por este OE pressupõem uma abordagem integrada ao percurso profissional dos diferentes públicos-alvo – em linha com a proposta do eixo estratégico para o crescimento inclusivo do Alto Tâmega - contemplando iniciativas como os Cursos de Educação e Formação de Adultos com dupla certificação ou os Planos Pessoais de Emprego ou de Qualificação em contexto de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

Considerando o POISE, por sua vez, verifica-se um alinhamento mais abrangente, na medida em que o eixo estratégico para o crescimento inclusivo do Alto Tâmega contempla diferentes PI e OE do programa. Este alinhamento abrangente decorre da lógica de combate à exclusão social e de fomento da inclusão ativa promovida pelo eixo estratégico em causa e que é subjacente e transversal às medidas propostas - de qualificação e geração de emprego orientadas para grupos-alvo socialmente vulneráveis, de promoção da população sénior e de contribuição para a melhoria da eficiência e eficácia da resposta dos serviços públicos em função das distintas exigências socioeconómicas.

A tabela abaixo sintetiza os EP e OE do POISE nos quais se enquadram o eixo estratégico para o crescimento inclusivo do Alto Tâmega e os respetivos objetivos estratégicos, apresentando igualmente uma breve descrição

de iniciativas a apoiar no âmbito dos OE e que são pertinentes e relevantes porque se coadunam com as medidas propugnadas na descrição do eixo estratégico:

Eixo estratégico	Objetivo específico	Exemplos de iniciativas pertinentes
<b>EP 1</b> – Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade dos trabalhadores (PI FSE 8.1 PI FSE 8.5 PI FSE 8.6 PI FSE 8.7).	<b>OE 1</b> - Integrar, de forma sustentada, desempregados e inativos no mercado de trabalho.	Discriminação positiva nos apoios à contratação de grupos sociais, como os desempregados de longa duração, os adultos séniores ou as pessoas afastadas do mercado de trabalho.
	<b>OE 5</b> - Melhorar a empregabilidade da população ativa (empregados, empregados em risco de desemprego e desempregados), através do desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho.	Fomentar a vida ativa, através do desenvolvimento de percursos de formação modular; formação prática em contexto de trabalho; processos de reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas ao longo da vida por vias formais ou informais, na vertente profissional ou de dupla certificação.
	<b>OE 6</b> - Aumentar a permanência na vida ativa de adultos séniores	<i>Coaching</i> intergeracional, com a transmissão de saberes e experiência dos mais velhos aos jovens recém-inseridos no mercado de trabalho.
	<b>OE 7</b> - Aumentar a eficiência e a eficácia das instituições e estruturas de apoio ao mercado de trabalho, incluindo através da construção, remodelação ou adaptação de espaços físicos e/ou da aquisição de equipamentos.	Desenvolvimento de abordagens inovadoras, adequadas às necessidades do público-alvo, promovidas em articulação entre entidades públicas e privadas do território, e que maximizam as potencialidades de cada território.
<b>EP 3</b> – Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação (PI FSE 9.1 PI FSE 9.4).	<b>OE 1</b> - Promover o desenvolvimento e o reconhecimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente mais vulneráveis, potenciando a sua empregabilidade e o reforço das oportunidades para a sua integração socioprofissional e cultural.	Melhoria das competências de grupos potencialmente mais vulneráveis (e.g. desempregados de longa duração, pessoas com baixos níveis de habilitação), com o intuito de facilitar o seu acesso ao mercado de trabalho e a sua integração socioprofissional.
	<b>OE 4</b> - Promover iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão ativa.	Promoção de abordagens inovadoras, eficazes e sustentáveis para a inclusão ativa, à escala suprarregional – incluindo parcerias transnacionais, troca de experiências e de <i>know-how</i> , etc.
	<b>OE 7</b> - Diversificar a oferta de serviços sociais e de saúde e aumentar a qualidade das respostas sociais e de saúde disponíveis.	Desenvolvimento de serviços de proximidade com base na comunidade, de acordo com as necessidades específicas de grupos sociais, nomeadamente das pessoas idosas e suas famílias. Exemplos concretos de iniciativas incluem: <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Modelos de apoio à vida independente (MAVI)</i> – modelos comunitário de prestação de serviços que introduzam maior eficácia e eficiência no processo de habilitação e reabilitação, incluindo um prognóstico social e ocupacional independente da pessoa intervencionada.</li> <li>• <i>"Cuidar dos cuidadores"</i> - implementação de uma rede nacional de serviço de ajuda e apoio,</li> </ul>

Eixo estratégico	Objetivo específico	Exemplos de iniciativas pertinentes
		<p>incluindo formação e grupos de ajuda mútua;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Rede de Cuidadores de Proximidade</i> - assegurar a pessoas idosas e pessoas com incapacidades um meio sociofamiliar e afetivo adequado à satisfação das suas necessidades. <i>Idade +</i>: diversificação de serviços que promovam a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas idosas e o envelhecimento</li> <li>• Suporte ao doente em casa / na comunidade através do uso de tecnologias.</li> <li>• <i>Rede Local de Intervenção Social (RLIS)</i> - Modelo de organização e funcionamento da intervenção social de base local em que se pretende apoiar os processos de atendimento, encaminhamento e acompanhamento social de pessoas e das famílias em situação de risco e vulnerabilidade socioeconómica, alicerçado em parcerias locais, que integram os atores sociais relevantes e com competências/experiências na área do apoio social.</li> </ul>

#### 5.4.3. PO Cooperação Territorial

O eixo estratégico de crescimento inclusivo proposto para o Alto Tâmega encontra-se em consonância com a lógica de intervenção proposta pelo PO de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP).<sup>28</sup> Dadas as características transfronteiriças do território do Alto Tâmega (refletidas inclusivamente na sua Visão), este alinhamento é de grande relevância para a materialização da estratégia proposta.

O eixo estratégico proposto, tal como o POCTEP no âmbito do seu EP 4, estimula a capacitação e cooperação institucional, com o intuito de melhorar a eficiência da administração pública e a eficácia da sua resposta à população local. Neste contexto, o alinhamento em análise incide fundamentalmente sobre o segundo objetivo estratégico proposto – fortalecimento dos serviços sociais numa lógica de proximidade, de facilidade de acesso e de funcionamento em rede – embora seja transversal aos demais objetivos estratégicos em razão das temáticas que abordam.

**EP 4** – Melhoria da capacidade institucional e a eficiência da administração pública através da cooperação transfronteiriça (PI FEDER 11).

**OE** – Consolidar estratégias transfronteiriças de cooperação entre os diversos atores que operam na fronteira.

No âmbito deste OE, o POCTEP prevê um conjunto de iniciativas que se coadunam com o propugnado para o eixo estratégico do crescimento inclusivo para o Alto Tâmega, tais como:

- ♦ Coordenação dos serviços públicos de emprego das várias regiões da raia;

<sup>28</sup> Conforme versão de Agosto de 2014 do PO.



- ◆ Identificação das entidades e capacidades existentes no território, no que diz respeito a formação e estímulo ao crescimento inclusivo;
- ◆ Reconhecimento, validação e certificação de competências profissionais;
- ◆ Fortalecimento da rede de centros de formação no meio rural;
- ◆ Gestão de equipamentos transfronteiriços compartilhados;
- ◆ Eliminação de custos de contexto transfronteiriço, em áreas como as relações laborais e saúde.

#### 5.4.4. Programas de Gestão Centralizada

Considerando o âmbito de intervenção deste eixo estratégico de crescimento inclusivo para o Alto Tâmega, importa analisar o seu alinhamento, no contexto dos Programas de Gestão Centralizada da União Europeia, com o **Programa Erasmus +**.

No contexto do Erasmus +, este eixo estratégico do Alto Tâmega encontra-se primordialmente alinhado com a Ação-Chave 2 – Cooperação para a inovação e o intercâmbio de boas práticas, em especial com as seguintes iniciativas:

- ◆ **Parcerias Estratégicas nos domínios da educação, formação e juventude** – que, entre outros aspetos, visam o fortalecimento do sistema de ensino e aprendizagem, através do fomento da cooperação e intercâmbio de boas práticas entre atores-chave a nível europeu, do desenvolvimento e implementação de abordagens inovadoras e da validação e reconhecimento de competências adquiridas em contextos informais e não formais e da adoção;
- ◆ **Alianças de Competências Setoriais** – que pretendem reforçar os laços entre ensino/aprendizagem e as necessidades específicas, em termos de competências profissionais, de determinados setores do mercado de trabalho, explorando o potencial do Ensino e Formação Profissional como motor do desenvolvimento económico a nível local e regional, fortalecendo a aprendizagem baseada no trabalho e promovendo a conceção e disponibilização de programas curriculares conjuntos. Estas Alianças devem incidir sobre setores específicos já determinados, alguns dos quais com relevância económica dentro do território do Alto Tâmega – tais como comércio e tecnologias ambientais (ecoinovação).<sup>29</sup>

De modo incidental, este eixo estratégico está também alinhado com as prioridades estabelecidas no âmbito da Ação-Chave 1 – Mobilidade individual para fins de aprendizagem, em particular com os projetos de mobilidade (i) no domínio da educação, formação e juventude, (ii) para aprendentes e pessoal de Ensino e Formação Profissional e (iii) para pessoal ligado à educação de adultos.

<sup>29</sup> Erasmus + - Guia do Programa. Versão 3 – 04/06/2014, p. 136.

## Quadro-síntese

Alinhamento estratégico		Regional	Nacional		Europeu	
Objetivo Temático	Prioridade de Investimento	Norte 2020	POCH	POISE	POCTEP	Erasmus +
OT 8	PI FSE 8.1	✓ (EP 6)		✓ (EP 1)		Ação-Chave 2
	PI FSE 8.5	✓ (EP 5)		✓ (EP 1)		
	PI FSE 8.6			✓ (EP 1)		
	PI FSE 8.7			✓ (EP 1)		
OT 9	PI FSE 9.1	✓ (EP 7)		✓ (EP 3)		
	PI FEDER 9.1	✓ (EP 7)				
	PI FSE 9.4			✓ (EP 3)		
OT 10	PI FEDER 10	✓ (EP 8)				
	PI FSE 10.3		✓ (EP 3)			
	PI FSE 10.4	✓ (EP 8)	✓ (EP 1)			
OT 11	PI FEDER 11				✓ (EP 4)	
	PI FSE 11.1	✓ (EP 9)				
	PI FSE 11.2	✓ (EP 9)				

## 5.5. EE4. Reforçar a integração, a identidade regional e a cidadania

### Objetivos temáticos e prioridades de investimento pertinentes

Atendendo à forte componente público-institucional deste eixo estratégico, relacionada com a administração pública, os serviços públicos e a cooperação territorial, o seu alinhamento ocorre com os seguintes OT da Estratégia Europa 2020:

- **OT 2** – Melhoria do acesso às TIC, bem como a sua utilização e a sua qualidade.
- **OT 9** – Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação.
- **OT 11** – Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública.

A partir deste alinhamento genérico com estes 3 OT, é possível identificar as PI específicas, ao nível do FEDER e FSE, com as quais este eixo estratégico encontra-se alinhado. A tabela apresentada a seguir sintetiza esta identificação e consequente alinhamento:

Objetivo Temático	Prioridade FEDER	Prioridade FSE	Breve justificativa do alinhamento com o eixo estratégico
OT 2	PI 2.3 – Reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha.		Busca de eficiência e eficácia na administração pública no Alto Tâmega, assente na racionalização da prestação de serviços, simplificação de procedimentos e desmaterialização de processos.
OT 9	PI 9.1 – Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.		Fomento de serviços públicos de proximidade e em rede no Alto Tâmega assente na partilha de funcionalidades e competências e na gestão conjunta de equipamentos.
OT 11		PI 11.1 - Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem. PI 11.2 - Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local.	Qualificação dos funcionários públicos do Alto Tâmega e reforço de competências das Autarquias do território e da CIMAT, baseados no intercâmbio de conhecimentos e partilha de boas práticas.

### 5.8.1. Norte 2020

Atendendo aos OT e PI identificados anteriormente, este eixo institucional da estratégia do Alto Tâmega encontra-se alinhada com os seguintes Eixos Prioritários (EP) do Programa Operacional Regional do Norte entre 2014 e 2020 (Norte 2020):

- **EP 7: Inclusão Social e Pobreza (OT 9)**
  - PI FEDER 9.1 - Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária.
- **EP 9: Capacitação Institucional e TIC (OT 11 e OT 2)**
  - PI FSE 11.1 - Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem.
  - PI FSE 11.2 - criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local.
  - PI FEDER 2.3 - Reforço das aplicações TIC na administração pública em linha, aprendizagem em linha, infoinclusão, cultura em linha e saúde em linha.

Verifica-se um alinhamento direto e imediato entre os objetivos estratégicos propostos para o Alto Tâmega e o EP 9 do Norte 2020, conforme evidenciado na tabela que se segue, facto reitera e realça a vertente público-institucional deste eixo. De modo complementar, o primeiro objetivo estratégico (articulação de competências e gestão partilhada de serviços públicos) enquadra-se também no EP 7.

Mais importante, contudo, do que verificar o alinhamento ao nível dos EP, é relacionar os objetivos estratégicos propostos para o Alto Tâmega em termos público-institucionais com os Objetivos Específicos (OE) associados a cada um destes EP e às PI por estes selecionadas.

Neste contexto, é possível constatar, por um lado, a existência de um alinhamento primordial de cada objetivo estratégico com um OE em particular do EP 9:

- Objetivo estratégico 4.1 (foco na gestão partilhada de serviços públicos): OE 1;
- Objetivo estratégico 4.2 (foco na capacidade e eficiência da administração pública): OE 3;
- Objetivo estratégico 4.3 (foco na cooperação territorial): OE 2.

Por outro lado, é igualmente possível verificar que o OE 1 enquadra, de modo transversal, todos os objetivos estratégicos deste eixo institucional da estratégia do Alto Tâmega (com primazia, como referido, ao primeiro objetivo estratégico).

Objetivo estratégico	Alinhamento com EP	Alinhamento com OE (e respetiva PI mobilizada)
Estimular a articulação de competências e a gestão partilhada de serviços públicos	EP 9	OE 1 - Qualificar a prestação do serviço público, através da capacitação dos serviços e da formação dos trabalhadores, promovendo a redução de contexto e criando um ambiente favorável ao desenvolvimento regional e local. (PI FSE 11.1)
	EP 7	OE 3 - Qualificar e adequar a atual rede de serviços e equipamentos sociais e de saúde à satisfação das necessidades da população (PI FEDER 9.1)
Promover a capacidade e eficiência da administração pública	EP 9	OE 1 (PI FSE 11.1)
		OE 3 - Aumentar o acesso e o uso dos serviços públicos digitais de natureza local e regional e melhorar a eficiência interna da administração pública através de TIC (PI FEDER 2.3)
Fomentar a cooperação territorial estratégica e competitiva	EP 9	OE 1 (PI FSE 11.1)
		OE 2 - Reforçar capacidade de atores e redes para a promoção de ações de desenvolvimento territorial nos domínios da educação, do emprego e empreendedorismo, da aprendizagem ao longo da vida, da formação e das políticas sociais (PI FSE 11.2)

No contexto do primeiro objetivo estratégico identificam-se as seguintes tipologias de ação potencialmente enquadradoras das medidas propostas no âmbito deste mesmo objetivo:

- Processos de reconversão e adaptação de respostas/serviços às necessidades atuais, com foco em ganhos de escala e de sustentabilidade - incluindo fusões e cisões de entidades e rentabilização de imóveis e equipamentos;
- Apoio à qualificação, consolidação e modernização da rede de infraestruturas e equipamentos de saúde, buscando a melhoria no acesso aos serviços e ganhos de eficiência e eficácia na sua gestão;
- Fomento do uso de novos modelos descentralizados de prestação de serviços públicos em rede.

Já para o segundo objetivo estratégico referem-se as seguintes tipologias de ação como relevantes e prioritárias para o alinhamento das medidas propostas em seu âmbito:

- Ações de formação relacionadas a projetos (numa lógica de qualificação dos funcionários públicos para a utilização das TIC em suas atividades correntes e de mobilização de suas competências em tópicos específicos relacionados com a gestão pública);

- Capacitação institucional dos serviços públicos – contemplando aspetos como processos de simplificação regulamentar e de processos, reforço da capacidade técnica e de gestão e implementação de processos de monitorização, acompanhamento e avaliação das políticas públicas;
- Mobilização de serviços públicos eletrónicos, de âmbito regional e local, para cidadãos ou empresas, que proporcionem funcionalidades flexíveis e personalizadas;
- Apoio à criação de condições técnicas e institucionais necessárias ao desenvolvimento do governo eletrónico a nível regional;
- Apoio à aplicação de novos modelos de prestação de serviços coletivos, de base eletrónica, principalmente no âmbito da saúde e cultura.
- Apoio à aplicação de TIC como instrumento de mudança para melhorar processos organizacionais e reduzir custos administrativos, incluindo a desmaterialização de processos e reengenharia de processos.

Finalmente, para o terceiro objetivo estratégico deste eixo institucional da estratégia do Alto Tâmega, referem-se as seguintes tipologias de ação que potencialmente contemplam as medidas a ele associadas:

- Ações de formação associadas a projetos (em particular no domínio dos programas de cooperação territorial para os quais o território do Alto Tâmega é elegível);
- Apoio técnico à coordenação, dinamização, execução e acompanhamento de planos de ação territoriais;
- Ações inovadoras de modernização e de boas práticas de redes de atores institucionais, incluindo *benchmarking* internacional;
- Formação dos agentes para o desenvolvimento territorial;
- Capacitação ao nível da dinamização, monitorização e acompanhamento de dinâmicas territoriais e avaliação de políticas.

### 5.8.2. PO Temáticos

Atendendo aos OT e PI mobilizados pelos PO Temáticos, verifica-se que o alinhamento deste eixo institucional da estratégia propugnada para o Alto Tâmega ocorre somente com o **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI)**.<sup>30</sup>

Mais especificamente, este alinhamento acontece ao nível dos seguintes EP:

- **EP 2 – Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto** (*mobilizador dos OT 3 e OT 2 e, no âmbito deste último, da PI FEDER 2.3*);
- **EP 5 - Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública** (*mobilizador do OT 11 e, neste contexto, da PI FSE 11.1*).

Avançando-se para o âmbito dos OE, este eixo estratégico institucional encontra-se alinhado com o OE 4 do EP 2 do Norte 2020:

<sup>30</sup> Conforme versão de trabalho do PO de agosto de 2014.

- Reforçar a disponibilidade e fomentar a utilização de serviços em rede por parte da administração e serviços públicos e melhorar a eficiência da Administração

Dentre as tipologias de ação previstas no contexto deste OE, destacam-se as seguintes como sendo relevantes e prioritárias para a implementação das medidas pertinentes previstas no eixo institucional da estratégia do Alto Tâmega:

- Apoio à promoção de uma administração e serviços públicos em rede – serviços *online*, desmaterialização e reengenharia de processos, etc;
- Estado/cidadãos e empresas, centrado nas efetivas necessidades dos vários tipos de utentes de serviços públicos – tais como serviços de atendimento digital assistido;
- Apoio à cooperação e à articulação entre serviços em rede e serviços TIC – incluindo projetos de *e-government*,
- Implementação de novos modelos organizativos mais descentralizados e eficazes na interação
- Criação/reforço de redes de relação e partilha de conhecimento na Administração Pública,
- Ações transversais de sensibilização e informação para o uso dos serviços públicos digitalizados;

Já no âmbito do EP 5, o alinhamento acontece com o OE 1:

- Qualificar a prestação do serviço público, quer através da capacitação dos serviços, quer da formação dos trabalhadores em funções públicas

Em termos de tipologias de ação abrangidas por este OE e aplicáveis às medidas propostas para o eixo institucional da estratégia do Alto Tâmega destacam-se as seguintes:

- Realização de estudos e implementação de estratégias de racionalização de estruturas e de fomento das sinergias entre serviços públicos (racionalidade e eficiência);
- Ações de promoção de novos modelos de inovação e de experimentação no setor público – tais como laboratórios de inovação, *launch pads* e aceleradores, promovendo inclusivamente a cooperação internacional no setor público e respostas a desafios societais;
- Desenvolvimento e implementação de sistemas de avaliação da prestação de serviços públicos e da satisfação dos utentes, de monitorização de níveis de serviço e de certificação de qualidade dos mesmos e introdução e difusão de melhores práticas orientadas para os cidadãos e empresas;
- Implementação de instrumentos de gestão, monitorização, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, bem como de infraestruturas e equipamentos coletivos;
- Ações de formação dos trabalhadores em funções públicas associadas a projetos de modernização administrativa e de aumento da eficiência na prestação dos serviços públicos (incluindo aspetos como gestão, processos de reorganização e inovação organizacional).

### 5.8.3. PO Cooperação Territorial

Considerando os OT e PI mobilizados pelo eixo institucional da estratégia do Alto Tâmega, apenas o PO de Cooperação Transfronteiriça Espanha/Portugal (POCTEP) proporciona algum tipo de enquadramento.



Este enquadramento ocorre no contexto do EP 4 do POCTEP – *Melhoria da capacidade institucional e da eficiência da administração pública através da cooperação transfronteiriça* – que mobiliza a PI FSE 11.1 (com uma redação adaptada à cooperação territorial).<sup>31</sup>

Este EP 4 contempla um único OE:

- Consolidar estratégias transfronteiriças de cooperação entre os diversos atores que operam na fronteira.

No âmbito deste OE, identificam-se um conjunto de tipologias de ação que previsivelmente poderão enquadrar as medidas a implementar no âmbito deste eixo estratégico do Alto Tâmega, a saber:

- Consolidação de modelos de governança transfronteiriça;
- Definição e estabelecimento de mecanismos de concertação entre as administrações afetadas nas diferentes parcelas de interesse comum;
- Criação de instrumentos inovadores orientados para a articulação e desenvolvimento do espaço transfronteiriço;
- Desenvolvimento das habilidades e capacidades técnicas das organizações que trabalham na área de fronteira através da avaliação comparativa e o intercâmbio de experiências e boas práticas;
- Desenvolvimento e coordenação de Planos Estratégicos Transfronteiriços;
- Iniciativas e medidas ao nível social e cultural, ao serviço da cidadania ativa (cultura, desporto, educação e turismo).
- Gestão de equipamentos transfronteiriços compartilhados;
- Eliminação de custos de contexto transfronteiriço, em áreas como o transporte, comunicação, emergências, relações laborais, saúde, entre outras possíveis.

#### 5.8.4. Quadro-síntese

Alinhamento estratégico		Regional	Nacional	Europeu
Objetivo Temático	Prioridade de Investimento	Norte 2020	POCI	POCTEP
OT 2	PI FEDER 2.3	+ (EP 9)	+ (EP 2)	
OT 9	PI FEDER 9.1	+ (EP 7)		
OT 11	PI FSE 11.1	+ (EP 9)	+ (EP 5)	+ (EP 4)
	PI FSE 11.2	+ (EP 9)		

<sup>31</sup> Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e a eficiência da administração pública através da promoção da cooperação jurídica e administrativa e a cooperação entre os cidadãos e as instituições.

## 5.6. EE5. Consolidar a coesão territorial e o sistema urbano

Ao fomentar a coesão territorial, em particular através da integração do sistema urbano, da valorização da qualidade ambiental e da promoção da mobilidade, a estratégia propugnada para o Alto Tâmega encontra-se alinhada com os seguintes OT da Estratégia Europa 2020:

- **OT 4** - Apoio à transição para uma economia de baixo teor de carbono.
- **OT 6** - Preservação e proteção do ambiente e promoção da utilização eficiente dos recursos.
- **OT 7** - Promoção da inclusão social e combate à pobreza e à discriminação.

A partir deste alinhamento genérico com estes 3 OT, é possível identificar as PI específicas, ao nível do FEDER e FC, com as quais este eixo estratégico encontra-se alinhado. A tabela apresentada a seguir sintetiza esta identificação e consequente alinhamento:

Objetivo Temático	Prioridade FEDER	Prioridade FC	Breve justificativa do alinhamento com o eixo estratégico
OT 4	PI 4.5 - A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação.	PI 4.5 - A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a redução.	Desenvolvimento de instrumentos, políticas e estratégias que promovam uma gestão territorial mais eficiente e racional, em particular no contexto da mobilidade.
	PI 6.3 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural.	PI 6.4 - A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e à promoção de serviços ligados a ecossistemas, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes.	Valorização e reconhecimento da qualidade ambiental do Alto Tâmega como elemento de diferenciação e competitividade do território.
OT 6	PI 6.4 - A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes.		
	PI 6.5 - A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.	PI 6.5 - A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, a recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução do ruído.	Desenvolvimento de instrumentos, políticas e estratégias que promovam uma gestão territorial mais eficiente e racional.
	PI 6.6 - A promoção de tecnologias inovadoras para melhorar a proteção ambiental e a utilização eficiente dos recursos nos setores dos resíduos, da água e no que respeita aos solos, e para reduzir a poluição atmosférica.		

Objetivo Temático	Prioridade FEDER	Prioridade FC	Breve justificativa do alinhamento com o eixo estratégico
OT 7	PI 7.3 - O desenvolvimento e a melhoria de sistemas de transporte ecológicos (nomeadamente de baixo ruído) e baixo teor de carbono, incluindo as vias navegáveis interiores e o transporte marítimo, os portos, as ligações multimodais e as infraestruturas aeroportuárias, a fim de promover a mobilidade regional e local sustentável.	PI 7.3 - O desenvolvimento e a melhoria de sistemas de transporte ecológicos (nomeadamente de baixo ruído) e baixo teor de carbono, incluindo as vias navegáveis interiores e o transporte marítimo, os portos, as ligações multimodais e as infraestruturas aeroportuárias, a fim de promover a mobilidade regional e local sustentável.	Valorização da mobilidade multimodal e sustentável como elemento de promoção da ligação e coesão no território do Alto Tâmega.
OT 9	PI 9.2 - A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.		Valorização e requalificação do território, urbano e rural, em linha com estratégias e instrumentos de promoção do desenvolvimento local.

### 5.6.1. Norte 2020

Atendendo aos OT e PI identificados anteriormente, o eixo estratégico para a coesão territorial do Alto Tâmega encontra-se alinhado com 3 Eixos Prioritários (EP) do Programa Operacional Regional do Norte entre 2014 e 2020 (Norte 2020), identificados a seguir, juntamente com as PI consideradas relevantes e aplicáveis ao contexto do Alto Tâmega. De notar existência de uma certa sobreposição entre os distintos EP que enquadram a estratégia do Alto Tâmega no que se refere à escolha de PI:<sup>32</sup>

- **EP 3: Economia de Baixo Teor de Carbono (OT 4)**
  - PI 4.5 - A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação.
- **EP 4: Qualidade Ambiental (OT 6)**
  - PI 6.3 - A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural.
  - PI 6.5 - A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.
- **EP 5: Sistema Urbano (OT 4, OT 6 e OT 9)**
  - PI 4.5 - A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação.
  - PI 6.5 - A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído.
  - PI 9.2 - A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.

Genericamente, é possível estabelecer a seguinte correlação entre os objetivos estratégicos propostos para a coesão territorial do Alto Tâmega e estes EP. É possível identificar uma relação imediata entre cada objetivo estratégico proposto e um dos EP (EP3 para o objetivo da mobilidade, EP4 para o objetivo da qualidade ambiental, EP5 para o objetivo do sistema urbano). Em virtude da sobreposição de PI referida anteriormente, verifica-se igualmente um alinhamento incidental de cada objetivo com outros EP:

<sup>32</sup> Na versão de trabalho do texto do PO, de fevereiro de 2014, não havia esta sobreposição, havendo inclusive outras PI selecionadas e que também se encontravam em consonância com o propugnado para o Alto Tâmega. Contudo, conforme a última versão da estratégia do PO, disponibilizada pela CCDR-N no âmbito de uma reunião no passado mês de outubro, verificaram-se alterações significativas na composição do Norte 2020, com impacto relevante no alinhamento do eixo estratégico de coesão territorial com este PO.

Objetivo estratégico	Alinhamento com EP
Estruturar o sistema urbano, contribuindo para a consolidação de um polo estruturante regional	EP 5 + EP 4
Promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística do território	EP 4 + EP 5
Melhorar a mobilidade regional e garantir a acessibilidade e a conectividade	EP 3 + EP 5

O primeiro objetivo estratégico proposto para a coesão territorial do Alto Tâmega – relacionado com a estruturação do sistema urbano – encontra-se alinhado com os seguintes OE:

**EP5 – OE 1 (PI FEDER 9.2)** - Promover a inclusão social em territórios urbanos e rurais desfavorecidos, através de ações de regeneração física, económica e social.

**EP5 - OE 1 (PI FEDER 6.5)** - promover a qualidade ambiental, urbanística e paisagística dos centros urbanos de nível hierárquico superior enquanto fator de diferenciação e afirmação regional

**EP5 - OE 1 (PI FEDER 4.5)** - Promover uma mobilidade ambiental e energeticamente mais sustentável num quadro mais amplo de descarbonização das atividades sociais e económicas e de promoção da coesão económica e social e de garantia de equidade territorial no acesso às infraestruturas, equipamentos coletivos e serviços de interesse geral.

De modo mais específico, é possível enquadrar este objetivo estratégico para a coesão territorial do Alto Tâmega no âmbito de um conjunto de tipologias de ação referidas por estes OE. Destacam-se em particular o **apoio à oferta de equipamentos e de serviços**, nos centros urbanos estruturantes, fundamentais à qualidade de vida e à sustentabilidade dos respetivos territórios envolventes, a **redução de assimetrias e a valorização dos diferentes contextos territoriais**, procurando-se aumentara coesão social intrarregional; e a **criação de novas centralidades e desenvolvimento de territórios de baixa densidade**.

Estas tipologias de ação se destacam primordialmente porque permitem reforçar o papel de Chaves como principal centro urbano do Alto Tâmega, dotando-o de uma oferta mais consolidada de equipamentos e serviços. Permitem ainda fomentar dinâmicas de interface urbana-rural, valorizando os territórios rurais e de baixa densidade como novas territorialidades emergentes (pelo potencial que lhes é inerente em virtude da agricultura e turismo) e as ligações que possuem aos diferentes núcleos urbanos de menor escala do Alto Tâmega.

Para além destas tipologias de ação, as que se apresentam a seguir também enquadram este objetivo estratégico para a coesão territorial do Alto Tâmega:

- Regeneração de áreas críticas, como núcleos históricos, por exemplo;
- Qualificação do espaço público e animação urbana e comercial;
- Desenvolvimento de experiências inovadoras e de ações-piloto no âmbito do desenvolvimento sustentável;
- Operações integradas de regeneração e competitividade urbana direcionadas para o fomento da inovação, o acolhimento de novas atividades, a valorização da cultura e a promoção do empreendedorismo;

Já para o segundo objetivo estratégico para a coesão territorial do Alto Tâmega – relacionado à qualidade ambiental, urbana e paisagística – identificam-se os seguintes OE como enquadadores:

**EP4 - OE 1 (PI FEDER 6.3)** - Promover a valorização da excelência do património cultural e natural no contexto de estratégias regionais distintivas de desenvolvimento turístico.

**EP4 - OE 1 (PI FEDER 4.5)** - Promover uma mobilidade ambiental e energeticamente mais sustentável num quadro mais amplo de descarbonização das atividades sociais e económicas e de promoção da coesão económica e social e de garantia de equidade territorial no acesso às infraestruturas, equipamentos coletivos e serviços de interesse geral.

O objetivo estratégico de qualificação ambiental, urbana e paisagística proposto para a coesão territorial do Alto Tâmega encontra-se particularmente alinhado com as tipologias de ação destes dois OE que fomentam a **qualificação e valorização dos atrativos naturais**, numa lógica de rentabilização turística, em particular das **áreas protegidas e qualificadas** e que incluem a **capacitação para gestores de bens culturais e naturais**, assente na finalidade de rentabilização económica deste património.

O objetivo estratégico encontra-se ainda alinhado com tipologias de ação associadas a **políticas públicas de qualificação do ambiente urbano**, que incluem, entre outras iniciativas, **recuperação, expansão e valorização de sistemas e estruturas ecológicas urbanas**, bem como o desenvolvimento e implantação de sistemas de **controlo e informação ambiental**.

Finalmente, no contexto do terceiro objetivo estratégico para a coesão territorial do Alto Tâmega, relacionado com a mobilidade, o alinhamento com o Norte 2020 faz-se fundamentalmente através do seguinte OE:

**EP3 - OE 1 (PI FEDER 4.5)** - Promover uma mobilidade ambiental e energeticamente mais sustentável num quadro mais amplo de descarbonização das atividades sociais e económicas e de promoção da coesão económica e social e de garantia de equidade territorial no acesso às infraestruturas, equipamentos coletivos e serviços de interesse geral.

Neste âmbito, entre outras tipologias de ação que enquadram o objetivo estratégico proposto, destacam-se o apoio à elaboração de **plano de mobilidade sub-regional**, na perspetiva da sustentabilidade; o incremento do **transporte público** e dos **modos suaves**; a adoção de **sistemas de informação aos utilizadores em tempo real** e o reforço da **eficiência energética**.

### 5.6.2. PO Temáticos

O eixo proposto para a coesão territorial no Alto Tâmega encontra-se alinhado com dois PO Temáticos:

- **Programa Operacional Sustentabilidade e Uso Eficiente dos Recursos (PO SEUR);**<sup>33</sup>
- **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI).**<sup>34</sup>

<sup>33</sup> Conforme versão de fevereiro de 2014.

<sup>34</sup> Conforme versão de trabalho do PO de agosto de 2014.

No contexto do PO SEUR, o alinhamento dos três objetivos estratégicos de coesão territorial do Alto Tâmega – sistema urbano, qualidade ambiental e mobilidade – contempla fundamentalmente as duas últimas temáticas, não existindo um alinhamento direto relevante com o objetivo associado ao sistema urbano.

Este alinhamento ocorre face aos seguintes EP e OE do PO SEUR:

**EP 1:** Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores (OT 4)

**OE 1** - Apoio à implementação de medidas de eficiência energética e à racionalização dos consumos nos transportes coletivos de passageiros, como modo de reduzir os consumos de energia e, consequentemente, as emissões decorrentes do setor dos transportes (PI FC 4.5).

**OE 2** – Apoio à promoção da utilização de transportes ecológicos e das respetivas redes, no caso dos apoios a conceder à rede de carregamento da mobilidade elétrica (PI FC 4.5).

**EP 3:** Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos (OT 6)

**OE 2:** Valorização e promoção dos espaços naturais (PI FC 6.4)

No contexto do EP 1, as principais tipologias de ação alinhadas com os objetivos estratégicos de cooperação territorial do Alto Tâmega incidem fundamentalmente sobre a temática da mobilidade e, em particular, sobre a difusão de modos suaves e sustentáveis de transporte, englobando as seguintes iniciativas:

- Promoção da mobilidade ecológica e adoção de boas práticas;
- Utilização de transportes e soluções de mobilidade energeticamente mais eficientes;
- Sistema de gestão de frotas e promoção da ecocondução;
- Melhoria dos sistemas de gestão de informação e apoio ao cliente na mobilidade elétrica;
- Uso de veículos elétricos na esfera da Administração Pública.

Já no contexto do EP 3 (OE 2) o alinhamento consiste na valorização, reabilitação e requalificação dos espaços naturais, dos seus equipamentos e infraestruturas, em particular em áreas protegidas e classificadas, numa lógica de rentabilização para atividades turísticas. Além disso, as tipologias de ação mais enquadráveis no contexto do eixo de coesão territorial do Alto Tâmega referem investimentos no modelo de negócios e na análise de viabilidade económico-financeira da rentabilização destes espaços naturais numa lógica de utilização da marca de âmbito nacional criada para a promoção turística dos espaços naturais.<sup>35</sup>

No âmbito do POCL, por sua vez, o alinhamento ocorre fundamentalmente com o terceiro objetivo estratégico para a coesão territorial – referente à mobilidade. Este alinhamento acontece ao nível dos seguintes EP e OE:

**EP 7:** Promoção de Transportes Sustentáveis e Eliminação dos Estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas (OT 7).

**OE 2** - Objetivo específico 2 Desenvolvimento dos sistemas, equipamentos e infraestruturas de transporte e logística com baixas emissões de carbono, por forma a aumentar a sua sustentabilidade económica e ambiental e a competitividade das atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis e a movimentação de pessoas e bens (PI FC 7.3).

<sup>35</sup> <http://www.natural.pt>.



Neste contexto, destacam-se as seguintes tipologias de ação, que enquadram possíveis medidas de promoção da coesão territorial no Alto Tâmega – atendendo em particular a existência e o potencial da Plataforma Logística de Chaves:

- Apoio a operações que promovam o desenvolvimento, a competitividade, a melhoria, a segurança, a sustentabilidade económica e ambiental, a interoperabilidade, intermodalidade e acessos dos sistemas e infraestruturas de transportes e logística com baixas emissões de carbono (incluindo plataformas logísticas multimodais);
- Estradas de acesso local a plataformas logísticas intermodais de mercadorias, desde que esse acesso esteja integrado num novo projeto mais global de investimentos numa plataforma, sendo nesse caso considerado como parte desse investimento e não como investimento em estradas.

### 5.6.3. PO Cooperação Territorial

Os PO de Cooperação Territorial – sejam de natureza transfronteiriça ou transnacional – que abrangem o território do Alto Tâmega – POCTEP, SUDOE e Espaço Atlântico – enquadram os dois primeiros objetivos estratégicos propostos para a coesão territorial do Alto Tâmega, não contemplando, de forma direta, o objetivo estratégico relacionado à mobilidade. Neste contexto do alinhamento, destaca-se em particular o POCTEP, por ser o único dos Programas de cooperação que contempla a PI 6.5, mais diretamente relacionada ao sistema urbano e que inclui tipologias de ação específicas para a temática da mobilidade.

No contexto do POCTEP o alinhamento acontece ao nível do EP 3, que contempla as PI relacionadas ao OT6. A tabela que se segue sintetiza este alinhamento, realçando os OE do Programa aplicáveis ao contexto do Alto Tâmega.

**EP 3** – Crescimento sustentável através da cooperação transfronteiriça para a prevenção de riscos e melhor gestão dos recursos naturais (OT 6)

**OE 1 (PI FEDER 6.3)** – Proteger e valorizar o património cultural e natural, como suporte da base económica da região transfronteiriça.

**OE 1 (PI FEDER 6.4)** – Melhorar a proteção e gestão sustentável dos espaços naturais.

**OE 1 (PI FEDER 6.5)** – Fortalecer o desenvolvimento local sustentável em toda a fronteira entre Espanha e Portugal.

**OE 1 (PI FEDER 6.6)** – Aumentar os níveis de eficiência na utilização dos recursos naturais de modo a contribuir para o desenvolvimento da economia verde no espaço de cooperação.

De um modo geral, estes OE trazem -se como tipologias de ação mais relevantes para o contexto do Alto Tâmega iniciativas relacionadas à criação de redes, cooperação e ações conjuntas em matéria de promoção da qualidade ambiental, gestão de espaços naturais, valorização e requalificação destes espaços, sensibilização e educação ambiental, entre outras, com destaques para aquelas que incidam sobre áreas naturais classificadas.

Destacam-se igualmente as tipologias de ação que procuram associar a qualidade ambiental ao desenvolvimento local, através da criação de marcas que valorizem e realcem a identidade e características territoriais, associadas, por exemplo, ao turismo ou a produtos agroalimentares de qualidade, principalmente aqueles associados a áreas protegidas.

Para além disso, destacam-se outras tipologias de ação relacionadas a políticas e instrumentos coordenados de gestão territorial deste património natural e a articulação de intervenções no ambiente urbano, incluindo no contexto da mobilidade. Especificamente, referem-se as seguintes tipologias de ação (a maior parte delas enquadradas no OE da PI FEDER 6.5) de relevo para o Alto Tâmega:

- Iniciativas e ações de conectividade, equipamento e desenvolvimento de conteúdos ambientais e ações que promovam uma maior eficiência e coordenação das infraestruturas e dos serviços ambientais, e uma maior coordenação.
- Intervenções-piloto em locais de especial atrativo turístico ou social, em centros históricos, núcleos urbanos, entre outros.
- Iniciativas para a melhoria de uma abordagem integrada e o desempenho operacional dos transportes públicos sustentáveis, entre outras medidas que fomentem os transportes inteligentes e a mobilidade sustentável.
- Medidas e ações de gestão conjunta para a valorização do meio ambiente urbano, que contribuam para a criação de itinerários verdes urbanos com infraestruturas de lazer.
- Iniciativas para o desenvolvimento de modelos urbanos sustentáveis que promovam a eficiência no uso de recursos e serviços, desenvolvendo a auto-suficiência energética e economia de baixo carbono através de modelo de cidade inteligente.

Já no âmbito do SUDOE o alinhamento com a estratégia propugnada para o Alto Tâmega acontece fundamentalmente com o EP 5, em que 2 OE contemplam as PI 6.3 e 6.4, conforme resumido a seguir:

**EP 5** – Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos

**OE 6c1** – Melhoria da proteção e valorização do património natural e cultural comum numa lógica de desenvolvimento sustentável (PI FEDER 6.3).

**OE 6d1** – Preservar e restaurar a biodiversidade de sítios naturais do espaço SUDOE, com o objetivo de manter a qualidade ecológica dos espaços, o bem estar e a qualidade de vida (PI FEDER 6.4).

Neste contexto, destacam-se entre outras tipologias de ação previstas por estes OE e relevantes para o Alto Tâmega, as seguintes:

- Promoção de estratégias de desenvolvimento sustentável, que incluam planos para a gestão sustentável dos recursos, soluções inovadoras para o desenvolvimento sustentável, para a melhoria dos sistemas de governação, para a adaptação das estratégias territoriais de desenvolvimento e para a mobilização de atores públicos, operadores técnicos e utilizadores.
- Ações de valorização económica dos produtos florestais e dos recursos naturais, incluindo experiências-piloto inovadoras na utilização dos recursos do território ou a promoção de recursos endógenos na construção, energia, alimentação, entre outros setores, incluindo produtos residuais agrícolas e florestais.
- A manutenção, proteção e restauração do meio natural, seminatural urbano, periurbano ou rural, incluindo a preservação da qualidade da paisagem e dos sítios naturais, enquanto fatores de atratividade do território.

- Desenvolver uma visão sustentável do planeamento do território, incluindo instrumentos de gestão conjunta de áreas naturais.

Finalmente, no contexto do Espaço Atlântico, o alinhamento da estratégia do Alto Tâmega ocorre no âmbito dos EP 2 e EP 3 que, respetivamente, contemplam as PI FEDER 6.6 e 6.4 e 6.3, conforme evidenciado a seguir:

**EP 2** – Promover a eficiência dos recursos

**OE 2.2** – Promover o crescimento verde, a ecoinovação e a eficiência ambiental (PI FEDER 6.6)

**EP 4** – Valorizar a biodiversidade e os ativos naturais e culturais

**OE 4.1** – Melhorar a proteção da biodiversidade e dinamizar os serviços de ecossistemas (PI FEDER 6.4).

**OE 4.2** – Valorizar os ativos naturais e culturais para estimular o desenvolvimento económico (PI FEDER 6.3).

Destacam-se a seguir as tipologias de ação previstas pelo PO Espaço Atlântico no contexto destes OE e que se revelam pertinentes para a concretização do eixo estratégico de coesão territorial propugnado para o Alto Tâmega. A maioria destas tipologias incide sobre o desenvolvimento de mecanismos, políticas, estratégias, programas e planos conjuntos em domínio relevantes para a qualificação do território:

- Desenvolvimento de mecanismos de comunicação da informação sobre a necessidade de produtos e serviços ecoinovadores para os atores mais importantes do setor.
- Desenvolvimento da promoção de medidas e de instrumentos para fomentar a adaptação de políticas e comportamentos orientados para o crescimento verde e a ecoinovação.
- Desenvolvimento de políticas, estratégias e planos de sensibilização promovendo um comportamento positivo de ecoinovação.
- Desenvolvimento de políticas e estratégias de apoio à ecoinovação para criar procura em produtos e serviços ecoinovadores.
- Desenvolvimento de metodologias comparativas conjuntas para a definição e gestão das áreas ambientais protegidas (considerando as atividades económicas).
- Desenvolvimento de estratégias, políticas e iniciativas comuns para capitalizar o património cultural e natural do Atlântico por parte das instituições públicas, empresas, ONG e população local e assim transformar os recursos naturais e o património cultural num marco inequívoco do Espaço Atlântico, com vista a criar novos produtos, específicos, serviços e instrumentos com um impacto económico a nível local e regional.
- Desenvolvimento de instrumentos gestão e intercâmbio de conhecimento no domínio da valorização de zonas protegidas.

## Quadro-síntese

Alinhamento estratégico		Regional	Nacional		Europeu		
Objetivo Temático	Prioridade de Investimento	Norte 2020	POCI	PO SEUR	POCTEP	SUDOE	Espaço Atlântico
OT 4	PI FEDER / FC 4.5	✓ (EP 3) ✓ (EP 5)		✓ (EP 1)			
OT 6	PI FEDER 6.3	✓ (EP 4)			✓ (EP 3)	✓ (EP 5)	✓ (EP 4)
	PI FEDER / FC 6.4			✓ (EP 3)	✓ (EP 3)	✓ (EP 5)	✓ (EP 4)
	PI FEDER / FC 6.5	✓ (EP 4) ✓ (EP 5)			✓ (EP 3)		
	PI FEDER 6.6				✓ (EP 3)		✓ (EP 2)
OT 7	PI FEDER / FC 7.3		✓ (EP 7)				
OT 9	PI FEDER 9.2	✓ (EP 5)					

## 6. Modelo de governação



## 6. MODELO DE GOVERNAÇÃO

### 6.1. Introdução

No sentido de operacionalizar a estratégia, implementar os mecanismos de monitorização e fazer o necessário acompanhamento foi proposto um modelo de gestão assente em estruturas e entidades existentes no Alto Tâmega. De uma forma diretamente relacionada com as atividades a desenvolver, propõe-se um modelo que considera o envolvimento formal de um conjunto de atores relevantes, públicos e privados, e a existência de uma equipa técnica reduzida, com perfil adequado, e apoiada numa rede de parcerias estratégicas que permitirão a materialização da estratégia preconizada.

O modelo proposto assume a liderança do processo pela CIM AT, construindo a sua estrutura sobre os respetivos órgãos e competências, prevendo a inclusão de órgãos específicos para o fomento da mobilização e participação dos principais atores regionais do Alto Tâmega e envolvente.

Esta abordagem enquadra-se no nas orientações relativas às Abordagens Territoriais Integradas<sup>36</sup>, que expressa claramente que as Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial “são definidas ao nível de NUTS III, ou agrupamento de NUTS III contíguas, e são dinamizadas pelas comunidades intermunicipais e áreas metropolitanas, em articulação com os restantes atores relevantes para os processos integrados de desenvolvimento regional”.

Deste modo, importa destacar alguns elementos do Regime Jurídico das Autarquias Locais<sup>37</sup>, no que concerne às atribuições das CIM, seus órgãos e competências.

Assim, destaca-se que, entre as competências das CIM, se encontram claramente aspetos de planeamento e gestão da estratégia que justificam e suportam o seu papel de liderança neste processo específico:

#### ARTIGO 81.º - ATRIBUIÇÕES DAS COMUNIDADES INTERMUNICIPAIS

##### 1 - As comunidades intermunicipais destinam-se à prossecução dos seguintes fins públicos:

- a) Promoção do planeamento e da gestão da estratégia de desenvolvimento económico, social e ambiental do território abrangido;
- b) Articulação dos investimentos municipais de interesse intermunicipal;
- c) Participação na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional (...);
- d) Planeamento das atuações de entidades públicas, de carácter supramunicipal.

2 - Cabe às comunidades intermunicipais assegurar a articulação das atuações entre os municípios e os serviços da administração central, [em diferentes áreas].

<sup>36</sup> Decreto-lei 137/2014  
Decreto-lei n.º 75/2013

Assumindo esse papel, procurou-se que o modelo de governação proposto assentasse os órgãos da comunidade intermunicipal, evitando sobreposições. Naturalmente, atendendo a que se procurará um forte envolvimento de outras entidades, em particular do setor privado, a estrutura definida inclui órgãos adicionais, numa lógica de complementaridade e otimização dos recursos.

Assim, merecem ser realçados os diferentes papéis previstos no atrás referido regime jurídico para os diferentes órgãos da comunidade intermunicipal para os quais se prevê um enquadramento específico no âmbito do modelo de governação proposto, designadamente o conselho intermunicipal, o secretariado executivo intermunicipal e o conselho estratégico para o desenvolvimento intermunicipal.

Assim, relativamente ao Conselho intermunicipal destaca-se o seu papel de direção, sendo constituído pelos presidentes das câmaras municipais que integram a comunidade intermunicipal e tendo reuniões regulares para alinhamento de posições e tomadas de decisão. Destacam-se por isso algumas das suas competências:

#### ARTIGO 90.º COMPETÊNCIAS

##### 1 - Compete ao conselho intermunicipal:

...

- b) Definir e aprovar as opções políticas e estratégicas da comunidade intermunicipal;
- c) Submeter à assembleia intermunicipal a proposta do plano de ação da comunidade intermunicipal e o orçamento e as suas alterações e revisões;
- d) Aprovar os planos, os programas e os projetos de investimento e desenvolvimento de interesse intermunicipal, cujos regimes jurídicos são definidos em diploma próprio, [...];
- e) Propor ao Governo os planos, os programas e os projetos de investimento e desenvolvimento de interesse intermunicipal;
- f) Pronunciar-se sobre os planos e programas da administração central com interesse intermunicipal;

...

Em complementaridade, destaca-se o papel operacional a assumir pelo Secretariado executivo intermunicipal, correspondente à já referida equipa técnica de reduzida dimensão, com perfil adequado às funções a desempenhar. Também de acordo com o enquadramento legal se evidenciam algumas competências que fazem com que este órgão possa assumir esse papel de destaque no âmbito da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial:

## SECRETARIADO EXECUTIVO INTERMUNICIPAL

**1 - Compete ao secretariado executivo intermunicipal:**

- a) Elaborar e submeter à aprovação do conselho intermunicipal os planos necessários à realização das atribuições intermunicipais;
- b) Participar, com outras entidades, no planeamento que diretamente se relacione com as atribuições da comunidade intermunicipal, emitindo parecer a submeter a apreciação e deliberação do conselho intermunicipal;
- c) Assegurar a articulação entre os municípios e os serviços da administração central;
- ...
- e) Participar na gestão de programas de desenvolvimento regional e apresentar candidaturas a financiamentos através de programas, projetos e demais iniciativas;
- f) Preparar para o conselho intermunicipal a proposta do plano de ação e a proposta do orçamento, assim como as respetivas propostas de alteração e revisão;
- g) Executar as opções do plano e o orçamento;
- h) Aprovar os projetos, programas de concurso, cadernos de encargos e a adjudicação de empreitadas e aquisição de bens e serviços, cuja autorização de despesa se encontre abaixo do limite definido pelo conselho intermunicipal;
- ...
- p) Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central;
- q) Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central;
- ...
- s) Executar projetos de formação dos recursos humanos dos municípios;
- t) Executar projetos de apoio à gestão municipal;
- ...

Por fim, e como órgão de natureza consultiva, merece destaque o Conselho estratégico para o desenvolvimento intermunicipal e o seu papel de apoio ao processo de decisão.

## CONSELHO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL

O conselho estratégico para o desenvolvimento intermunicipal é um órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da comunidade intermunicipal.

O conselho estratégico para o desenvolvimento intermunicipal do Alto Tâmega foi proposto no decorrer da elaboração desta Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial, sendo constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais, apresentados no ponto seguinte deste documento.



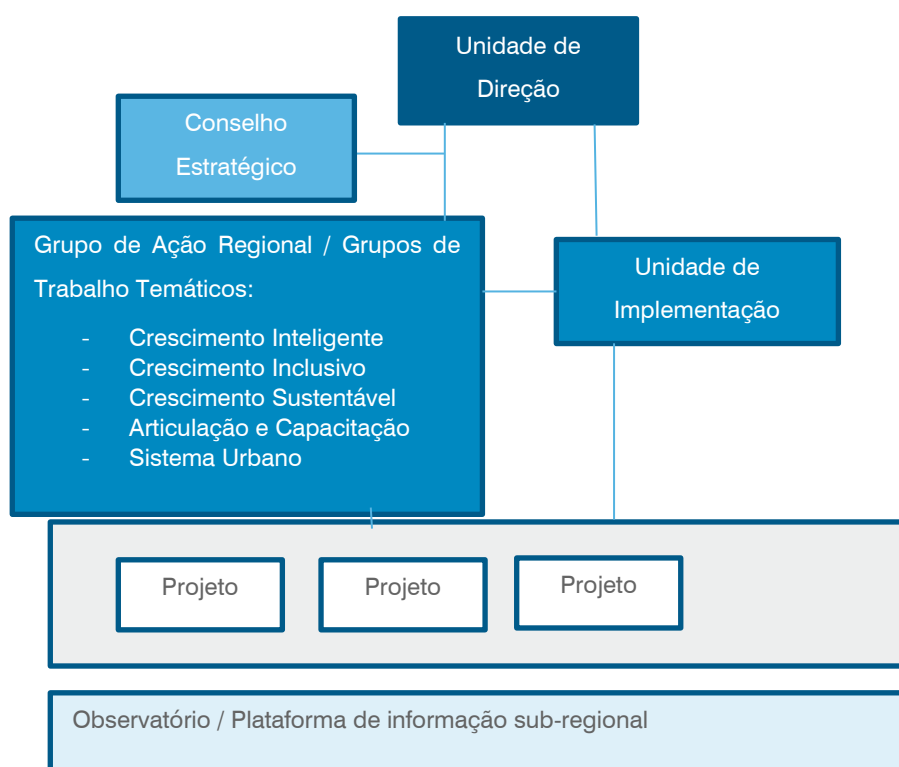
## 6.2. Modelo de Gestão e Organização

Tendo em conta o exposto, o modelo de gestão proposto foi elaborado aproveitando os órgãos, estruturas e competências existentes no âmbito da CIM AT.

No entanto, com o intuito de fomentar a participação de entidades externas, nomeadamente do setor privado, mas também outras entidades da administração pública, instituições de ensino da região e da envolvente e entidades da sociedade civil, é proposta a construção de Grupos de Trabalho Temáticos, alinhados com os Eixos Estratégicos definidos. No seu conjunto, estes Grupos de Trabalho constituirão o Grupo de Ação Regional, responsável pela implementação da Estratégia preconizada.

Complementarmente, numa perspetiva de monitorização e controlo da implementação da estratégia, e à semelhança do modelo existente a outras escalas territoriais, propõe-se a criação de um observatório sub-regional / plataforma de informação, que assuma como missão a recolha de informação sobre a implementação da estratégia e dos resultados alcançados ao longo do tempo.

Deste modo, definiu-se um modelo de gestão assente nos diferentes órgãos sintetizados na figura seguinte, cuja constituição, funções e responsabilidades se encontram descritas posteriormente:



**Figura 29:** Modelo de gestão e organização proposto.

Este modelo de gestão proposto assenta num conjunto de premissas consideradas fundamentais para o sucesso da Estratégia preconizada, designadamente:

- ◆ O aproveitamento de estruturas existentes no Alto Tâmega, designadamente no âmbito da CIM AT, numa lógica de otimização da utilização dos recursos.
- ◆ A mobilização de todos os atores locais, mantendo-os envolvidos, constantemente entusiasmados e com vontade de participar ativamente na sua concretização.
- ◆ A existência de uma equipa executiva de pequena dimensão, composta por profissionais competentes a trabalhar a tempo inteiro, capaz de envolver representantes de forças vivas e de os mobilizar constantemente para a implementação, monitorização e melhoria da Estratégia;
- ◆ Uma liderança forte da CIM AT, só possível com fortes parcerias entre os diversos atores e instituições externas, públicas e privadas, na concretização de iniciativas e angariação dos meios necessários ao sucesso da Estratégia;
- ◆ A implementação de rotinas de controlo, monitorização e evolução articulada, individual, sectorial e agregada da estratégia, com atualizações periódicas do progresso efetuado e correção de eventuais desvios;
- ◆ A rapidez na adoção das prioridades estratégicas, permitindo a antecipação em relação a territórios potencialmente concorrentes e a possibilidade de constituição de parcerias com estes;

### ***Unidade de Direção:***

A Unidade de Direção será a responsável superior pela implementação e gestão da Estratégia Integrada de Desenvolvimento territorial, sendo responsável pela coordenação geral de todas as atividades a desenvolver.

Esta Unidade de Direção deverá estar alinhada com o Conselho Intermunicipal do Alto Tâmega, tendo a mesma constituição e presidida pelo seu Presidente.

Entre as atividades a realizar pela Unidade de Direção encontram-se:

- ◆ Coordenar e dinamizar a implementação da estratégia;
- ◆ Assegurar a participação das diferentes entidades na materialização da estratégia preconizada;
- ◆ Controlar o cumprimento das responsabilidades dos diversos envolvidos;
- ◆ Articular com o Conselho Estratégico (e com base nos dados do Observatório) possíveis ajustamentos e reorientações que permitam otimizar a obtenção dos resultados pretendidos;
- ◆ Garantir a articulação com a Unidade de Implementação, assegurando a adequação de recursos às atividades realizadas;

### **Unidade de Implementação:**

A Unidade de Implementação será o órgão executivo responsável pela implementação da estratégia. Este órgão estará alinhado com o Secretariado Técnico Intermunicipal, devendo interagir diretamente com o Grupo de Ação Regional no sentido de garantir a implementação dos projetos.

Assim sendo, a Unidade de Implementação deverá assumir como principais funções:

- ◆ Garantir a animação do Grupo de Ação Regional e dos seus grupos setoriais;
- ◆ Interagir com o Grupo de Ação Regional no sentido de garantir a implementação dos projetos;
- ◆ Informar a Unidade de Direção das diligências necessárias à adequada concretização da estratégia preconizada;
- ◆ Procurar soluções inovadoras para potenciar os resultados dos projetos;
- ◆ Procurar parcerias com entidades públicas e privadas que sejam relevantes para o sucesso da intervenção;
- ◆ Articular com as entidades nacionais e regionais que possam contribuir para a implementação da estratégia;
- ◆ Garantir a participação em redes e parcerias nacionais e internacionais relevantes para o Alto Tâmega;
- ◆ Criar condições para a realização do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial;
- ◆ Assegurar a coerência entre a estratégia preconizada e as medidas de política pública e respetivos instrumentos de financiamento;
- ◆ Apoiar na preparação dos dossiers de candidatura e nos pedidos de pagamento;
- ◆ Manter atualizado o quadro de monitorização da execução da Estratégia;
- ◆ Elaborar relatórios de execução periódicos;
- ◆ Executar um programa de comunicação e divulgação.

### **Conselho Estratégico:**

Conforme o nome indica, o Conselho Estratégico estará alinhado com o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, órgão de natureza consultiva destinado ao apoio ao processo de decisão dos restantes órgãos da CIM. Este Conselho foi proposto no decorrer do desenvolvimento da Estratégia, e é constituído por representantes das instituições, entidades e organizações com relevância e intervenção no domínio dos interesses intermunicipais.

É proposta a participação de diferentes tipologias de entidades, numa lógica de mobilização de “hélice quádrupla”, onde se incluem as entidades da administração pública (sendo neste caso de destacar as Câmaras Municipais e da ADRAT), as instituições de ensino da região e da envolvente (destacando-se as escolas da sub-região e a UTAD), as empresas e suas associações (incluindo a ACISAT e as maiores empresas a atuar na região, como a UNICER ou a Solverde, mas também as cooperativas de produtores), e as entidades da sociedade civil (designadamente IPSS e Associações).

**Tabela 37:** Entidades propostas para o Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal

ENTIDADES PROPOSTAS PARA O CONSELHO ESTRATÉGICO PARA O DESENVOLVIMENTO INTERMUNICIPAL		
<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Representantes das Cooperativas;</li> <li>◆ Representantes das IPSS;</li> <li>◆ ADRAT;</li> <li>◆ ACISAT;</li> <li>◆ Centro de Emprego e Formação Profissional;</li> <li>◆ Escola Profissional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Escola Superior de Enfermagem;</li> <li>◆ Agrupamento de Centros de Saúde;</li> <li>◆ UTAD;</li> <li>◆ GNR;</li> <li>◆ Segurança Social;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>◆ PSP;</li> <li>◆ Regimento de Infantaria;</li> <li>◆ Unicer;</li> <li>◆ Solverde;</li> <li>◆ Grupo Cultural Aquae Flaviae;</li> <li>◆ ECOMUSEU de Barroso</li> </ul>

O Conselho Estratégico deverá ter um papel consultivo, sendo um facilitador privilegiado do envolvimento das entidades responsáveis pela implementação da estratégia, que farão parte do Grupo de Ação Regional.

O Conselho Estratégico deve reunir regularmente para avaliar a evolução da estratégia integrada de desenvolvimento territorial, devendo receber os resultados da monitorização realizada pelo Observatório Regional, comentando os resultados obtidos e fazendo sugestões de melhoria.

Assim, competirá ao Conselho Estratégico assumir como principais funções:

- ◆ Analisar, discutir e propor alterações e ajustamentos à Estratégia Integrada de Desenvolvimento;
- ◆ Contribuir para a articulação e coordenação de Grupo de Ação Regional / dos Grupos de Trabalho Temáticos;

Tirando partido da sua composição alargada, o Conselho Estratégico deverá também contribuir ativamente no apoio à Unidade de Implementação procurando:

- ◆ Identificar soluções inovadoras para potenciar os resultados dos projetos;
- ◆ Concretizar parcerias com entidades públicas e privadas que sejam relevantes para o sucesso da intervenção;
- ◆ Fomentar parcerias as entidades nacionais e regionais que possam contribuir para a implementação da estratégia;
- ◆ Garantir a participação em redes e parcerias nacionais e internacionais relevantes para o Alto Tâmega;
- ◆ Criar condições para a realização do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial;

### **Grupo de Ação Regional / Grupos de Trabalho Temáticos**

O processo empreendedor de descoberta coletiva lançado no âmbito do processo de desenvolvimento da Estratégia Integradas de Desenvolvimento Territorial do Alto Tâmega pressupõe a mobilização de um conjunto alargado de atores regionais em torno de um processo participativo que envolveu diferentes momentos e ações, descritos em capítulo autónomo neste documento.

Ao longo do processo foram identificados os Eixos Estratégicos para o desenvolvimento do Alto Tâmega e foram identificados os principais stakeholders relacionados com os mesmos. Foram assim realizadas reuniões setoriais e temáticas focadas na identificação de problemáticas comuns e formas de as enfrentar, materializadas em iniciativas concretas.

Estas atividades serão tendentes à constituição de Grupos de Trabalho Temáticos que irão estar envolvidos no desenvolvimento de consensos regionais, na definição de medidas e de projetos específicos e, posteriormente, serão os principais tomadores dos projetos a desenvolver.

No âmbito das atividades desenvolvidas, nomeadamente dos processos de entrevista, de reunião e dos workshops, foi possível identificar e mobilizar, possíveis elementos destes Grupos, que serão envolvidos nas fases subsequentes, organizados pelos temas dos 5 Eixos Estratégicos propostos:

- ◆ Crescimento Inteligente
- ◆ Crescimento Inclusivo
- ◆ Crescimento Sustentável
- ◆ Articulação e Capacitação
- ◆ Sistema Urbano

Mais uma vez, merece referência que foram mobilizados para o processo diferentes tipologias de entidades, numa lógica de “hélice quádrupla”, onde se incluem as entidades da administração pública, as instituições de ensino da região e da envolvente, as empresas e suas associações, e as entidades da sociedade civil. Neste caso, trata-se de uma composição abrangente e variada, envolvendo uma quantidade e diversidade de atores muito superior à do Conselho Estratégico.

No seu conjunto, os diferentes Grupos de Trabalho Temáticos constituirão o Grupo de Ação Regional que assumirá a responsabilidade da implementação dos projetos que contribuirão para a concretização da Estratégia aqui apresentada. Trata-se de uma verdadeira plataforma de parceria a mobilizar e envolver ao longo, de todo o processo, baseada numa abordagem “community led”.

Este Grupo de Ação Regional estará na génese dos pactos para o desenvolvimento e coesão territorial e dos pactos para o desenvolvimento local de base comunitária, enquadrados pela Estratégia aqui apresentada.

Os Grupos de Trabalho Temáticos e o Grupo de Ação Regional serão integrados pelas entidades com responsabilidades diretas na implementação das ações que permitirão materializar esta Estratégia.

### **Observatório sub-regional:**

Ver ponto “Mecanismos de acompanhamento, monitorização e autoavaliação, intelligence e gestão de redes” neste Capítulo.

### 6.3. Recursos e competências

Conforme foi referido, a implementação da Estratégia, envolverá os diferentes órgãos da CIM e a demais estrutura organizacional definida.

A um nível operacional destaca-se o papel do secretariado executivo intermunicipal, que assume o papel de Unidade de Implementação.

Considerando a atual composição do secretariado no Alto Tâmega, esta equipa será constituída inicialmente por duas pessoas podendo contar com colaborações pontuais de outros técnicos da CIM ou de entidades parceiras. Sugere-se que a equipa técnica seja composta pelos seguintes recursos humanos: um coordenador técnico e um gestor de projeto.

No quadro seguinte apresentam-se as principais competências e funções da equipa interna da CIM a afetar à implementação da Estratégia.

**Tabela 38:** Principais recursos humanos a afetar - Quadro Síntese

Funções no Projeto	Competências - responsabilidades
<b>Coordenador Técnico – 1º Secretário da CIM</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Coordenação geral;</li> <li>▶ Responsável pela implementação e gestão executiva;</li> <li>▶ Representação em atividades/ações do Grupo de Ação Regional ;</li> <li>▶ Avaliação da evolução da execução física e financeira das medidas;</li> <li>▶ Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos.</li> </ul>
<b>Gestor de Projeto</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▶ Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão;</li> <li>▶ Disseminação: <i>press-releases</i>, redes sociais, etc.;</li> <li>▶ Realiza ações/atividades de economia/gestão financeira;</li> <li>▶ Elaboração de elementos informativos;</li> <li>▶ Apoio e organização das ações de demonstração e disseminação;</li> <li>▶ Elaboração de relatórios semestrais de acompanhamento e execução da estratégia;</li> <li>▶ Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços;</li> <li>▶ Atualização do observatório sub-regional.</li> </ul>

O **Coordenador Técnico** participa nas reuniões do Painel de Monitorização na qualidade de interlocutor técnico e com o intuito de apoiar à decisão e assegurar a ligação ao Grupo de Ação Regional.

O **Gestor de Projeto** é responsável pelo apoio técnico ao Grupo de Ação Regional, orientando e auxiliando na correta execução das atividades de cada um dos parceiros e na consequente materialização de projetos e iniciativas.

Este deverá ainda garantir a correta implementação dos mecanismos de acompanhamento, monitorização e autoavaliação/mecanismos de intelligence e gestão de redes descritos posteriormente.

Aquando da elaboração de relatórios semestrais de acompanhamento e execução da Estratégia o gestor deverá procurar complementaridades e soluções inovadoras para potenciar os resultados dos projetos, bem como reportar dificuldades, desvios e problemas quer nas reuniões periódicas, quer isoladamente, caso a urgência das situações assim o justifique.

## 6.4. Mecanismos de acompanhamento, monitorização e autoavaliação, *intelligence* e gestão de redes

A recolha e sistematização de informação relevante e fiável mostra-se extremamente relevante, não só para retratar as realidades atuais que se pretende analisar, mas também, quando realizada periodicamente, para analisar os impactos de diferentes iniciativas e programas implementados no sentido de alterar o panorama vigente.

Assim, a implementação da Estratégia deverá ser acompanhada por um processo objetivo e expedito de avaliação do seu sucesso, que permita, de uma forma ágil e em tempo útil, detetar pontos críticos na implementação da mesma e introduzir as necessárias medidas corretivas.

Deste modo, à semelhança do que tem vindo a ser feito em diferentes regiões europeias será aconselhável existir uma estrutura de acompanhamento e gestão que se responsabilize pela eficiência do processo de avaliação.

No âmbito da estrutura de governação desta estratégia, no Alto Tâmega propõe-se a implementação de um Observatório, responsável por recolher e sistematizar toda a informação relacionada com as realidades sub-regionais e com os diferentes indicadores que permitirão monitorizar os resultados e impactos da implementação da estratégia.

Alargando um pouco o seu âmbito, o Observatório deverá assumir as funções de “intelligence”, agindo também como repositório e disseminador de informação relevante sobre o território, assumindo-se como uma plataforma aberta que possa processar e disseminar a informação recolhida, acrescentando-lhe valor e produzindo conhecimento utilizável pelos decisores políticos e outros atores-chave da Região.

Sob a responsabilidade da CIM AT, o Observatório deverá contribuir para a disseminação de informação, nomeadamente através da organização de eventos, bem como a sua apresentação a entidades de âmbito regional/nacional/internacional, como a CCDR-N, entidades governamentais e a Comissão Europeia.

Assim, para além da sua responsabilidade máxima que assentará na implementação e gestão do sistema de monitorização da Estratégia, o Observatório poderá fomentar a realização de estudos e análises de âmbito global ou setorial de interesse para a CIM AT (incluindo análises comparativas com outros territórios e regiões), a realização e disseminação de boletins periódicos com informações relevantes para as entidades sub-regionais.

O Observatório deverá ser responsável pela manutenção de um portal na Internet, articulado com o site da CIM AT que permita o fácil acesso à informação produzida.

Note-se que o Observatório não será obrigatoriamente uma estrutura com recursos físicos e humanos permanentes. A sua atividade pode ser orientada por atividades e projetos específicos e articulada com diferentes parceiros da realidade do território do Ato Tâmega.



Coordenado pela CIM AT, deverá envolver instituições de, organismos da administração pública sub-regional, regional e nacional, onde se encontram a CCDRN, Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, Direção Regional de Agricultura do Norte, Instituto Nacionais de Estatística, municípios, entre outros.

A importância destes mecanismos no âmbito desta Estratégia é assumida através da criação de um órgão próprio, o Observatório / Plataforma de informação sub-regional já apresentado anteriormente.

Sugere-se que este observatório possa assegurar a implementação dos seguintes mecanismos de acompanhamento, monitorização e autoavaliação:

- ◆ Reuniões de acompanhamento de projetos, com o objetivo garantir a execução dos projetos regionais temáticos ou transversais. Devem nestas reuniões estar presentes o Grupo de Ação Regional ou os Promotores / Gestores do Projetos.
- ◆ Reuniões de acompanhamento e monitorização da estratégia, com o objetivo de efetuar uma análise crítica constante sobre o trabalho desenvolvido, criando condições para a formulação de medidas corretivas e ajustamentos às metodologias adotadas.
- ◆ Atualização contínua do observatório sub-regional, pela Comunidade Intermunicipal (CIM) através da atualização da bateria de indicadores definidos e a sua análise periódica, materializando os resultados da avaliação em relatórios semestrais de execução.
- ◆ Elaboração de relatórios semestrais de acompanhamento e execução da estratégia, com a sua evolução e a verificação da implementação.

A implementação destes mecanismos será fundamental para o sucesso da Estratégia, garantindo que a região tem uma maior capacidade prospetiva para diferentes tipos de ameaças, que incluam situações novas e até pouco prováveis, detetando precocemente sinais de perturbação no horizonte de origem interna ou externa.

Importa salientar que o Observatório proposto terá um papel alargado, assumindo as funções de “intelligence”, agindo como repositório e disseminador de informação relevante para os atores do Alto Tâmega.

O Observatório será assim uma plataforma aberta orientada para recolher, processar e disseminar informação relevante, acrescentando-lhe valor e produzindo conhecimento utilizável pelos decisores políticos e outros atores-chave da Região do Alto Tâmega.

## 6.5. Parceria e redes

A CIM AT assume que a correta implementação da sua Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial depende do envolvimento efetivo de diversas entidades locais regionais, nacionais e internacionais e da capacidade de, entre elas se estabelecerem parcerias e redes. Desde o seu início, a CIM AT entendeu que, mais do que documento final com a estratégia, o próprio processo de mobilização e de descoberta coletiva e a capacidade de gerar redes e parcerias seriam fundamentais para o futuro do Alto Tâmega.

Assim, neste ponto destacam-se as entidades envolvidas, muitas delas já mencionadas anteriormente, com as quais existe um histórico muito relevante de cooperação e com as quais estará facilitado o estabelecimento de parcerias formais, tendentes à materialização da estratégia. Estando todas delas envolvidas no Conselho Estratégico e no Grupo de Ação Local, é possível evidenciar as entidades da tabela seguinte.

**Tabela 39:** Principais parceiros sub-regionais

♦ Câmaras Municipais	♦ Escola Profissional;
♦ ADRAT	♦ Escola Superior de Enfermagem;
♦ Estabelecimentos de Ensino;	♦ Agrupamento de Centros de Saúde;
♦ Serviços Regionais de Agricultura; Turismo; Cultura; e Proteção Civil; Cooperativas de produtores;	♦ Segurança Social;
♦ IPSS;	♦ Unicer;
♦ ACISAT;	♦ Solverde;
♦ Centro de Emprego e Formação Profissional;	♦ Grupo Cultural Aquae Flaviae;
	♦ ECOMUSEU de Barroso.

Num contexto mais amplo, merece destaque a rede de parcerias supra-regional estabelecida no decorrer do desenvolvimento desta Estratégia, consumada na já referida “Carta de Compromissos para o desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro”. Nesta Carta, apresentada em maior detalhe neste documento aquando da descrição do processo de elaboração da estratégia, firma-se a parceria entre as instituições de ensino superior (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e os Institutos Politécnicos de Bragança e Viseu), as Comunidades Intermunicipais (Alto Tâmega, Douro e Terras de Trás-os-Montes) e as Associações Empresariais (ACISAT, NERVIR e NERBA) no sentido da ação conjunta para promover o desenvolvimento de Trás-os-Montes e Alto Douro, num trabalho articulado, colaborativo e continuado de promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

Ao nível do ensino superior e da IDi mostra-se relevante também envolver parceiros de proximidade que, sem presença na sub-região, possam assumir um papel de relevo na estratégia a implementar. Foram assim adiantados contactos preliminares com as seguintes instituições, que se pretende venham a assumir um papel relevante na qualificação das entidades e dos recursos humanos do Alto Tâmega:

**Tabela 40:** Principais parceiros na área do Ensino Superior

- |   |  |
|---|--|
| ♦ Universidade do Minho                       | ♦ Universidade de Vigo (em particular o Campus da Auga de Ourense) |
| ♦ Universidade de Trás os Montes e Alto Douro | ♦ Instituto Politécnico de Bragança                                |

Procurando explorar o carácter transfronteiriço do território da CIM AT e a sua relevância para a estratégia, foi aprofundada a colaboração com as seguintes entidades e redes que, com diferentes âmbitos e objetivos, poderão contribuir para o reforço das relações do Alto Tâmega com o lado espanhol da fronteira.

**Tabela 41:** Entidades e redes transfronteiriças

- |   |   |
|---|---|
| ♦ AECT Chaves – Verin (com a perspetiva de um possível alargamento para CIM AT – Província de Ourense)  | ♦ Red Ibérica de Entidades Transfronteiriças (acompanhamento do projeto, com particular relevância para o centro de documentação de Chaves) |
| ♦ Eixo Atlântico (com quem já havia relações anteriores na área da definição estratégica, tendo em conta o trabalho da Agenda Estratégica para os Territórios de Fronteira Interior / Transmontana) |   |

Atendendo aos Eixos Estratégicos selecionados, há perspetivas para a curto prazo serem encetadas diligências para o acompanhamento e integração num conjunto alargado de redes internacionais, podendo elencar-se as referenciadas na tabela seguinte:

**Tabela 42:** Redes internacionais

- |  |  |
|--|--|
| ♦ Movimento Europeu da Água (European Water Movement)              | ♦ Rede de cidades que vivem com tranquilidade: Cittaslow |
| ♦ Plataforma de cidades europeias sustentáveis: Sustainable Cities | ♦ Sustainable Destination Leadership Network (SDLN)      |

## 6.6. Indicadores de resultado

A adoção de uma Estratégia Integrada para um determinado território pressupõe a vontade de organizar a adoção e implementação de medidas que contribuam para alcançar a Visão, Missão e os Objetivos definidos para esse mesmo território. Esta identificação, que origina posteriormente um conjunto de sugestões de medidas a implementar, carece, por isso, de uma monitorização dos resultados que permita averiguar o sucesso da concretização da Estratégia ou a necessidade de a adaptar. Para tal, é necessário definir um conjunto de indicadores e metas de acordo com a prospeção do que é desejável e viável para a região.

Ainda que se reconheça as limitações de uma abordagem quantitativa, constrangida pela incapacidade de considerar aspetos resultantes da implementação da Estratégia que não sejam passíveis de ser quantificados, esta opção fornece, contudo, a medição possível para avaliar o desempenho e o sucesso das medidas adotadas.

Existe um conjunto de características que orientaram a seleção deste conjunto de indicadores de resultado e a sua inclusão na Estratégia do Alto Tâmega. Eles devem, portanto, ser **(i) diretos**: respondendo à implementação da estratégia como um todo e medir a mudança na situação de base; **(ii) simples**: redigidos e apresentados de forma inequívoca; **(iii) robustos**: estatisticamente fiáveis, baseados em metodologias e padrões reconhecidos; **(iv) frequentes**: passíveis de medição periódica; **(v) estratégicos**: relacionados com as metas e objetivos da Estratégia Europa 2020 e as metas e estratégias de aplicação dos fundos comunitários a nível nacional; e **(vi) factíveis**: a quantificação dos indicadores não pode implicar uma carga excessiva de trabalho no seu processo de medição.

Adicionalmente, a seleção dos indicadores de resultado basear-se-á igualmente em sugestões e orientações apresentadas por um conjunto de documentos e iniciativas de natureza estratégica, entre os quais se incluem, o Regulamento sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)<sup>38</sup>; o Regulamento sobre o Fundo de Coesão (FC)<sup>39</sup>; o Regulamento sobre o Fundo Social Europeu (FSE)<sup>40</sup>; as Recomendações da Comissão Europeia para a Monitorização e Avaliação do FEDER e Fundo de Coesão<sup>41</sup>; e as Recomendações do Grupo de Reflexão sobre o Futuro da Política de Coesão.<sup>42</sup>

Nesse sentido, e de forma a avaliar o impacto da Estratégia delineada, apresenta-se abaixo a

Tabela 43 com a lista de indicadores de resultado organizados por Eixo Estratégico.

<sup>38</sup> Regulamento 1301/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013 relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e que estabelece disposições específicas relativas ao objetivo de investimento no crescimento e no emprego. JOUE L347, pp. 289-302, 20 de dezembro de 2013. O anexo a este Regulamento apresenta um conjunto de indicadores de realização.

<sup>39</sup> Regulamento (UE) N.º 1300/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17/12/2013, relativo ao Fundo de Coesão e que revoga o Regulamento (CE) N.º 1084/2006 do Conselho.

<sup>40</sup> Regulamento (UE) N.º 1304/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17/12/2013, relativo ao Fundo Social Europeu e que revoga o Regulamento (CE) N.º 1081/2006 do Conselho.

<sup>41</sup> Guidance Document on Monitoring and Evaluation - European Regional Development Fund and Cohesion Fund. Concept and Recommendations. October 2013.

<sup>42</sup> High Level Group Reflecting on Future Cohesion Policy, Meeting nº 8. Outcome indicators - complementary note 1: outcome indicators for thematic priorities addressing the Europe 2020 objective "improving the conditions for innovation, research and development." 15 de fevereiro de 2011.

Tabela 43: Indicadores de resultado por Eixo Estratégico

<b>EE1. Dinamizar a base económica local num contexto de especialização inteligente</b>	
▶	Taxas de natalidade das empresas
▶	Percentagem de empresas nascentes
▶	Número de clusters criados
▶	Volume de exportações da atividade dos produtos endógenos
▶	Número de produtos ou serviços novos para a empresa e o mercado
▶	Número de projetos de IDi em cooperação
▶	Número de produtos e/ou materiais beneficiados por aspetos inovadores
▶	Número de empresas que introduziram novos produtos e/ou novas técnicas
▶	Número de publicações científicas indexadas
▶	Número de protocolos e/ou projetos realizados em cooperação com instituições de investigação e/ou de Ensino Superior
▶	Volume de negócios das atividades florestais
▶	Número de visitantes dos eventos relacionados com a dinamização empresarial
▶	Postos de trabalho criados, incluindo autoemprego, que permanecem 12 meses após o fim do apoio
▶	Valor acrescentado bruto das empresas não-financeiras
▶	Investimento Direto Estrangeiro
<b>EE2. Fomentar a utilização eficiente e sustentável dos recursos</b>	
▶	Número de visitantes do Museu da Água
▶	Número de turistas
▶	Número de dormidas em estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos, apartamentos turísticos e outros
▶	Número de dormidas nos alojamentos turísticos criados
▶	Volume de negócios da atividade termal
▶	Número de estruturas patrimoniais inventariadas
▶	Percentagem de espécies e habitats com estado de conservação conhecido
▶	Superfície de mapeamento do espaço florestal
▶	Património cultural apoiado que permanece com atividade 12 meses após fim do apoio
▶	Número de utilizadores das aplicações móveis com fins turísticos
▶	Consumo de energia primária nos edifícios públicos

- ▶ Percentagem de iluminação pública que recorre a sistemas de baixo consumo (LED)
- ▶ Proporção de edifícios municipais com classificação energética no Alto Tâmega
- ▶ Número de infraestruturas sociais intervencionadas para incremento da eficiência energética
- ▶ Percentagem das despesas médias mensais com energia
- ▶ Volume de águas residuais processadas e tratadas em ETAR

### EE3. Promover a coesão e inclusão sociais através da valorização e fortalecimento da resiliência da população local

- ▶ Número de residentes nas zonas rurais beneficiárias de serviços melhorados
- ▶ População em risco de exclusão
- ▶ Grau de desigualdade (índice de Gini)
- ▶ Número de formandos que concluíram com sucesso os programas de formação profissional
- ▶ Número de formandos que concluíram com sucesso os programas de formação tecnológica
- ▶ Número de participantes envolvidos nos projetos de mobilidade para o ensino secundário Erasmus+
- ▶ Número de utentes das *one stop shop* sociais
- ▶ Volume de microempréstimos concedidos no âmbito do Programa de Microfinanciamento à Economia Social
- ▶ Número de voluntários recrutados
- ▶ Número de instituições envolvidas em projetos de promoção de capacitação institucional e do desenvolvimento regional
- ▶ Nível de formação da população por grau

### EE4. Reforçar a integração, a identidade regional e a cidadania

- ▶ Número de instituições portuguesas participantes em projetos de cooperação territorial
- ▶ Número de instituições espanholas participantes em projetos de cooperação territorial
- ▶ Número de projetos conjuntos entre entidades portuguesas e espanholas
- ▶ Número de eventos conjuntos entre entidades portuguesas e espanholas
- ▶ Número de infraestruturas públicas partilhadas no âmbito da cultura, lazer e desporto
- ▶ Número de utentes residentes no Alto Tâmega que beneficiaram de cuidados de saúde em Ourense
- ▶ Número de utentes residentes em Ourense que beneficiaram de cuidados de saúde no Alto Tâmega
- ▶ Número de entidades envolvidas em consórcios e parcerias em PO de Cooperação Territorial
- ▶ Percentagem de câmaras municipais que disponibilizam o preenchimento e submissão de formulários na Internet
- ▶ Número de funcionários autárquicos que frequentaram cursos de formação (na área da administração pública)
- ▶ Evolução dos resultados do Sistema de Gestão Estratégica Orientada para os Resultados na Administração Pública

**EE5. Consolidar a coesão territorial e o sistema urbano**

- ▶ Número de km de rodovias construídas ou requalificadas
- ▶ Volume de investimento na regeneração de núcleos urbanos
- ▶ Número de utilizadores das redes inteligentes (de energia, água, transportes e telecomunicações)
- ▶ Número de entidades envolvidas na rede intermunicipal de apoio ao comércio local
- ▶ Número de km de caminhos agrícolas e florestais beneficiados por limpezas e desmatização
- ▶ Número de km de vias pedestres e cicláveis
- ▶ Número de veículos públicos (ambulâncias, bombeiros, municipais, etc.) reformulados tendo em vista uma mobilidade sustentável

Tal como referido na Visão desta Estratégia, pretende-se que o Alto Tâmega seja, até 2020, um território integrado que consiga inverter as tendências demográficas atuais através de uma intervenção focada nas áreas mais prementes para a região que estão refletidas nos Eixos Estratégicos definidos. Nesse sentido, a temática demográfica ocupa uma posição transversal a todos os Eixos, Objetivos e Medidas apresentados anteriormente. Por esse motivo, também em termos de indicadores e de metas, importa destacar a demografia das restantes categorias – sendo diretamente afetada por elas, é demasiadamente transversal para enquadrar-se numa só. Assim, sugerem-se os seguintes indicadores e respetivas metas em termos demográficos:

**Demografia**

- ▶ População residente total
- ▶ População residente por faixa etária
- ▶ Taxa de natalidade
- ▶ Taxa de crescimento natural
- ▶ Índice de envelhecimento
- ▶ Índice de dependência de idosos
- ▶ Índice de dependência de jovens

Para além dos indicadores, o Observatório cuja constituição está prevista no modelo de gestão e organização acima, terá como incumbência a formulação das respetivas metas que, tendo em conta o estado do território na atualidade, apontarão para um cenário desejável de evolução no que concerne o seu enquadramento na região Norte e no contexto nacional. Assim, a identificação das metas realizar-se-á tendo por base o objetivo de convergência progressiva com o desempenho regional e nacional aos diferentes níveis analisados, uma vez que importa, para além da melhoria dos vários domínios do Alto Tâmega em termos absolutos, uma aproximação às realidades que lhe são mais próximas. Serão definidos os anos de 2020 e 2025 como metas de médio e longo prazos por forma a coincidirem com o fim do período da Estratégia Integrada e da programação dos financiamentos comunitários e com uma extensão de 5 anos adicionais que permitam um maior intervalo de implementação das medidas e de averiguação de impactos.

# Anexos





# ANEXOS

## 1. Síntese dos Principais Documentos Estratégicos Consultados

### a) Pacto Agrário do Alto Tâmega

O Pacto Agrário do Alto Tâmega foi elaborado pela ADRAT com um triplo **objetivo**:

Rentabilizar o que a região possui	Fomentar o que tem potencialidade na região	Desenvolver a região
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Condições climáticas</li> <li>• Estruturas físicas</li> <li>• Estruturas organizativas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Situação geográfica</li> <li>• Produção agrícola</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gestão do território e da paisagem</li> <li>• Aumento dos rendimentos e da competitividade</li> <li>• Desenvolvimento do potencial humano</li> </ul>

Esta abordagem reflete uma preocupação com o aproveitamento dos recursos e estruturas já existentes na região, ao mesmo tempo que aponta para o reforço do que foi identificado como potencialidades do Alto Tâmega. Assim, o Pacto Agrário propõe uma intervenção que construa sobre as estruturas físicas e organizativas, tais como as sedes de Cooperativas/Associações, as estruturas de exposição/venda, os Centros de Formação, as quintas experimentais e as feiras agrícolas, aproveitando, simultaneamente, as condições naturais da região, incluindo os solos de boa aptidão agroflorestal, a rede hidrográfica e a capacidade de armazenamento de água.

Em termos de potencialidades, são reconhecidos os benefícios do enquadramento geográfico existente do Alto Tâmega, incluindo a rede viária, a proximidade urbana, da fronteira e de áreas classificadas. Ao nível da produção agrícola, a região apresenta já um conjunto de produtos âncora (como vinhos, azeite, mel, carne, castanha e batata) e de produtos satélite (como o fumeiro, presunto, hortícolas, frutos secos, flores e cogumelos) cuja qualidade deve ser mantida, preservando as suas especificidades, promovendo o surgimento de novos produtos a eles associados e incentivando um incremento na quantidade da produção.

O terceiro pilar consubstancia estas duas vertentes no desenvolvimento da região na gestão do território e da paisagem e apresenta como objetivos (i) o cumprimento do estipulado nos planos de ordenamento; (ii) a definição de corredores de paisagem; e (iii) a consciencialização da noção de paisagem. Relativamente ao desenvolvimento do potencial humano, e tendo em conta a população ativa no sector, a tradição agrícola existente e as estruturas formativas na região, o documento propõe a melhoria do nível formativo da população agrícola e a promoção da transferência de conhecimento entre gerações.

Com estas várias abordagens combinadas, pretende-se o aumento dos rendimentos e da competitividade do Alto Tâmega, nomeadamente, criando novas dinâmicas socioeconómicas, captando e fixando novas populações e fomentando o aumento do empreendedorismo.

Neste sentido, o documento prevê uma série de atividades de compromisso em cada um dos níveis mencionados acima com o intuito de consolidar o território, promover a inovação e a competitividade, assim como a cidadania e a democraticidade na região do Alto Tâmega. Para tal, resultou desta análise e das orientações subseqüentes o *Plano de Desenvolvimento do Alto Tâmega* que detalhou esta abordagem com sugestões ainda mais concretas para a prossecução destes objetivos.

Esta Estratégia pode, assim, retirar do *Pacto Agrário* um conjunto de aprendizagens sobre a região, assim como verificar a concretização das suas orientações ao nível das atividades que este propôs e do subseqüente *Plano de Desenvolvimento do Alto Tâmega*.

## b) Chaves-Verín: A Eurocidade da Água – Agenda Estratégica

Em Dezembro de 2007 foi lançado oficialmente o projeto de criação da Eurocidade Chaves-Verín. Esta associação das duas cidades ibéricas surgiu num contexto de necessidade de promoção da cooperação territorial transfronteiriça e da consciência da importância de ultrapassar, neste tipo de cooperações, as questões meramente infraestruturais. O projeto Eurocidades pretende, por isso, uma cooperação de proximidade, onde estas cidades sejam como laboratórios de construção de cidadania, privilegiando também esta dimensão societal imaterial.

Chaves e Verdín são duas cidades com vínculos sólidos de intercâmbio e cooperação que decidiram, numa iniciativa local, formalizar e intensificar essas relações. Daí que uma das primeiras decisões do Grupo de Trabalho constituído aquando do lançamento do projeto tenha sido a elaboração de um estudo para servir de agenda estratégica para a Eurocidade recém-criada.

Nesta *Agenda Estratégica* justifica-se o reforço da cooperação transfronteiriça entre as duas cidades referindo a convergência das duas realidades: a proximidade histórica, geográfica e cultural; a complementaridade e os interesses comuns; e a vantagem criada pela maior aproximação em termos de políticas de desenvolvimento regional nacionais e europeias. Assim, juntas, as duas cidades pretendem gerar mais-valias para melhorar o bem-estar dos seus cidadãos e tornar os seus territórios mais atrativos para o investimento e o emprego, tendo como eixo comum o Rio Tâmega e a água como âncora deste plano de desenvolvimento.

Para além dos **objetivos** referidos acima, a elaboração deste documento pretendeu igualmente:

- ♦ Constituir uma proposta de estratégia para a criação e consolidação da Eurocidade Chaves-Verín;
- ♦ Ser a base da discussão e da promoção de consensos entre os agentes locais (públicos e privados);
- ♦ Construir uma Eurocidade em torno de um núcleo sólido de valores, processos e recursos;
- ♦ Fazer uma leitura de temáticas de geometria variável (e.g. regional), mas afirmar o destaque do eixo Chavez-Verdín;
- ♦ Envolver um quadro alargado de agentes para promover a multiplicação dos efeitos a vários setores e dimensões;

- ♦ Criar uma marca territorial, partindo dos recursos endógenos, sustentável (com enfoque na área da saúde, do ambiente, ...), tendo a água como elemento central de toda a estratégia.

Face a este contexto, a *Agenda* seguiu uma **metodologia** interativa, que procurou assegurar o real envolvimento dos agentes locais, incluindo estratégias como as entrevistas individuais e as discussões de grupo nos vários setores sociais, cujos contributos foram incorporados no documento, tornando-o mais próximo da realidade das duas cidades. Para além desta estratégia, a *Agenda* baseou-se igualmente em pesquisas e na análise de outros casos de Eurocidades de referência, que permitiram a identificação dos domínios temáticos abrangidos, de 3 Eixos Estratégicos, das respetivas medidas (abaixo) e linhas de ação. Em conjunto, estas contribuem para a concretização da visão do projeto – a Eurocidade da Água.

Construir a Eurocidadania	Um território sustentável	Dinamização económica
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma zona franca social</li> <li>• Cidade da saúde</li> <li>• Cidade criativa</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cidade ecológica do Tâmega</li> <li>• Planeamento territorial cooperativo</li> <li>• Chaves-Verdín. Dois bairros ligados de uma mesma cidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Destino termal de excelência</li> <li>• Comércio, restauração e feiras: imulsionadores de fluxos</li> <li>• Cidade logística: otimização do posicionamento geográfico</li> <li>• Valorização dos recursos endógenos segundo uma lógica de território de inovação e de iniciativa</li> </ul>

No mesmo documento, foram ainda identificados com bastante detalhe os facilitadores e as barreiras que se colocam à criação e consolidação da Eurocidade. Adicionalmente, e após a análise do levantamento de informações e de todos os contributos dos vários atores coligidos, a *Agenda* lista algumas **recomendações** que, não sendo exatamente replicáveis ao Alto Tâmega, poderão certamente constituir sugestões que valem a pena averiguar, no sentido em que a sua consideração pode facilitar a concretização de outro tipo de cooperações transfronteiriças entre os municípios do Alto Tâmega e outras cidades espanholas. Assim, a *Agenda Estratégica* propõe:

- ♦ A criação de um enquadramento jurídico da Eurocidade através de um Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial próprio;
- ♦ A sensibilização e comunicação (interna e externa) para fomentar o envolvimento civil e a projeção de uma imagem territorial da Eurocidade;
- ♦ A criação de uma Comissão de Acompanhamento;
- ♦ A realização de um estudo relativo à superação dos obstáculos legislativos, administrativos e fiscais que limitam a Eurocidadania;
- ♦ O fomento da criação de estruturas de cooperação setoriais dentro da Eurocidade;
- ♦ A implementação de projetos âncora: a zona franca social e a marca “Eurocidade da Água”.

Relativamente ao Alto Tâmega, este projeto e o documento que o suporta não correspondem exatamente ao mesmo âmbito ou dimensão – a Eurocidade é composta apenas por um dos municípios que constituem esta comunidade. No entanto, a sua inclusão neste enquadramento justifica-se com o facto de esta *Agenda*

constituir um exemplo de utilização estratégica de um recurso endógeno da região (a água), uma das estratégias referidas em vários documentos chave como necessária para a dinamização do Alto Tâmega. Assim, será possível encontrar pontos de contacto entre esta abordagem e outras que possam surgir, noutros campos, com outros municípios e com outros recursos.

Para além disso, trata-se de um exemplo de cooperação transfronteiriça que importa replicar noutros contextos tendo em vista o impacto positivo que tal criará no Alto Tâmega em termos demográficos, culturais e económicos. As barreiras e as facilidades que se colocam a um projeto desta índole podem igualmente ser consideradas para outros casos, possibilitando um diagnóstico atempado e a definição de estratégias de mitigação que contribuirão para exponenciar as possibilidades de sucesso dos vários projetos.

Adicionalmente, e atendendo às críticas realizadas em documentos como o da *Avaliação da Subvenção Global e do Programa Territorial de Desenvolvimento de Trás-os-Montes*, este exemplo incorpora uma dimensão imaterial – ideacional e societal – que destaca setores como a cultura, a criatividade e a identidade para além da tradicional aposta em infraestruturas e outras dimensões mais materiais.

### c) Plano de Ação Intermunicipal de Serviços Coletivos e de Proximidade – Trás-os-Montes

O *Plano de Ação Intermunicipal de Serviços Coletivos e de Proximidade*, publicado em Junho de 2008, foi concebido tendo em vista a preparação de uma estratégia para a região de Trás-os-Montes no período de financiamento 2007-2013. Entre outros, este Plano propôs-se alcançar os seguintes **objetivos**:

#### Objetivos do Plano de Ação

- Estabelecer as prioridades de investimento a realizar pelos municípios a serem co-financiadas pelos fundos europeus no período QREN 2007-2013;
- Definir os dispositivos institucionais, administrativos e financeiros para operacionalizar as estratégias delineadas;
- Procurar um quadro de articulação com as estratégias comunitárias, nacionais e regionais, bem como com a estratégia global para Trás-os-Montes;
- "Assegurar a melhoria sustentada dos níveis de eficiência e qualidade na provisão dos serviços coletivos territoriais de proximidade e privilegiar a lógica intermunicipal de racionalização e qualificação dos serviços públicos locais e de construção de modelos de provimento ajustados às características específicas dos distintos territórios"

A definição destes objetivos para o *Plano* reflete a centralidade atribuída a algumas questões fundamentais, tais como a do cofinanciamento do investimento por fundos europeus e uma abordagem articulada e integrada dos vários mecanismos de financiamento à disposição das entidades tendo em vista o incremento da eficiência e eficácia de um conjunto especialmente delimitado para o efeito, no qual se incluem: Educação Pré-escolar e Ensino Básico, Secundário e Profissional; Cultura, Património & Turismo; Desporto; Saúde; Transportes; Operações integradas de qualificação de aglomerados urbanos; Modernização da administração local; Ambiente; Desenvolvimento económico e Ação Social.

A **metodologia** escolhida pelo *Plano* para a prossecução dos seus objetivos inclui a análise de um conjunto de documentos estratégicos; a elaboração de um diagnóstico prospetivo; a delineação de objetivos e metas; a identificação de intervenções necessárias por setor; a montagem dos projetos e a definição de prioridades e construção de cenários. Adicionalmente, o documento reflete ainda uma preocupação acrescida com questões de rigor científico, de viabilidade das propostas feitas, assim como da importância do envolvimento e da participação de agentes locais.

De acordo com o documento, este *Plano* surge no âmbito de um contexto de especial competitividade, nomeadamente económica, a que a região do Alto Trás-os-Montes, à semelhança de várias outras do país, tem que fazer face. Desse enquadramento, emerge a **necessidade da adoção de uma postura diferenciada que aposte num quadro institucional integrado** no sentido de fomentar a consolidação de um ambiente atrativo e propício ao desenvolvimento da região.

Para tal, o *Plano* desenha, com pormenor, o contexto institucional, territorial e situacional da região de Alto Trás-os-Montes, expõe as suas características específicas a vários níveis, e realiza uma análise SWOT das componentes económicas e de competitividade, humanas, territoriais e institucionais que usa, a par de outros elementos, como fundamentação para a apresentação de propostas concretas para a região.

Apesar de dedicado à NUTS III Alto Trás-os-Montes, e por isso mais abrangente do que a Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega que interessa especialmente para esta **Estratégia**, o *Plano* tece alguns comentários relevantes que vale a pena destacar pela sua adequação à realidade do Alto Tâmega. Em primeiro lugar, há o reconhecimento da falta de homogeneidade das dinâmicas demográficas dos vários municípios do Alto Trás-os-Montes, o que reforça a necessidade da abordagem mais específica e delimitada do Alto Tâmega. Para além disso, é ainda valorizado o papel dos espaços rurais na atualidade, locais, entre outros, de bem-estar, simbolismo e qualidade ambiental.

No entanto, são identificadas lacunas na articulação entre a estratégia do Norte2015 e as propostas de ordenamento do território do PROT ao nível da cooperação transfronteiriça, que este *Plano* aponta como fundamental para o incremento da competitividade da região. Existem, de acordo com o documento, condições favoráveis ao estabelecimento de parcerias com cidades espanholas e à criação de redes de sinergias que beneficiem ambas as partes.

Para além destas lacunas, o *Plano* aponta igualmente para a importância da criação de um Parque Tecnológico competitivo na região – só possível em parceria com Espanha, assim como para a necessidade de diversificação e de fomento do dinamismo empresarial, nomeadamente através da criação de espaços de acolhimento e da valorização dos recursos específicos da região, com o intuito de alavancar o dinamismo da região.

Adicionalmente, e no sentido de suprimir as iniquidades que prejudicam a coesão, deve ainda ser, de acordo com o *Plano*, encorajada a provisão de serviços de proximidade, assim como a promoção da cultura, do património, do turismo, do ambiente e da sustentabilidade como fatores de competitividade e de coesão – neste âmbito, justificar-se-iam medidas tais como o alargamento do parque hoteleiro, a consolidação e renovação dos centros históricos, a reabilitação dos centros naturais, etc. A estas, acrescenta-se também a premência da requalificação urbana e da mobilidade e conectividade regional e transfronteiriça.

Ao nível institucional, há sugestões que visam, entre outras, a capacitação das instituições públicas, a melhoria do relacionamento com cidadãos e empresas e a diminuição dos custos de contexto através da aposta na disponibilização de mais serviços à distância, por exemplo.

Assim, o *Plano de Ação Intermunicipal*, tendo em conta toda a sua análise e diagnóstico, propõe um Programa de Desenvolvimento detalhado com projetos indicativos e um Programa de Ação Educação, no qual inclui a renovação da rede do 1.º Ciclo do Ensino Básico e do Pré-Escolar.

Para a presente **Estratégia**, para além do diagnóstico realizado pelo documento e que relata as falhas e os pontos fortes da região como um todo, interessa igualmente a análise dos fatores de desenvolvimento para Trás-os-Montes realizada e a sua eventual adaptação após um período de investimento na área. São eles: a base produtiva, o património; as energias alternativas; o conhecimento; e os produtos locais. Estes fatores terão que ser repensados e readaptados a uma realidade distinta em termos temporais – agora para o período 2014-2020 – e geográficos – agora focalizados no Alto Tâmega.

O objetivo global do *Plano* para Trás-os-Montes, que passava pela sua transformação numa Eco-região, conduziu à identificação de três grandes eixos estratégicos – Desenvolvimento, Território e Governação – que coordenaram a concretização dos objetivos delineados no mesmo documento.

Para além do diagnóstico e da visão, eixos e objetivos delineados para o período anterior que serão considerados para a elaboração da nova estratégia para a região, este *Plano* fornece ainda uma definição da articulação com as orientações estratégicas, que terá que ser repensada, mais uma vez atendendo às alterações entretanto ocorridas, quer na região do Alto Tâmega quer ao nível dos programas de financiamento regionais, nacionais e comunitários, que implicam, naturalmente, uma readaptação das propostas.

Finalmente, é ainda de sinalizar que o *Plano de Ação* em análise sintetizou os investimentos prioritários globais, incluindo a comparticipação estimada. No total, a previsão elaborada por este documento apontava para um investimento total de 46,6 milhões de Euros, distribuídos por 33 projetos prioritários e com uma comparticipação estimada de 32,5 milhões de Euros. Estes valores representam 40% da totalidade atribuída à NUTS III de Alto Trás-os-Montes (cerca de 117,2 milhões de Euros).

#### d) Estratégia da Rede de Cidades Ecológicas

Um conjunto de seis municípios da NUTS III Alto Trás-os-Montes, reconhecendo a importância crescente das redes de cidades, assentes no conhecimento e na inovação e com as empresas como peça central, decidiu apresentar uma candidatura ao desenvolvimento de Ações Preparatórias de Cooperação entre Cidades Organizadas em Redes no âmbito do Instrumento Política de Cidades POLIS XXI: Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação.

O **objetivo** desta candidatura passava por formalizar a rede ecoCITRAS e fomentar o desenvolvimento de práticas organizativas e de cooperação entre as cidades de Trás-os-Montes, atendendo há falta de tradição e prática de construção e implementação de estratégias partilhadas de promoção da competitividade e afirmação regional. Apesar de a candidatura não ter sido aprovada, os proponentes decidiram desenvolver

autonomamente as atividades nela previstas e, assim, a Rede foi formalizada com a assinatura de um protocolo em 2008.

A **metodologia** seguida com o intuito de dotar a Rede de capacidade para tornar-se um catalisador do desenvolvimento local, da inovação, da competitividade e do empreendedorismo em atividades estruturantes da região estruturou-se nas seguintes seis Ações:

- ◆ Ação 1 – Gestão e animação da Rede;
- ◆ Ação 2 – Conceção de imagem e de material de divulgação da Rede;
- ◆ Ação 3 – Criação de um fórum de cooperação e diálogo, e organização de seminários temáticos;
- ◆ Ação 4 – Organização de um seminário internacional com grande projeção sobre o tema da cooperação;
- ◆ Ação 5 – Análise de outras cidades de redes existentes;
- ◆ Ação 6 – Desenvolvimento e apresentação dos principais resultados.

A implementação desta metodologia, aliada ao sucesso da cooperação entre as várias entidades, permitiu que a Rede alcançasse os objetivos previstos, dos quais se destacam **(i)** a criação de uma plataforma de diálogo entre as cidades de Trás-os-Montes; **(ii)** a mobilização e envolvimento dos atores urbanos da Região na reflexão estratégica; **(iii)** a atração para (e criação na) região de conhecimento, *know-how* e boas práticas relacionadas com o conceito “Eco”; **(iv)** o estabelecimento das bases de um programa estratégico comum; **(v)** a identificação de projetos concretos de cooperação; e **(vi)** a projeção da visibilidade nacional e internacional da Rede.

Face ao trabalho desenvolvido no âmbito deste projeto e às conclusões alcançadas, as entidades envolvidas percecionaram como muito favoráveis as condições para apostar no conceito de *Eco Rede de Cidades*, que engloba várias dimensões, tais como as energias renováveis, a eco-construção e a eco-agricultura. Esta abordagem envolve os principais *clusters* de atividades da região e alinha-se com as políticas europeias e nacionais em matéria de ambiente e energia.

A visão para a Rede ficou, então, formulada da seguinte forma:

As Cidades de Trás-os-Montes irão adotar um modelo de desenvolvimento comum em torno da sustentabilidade ambiental e do conceito “eco”, nas vertentes da agroindústria, da energia, do turismo e da construção, que será pioneiro no nosso País e que permitirá atrair investimentos e pessoas que necessitem de um campo de ensaio para a aplicação de novos conceitos e tecnologias ligados a estes temas.

Neste contexto, e atendendo ao extenso conhecimento da região dos proponentes, foram alguns objetivos estratégicos para a Rede, dos quais se destacam, pelo seu carácter transversal e estruturante, os seguintes:

- ◆ Atrair e desenvolver em Trás-os-Montes novas funções urbanas, iniciativas económicas e atividades inovadoras, relacionadas com a eco-eficiência e sustentabilidade ambiental;

- ◆ Atrair para Trás-os-Montes população, sobretudo profissionais qualificados, e qualificar os protagonistas locais no sentido da criação de comunidades de conhecimento;
- ◆ Constituir um sistema urbano integrado, que valorize as complementaridades existentes e estimule fatores de diferenciação entre as Cidades da Rede;
- ◆ Desenvolver novas aplicações e serviços urbanos, tirando partido do potencial das tecnologias de informação e comunicação;
- ◆ Ganhar projeção e visibilidade nacional e internacional.

Os cinco projetos definidos pela Rede como mobilizadores (ADT; EcoPolis, Aquae, Plataforma de Desenvolvimento Rural Sustentável e Casa do Vinho) têm em consideração a visão da ecoCITRAS, assim como os seus objetivos, e centram-se estrategicamente em áreas como as competências em energia e ambiente, em turismo, termalismo, saúde e bem-estar e o desenvolvimento rural e de produtos locais sob uma perspetiva sustentável.

Apesar da rede ecoCITRAS não coincidir, em termos de limites fronteiriços, com o Alto Tâmega, o exemplo da construção desta rede constitui um caso inspirador para a definição desta **Estratégia**, uma vez que também aquela envolve a cooperação próxima entre vários municípios e se desenvolve em torno de uma temática central – a do conceito “eco”. Ao selecionar este eixo e ao adaptá-lo à realidade de Trás-os-Montes, a rede ecoCITRAS consegue aliar vários requisitos para o desenvolvimento da região, incluindo o foco numa área de relevo para a União Europeia (nomeadamente a questão da sustentabilidade), a dinamização económica em áreas estruturantes, os efeitos multiplicadores dos projetos selecionados e a valorização de produtos e recursos endógenos especializados e diferenciadores.

Adicionalmente, os objetivos definidos pela Rede, tais como os referentes à alavancagem de novas oportunidades de negócio e a transformação de Trás-os-Montes numa região atrativa para a criação e instalação de empresas e a consequente criação de emprego e fixação de população, enquadram-se também na abordagem identificada como fundamental por esta **Estratégia**.

### e) Projeto *Aquanattur* – Programa PROVERE – Região do Alto Tâmega

O projeto turístico *Aquanattur* resultou de uma candidatura da Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT) ao Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos – o PROVERE. Este instrumento do Quadro de Referência Estratégica Natural (QREN) procura estimular, de forma sustentável, a competitividade dos territórios de baixa densidade através da dinamização de atividades económicas inovadoras que se foquem na valorização dos recursos endógenos da região. Estes podem abranger não só os recursos naturais, mas também o património histórico ou os conhecimentos tradicionais, numa abordagem que visa assegurar o apoio da valorização económica desses mesmos recursos.

Neste contexto, a Unicer SA liderou o projeto *Aquanattur* em parceria com os municípios do Alto Tâmega e com o apoio de várias outras entidades, incluindo o do Governo Português, que o considerou Projeto de Interesse



Nacional. O *Aquanattur* consistiu num projeto turístico para o Parque Termal de Pedras Salgadas (no concelho de Vila Pouca de Aguiar) e para o Parque Vidago (em Chaves), procurando dinamizar o potencial hoteleiro destas duas localidades.

O **objetivo** do projeto incluía, assim, a reconversão dos dois parques termais referidos acima, dotando-os de infraestruturas turísticas, lúdico-termais e culturais – mas também industriais e de exploração e comercialização. Paralelamente, a implementação do *Aquanattur* procurou promover a implantação de outras atividades empresariais na região, especialmente nas áreas da saúde, do turismo, do lazer e dos produtos locais.

Para alcançar estes objetivos, a **metodologia** que orientou a elaboração do documento em análise e que fundamentou a concretização do projeto compreendeu a caracterização da região em diferentes domínios – com mais detalhe a de Chaves e de Vila Pouca de Aguiar –, o levantamento dos projetos existentes, uma análise SWOT da região e um plano de ação.

Tal como reflete esta metodologia, um dos aspetos a salientar da planificação do *Aquanattur* é o da consideração da necessidade de interligação e complementaridade entre os diferentes projetos existentes e o novo projeto. O *Aquanattur* estabeleceu sinergias e colaborações com diversos projetos da região, tais como o Projeto Vagem (de preservação, valorização e promoção das riquezas naturais e culturais), o Projeto Rede de Tabernas do Alto Tâmega e a Rede de Postos de venda de produtos regionais e locais. Esta comunicação entre atividades reforça a proximidade do *Aquanattur* em relação à realidade do território e permite que este se construa sobre experiências e resultados de atividades já desenvolvidas.

A concretização do *Aquanattur*, para além desta preocupação, envolveu obras de requalificação urbanística, a melhoria das redes públicas de luz e água, de estradas e de outras infraestruturas que contribuíram decisivamente não só para o melhoramento das imediações e da região das duas unidades hoteleiras, mas também para o incremento da qualidade de vida das populações.

Para além da ligação a projetos já existentes, a planificação do *Aquanattur* propôs igualmente a realização de uma série de outros projetos estruturantes:

- ♦ Projetos Âncora: estrutura base e o fundamento para um plano global de desenvolvimento para a região e em particular para o eixo Chaves – Vila Pouca de Aguiar. Exemplo: a criação de um centro de formação, Parque Arqueológico do Vale do Terva – PAVT.
- ♦ Projetos Satélite: diretamente relacionados com os projetos âncora, por serem um prolongamento das vertentes daqueles ou porque necessários para concretizar a oferta dessas mesmas vertentes.
- ♦ Projetos Complementares ou Outros: resultam de diversas propostas para complementarem as ideias, ofertas e planos, constantes quer dos projetos âncora quer dos satélites.

Estes vários projetos estruturantes incluem ações de grande relevo para a região. Ao nível dos projetos âncora, podem destacar-se os seguintes:

- ♦ Projeto Aquanattur – Unicer, SA
- ♦ Projeto Urbanístico de Vidago e Pedras Salgadas
- ♦ Centro de Formação de Vidago
- ♦ Sinalização Turística do Alto Tâmega

◆ Gestão e Acompanhamento do Projeto

Para a presente **Estratégia**, este documento constitui um exemplo de sucesso de cooperação entre entidades públicas e privadas com benefícios mútuos que permitem a dinamização da região e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, ao mesmo tempo que revitalizam e expandem a imagem destes municípios para o resto do país e do mundo. O *Aquanattur* é também um projeto de referência por valorizar economicamente produtos endógenos, tornando-os atrativos para portugueses e estrangeiros, assim como também o é por procurar integrar os seus esforços com os esforços e os resultados de outros projetos já existentes.

## f) Plano de Ação para Compensação Socioeconómica e Cultural

O Plano de Ação de Compensação Socioeconómica e Cultural foi publicado em 2011 e consiste numa proposta dos municípios do Alto Tâmega, através da AMAT, para os territórios afetados pela construção dos Aproveitamentos Hidroelétricos de Gouvães, Alto Tâmega e Daivões.

Este *Plano de Ação* resulta da necessidade de integrar a produção de energias renováveis nas estratégias de desenvolvimento local e regional, uma vez que é considerada como central que a aposta nas energias renováveis represente benefícios socioeconómicos para as populações locais. Assim, a **visão estratégica** que subjaz à conceção desta abordagem reflete a intenção de otimizar os benefícios das energias renováveis nos territórios rurais, diretamente envolvendo os municípios na definição das medidas a implementar, de forma a assegurar a articulação e coordenação entre a política local/regional e a política energética, valorizando e promovendo as potencialidades regionais com uma visão de longo prazo.

Na realidade, este *Plano de Ação* desenvolve-se também em torno do conceito de governança nas energias renováveis que assume alguns princípios gerais de destacar:

- ◆ Os governos locais proporcionam uma melhor compreensão do potencial atual e futuro das energias renováveis;
- ◆ Os decisores políticos locais coordenam com maior eficiência os investimentos em energias renováveis e identificam intervenções que promovem localmente benefícios para os cidadãos e as empresas;
- ◆ Os decisores das políticas nacionais e regionais devem apreciar melhor a preponderância que os governos rurais locais podem desempenhar na rentabilização do investimento em energias renováveis.

As principais vertentes consideradas por este *Plano de Ação* são baseadas nas orientações da Declaração de Impacte Ambiental e passíveis de serem desagregadas em ações mais específicas – apresentadas abaixo.

<b>Mobilidade e acessibilidades</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar a mobilidade sustentada das populações;</li> <li>• Melhoria da mobilidade para potenciar o desenvolvimento socioeconómico e turístico;</li> </ul>
<b>Condições de vida</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar as compensações das famílias e infraestruturas;</li> <li>• Atender às preocupações manifestadas na consulta pública e minimizar os impactes;</li> <li>• Melhoria das redes de infraestruturas e equipamentos coletivos.</li> </ul>
<b>Desenvolvimento local e regional</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Incrementar novas atividades turísticas regionais;</li> <li>• Revitalização da agricultura local, assegurando e compensação do potencial perdido.</li> </ul>
<b>Património sociocultural</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir a reposição/compensação do património sociocultural e a sua divulgação</li> </ul>

Atendendo a este contexto, os **objetivos** do *Plano de Ação* garantem:

- ♦ A reposição e restabelecimento das infraestruturas e equipamentos afetados;
- ♦ A garantia de medidas de minimização;
- ♦ A definição das medidas necessárias para assegurar a compensação socioeconómica e cultural dos territórios abrangidos pelos empreendimentos hidroelétricos referidos.

De forma a concretizar estes objetivos, foram previstos os seguintes eixos de intervenção:

Minimização de impactes e reposições	Compensações socioeconómicas e culturais	Contrapartidas
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acessibilidades, equipamentos e infra-estruturas públicas;</li> <li>• Realojamento das populações e realocização do potencial produtivo agrícola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilidade sustentada das populações locais;</li> <li>• Infraestruturas e equipamentos colectivos</li> <li>• Infraestruturas e equipamentos culturais e turísticos;</li> <li>• Requalificação urbana dos aglomerados;</li> <li>• Desenvolvimento regional;</li> <li>• Património sociocultural.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhoria da mobilidade intrarregional;</li> <li>• Equipamentos e infra-estruturas públicas;</li> <li>• Desenvolvimento regional;</li> <li>• Regeneração urbana;</li> <li>• Eficiência energética;</li> <li>• Património sociocultural)</li> </ul>

**Metodologicamente**, o presente *Plano de Ação* engloba **(i)** um enquadramento estratégico desenhado à luz de vários documentos fundamentais para a compreensão da situação (incluindo, nomeadamente, avaliações ambientais), **(ii)** a definição da visão estratégica, da ambição e das prioridades do *Plano*; **(iii)** as medidas, ações e os projetos propostos; **(iv)** as fichas desses projetos por eixo de intervenção; e **(v)** considerações sobre a entidade supranacional de desenvolvimento.

Relativamente aos projetos propostos neste documento, cada uma das fichas que os representa inclui não só a sua designação, o enquadramento nos eixos, as medidas e ações, mas apresenta igualmente a fundamentação e descrição do projeto, assim como vários outros detalhes técnicos de relevo.

Tendo em vista a concretização destas propostas de projetos, a AMAT considerou importante a criação de uma entidade supramunicipal que promova o desenvolvimento da região e que procure definir as condições institucionais, organizativas e financeiras para a concretização das propostas que vierem a ser apresentadas. A principal intenção é a de encontrar um modelo institucional viável para reforçar o capital social do Alto Tâmega e impulsionar as novas dinâmicas de desenvolvimento local e regional, envolvendo um conjunto de agentes com competências nas políticas transversais a adotar no processo de desenvolvimento da região. O *Plano de Ação* propõe, assim, a criação da Associação de municípios de Fins Específicos e adianta com detalhe o seu enquadramento legal, os objetivos e domínios de intervenção, a estrutura organizacional e o modelo de financiamento.

A inclusão deste *Plano de Ação* neste enquadramento estratégico prende-se com diversos motivos, incluindo a sua relevância ao nível estrutural para toda a região do Alto Tâmega. Resultado indireto de uma intervenção no âmbito das energias renováveis, necessária para a sustentabilidade da região, este documento delineia um plano que consegue combinar, com sucesso, a modernização energética com uma coordenação regional que tem em conta as realidades e o bem-estar da população, propondo medidas de mitigação dos seus impactos.

Este é mais um documento a reclamar uma maior autonomia e margem de manobra para os atores locais, nomeadamente os municípios, que consegue justificar com base nos benefícios evidentes que o envolvimento deste tipo de atores pode proporcionar a cidadãos e a empresas a esta escala.

Adicionalmente, é ainda merecedor de uma consideração cuidada o plano para as acessibilidades, as atividades turísticas, o património sociocultural e outras propostas de projetos cuja implementação será considerada por esta **Estratégia**, à semelhança do que ocorrerá com a potencial criação da nova entidade supramunicipal. Este plano merece, pelos seus efeitos e pela sua abordagem, uma observação atenta na delineação da **Estratégia de Desenvolvimento no Alto Tâmega**.

## g) Agenda Estratégica dos Territórios da Fronteira Interior/ Transmontana

O principal **objetivo** desta *Agenda Estratégica* é responder à questão que orienta todo o documento:

A constituição da Macrorregião do Sudeste Europeu (RESOE) constitui uma ameaça ou uma oportunidade para o desenvolvimento da Fronteira Interior/Transmontana em Portugal?

Para tal, os autores seguiram uma **metodologia** que consistiu na auscultação de vários especialistas do território transmontano e das áreas temáticas chave. Para além disso, ocorreram igualmente reuniões com técnicos dos municípios, visitas de campo e contacto com agentes socioeconómicos locais. Com base nesta metodologia de trabalho, a *Agenda Estratégica* clarificou a diferença entre planeamento estratégico e agenda estratégica como modelos de análise dos territórios de fronteira; enunciou o paradigma de governança e a sua relevância para a macrorregião; introduziu a cooperação territorial em espaços inovadores; identificou as potencialidades estratégicas e os fatores de estrangulamento da criação da Macrorregião e definiu o contexto sobre o papel dos territórios transmontanos.

Este documento apresenta como proposta para uma nova cooperação territorial a aplicação do paradigma da governança transfronteiriça enquanto processo de funcionamento *bottom-up* liderado pelos governos locais, mais próximo das populações e, por esse motivo, mais próximo dos seus problemas e atento à procura das respetivas soluções. As relações transfronteiriças permitem alargar o âmbito territorial e a dimensão das alianças estratégicas das redes e, por esse motivo, da participação em projetos de desenvolvimento regional – incluindo iniciativas comunitárias.

Assim, a intenção desta Agenda Estratégica é a de lançar as bases de constituição de uma macrorregião que substancia a ideia de Noroeste Peninsular como espaço com individualidade designada de Sudoeste Europeu – a primeira macrorregião da Península Ibérica. Esta cooperação visa, por isso, sobretudo a definição de uma estratégia e de um plano de ação que contribua para a afirmação deste território periférico no contexto europeu e mundial. Esta opção vai ao encontro das ambições e prioridades da Agenda Territorial da UE 2020 que encoraja a integração da dimensão territorial nas diferentes políticas públicas, qualquer que seja a sua escala, desde que garantindo que a implementação da estratégia Europa 2020 respeita os princípios da coesão territorial.

Todavia, a constituição de uma macrorregião coloca um desafio real para todos os atores envolvidos, incluindo para a própria sociedade civil, implicando uma análise cuidada do seu potencial impacto. A *Agenda Estratégica* conduz esse trabalho com bastante detalhe e aponta algumas ameaças e oportunidades de tal iniciativa.

Tendo por base o conhecimento da região e em perspetiva a construção da Macrorregião RESOE, o documento define como pilares estratégicos da iniciativa: **(i)** o reforço da ligação e conectividade entre as regiões; **(ii)** a proteção ambiental; e **(iii)** a promoção da riqueza. Destes pilares resultam várias áreas de trabalho relativas ao fomento da integração e cooperação entre as regiões, ao nível de ensino e investigação, emprego e mobilidade laboral, economia e indústria, turismo, ambiente e energia e transportes e logística.

Adicionalmente, a *Agenda Estratégica* também identifica três domínios nos quais se foca e os respetivos objetivos temáticos:

Transportes, logística e comunicações	Promoção do transporte sustentável e remoção de pontos de estrangulamento nas principais redes de infraestruturas
	Melhoria do Acesso, do Uso e da Qualidade das TIC
Valorização dos recursos territoriais	Reforço da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
	Aumento da Competitividade das Pequenas e Médias Empresas (PME)
	Proteção do ambiente e promoção da eficiência nos recursos
	Promocão da inclusão social e combate à pobreza
	Melhoria do Acesso, do Uso e da Qualidade das TIC
Governança territorial	Melhoria do Acesso, do Uso e da Qualidade das TIC
	Reforço da capacidade institucional e administração públicas eficientes

Tal como previsto pela metodologia desta *Agenda Estratégica*, foi realizado um diagnóstico da região para permitir identificar as potencialidades estratégicas e os fatores de estrangulamento à criação da Macrorregião.

O documento desenvolve o diagnóstico em torno de três capítulos fundamentais – que analisa com relativo detalhe para cada um dos municípios em análise: **(i)** Transportes, comunicações e logística; **(ii)** Valorização dos recursos territoriais; e **(iii)** Governança territorial. Apesar de serem identificadas várias potencialidades, são também apontados estrangulamentos cuja superação é essencial.

Algumas das **conclusões** deste documento que importam considerar para a elaboração desta **Estratégia** incluem uma avaliação positiva do processo de Europeização, e o impulso comunitário no geral, enquanto grandes contributos para a maturação da cooperação territorial e transfronteiriça ao longo dos anos. Para além disso, há ainda o reconhecimento da importância do alinhamento das políticas regionais com as prioridades comunitárias, nomeadamente as definidas pela *Agenda Territorial da UE 2020*, que destaca aspetos que esta **Estratégia** considerará, tais como a integração do espaço rural, a integração de regiões funcionais transfronteiriças, a promoção da competitividade global das regiões com base em economias locais fortes e a interligação de valores ecológicos, paisagísticos e culturais da região.

A identificação de fragilidades e potencialidades nos municípios em análise neste documento, em resultado de um diagnóstico prospetivo, com especial interesse no de Chaves, podem também revelar-se úteis para uma compreensão mais aprofundada da realidade transmontana. Paralelamente, o documento apresenta para cada um dos eixos estratégicos alvo desse mesmo diagnóstico as respetivas Linhas de Ação e propostas de projetos. Para cada uma é apresentada a sua fundamentação e objetivos estratégicos subjacentes, correspondendo ao conteúdo operacional para a estratégia de criação e consolidação de uma nova realidade territorial. Essas propostas de projetos previstos podem de igual forma enriquecer esta **Estratégia** com exemplos de casos de atividades que estejam para ser implementadas ou já em execução e que poderão, de alguma forma, contribuir para a dinamização da região e que merecem, por esse motivo, ser apreciados.

## h) Documento de Desenvolvimento Local de Base Comunitária

O Documento de Desenvolvimento Local de Base Comunitária está atualmente a ser elaborado pela Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega (ADRAT). A versão preliminar disponível apresenta uma análise detalhada do território e um diagnóstico da região do Alto Tâmega. No âmbito do primeiro, são introduzidas informações relativas, entre outras, ao clima, relevo, hidrografia, fauna, flora e a produtos endógenos; na segunda parte do documento preliminar, é possível encontrar um diagnóstico que se concentra na análise da população, da empregabilidade, do ensino e de outras variáveis, assim como realiza uma análise SWOT e uma análise estratégica para a região.

## i) Plano Integrado de Desenvolvimento Económico do Alto Tâmega

O Plano Integrado de Desenvolvimento Económico do Alto Tâmega reconhece, à partida, o carácter diferenciado do mundo rural enquanto espaço alternativo ao meio urbano, com uma atratividade crescente, mas com características particulares que devem ser protegidas de forma a garantir a sua competitividade.

Nesse sentido, este *Plano Integrado* procura promover a melhoria da qualidade de vida das populações residentes no Alto Tâmega através de um aumento do investimento no eficiente aproveitamento dos recursos endógenos existentes, criando novos postos de trabalho e aumentando a riqueza, de forma a permitir a fixação das populações na região. Com o intuito de alcançar este **objetivo**, o documento propõe uma atuação essencialmente na dinamização das áreas com potencial para garantir o estímulo a uma atratividade económica verdadeiramente competitiva em simultâneo com a preservação das potencialidades já existentes:



**Metodologicamente**, este documento privilegiou uma abordagem de proximidade que permitiu a elaboração de uma detalhada caracterização do território, incluindo dados sobre a sua população, as atividades económicas e um diagnóstico prospetivo enriquecido com uma análise SWOT. Os autores procederam ainda à identificação de parceiros privilegiados para o desenvolvimento e à avaliação da região em diferentes domínios – cultura, identidade, território, relações externas, competências, recursos humanos, etc. –, fornecendo um enquadramento estratégico do projeto antes de prosseguir com a definição da intervenção que procurará cumprir os objetivos delineados anteriormente.

Assim, entidades como a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte (CCDRN), a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), a Direção Geral de Agricultura de Trás-os-Montes (DRATM); o Gabinete de Apoio Técnico do Alto Tâmega (GATAT), a AMAT, a ADRAT, o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), o Centro Regional da Segurança Social, várias Cooperativas Agrícolas e outras organizações com uma posição de destaque na região e com capacidade de providenciar mais-valias para a o processo de dinamização económica através da sua intervenção foram selecionadas como parceiras privilegiadas.

Relativamente à análise SWOT, os recursos naturais, a localização geográfica e as características específicas do local (identitárias, patrimoniais e culturais) foram apontados como potencialidades do Alto Tâmega; as oportunidades basearam-se essencialmente nas possibilidades de financiamento para a concretização de projetos estruturantes, nomeadamente rodoviários.

No entanto, aspetos como as comunicações, o isolamento e a falta de qualificação dos recursos humanos foram identificados como ameaças que podem constrangerem esta atuação na região, tal como as fraquezas: ausência de atividades geradoras de emprego, ausência de serviços, necessidades de identificação e

adequação da formação profissional e ausência de uma política integrada para a região. De facto, tal como partilhado por outros trabalhos realizados sobre o Alto Tâmega, este enfrenta debilidades que importam combater, como a existência de um tecido produtivo incipiente e uma agricultura tradicional, com níveis de produtividade baixos – à semelhança do setor industrial também com baixos níveis de evolução tecnológica.

Há, para além disso, um conjunto de pressupostos e condicionantes para os quais este *Plano Integrado* alerta como condições necessárias à planificação das ações consideradas pertinentes para a prossecução dos seus objetivos, a saber: (i) a localização geográfica; (ii) as dinâmicas locais; e (iii) o ordenamento do território.

Neste contexto, o *Plano* propõe uma abordagem competitiva que avalie, pragmaticamente, os elementos considerados importantes para se poder garantir a atratividade de novas dinâmicas empresariais, favorecedoras de um evidente reforço do sector produtivo local, tais como os mercados fundamentais a considerar e a área de influência mais imediata e mais alargada da região.

De forma a assegurar o êxito da concretização deste *Plano Integrado* e do subsequente desenvolvimento económico da região, considera-se fundamental, entre outros, a manutenção de uma estratégia global de intervenção devidamente sustentada localmente, mas com ambições supra-regionais; a garantia da execução rápida dos projetos estruturantes; e a implementação das diversas ações em articulação com todas as estratégias existentes localmente e na região.

Concretamente, o *Plano* prevê um conjunto de ações que seguem os pressupostos apresentados pelo documento e que incluem, nomeadamente, projetos como a criação de parques de atividades; a definição clara de áreas de localização industrial; a promoção de parques de exposição e feiras e a provisão de melhores condições aos mercados municipais. Esta intervenção foi orçada por este *Plano Integrado* em, aproximadamente, 3,7 milhões de euros, distribuídos por um conjunto de projetos percecionados como estruturais e multiplicadores para a região do Alto Tâmega.

A análise e o diagnóstico realizados pelo *Plano* podem constituir orientações válidas para o desenho da nova **Estratégia** para o Alto Tâmega. Tal como referido no Plano, a ausência de uma política integrada para a região constitui uma das suas fraquezas que este documento terá em consideração, propondo uma abordagem mais holística.

Adicionalmente, será tida em conta as propostas realizadas e a implementação das diversas ações em articulação com todas as estratégias existentes localmente e na região, de forma a construir uma **Estratégia** sólida e consciente dos desenvolvimentos ocorridos no Alto Tâmega.

## j) Avaliação da Subvenção Global e do Programa Territorial de Desenvolvimento de TM

O documento da *Avaliação da Subvenção Global e do Programa Territorial de Desenvolvimento de Trás-os-Montes*, elaborado pela SPI, reconheceu que, findo o período de programação financeira 2007-2013, a região está perante um novo conjunto de desafios. Por esse motivo, há que de analisar cuidadosamente os sucessos



e as fraquezas do anterior período, de forma a delinear estrategicamente um plano eficiente que promova o desenvolvimento integrado e sustentável da região.

**Metodologicamente**, a *Avaliação* levada a cabo implicou um processo composto por três etapas: (i) a preparação dos trabalhos e recolha de informação; (ii) a auscultação de atores locais; (iii) e a elaboração do documento de avaliação. Estas fases revelam não só uma preocupação relativamente ao conhecimento da região e da implementação do *Plano de Ação*, mas também a consideração das opiniões e perspetivas dos atores locais, essenciais para uma avaliação próxima da realidade e daqueles para cujo bem-estar estas reformas se dirigem – os cidadãos. Outro pormenor metodológico de relevo é a consideração, em separado e sempre que relevante, dos seis municípios do Alto Tâmega relativamente aos restantes nove da Terra Quente e da Terra Fria Transmontanas.

Este documento apresenta como principais **objetivos** *realizar a avaliação do Programa Territorial de Desenvolvimento de Trás-os-Montes 2007-2013 (PTD TM), complementado com a componente financeira de apoio ao investimento através da Subvenção Global contratualizada com o Programa Operacional Regional do Norte ON2 – O Novo Norte e avaliar a execução, objetivos e dimensão estratégica do PTD e da Subvenção, assim como a correspondente concretização e o impacto sobre as respetivas agendas prioritárias.*

A prossecução destes objetivos contribuirá para a definição de um novo quadro financeiro e estratégico que poderá assentar numa análise das lições do passado recente e das realidades implementadas no território. Ainda que esta **Estratégia** se cinja ao Alto Tâmega, será possível extrapolar conclusões e reflexões para esta sub-região específica e aplicar nela essas mesmas aprendizagens.

A *Avaliação* propõe, após a análise cuidada de todo o enquadramento e implementação do *Plano de Ação*, as seguintes **conclusões**:

- ◆ A importância da subvenção para a concretização da Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes;
- ◆ A prevalência do foco Municipal sobre o Supramunicipal;
- ◆ A relativização da importância do PTD no processo da contratualização;
- ◆ O forte peso dos projetos materiais e a quase ausência de projetos de cariz imaterial;
- ◆ A inexistência de um quadro regulamentar e financeiro plurianual estável;
- ◆ A pouca seletividade dos procedimentos concursais lançados;
- ◆ O distanciamento dos municípios relativamente a processos de decisão relevantes;
- ◆ A dificuldade de articulação com outros instrumentos;
- ◆ A limitada capacidade de intervenção da CIM-TM.

Das mesma avaliação resultaram ainda as seguintes **recomendações** para o período de financiamento 2014-2020 na NUTS III Alto Trás-os-Montes:

- ◆ Aumento da relevância do exercício de planeamento estratégico, envolvendo ativamente os atores regionais na definição de uma visão partilhada do futuro, materializada em linhas de orientação relevantes para o desenvolvimento regional, que possam ser adotadas como estruturantes das intervenções a apoiar e mantidas numa lógica de médio-longo prazo;

- ♦ Incentivo à dimensão supramunicipal dos projetos apoiados, numa lógica de planeamento estratégico conjunto, de aproveitamento de sinergias e de otimização dos recursos;
- ♦ Fomento da implementação de projetos de cariz imaterial, focados em fatores de desenvolvimento relevantes para a região, como a fixação de população, a criação de empregos, a criação de empresas, a atração de investimento, ou o fomento da inovação;
- ♦ Fomento de um envolvimento dos municípios nos processos de decisão que lhes são relevantes, promovendo a existência de momentos e fóruns de discussão e de partilha de informação, numa lógica de *bottom-up*;
- ♦ Promoção de uma maior articulação com outros instrumentos, numa lógica de integração e de complementaridade, evitando duplicações e sobreposições;
- ♦ Disponibilização de um quadro regulamentar e financeiro plurianual estável, em que os municípios possam planificar as suas atividades antecipadamente, articulando os seus investimentos individuais com aqueles de cariz supramunicipal promovidos no âmbito da CIM.

A relevância deste documento para a presente **Estratégia**, reside na avaliação dos sucessos e fraquezas da implementação do *Plano de Ação Intermunicipal*: há lições a reter, recomendações a considerar e projetos entretanto concretizados que certamente terão alterado algumas dinâmicas da região e que deverão, por isso, ser igualmente tidos em conta aquando do desenho do período de financiamento já em vigor.

Por outro lado, deve ser ressalvado que, apesar do documento não se focar apenas no Alto Tâmega, estendendo-se aos restantes nove municípios do Alto Trás-os-Montes, a realidade é que a sub-região do Alto Tâmega foi já analisada neste documento, quando possível, como um grupo de municípios autónomo face à estante NUTS na qual se insere. Este facto reforça a relevância da autonomia estratégica da sub-região e a pertinência da preparação deste estudo que terá, aliás, em consideração todas as recomendações propostas.

### k) Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Tâmega para o Período 2014-2020

O documento do *Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Tâmega para o Período 2014-2020* foi publicado em Agosto de 2014. Tal como o documento constata, o seu principal **objetivo** consiste em desenhar um plano estratégico que estabeleça os passos necessários à geração de valor através dos recursos endógenos, à valorização do património e das infraestruturas existentes, à criação de emprego, à fixação da população e à inclusão social. Nesse sentido, são apresentadas sugestões com o intuito de sustentar a elaboração de políticas públicas, promovendo um espírito de identidade comum no Alto Tâmega, incentivando uma participação mais proactiva e organizada dos atores locais – públicos e privados.

A **metodologia** utilizada para a construção deste documento incluiu a interação com as Câmaras Municipais do Alto Tâmega, entidades locais e associações de referência, que, juntamente com o restante trabalho de

pesquisa, permitiu a elaboração de um diagnóstico síntese, a definição de uma estratégia de desenvolvimento e o desenho do proposto plano de ação.

Adicionalmente, e reconhecendo a importância do enquadramento das políticas públicas e das oportunidades de financiamento, o Plano contextualiza as suas propostas à luz de documentos estratégicos como a Estratégia Europa 2020, a Política de Coesão da União Europeia 2014-2020 e Programação Portugal 2020, incluindo os respetivos Programas Operacionais.

## 2. Entidades envolvidas no âmbito do processo de reuniões

### Entidades envolvidas no âmbito do processo de reuniões

- ▶ Câmara Municipal de Boticas
- ▶ Câmara Municipal de Chaves
- ▶ Câmara Municipal de Montalegre
- ▶ Câmara Municipal de Ribeira de Pena
- ▶ Câmara Municipal de Valpaços
- ▶ Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar
- ▶ ADRAT – Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega
- ▶ ACISAT – Associação Empresarial do Alto Tâmega
- ▶ Grupo Cultural Aquae Flaviae
- ▶ Centro de Emprego e Formação Profissional, I.P. do Alto Trás-os-Montes
- ▶ Agr. de Escolas Fernão de Magalhães
- ▶ Agr. de Escolas António Granjo
- ▶ Agr. de Escolas Júlio Martins
- ▶ Escola Profissional de Chaves
- ▶ Escola Superior de Enfermagem
- ▶ Universidade de Vigo
- ▶ Universidade de Trás os Montes e Alto Douro
- ▶ Gabinete de Promoção do Investimento (CM Chaves)
- ▶ Cooperativa de Olivicultores de Valpaços
- ▶ Adega Cooperativa de Valpaços
- ▶ Cooperativa Agrícola de Valpaços
- ▶ UNICER/Aquanattur
- ▶ Grupo Solverde